Tribunal Superior Eleitoral

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Brasília–2018

Tribunal
Superior
Eleitoral

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Brasília–2018

© 2018 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar
70070-600 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3030-9225

Secretário-Geral da Presidência (gestão em 2016)
Luciano Felício Fuck

Diretor-Geral (gestão em 2016)
Maurício Caldas de Melo

Secretária de Gestão da Informação
Janeth Aparecida Dias de Melo

Coordenadora de Editoração e Publicações
Renata Leite Motta Paes Medeiros

Unidade responsável pelo conteúdo
Secretaria do Tribunal

Produção editorial e diagramação
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGI)

Capa e projeto gráfico
Daniel Paiva Alves Gomes

Diagramação
Verônica Estácio

Revisão
Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGI)
Revisoras: Patrícia Jacob e Manuela Marla

Impressão e acabamento
Seção de Serviços Gráficos (Segraf/Cedip/SGI)

Revisão e publicação desta obra foram realizadas em 2018.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud)

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.
Relatório de atividades, 2016 / Tribunal Superior Eleitoral. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2018.
251 p. ; 23 cm.

Unidade responsável pelo conteúdo: Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

1. Tribunal Superior Eleitoral – Brasil – Relatório – Atividades – 2016. I. Título.

CDD 342.810 702 69
CDU 342.846(81)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
(Composição em 2017)

Presidente
Ministro Gilmar Mendes

Vice-Presidente
Ministro Luiz Fux

Ministros
Ministra Rosa Weber
Ministro Herman Benjamin
Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Ministro Admar Gonzaga
Ministro Tarcisio Viera de Carvalho Neto

Procurador-Geral Eleitoral
Rodrigo Janot Monteiro de Barros

(Composição em 2018)

Presidente
Ministra Rosa Weber

Vice-Presidente
Ministro Luís Roberto Barroso

Ministros
Ministro Edson Fachin
Ministro Jorge Mussi
Ministro Og Fernandes
Ministro Admar Gonzaga
Ministro Tarcisio Viera de Carvalho Neto

Procuradora-Geral Eleitoral
Raquel Dodge

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disciplinado na Resolução-TSE nº 23.443, de 24 de março de 2015, apresento ao Tribunal Superior Eleitoral e à sociedade brasileira o relatório anual com as principais atividades executadas ao longo do exercício de 2016.

Neste documento, são enfatizadas as atividades gerenciais desenvolvidas pelas unidades a fim de que se evidenciem os produtos gerados e seus valores agregados ao TSE, tornando-se, assim, um forte insumo para futuras tomadas de decisões e priorização de iniciativas.

As ações descritas contribuem sobremaneira para a efetiva realização da missão institucional desta Corte, a saber, "Assegurar os meios efetivos que garantam à sociedade a plena manifestação de vontade, pelo exercício do direito de votar e ser votado"[1].

É oportuno observar que, no exercício de 2017, novos desafios surgirão e serão enfrentados com igual determinação e afinco. Todavia, o reconhecimento das conquistas descritas neste documento se faz importante e necessário, traduzindo o empenho desta Corte em consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral.

Ministro Gilmar Mendes
Presidente

[1] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Estratégia do Tribunal Superior Eleitoral 2015-2020. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-plano-estrategico-2015-2020>. Acesso em: 17 dez. 2015.

SUMÁRIO

1. Secretaria-Geral da Presidência 7
1.2. Gabinete da Presidência 9
1.3. Assessoria de Cerimonial 20
1.4. Assessoria de Assuntos Internacionais 27
1.5. Secretaria Judiciária 37
1.6. Assessoria de Articulação Parlamentar 49
1.7. Assessoria Especial do Tribunal Superior Eleitoral 65
1.8. Assessoria Consultiva 65
1.9. Ouvidoria 67
2. Secretaria do Tribunal 72
2.1. Assessoria de Gestão Estratégica 72
2.2. Assessoria de Novos Projetos 88
2.3. Assessoria de Gestão Socioambiental 98
2.4. Assessoria Jurídica 107
2.5. Secretaria de Gestão de Pessoas 108
2.6. Secretaria de Gestão da Informação 133
2.7. Secretaria de Tecnologia da Informação 146
2.8. Secretaria de Controle Interno e Auditoria 165
2.9. Secretaria de Administração 194
2.10. Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade 220
2.11. Secretaria de Segurança e Transporte 238

1. SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

1. SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

COMPETÊNCIAS

A Secretaria-Geral da Presidência (SPR), unidade de assistência direta e imediata ao presidente do Tribunal, tem por finalidade apoiar o relacionamento externo do Tribunal, executar os serviços judiciários, assistir o presidente no despacho de seu expediente e no cumprimento de sua agenda de trabalho, prestar-lhe assessoria no planejamento e na fixação de diretrizes para a administração, bem como no desempenho das demais atribuições previstas em lei e no Regimento Interno do TSE, até mesmo no que concerne às funções de representação oficial e social.

São atribuições do secretário-geral da Presidência:

- exercer a coordenação e supervisão das unidades que integram a Secretaria-Geral da Presidência;
- representar, quando indicado, a Presidência do Tribunal em atos, solenidades, eventos e audiências;
- assistir o presidente no desempenho de suas funções, cumprindo e fazendo cumpri suas decisões e as do Tribunal;
- assessorar o presidente nos despachos de expediente;
- auxiliar o presidente no cumprimento de sua agenda de trabalho;
- auxiliar o presidente na condução do relacionamento externo do Tribunal;
- assessorar o presidente no planejamento administrativo e na fixação de diretrizes para o funcionamento da instituição;
- relacionar-se com as demais unidades administrativas do Tribunal para encaminhamento de assuntos de interesse da Presidência;
- praticar atos de administração e atos de mero expediente, sem caráter decisório, que lhe tenham sido delegados pelo presidente.

ESTATÍSTICAS

Procedimentos administrativos

No Tribunal Superior Eleitoral, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é obrigatório como ferramenta para produção, classificação e tramitação de documentos administrativos.

Documentos assinados no SEI – SPR

Período 1º.1.2016 a 11.12.2016

Tipo de Ato	Qtde.
Ofícios	76
Despachos administrativos	234

Período 12.5.2016 a 12.12.2016

Tipo de Ato	Qtde.
Ofícios	96
Despachos administrativos	777

Unidades Vinculadas

A Secretaria-Geral da Presidência é integrada pelo Gabinete do Secretário-Geral, pelas assessorias de Cerimonial, de Comunicação, de Plenário, de Assuntos Internacionais, Especial, de Articulação Parlamentar, Ouvidoria e pela Secretaria Judiciária.

1.1. GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Ao Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência compete executar as atividades de apoio administrativo ao secretário-geral e ainda:

- preparar e controlar a correspondência do Gabinete e a agenda diária da Presidência e da Secretaria-Geral da Presidência;
- controlar a entrada e a saída de processos e petições encaminhados à Presidência e à Secretaria-Geral da Presidência;
- examinar e instruir processos, petições e outros documentos submetidos à Presidência e à Secretaria-Geral da Presidência, realizando pesquisas legislativa, doutrinária e jurisprudencial;
- realizar controle de prazos dos processos administrativos ou judiciários submetidos ao titular da Secretaria-Geral da Presidência;
- controlar o biênio dos ministros titulares e substitutos;
- acompanhar o andamento dos processos de listas tríplices dos tribunais regionais eleitorais;
- elaborar propostas de despachos ou expedientes que devam ser proferidos ou assinados pelo titular da Secretaria-Geral da Presidência e assessorá-lo nos assuntos compreendidos em suas atribuições;

- praticar atos de administração e atos de mero expediente, que lhe tenham sido delegados pelo secretário-geral da Presidência.

ESTATÍSTICA

Atualmente, a triagem e gestão dos procedimentos administrativos que tramitam no SEI endereçados à Presidência e à Secretaria-Geral estão centralizados no Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência.

ESTATÍSTICAS DO SEI

Período de 1º.1.2016 a 11.5.2016

GAB-SPR/TSE	Qtde.
Processos gerados no período	191
Processos com tramitação no período	795
Tempo médio de tramitação no período	22d 22h 25m 29s
Documentos gerados no período	1.097
Documentos externos no período	368

Período de 12.5.2016 a 12.12.2016

GAB-SPR/TSE	Qtde.
Processos gerados no período	401
Processos com tramitação no período	1.452
Tempo médio de tramitação no período	9d 1h 40m 27s
Documentos gerados no período	2.193
Documentos externos no período	797

1.2. GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O Ministro José Antonio Dias Toffoli ocupou o cargo de presidente do TSE até 11 de maio de 2016.

No dia 12 subsequente, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes tomou posse no cargo de presidente deste Tribunal.

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Competências

Ao Gabinete da Presidência compete executar atividades de apoio administrativo necessárias ao desempenho das funções do presidente e ainda:

- organizar a agenda de representação oficial, social, reuniões e despachos do presidente;
- preparar e despachar o expediente do presidente;
- controlar a entrada e a saída de processos e petições encaminhados à Presidência;
- examinar e instruir processos, petições e outros documentos submetidos à Presidência, realizando pesquisas legislativa, doutrinária e jurisprudencial;
- atender partes e advogados quanto a informações de processos de competência do presidente;
- representá-lo, por indicação, em atos, solenidades, eventos e audiências;
- supervisionar as atividades relativas a solenidades, comemorações e recepções;
- controlar a agenda diária de audiências, reuniões e despachos do presidente, assessorá-lo em assuntos diversos e prestar apoio administrativo a suas atividades;
- praticar atos de administração e atos de mero expediente, sem caráter decisório, que lhe tenham sido delegados pelo presidente.

AÇÕES

Entre as ações realizadas pelo Gabinete da Presidência, destaca-se a organização, com a Assessoria de Cerimonial, dos seguintes eventos:

- **Ciclo de Palestras – Inovações e Desafios das Eleições 2016**, realizado em 23 e 24 de junho.

  O objetivo das palestras foi capacitar o público especializado sobre as novidades que serão adotadas no pleito. Os debates foram voltados para servidores da Justiça Eleitoral e advogados que atuam nesse ramo especializado do Direito.

  O ciclo de palestras contou com a participação de pessoas de renome na área do Direito Eleitoral para falar sobre temas como o novo Código de Processo Civil (CPC) e as novidades trazidas pela Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, conhecida como Reforma Eleitoral. As palestras foram transmitidas via intranet, em tempo real, para todos os 27 tribunais regionais eleitorais (TREs). Durante as apresentações, foram apresentados casos concretos e julgados recentes da Justiça Eleitoral sobre as matérias abordadas.

- **Programa – Convidados Internacionais**, realizado de 29 de setembro de 2016 a 2 de outubro de 2016.

Objetivando difundir a experiência do processo eleitoral brasileiro, o Tribunal Superior Eleitoral recebeu 22 autoridades eleitorais de 14 países (Angola, Bolívia, Botsuana, Coreia do Sul, Costa Rica, Geórgia, República da Guiné, Guiné-Bissau, Jamaica, México, Panamá, Peru, República Dominicana e Rússia) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

- ***Workshop* – Avaliação das regras aplicadas às Eleições 2016**, realizado em 24 de novembro.
- **Pesquisa sobre as regras aplicadas às Eleições 2016** (de 30.10.2016 a 11.11.2016) com todos os juízes eleitorais e chefes de cartórios eleitorais, objetivando o aprimoramento das regras relativas às eleições.
- **Solenidade em Comemoração dos 20 Anos da Urna Eletrônica, Lançamento de Selo, Exposição em Comemoração dos 20 Anos da Urna Eletrônica e Cerimônia de Entrega de Comendas da Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral – Assis Brasil**, eventos realizados em 16 de dezembro de 2016, no Rio de Janeiro/RJ, ocasião em que ocorreu a reabertura oficial do Centro Cultural da Justiça Eleitoral.

Além disso, o Gabinete da Presidência idealizou e organizou os módulos do curso de capacitação Eleições 2016 e Aperfeiçoamento – Videoaulas 2016, disponibilizado no Portal de Educação Corporativa do TSE, relativos ao treinamento à distância Eleições 2016 – Inovações e Desafios.

O treinamento em questão é a primeira iniciativa de uma série de cursos que o Tribunal pretende realizar, destinados a magistrados, membros do Ministério Público e servidores que prestam suporte aos juízes eleitorais.

O curso de capacitação Eleições 2016 foi gentilmente cedido pelo TRE/MG. O curso Aperfeiçoamento – Videoaulas 2016 ocorreu no ciclo de palestras realizado em 23 e 24 de junho, no Tribunal.

ESTATÍSTICAS

Processos jurisdicionais físicos

As tabelas seguintes retratam o quantitativo de processos jurisdicionais físicos.

Período de 1º.1.2016 a 11.5.2016

Ato	Qtde.
Decisões	37
Despachos	136
Acórdãos	26

Período de 12.5.2016 a 12.12.2016

Ato	Qtde.
Decisões	261
Despachos	561
Acórdãos	186

Processos jurisdicionais eletrônicos

As tabelas seguintes retratam o quantitativo de processos jurisdicionais eletrônicos.

Período de 1º.1.2016 a 11.5.2016

Ato	Qtde.
Decisões	-
Despachos	1

Período de 12.5.2016 a 12.12.2016
(Ministro Gilmar Mendes – Relatoria)

Ato	Qtde.
Decisões	7
Despachos	1

Período de 12.5.2016 a 12.12.2016
(Ministro Gilmar Mendes – Relatoria de outros ministros)

Ato	Qtde.
Decisões	15
Despachos	12

Período de 12.5.2016 a 12.12.2016
(Ministro Luiz Fux – Presidência)

Ato	Qtde.
Decisões	2
Despachos	-

Período de 12.5.2016 a 12.12.2016
(Ministro Henrique Neves – Presidência)

Ato	Qtde.
Decisões	12
Despachos	2

Resoluções

Durante 2016, foram editadas 69 resoluções subscritas pelo ministro presidente do Tribunal, dentre as quais destacam-se:

Resolução-TSE	Ementa
Resolução nº 23.505, de 19 de dezembro de 2016	Aprova o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Superior Eleitoral (PLS/TSE).
Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016	Dispõe sobre a implantação da sistemática de apuração de custos no âmbito da Justiça Eleitoral.
Resolução nº 23.503, de 19 de dezembro de 2016	Altera a Resolução-TSE nº 23.418, de 16 de dezembro de 2014 [convocação de juízes auxiliares].
Resolução nº 23.502, de 19 de dezembro de 2016	Altera a redação dos arts. 1º e 2º da Resolução-TSE nº 20.593, de 4 de abril de 2000 [pagamento de gratificação de presença].
Resolução nº 23.501, de 19 de dezembro de 2016	Institui a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral.
Resolução nº 23.500, de 19 de dezembro de 2016	Dispõe sobre as diretrizes acerca das auditorias integradas a serem realizadas no âmbito da Justiça Eleitoral.
Resolução nº 23.498, de 27 de outubro de 2016	Cria, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE).
Resolução nº 23.495, de 6 de setembro de 2016	Institui o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) e define normas gerais para sua utilização no âmbito da Justiça Eleitoral.
Resolução nº 23.493, de 1º de setembro de 2016	Dispõe sobre o mandato dos ocupantes de cargos diretivos nos tribunais regionais eleitorais e a garantia à faculdade de servirem por dois biênios consecutivos.
Resolução nº 23.491, de 16 de agosto de 2016	Institui o aplicativo móvel Pardal para o recebimento de notícias de infrações eleitorais nas Eleições 2016.
Resolução nº 23.490, de 2 de agosto de 2016.	Altera a redação de dispositivos da Resolução-TSE nº 21.538, de 14 de outubro de 2003, e dá outras providências [cadastro de eleitores].
Resolução nº 23.486, de 1º de julho de 2016	Dispõe sobre o afastamento de magistrados na Justiça Eleitoral do exercício dos cargos efetivos.
Resolução nº 23.484, de 30 de junho de 2016	Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral.
Resolução nº 23.483, de 28 de junho de 2016	Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral.
Resolução nº 23.482, de 21 de junho de 2016	Dispõe sobre a estrutura, o funcionamento e as competências das escolas judiciárias eleitorais.
Resolução nº 23.481, de 7 de junho de 2016	Dispõe sobre a convocação de juízes substitutos nos tribunais regionais eleitorais no período eleitoral.

(Continuação)

Resolução-TSE	Ementa
Resolução nº 23.480, de 17 de maio de 2016	Altera a estrutura orgânica do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.
Resolução nº 23.478, de 10 de maio de 2016	Estabelece diretrizes gerais para a aplicação da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código de Processo Civil –, no âmbito da Justiça Eleitoral.
Resolução nº 23.477, de 26 de abril de 2016	Dá nova redação ao art. 2º da Resolução-TSE nº 22.901, de 12 de agosto de 2008, que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário na Justiça Eleitoral.
Resolução nº 23.474, de 19 de abril de 2016	Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos tribunais eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE).
Resolução nº 23.472, de 17 de março de 2016	Regulamenta o processo de elaboração de instrução para a realização, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de eleições ordinárias e dá outras providências.

Procedimentos administrativos

As tabelas seguintes retratam o quantitativo de processos administrativos tramitados eletronicamente.

Documentos assinados no SEI (Pres. e Gab.-Pres.)
Período 1º.1.2016 a 11.12.2016

Tipo de Ato	Qtde.
Portarias	75
Ofícios	338
Despachos/decisões administrativos	24

Período 12.5.2016 a 12.12.2016

Tipo de Ato	Qtde.
Portarias	103
Ofícios	887
Despachos/decisões administrativos	150
Instruções Normativas	2

Portarias

Dentre as portarias expedidas em 2016 pela Presidência do Tribunal destacam-se:

Portaria-TSE	Teor
Portaria nº 1.166 de 24 de novembro de 2016	Regulamenta o envio de medidas urgentes aos ministros substitutos na ausência dos relatores.
Portaria nº 1.143 de 17 de novembro de 2016	Dispõe sobre a utilização obrigatória do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para a propositura e a tramitação de novas classes processuais, a saber: Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Rescisória; Conflito de Competência; Consulta; Criação de Zona Eleitoral ou Remanejamento; Exceção; Instrução; Lista Tríplice; Petição; Prestação de Contas; Propaganda Partidária; Reclamação; Recurso Contra Expedição de Diploma; Registro de Partido Político; Representação; Suspensão de Segurança; e Processo Administrativo.
Portaria nº 1.103 de 31 de outubro de 2016	Disciplina o afastamento dos servidores ocupantes de cargo efetivo do Tribunal Superior Eleitoral para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no país ou no exterior.
Portaria nº 1.087 de 26 de outubro de 2016	Dispõe sobre a necessidade de ordenar o processamento dos recursos interpostos ao Supremo Tribunal Federal (STF), inclusive quanto à disciplina dos recursos repetitivos e às orientações fixadas pelo Supremo Tribunal Federal, na apreciação da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 760.358/SE.
Portaria nº 1.083 de 24 de outubro de 2016	Dispõe sobre a estrutura dos gabinetes dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral, em consonância com o disposto nos anexos XIII e XIV da Resolução-TSE nº 23.480, de 17 de maio de 2016.
Portaria nº 1.056 de 11 de outubro de 2016	Institui o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do Tribunal Superior Eleitoral.
Portaria nº 1.060 de 11 de outubro de 2016	Dispõe sobre a concessão de bolsa de estudo para curso de língua estrangeira no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.
Portaria nº 1.055 de 10 de outubro de 2016	Dispõe sobre a propaganda eleitoral gratuita em rede dos candidatos a prefeito no segundo turno das Eleições 2016.
Portaria nº 1.017 de 29 de setembro de 2016	Dispõe sobre os prazos relativos ao processamento das contas de campanha das Eleições 2016.
Portaria nº 1.006 de 22 de setembro de 2016	Torna público o *Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral* relativo ao segundo quadrimestre de 2016.
Portaria nº 948 de 6 de setembro de 2016	Define o marco para a implantação do sistema PJe nos tribunais regionais eleitorais.
Portaria nº 930 de 1º de setembro de 2016	Orienta sobre os procedimentos a serem observados na arrecadação eleitoral de recursos por meio de cartões de crédito.

(Continuação)

Portaria-TSE	Teor
Portaria nº 846 de 8 de agosto de 2016	Estabelece procedimentos para a realização de serviço extraordinário no período eleitoral.
Portaria nº 827 de 3 de agosto de 2016	Torna públicas as tabelas anexas de vencimentos, de cargos em comissão e de funções comissionadas dos quadros das secretarias dos tribunais eleitorais, a serem observadas nas vigências especificadas.
Portaria nº 662 de 23 de junho de 2016	Disciplina a criação e o funcionamento de comissões, comitês e grupos de trabalho especializados no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.
Portaria nº 643 de 20 de junho de 2016.	Dispõe sobre a utilização obrigatória do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para a propositura e a tramitação das solicitações de Requisição de Servidor e de Requisição de Força Federal, ambas na classe processual Processo Administrativo.
Portaria nº 556 de 2 de junho de 2016	Dispõe sobre a delegação de competência ao diretor-geral da Secretaria do Tribunal para autorizar viagens aos ministros e magistrados do Tribunal Superior Eleitoral, e ainda aos servidores e colaboradores que venham a se deslocar como acompanhantes ou como integrantes de grupos ou comissões presididas ou coordenadas por ministro ou magistrado.
Portaria nº 503 de 23 de maio de 2016	Institui o Conselho de Pesquisas e Estudos Eleitorais.
Portaria nº 494 de 22 de julho de 2016	Institui o Projeto Começar de Novo no âmbito da Justiça Eleitoral, com o objetivo de promover ações de reinserção social de presos e menores infratores egressos do sistema carcerário ou das unidades de internação e cumpridores de medidas ou penas alternativas.

Cooperação com outros órgãos e instituições

Durante 2016, foram formalizados, pela Presidência, ajustes com diversos órgãos e instituições, dentre os quais se destacam os seguintes:

Ajuste formalizado	Referência	Órgão/ instituição	Objeto	Data da assinatura
Acordo de Cooperação	13/2016	Associação de Magistrados do Paraná	Formalização de cooperação técnica entre os partícipes na realização do evento Lançamento de Selo e Exposição em Comemoração dos 20 Anos da Urna Eletrônica, relacionado com as comemorações pelos 20 anos da urna eletrônica, envolvendo ações de revitalização do Centro Cultural da Justiça Eleitoral.	7.12.2016
Acordo de Cooperação	12/2016	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	Formação de parceria entre as entidades signatárias na realização de eventos culturais e jurídicos relativos ao Direito Eleitoral, de mútuo interesse.	2.3.2016
Acordo de Cooperação		Ministério das Relações Exteriores	União de esforços entre os partícipes com a finalidade de estabelecer procedimentos a serem adotados em decorrência da adesão do Brasil ao Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral (Idea).	27.4.2016
Acordo de Cooperação	ACT 1°/2016	Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)	Cooperação técnica entre os partícipes para o intercâmbio de experiências e informações mediante implementações de ações conjuntas e de apoio mútuo ao cumprimento do disposto na Resolução-CNJ n° 201, de 3.3.2015, pelos tribunais regionais eleitorais e pelos tribunais regionais do trabalho, de interesse de todo o Poder Judiciário.	15.6.2016

(Continuação)

Ajuste formalizado	Referência	Órgão/ instituição	Objeto	Data da assinatura
Acordo de Cooperação	ACT 5/2016	Ministério Público Federal	Firmar cooperação técnica entre as entidades signatárias, com vistas a estabelecer meios de integração, consulta ou disponibilização dos dados constantes dos bancos de dados do TSE e do MPF.	30.6.2016
Acordo de Cooperação	ACT 8/2016	Associação dos Magistrados Brasileiros	Formalizar cooperação técnica entre os partícipes na realização do evento Eleições 2016 – Convidados Internacionais, relacionado com a visita de autoridades internacionais para divulgação das atividades atinentes ao pleito de 2 de outubro de 2016.	13.7.2016
Acordo de Cooperação	ACT 11/2016	Associação dos Magistrados Brasileiros	Formalizar cooperação técnica entre as entidades na realização do evento Eleições 2016 – Convidados Internacionais e Lançamento de Selo e Exposição em Comemoração dos 20 Anos da Urna Eletrônica, envolvendo ações de revitalização do centro Cultural da Justiça Eleitoral.	24.8.2016
Acordo de Cooperação Educacional		Instituto Presbiteriano Mackenzie, com anuência da Universidade Presbiteriana Mackenzie	Cooperação educacional, para extensão de benefícios aos servidores ativos e inativos, dependentes legais, econômicos e especiais e aos pensionistas do TSE, matriculados em cursos oferecidos pelo Mackenzie.	23.11.2016
Acordo de Cooperação Técnica	7/2016	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Disciplinar o intercâmbio de conhecimentos, informações e bases de dados entre os partícipes.	25.8.2016
Acordo de Cooperação Técnica	2/2016	Conselho Federal de Contabilidade	Troca de informações entre os partícipes quanto aos profissionais que assinarem as prestações de contas apresentadas à Justiça Eleitoral.	29.9.2016

(Continuação)

Ajuste formalizado	Referência	Órgão/ instituição	Objeto	Data da assinatura
Acordo de Cooperação Técnica	11/2016	Associação dos Magistrados Brasileiros	Formalizar a cooperação técnica entre as entidades na realização do evento Eleições 2016 – Convidados Internacionais e Lançamento de Selo e Exposição em Comemoração dos 20 Anos da Urna Eletrônica, envolvendo ações de revitalização do Centro Cultural da Justiça Eleitoral.	24.8.2016
Memorando de Entendimento		Brasil e Paraguai	Estabelecer os critérios para o transporte até o Brasil das urnas eletrônicas brasileiras, previsto para 7.11.2016, a fim de serem descartadas de acordo com o disposto nas normas expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Vigência: 120 dias a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado a qualquer tempo, mediante termo aditivo.	22.8.2016
Memorando de Entendimento		Comissão Nacional de Eleições de Guiné-Bissau	Estabelecimento de uma cooperação permanente mediante a troca de informações e de experiências no domínio eleitoral, considerando até mesmo o envio de missões eleitorais recíprocas.	4.10.2016
Protocolo de Intenções	1°/2016	Tribunais regionais eleitorais	Cooperação entre os partícipes, com vistas à implantação, no âmbito da Justiça Eleitoral, do projeto Começar de Novo, estabelecido pela Resolução-CNJ nº 96/2009.	22.7.2016
Protocolo de Intenções		TSE e IBGE	Cooperação entre os partícipes, com vistas à efetiva interação de dados entre o TSE e o IBGE.	1°.9.2016

1.3. ASSESSORIA DE CERIMONIAL

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

São as atividades realizadas pela Assessoria:

Atividades do mês de janeiro de 2016

Dia	Evento	Local
12	- Visita guiada: autoridades internacionais, acompanhadas do Juiz Richard Pae Kim (gabinete do Min. Dias Toffoli – STF).	Foyer/Museu/Plenário TSE
13	- Visita guiada de estudantes: curso de Filosofia Aplicada ao Direito (alunos do Min. Ives Gandra Martins Filho – TST).	Foyer/Museu/Plenário TSE

Atividades do mês de fevereiro de 2016

Dia	Evento	Local
2	- Recepção e acompanhamento da Dra. Magda Barros Biavaschi às instalações do TSE e ao Plenário, para acompanhamento da sessão plenária.	Museu/Salão Nobre/ Plenário TSE
17	- Montagem prévia e reunião geral *in loco* com as áreas envolvidas na organização do VIII Encontro Ibero-Americano de Magistradas Eleitorais.	Salão Nobre TSE
22	- Visita guiada: autoridades internacionais – advogados de delegações estrangeiras. - Visita guiada: autoridades internacionais – membros e assessores da Suprema Corte da Turquia.	Foyer/Museu/Plenário/ Presidência TSE Foyer/Museu/Plenário/ STI/Presidência TSE
25	- Auxílio na realização da cerimônia de posse do presidente, do vice-presidente e do corregedor do Tribunal Superior do Trabalho, com acompanhamento do ministro presidente do TSE à solenidade. - Acompanhamento do ministro presidente à cerimônia de inauguração da Galeria de Diretores-Gerais da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).	Plenário TST Enfam/CJF
29	- Visita guiada de estudantes: curso de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp).	Foyer/Museu/Plenário TSE

Atividades do mês de março de 2016

Dia	Evento	Local
1°	- Visita guiada: autoridades internacionais – membros da Comissão Eleitoral de Botsuana.	Foyer/Museu/Plenário/ STI/Presidência TSE
3	- Recepção e acompanhamento de comitiva de senadoras e deputadas integrantes das bancadas femininas das casas do Congresso Nacional, para audiência com o ministro presidente do TSE.	Trecho 5/Presidência TSE
15	- Organização e execução da cerimônia de entrega de comendas ao chanceler e aos conselheiros da Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral.	Presidência TSE
17	- Organização e execução do 1° dia do VII Encontro de Magistradas Eleitorais.	Salão Nobre TSE
18	- Organização e execução do 2° dia do VII Encontro de Magistradas Eleitorais.	Salão Nobre TSE

Atividades do mês de abril de 2016

Dia	Evento	Local
5	- Organização e realização da cerimônia de entrega de comendas da Ordem do Mérito do TSE. - Cerimônia de aposição de retrato do Ministro Marco Aurélio na Galeria de Presidentes do TSE. - Cerimônia de assinatura de termo de cooperação técnica entre o TSE e o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).	Salão Nobre TSE Salão Nobre TSE Gabinete da Presidência TSE
7	- Apoio ao procedimento de eleição para presidente e vice-presidente do TSE.	Plenário TSE
12	- Visita guiada de estudantes: curso de Direito da Associação Caruaruense de Ensino Superior – Faculdade Asces.	Foyer/Museu/Plenário TSE
14	- Visita guiada de estudantes: curso de Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB).	Foyer/Museu/Plenário TSE
20	- Visita guiada de estudantes: curso de Direito da Universidade de Sorocaba.	Foyer/Museu/Plenário TSE
29	- Organização e realização da VIII Conferência Ibero-Americana sobre Justiça Eleitoral (1° dia)	Manaus/AM
30	- Organização e realização da VIII Conferência Ibero-Americana sobre Justiça Eleitoral (2° dia)	Manaus/AM

Atividades do mês de maio de 2016

Dia	Evento	Local
12	- Solenidade de posse do presidente e do vice-presidente do TSE.	Plenário TSE
17	- Visita de estudantes: alunos de Direito das Faculdades Integradas Vianna Júnior, de Juiz de Fora/MG.	Museu/Plenário TSE
18	- Visita institucional internacional: delegação alemã acompanhando a deputada Elisabeth Winkelmeier-Becker. - Visita de estudantes: alunos de Direito do Instituto de Educação de Cuiabá/MT (Insed).	Gabinete da Presidência TSE Museu/Plenário TSE
19	- Visita de estudantes: alunos de Direito da Faculdade Serra Gaucha, de Caxias do Sul/RS.	Museu/Plenário TSE
24	- Cerimônia de posse da Ministra Rosa Weber no cargo de ministro efetivo do TSE. - Cerimônia de lançamento do projeto Começar de Novo no âmbito da Justiça Eleitoral. - Visita de estudantes: alunos de Direito das Faculdades Integradas Vianna Júnior, de Juiz de Fora/MG.	Plenário TSE Gabinete da Presidência TSE Museu/Plenário TSE
27	- Visita de estudantes: alunos de Direito de diversas instituições: Universidade Federal da Paraíba, Centro Universitário do Rio Grande do Norte e Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande.	Museu/Plenário TSE

Atividades do mês de junho de 2016

Dia	Evento	Local
7	- Solenidade de posse do Ministro Edson Fachin no cargo de ministro substituto do TSE. - Realização de foto oficial da Corte do TSE.	Presidência TSE Sala de togas TSE
9	- Acompanhamento do ministro presidente ao IX Congresso Consad de Gestão Pública, para participação em mesa-redonda. - Ato de entrega de lista de gestores públicos inelegíveis pelo presidente do TCU ao presidente do TSE.	Centro de Convenções Ulysses Guimarães Gabinete da Presidência TSE
15	- Visita de estudantes: alunos do curso de auxiliar jurídico do Instituto de Educação de Cuiabá/MT (Insed).	Museu/Plenário TSE
20	- Acompanhamento do ministro presidente ao I Seminário de Saúde Prisional e Justiça Criminal do Distrito Federal, para participação na Mesa de Abertura e realização de palestra.	Auditório da Fepecs (Hemocentro de Brasília)
21	- Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Faculdade de Olinda (Focca).	Museu/Plenário TSE

(Continuação)

Dia	Evento	Local
22	- Organização e realização do Ciclo de Palestras Eleições 2016 – Inovações e Desafios (1° dia). - Acompanhamento do ministro presidente à cerimônia de sanção do projeto de lei que disciplina o processo e o julgamento do mandado de injunção individual e coletivo.	Auditório I TSE Palácio do Planalto
23	- Organização e realização do Ciclo de Palestras Eleições 2016 – Inovações e Desafios (2° dia).	Auditório I TSE
28	- Café da manhã: ministro presidente do TSE e parlamentares.	Gabinete Presidência TSE
29	- Organização e realização da cerimônia de assinatura de acordo de cooperação técnica de integração, consulta ou disponibilização dos dados constantes dos bancos de dados do TSE e do MPF. - Lançamento do livro *Direito Eleitoral – Aspectos materiais e processuais*.	Gabinete Presidência TSE Salão Nobre TSE

Atividades do mês de agosto de 2016

Dia	Evento	Local
2	- Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da PUC do Paraná, *campus* de Toledo/PR.	Museu/Plenário TSE
9	- Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional de Jataí/GO.	Museu/Plenário TSE
16	- Acompanhamento do ministro presidente à cerimônia de lançamento do aplicativo Sistema de Informações Eleitorais (Siele).	Salão Nobre – Câmara dos Deputados
18	- Apoio à realização do 6° Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais. - Organização e realização da Solenidade de Lançamento do Aplicativo Pardal.	Auditório III TSE Gabinete da Presidência TSE
24	- Acompanhamento do ministro presidente à cerimônia de lançamento do Programa Agro Mais, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. - Acompanhamento do ministro presidente à cerimônia de lançamento da cartilha *Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições 2016*, da Advocacia-Geral da União.	Palácio do Planalto Gabinete da Presidência do Senado Federal
30	- Cerimônia de posse dos Ministros Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho e Og Fernandes nos cargos, respectivamente, de corregedor-geral eleitoral, ministro efetivo e ministro substituto do TSE.	Plenário TSE

Atividades do mês de setembro de 2016

Dia	Evento	Local
1º	- Organização e realização da cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenções TSE nº 2/2016, entre o Tribunal Superior Eleitoral e o IBGE.	Gabinete da Presidência TSE
	- Acompanhamento do ministro presidente à cerimônia de posse da Ministra Laurita Vaz no cargo de presidente.	Plenário do STJ
6	Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas Eleitorais – Eleições Municipais 2016.	Espaço Multiúso TSE
8	Organização e realização da cerimônia de assinatura de portaria conjunta entre o TSE e a Receita Federal do Brasil.	Gabinete da Presidência TSE
12	Acompanhamento do ministro presidente e auxílio ao Cerimonial do STF por ocasião da cerimônia de posse de presidente e vice-presidente daquele Tribunal.	Plenário STF
13	Acompanhamento do ministro presidente ao III Fórum de Direito Eleitoral, para realização de conferência magna de abertura.	Conselho Federal da OAB
14	Organização e realização da cerimônia de descerramento de retrato do Ministro Dias Toffoli na Galeria de Presidentes do Tribunal Superior Eleitoral, seguida do lançamento do livro *Sistema político e Direito Eleitoral brasileiros – Estudos em homenagem ao Ministro Dias Toffoli*.	Salão Nobre TSE
15	Visita de estudantes: alunos dos cursos de Direito do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB/DF) e das Faculdades Alves Faria (Goiânia/GO).	Museu/Plenário TSE
20	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), *campus* de Frederico Westphalen/RS.	Museu/Plenário TSE
21	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul, *campus* de Nova Prata/RS.	Museu/Plenário TSE
22	- Recepção e acompanhamento de comitiva do Escritório Central de Comunicação do Governo Chinês para audiência com o ministro corregedor-geral da Justiça Eleitoral e com o ministro presidente.	Museu/Plenário Gabinete da Corregedoria/ Gabinete da Presidência TSE
	- Visita de estudantes: alunos dos cursos de Direito da Faculdade Imed, Passo Fundo/RS; da Faculdade Sul-Americana (Fasam), Goiânia/GO; e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB.	Museu/Plenário TSE
	- Recepção e acompanhamento do ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, para audiência com o ministro presidente – entrega de lista de inscritos no programa Bolsa-Família que efetuaram doações a partidos políticos nas Eleições 2016.	Gabinete da Presidência TSE

(Continuação)

Dia	Evento	Local
29	- Organização e realização de assinatura de termo de cooperação institucional entre TSE e Conselho Federal de Contabilidade. - Organização e realização do evento Eleições Municipais 2016 – Convidados Internacionais (1° dia).	Gabinete da Presidência TSE Gabinete da Presidência TSE
30	Organização e realização do evento Eleições Municipais 2016 – Convidados Internacionais (2° dia).	Auditório I TSE/STF/Congresso Nacional/Itamaraty

Atividades do mês de outubro de 2016

Dia	Evento	Local
1°	Organização e realização do evento Eleições Municipais 2016 – Convidados Internacionais (3° dia).	Goiânia/GO
2	- Apoio à realização de entrevistas coletivas (às 14h e às 20h) com o ministro presidente sobre as Eleições 2016; - Organização e realização do evento Eleições Municipais 2016 – Convidados Internacionais (4° dia).	Auditório I TSE Goiânia/GO e Gabinete da Presidência TSE
4	- Acompanhamento do ministro presidente ao I Ciclo de Debates sobre Logística da Frenlog, para realização de palestra. - Visita de estudantes: alunos dos cursos de Direito do Centro Universitário de Brusque/SC e da Universidade Presidente Antônio Carlos, Barbacena/MG.	Instituto Legislativo Brasileiro – Senado Federal Museu/Plenário TSE
5	Acompanhamento do ministro presidente à II Conferência Nacional de Mediação e Conciliação para realização de conferência magna.	Plenário do TST
11	Acompanhamento do ministro presidente à cerimônia de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o TSE e a Casa Civil.	Palácio do Planalto
18	Visita de estudantes: alunos dos cursos de Direito da Faculdade Anhanguera (Passo Fundo/RS); do Centro Universitário Católica de Santa Catarina (Joinville/SC); do Instituto de Ensino Superior de Rondônia (Ariquemes/RO); e do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Americana/SP).	Museu/Plenário TSE
20	Visita de estudantes: alunos dos cursos de Direito da Universidade Positivo de Curitiba/PR; do Centro Universitário do Vale do Ipojuca (Caruaru/PE); da Universidade Moura Lacerda (Ribeirão Preto/SP); e da Universidade de Ribeirão Preto/SP.	Museu/Plenário TSE

(Continuação)

Dia	Evento	Local
21	Visita de estudantes: alunos dos cursos de Direito do Centro Universitário Unifafibe (Bebedouro/SP) e da Universidade de Ribeirão Preto/SP.	Museu/Plenário TSE
25	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Faculdade de Direito de Franca/SP.	Museu/Plenário TSE
26	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Universidade Brasil, *campus* de São Paulo/SP.	Museu/Plenário TSE
27	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Faculdade de Direito de Franca/SP.	Museu/Plenário TSE
28	Apoio à visita do presidente e de magistrados do Tribunal de Justiça da União Europeia, para audiência com o ministro presidente do TSE.	Presidência TSE
29	Apoio à cerimônia de verificação de assinatura dos sistemas Gerenciamento e Receptor de Urnas, para as Eleições 2016.	Sala multiuso TSE
30	- Apoio à concessão de entrevistas coletivas pelo presidente do TSE relativas às Eleições 2016. - Organização e realização do *coffee break* com acompanhamento dos resultados das Eleições 2016.	Auditório I TSE Presidência TSE

Atividades do mês de novembro de 2016

Dia	Evento	Local
4	Apoio à reunião no Gabinete da Ministra Luciana Lóssio, com o tema Participação da Mulher na Política, coordenada pela ministra.	Gabinete da Ministra Luciana Lóssio TSE
8	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo/RS e do Centro Universitário Una de Belo Horizonte/MG.	Museu/Plenário TSE
22	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade da Região de Joinville (Univille), *campus* de São Bento do Sul/SC.	Museu/Plenário TSE
23	Organização e realização do evento de lançamento do livro *Novos paradigmas do Direito Eleitoral*, de autoria do Ministro Luiz Fux e do Dr. Carlos Eduardo Frazão.	Salão NobreTSE
24	Organização e realização do *workshop* Avaliação das Regras Aplicadas às Eleições 2016.	Auditório I/2º andar (ala azul) TSE
29	- Acompanhamento do ministro presidente ao Conselho Federal da OAB para participação no Seminário Diálogos sobre Reforma Política. - Acompanhamento do ministro presidente à Câmara dos Deputados para participação da audiência pública na Comissão Especial de Reforma Política.	Conselho Federal da OAB Câmara dos Deputados

Atividades do mês de dezembro de 2016

Dia	Evento	Local
2	Acompanhamento do ministro presidente e apoio à realização do 69º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel).	TRE/DF
5	Apoio à realização do X Encontro Nacional do Poder Judiciário, sob organização do CNJ.	Auditório I TSE
14	Organização e realização da cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 15/2016, entre o TSE e a Enfam.	Gabinete da Presidência TSE
15	Apoio à realização de café da manhã com a presença do ministro presidente do TSE e de parlamentares da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados.	Gabinete da Presidência TSE
16	Organização e realização da solenidade em Comemoração dos 20 Anos da Urna Eletrônica.	Centro Cultural da Justiça Eleitoral (Rio de Janeiro/RJ)

1.4. ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

O Brasil possui um dos mais modernos sistemas de votação do mundo. Mesmo antes da informatização das eleições, o país já contava com um sistema de votação manual bastante avançado. A experiência eleitoral brasileira, principalmente com o advento do voto eletrônico, tornou-se referência internacional. Nesse contexto, foi criada, por meio da Resolução-TSE nº 20.825, de 26 de junho de 2001, a Assessoria de Assuntos Internacionais do Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de estreitar as relações entre a Justiça Eleitoral do Brasil e as diversas entidades internacionais que trabalham com eleições.

Compete à Assessoria de Assuntos Internacionais:

- planejar, promover e executar políticas de divulgação do processo eleitoral brasileiro perante organismos internacionais;
- apresentar estudos e projetos de cooperação técnica internacional;
- coordenar visitas de missões estrangeiras ao Tribunal Superior Eleitoral e, quando solicitada, aos tribunais regionais eleitorais;
- assessorar magistrados e servidores da Justiça Eleitoral quando em missões de observação, acompanhamento e monitoramento de eleições no exterior;
- assessorar as unidades da Secretaria do Tribunal e dos tribunais regionais eleitorais na intermediação de assuntos internacionais;
- organizar e acompanhar as visitas protocolares estrangeiras;

- organizar a agenda de compromissos internacionais do presidente;
- organizar a documentação histórica de sua área de atuação para integrar o Projeto Memória da Justiça Eleitoral.

Durante 2016, a Assessoria Internacional exerceu atividades destinadas ao reforço da cooperação do Tribunal Superior Eleitoral com foros regionais e organismos internacionais eleitorais conforme o compromisso da Justiça Eleitoral Brasileira com o aprimoramento internacional das normas e práticas eleitorais.

As atividades desenvolvidas pela unidade podem ser agrupadas basicamente em quatro campos temáticos, a saber: participação em foros e reuniões internacionais; missões de observação eleitoral; acolhida de missões e comitivas estrangeiras; e assinatura de acordos de cooperação/memorandos de entendimento.

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Participação em foros e reuniões internacionais

Gestão do Ministro Dias Toffoli

1. A convite da Association of World Election Bodies (A-WEB) e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Henrique Neves participou da 4ª Reunião do Conselho Executivo da A-WEB e do Seminário Alavancagem do Uso da Tecnologia nas Eleições para sua Transparência e Credibilidade, de 21 a 24 de fevereiro, em Nova Delhi, Índia.

2. A convite da Câmara Nacional Eleitoral da Argentina, o Ministro Dias Toffoli participou do Seminário Avaliação dos Processos Eleitorais e Propostas para seu Aperfeiçoamento, em 7 de março, em Buenos Aires, Argentina.

3. A convite da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Tarcísio Vieira, acompanhado do assessor internacional, Tarcísio Costa, participou da Reunião Ordinária do Conselho Eleitoral da Unasul, em 16 de março, em Montevidéu, Uruguai.

4. A convite da Escola de Direito de Brasília, do Instituto Brasiliense de Direito Público (EDB/IDP) e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDDUL), o Ministro Dias Toffoli participou do IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito: Democracia no Contexto das Crises Política e Econômica, realizado em 29 a 31 de março, em Lisboa, Portugal.

5. A convite da A-WEB e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o secretário-geral da Presidência, Carlos Vieira von Adamek, acompanhado do Dr. Marco Antonio Martin Vargas, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, participou do Programa de Capacitação para Agentes Eleitorais de Nível Intermediário e do Programa de Visitantes para as Eleições Parlamentares da Coreia do Sul, de 7 a 16 de abril, em Incheon, Coreia do Sul.

6. A convite da Comissão de Veneza e da Autoridade Eleitoral Permanente da Romênia, o Ministro Dias Toffoli, acompanhado da assessora da Presidência, Renata de Azevedo, e do assessor internacional, Tarcísio Costa, participou do 1º Debate Científico de Especialistas Eleitorais sobre Lei

Eleitoral e Novas Tecnologias: Desafios Legais; e da 13ª Conferência Europeia de Órgãos Eleitorais sobre Novas Tecnologias nas Eleições: Confiança Pública e Desafios para os Órgãos Eleitorais, de 12 a 15 de abril, em Bucareste, Romênia.

7. Por indicação do Ministro Dias Toffoli, o juiz instrutor do Gabinete do Ministro no Supremo Tribunal Federal, Dr. Richard Paulro Pae Kim, participou do Curso Internacional Especializado: Voto Eletrônico do Exterior, de 18 a 22 de abril, na Cidade do México, México.

8. A convite do Instituto Nacional Eleitoral do México (INE) e por indicação do Ministro Dias Toffoli, o Ministro Admar Gonzaga Neto participou do Fórum sobre a Fiscalização do Dinheiro de Partidos e Campanhas: um Diálogo Interamericano, em 5 e 6 de maio, na Cidade do México, México.

Gestão do Ministro Gilmar Mendes

9. A convite do diretor do Centro Internacional de Estudos Parlamentares (International Centre for Parliamentary Studies), Dr. Arvind Venkataramana, e por indicação do Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Tarcísio Vieira participou do 12º Simpósio de Assuntos Eleitorais Internacionais, em 13 e 14 de junho em Windhoek, Namíbia.

10. A convite do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (Idea) e da Faculdade de Direito da Universidade de Estocolmo, o Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do então assessor internacional, Cézar Amaral, participou da 11ª Sessão Extraordinária do Conselho do Idea; da palestra A Situação Política do Brasil e o Papel das Instituições, na Faculdade de Direito da Universidade de Estocolmo; e das reuniões com o *speaker* do Parlamento Sueco, Dr. Urban Ahli, com o presidente da Comissão de Justiça, com o presidente da Comissão de Constituição do Parlamento Sueco e com a reitora da Universidade de Estocolmo, Sra. Astrid Söderbergh Widding, de 14 a 16 de junho, em Estocolmo, Suécia.

11. A convite do Idea e por indicação do presidente do TSE, o Ministro Dias Toffoli e o secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF), Ricardo Negrão, participaram de reuniões de trabalho com membros da Comissão Eleitoral da Legislatura da Província de Córdoba e com o Tribunal Supremo de Justiça, em 16 e 17 de junho, em Córdoba, Argentina.

12. A convite da Unasul e por indicação do Ministro Gilmar Mendes, o ouvidor-geral, Juiz Jurandi Pinheiro, acompanhado do então assessor internacional, Cézar Amaral, participou da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Eleitoral da Unasul, em 18 e 19 de agosto, em Quito, Equador.

13. Por indicação do Presidente do TSE, o Diretor-Geral, Maurício Melo, o então assessor internacional, Cézar Amaral, e a assessora internacional substituta, Fernanda Jannuzzi, participaram de reunião para tratar sobre a devolução das urnas cedidas por empréstimo ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai, em 22 e 23 de agosto, em Assunção, Paraguai.

14. A convite do ministro das Relações Exteriores da Mongólia, Dr. Tsend Munkh-Orgil, e do secretário-geral do Idea Internacional, Dr. Yves Leterme, e por indicação do presidente do TSE, o assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência, Sérgio Antônio Ferreira Victor, participou do Fórum Anual para Democracia, em 25 e 26 de agosto, em Ulaanbaatar, Mongólia.

15. A convite do Comitê de Organização da Comissão Eleitoral Central da Federação Russa, da Associação dos Advogados Russos, da Polycentric World Foundation e do Instituto Estatal de Relações

Internacionais de Moscou (MGIMO University), do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, e por indicação do Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Henrique Neves participou da Conferência Internacional Soberania Eleitoral no Mundo Global: Estratégias Nacionais para o Desenvolvimento de Instituições Democráticas e Fortalecimento dos Direitos Eleitorais dos Cidadãos, em 17 e 18 de setembro, em Moscou, Rússia.

16. A convite da presidente da Autoridade Eleitoral da Romênia, Dra. Ana Maria Patru, e por indicação do presidente do TSE, a juíza auxiliar da Presidência, Dra. Ana Aguiar, participou da 3ª Conferência Internacional da Autoridade Eleitoral Permanente da Romênia, em 6 e 7 de outubro, em Delta do Danúbio, Romênia.

17. A convite da vice-secretária da Comissão Eleitoral da Índia, Dra. Padma Angmo, e por indicação do Ministro Gilmar Mendes, o diretor da Escola Judiciária do TSE, Dr. Fábio Quintas, participou da Conferência Internacional sobre Educação do Eleitor para a Participação Inclusiva, Informada e Ética, de 19 a 21 de outubro, em Nova Délhi, Índia.

18. A convite da Organização dos Estados Americanos (OEA) e por indicação do Presidente do TSE, a Ministra Luciana Lóssio, acompanhada da assessora internacional substituta, Fernanda Jannuzzi, participou da XI Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais, em 20 e 21 de outubro, na Cidade do México, México.

19. A convite do Idea e por indicação do Ministro Gilmar Mendes, o secretário-geral da Presidência, Dr. Luciano Fuck, participou da 3ª Reunião do Comitê Diretor do Idea Internacional, no dia 24 de outubro, em Estocolmo, Suécia.

20. A convite da União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore) e por indicação do Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Admar Gonzaga Neto participou da XIII Conferência da Uniore, em 27 e 28 de outubro, em Assunção, Paraguai.

21. A convite da Corte Eleitoral do Uruguai e do Escritório Regional do Idea Internacional para a América Latina e o Caribe, o Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do secretário-geral da Presidência, Dr. Luciano Fuck, e do assessor internacional, Ciro Leal, participou do Colóquio sobre Financiamento de Partidos Políticos e Campanhas Eleitorais, em 22 de novembro, em Montevidéu, Uruguai.

22. A convite do Idea, o Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do secretário-geral da Presidência, Dr. Luciano Fuck, e do assessor internacional, Ciro Leal, participou da 25ª Sessão do Conselho do Idea Internacional e de reuniões com o Sr. Tommy Carlsson, coordenador internacional da Agência Fiscal Sueca (Skatteverket); com a Sra. Anna Nyqvist, diretora administrativa, e com o Sr. Hans-Ivar Swärd, consultor sênior da Agência Eleitoral Sueca; com o Juiz Mats Melin, presidente da Corte Suprema Administrativa Sueca; com o Juiz Göran Lambertz, membro da Corte Suprema Sueca e com a diretora-geral para Assuntos Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Sra. Anna-Karin Enestrom, em 7 a 9 de dezembro, em Estocolmo, Suécia.

Missão de Observação Eleitoral

Gestão do Ministro Dias Toffoli

23. A convite da Unasul, o Ministro Dias Toffoli participou da Missão do Conselho Eleitoral da Unasul para as Eleições Gerais para presidente da República, vice-presidente, congressistas e representantes perante o Parlamento Andino na República do Peru, de 8 a 10 de abril, em Lima, Peru.

24. A convite da OEA, a Ministra Luciana Lóssio participou da Missão de Observação Eleitoral para as Eleições Gerais e de representantes peruanos perante o Parlamento Andino, de 6 a 12 de abril, em Lima, Peru.

Gestão do Ministro Gilmar Mendes

25. A convite da Unasul e do Jurado Nacional de Eleições do Peru (JNE), o Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do então assessor internacional, Cézar Amaral, participou da Missão do Conselho Eleitoral da Unasul para o segundo turno da eleição presidencial na República do Peru, em 5 de junho, em Lima, Peru.

26. A convite da Comissão Eleitoral Nacional de São Tomé e Príncipe e por indicação do Ministro Gilmar Mendes, o então assessor internacional, Cézar Amaral, participou de Missão de Observação Eleitoral por ocasião das eleições presidenciais na República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 17 de julho, em São Tomé, São Tomé e Príncipe.

27. A convite da presidente da Comissão Central Eleitoral da Federação da Rússia, Dra. Ella Pamiflova, e por indicação do presidente do TSE, o Ministro Henrique Neves acompanhou, como observador eleitoral, as eleições parlamentares russas, em 17 e 18 de setembro, em Moscou, Rússia.

28. A convite da Unasul e por indicação do presidente do TSE, o ouvidor-geral, Juiz Jurandi Pinheiro, participou de missão de acompanhamento, do Conselho Eleitoral da Unasul, ao plebiscito sobre o acordo final para a terminação do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura, realizado em 1° e 2 de outubro, em Bogotá, Colômbia.

29. A convite dos presidentes da Justiça Eleitoral e do Conselho Executivo do Serviço Eleitoral do Chile, Dr. Patricio Valdes Aldunate e Dr. Patricio Santamaria Mutis, respectivamente, e por indicação do presidente do TSE, o Ministro Tarcísio Vieira participou como observador eleitoral das eleições municipais chilenas, em 23 de outubro, em Santiago, Chile.

30. A convite da Fundação Internacional para o Sistema Eleitoral (Ifes), o Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do Ministro Teori Zavascki e do secretário-geral do TSE, Dr. Luciano Fuck, participou do Programa de Eleições dos Estados Unidos (2016 U.S Election Program) e da 7ª Conferência de Organização Global de Eleições (GEO-7), de 7 a 11 de novembro, em Washington, Estados Unidos da América.

Acolhida de missões e comitivas estrangeiras

Gestão do Ministro Dias Toffoli

31. O ministro do TSE, Teori Zavascki, recebeu visita da delegação da Suprema Corte Turca interessada em conhecer o sistema eleitoral brasileiro, em 22 de fevereiro, em seu gabinete. A comitiva foi composta pelos seguintes integrantes: Dr. Serdar Ozguldur, ministro presidente da Suprema Corte; Dr. Nuri Necipoğlu, ministro vice-presidente da Suprema Corte; Sr. Ufuk Yesil, secretário-geral da Suprema Corte; Dr. Ismail Sari, juiz assessor da Suprema Corte; Sr. Muammer Ali Necipoğlu, filho do vice-presidente; Dr. Marcus Onodera, juiz assessor da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

32. O TSE recebeu, em 1° de março, visita de delegação de Botsuana com o intuito de conhecer de perto a experiência eleitoral brasileira para eventual adoção de um sistema de votação eletrônica. A delegação foi composta por membros da Embaixada de Botsuana no Brasil: Dra. Bernadette Rathedi, embaixadora; Dr. Monei Rapuleng, conselheiro; Dra. Thandiwe Tsheko, primeira-secretária; e por membros da Comissão Eleitoral de Botsuana: Dra. Raleru Motlapele Eunice, autoridade eleitoral; Dra. Moeletsi Francinah, diretora para Eleições; Dr. Seutlwetse Andrew Tandi, diretor para Eleições; e Dr. Phalanyane Thabo, programador-chefe.

33. O então presidente do TSE, Ministro Dias Toffoli, recebeu visita de cortesia de membros da Comissão de Constituição do Parlamento Sueco, em 30 de março. A delegação sueca foi composta por membros da Embaixada da Suécia no Brasil, Embaixador Per-Arne Hjelmborn, Ministra Conselheira Pernilla Josefsson e Conselheira Anna Sundström; pelo Dr. Sr. Björn von Sydow, vice-presidente do Partido Social Democrata sueco; pela Dra. Annicka Engblom, integrante do Partido Moderado sueco; pelo Dr. Jonas Millard, membro dos Democratas Suecos; pelo Dr. Jonas Gunnarsson, membro do Partido Social Democrata sueco; pelo Dr. Per-Ingvar Johnsson, membro do Partido de Centro sueco; pela Dra. Mia Sydow Mölleby, membra do Partido de Esquerda sueco; pela Dra. Emilia Töyrä e Dra. Berit Högman, membras do Partido Social Democrata; pela Dra. Lisbeth Sundén Andersson, membra do Partido Moderado; pelo Dr. Peder Nielsen, chefe do Subsecretariado; e pela Dra. Satu Saríniemi, diretora do Secretariado.

34. O TSE recebeu visita da delegação de Lesoto com o intuito de conhecer o sistema eleitoral brasileiro, em 19 de abril. A delegação foi composta por membros da Comissão Eleitoral Independente: Dra. Mamosebi Pholo, comissária; Dra. Austeria L. Ntsike, diretora de Eleições; e Dr. Lehlohonolo Suping, diretor Jurídico.

35. O TSE recebeu visita da delegação de Moçambique, que demonstrou interesse no sistema eletrônico de votação e na identificação biométrica. A visita ocorreu em 26 e 27 de abril. A delegação foi composta por membros da Comissão Nacional de Eleições: Dr. Meque Braz Dacambane, segundo vice-presidente; Dr. António Cabral Muacorica, vocal; e Dr. José Belmiro Samuel, vocal; por membros do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral: Dr. Mário Ernesto, Diretor de Organização e Operações Eleitorais; e Dr. Cláudio Albasine Langa, Diretor DFEC; e pelo Dr. Jaime Victor Nicols, conselheiro da Embaixada de Moçambique.

36. O TSE organizou o VII Encontro de Magistradas Eleitorais Ibero-Americanas: Igualdade de Gênero e Democracia, em 17 e 18 de março, em Brasília.

Participaram do encontro as delegações dos seguintes países e organismos internacionais:

- **Brasil**: Ministro Dias Toffoli, então presidente do TSE; Ministra Luciana Lóssio, Ministro Admar Gonzaga, Ministro Henrique Neves, todos os ministros do TSE; Ministro Ricardo Lewandowski, então presidente do Supremo Tribunal Federal; Ministra Cármen Lúcia, então vice-presidente do Supremo Tribunal Federal; Dr. Claudio Pacheco Prates Lamachia, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. Carlos Alberto Simas Magalhães, subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior; Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, membro auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral; Dra. Vanessa Grazziotin, procuradora especial da Mulher no Senado Federal; Dra. Nilma Lino Gomes, ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Dra. Mônica Herman Caggiano, professora da Universidade de São Paulo – Mackenzie (USP).
- **Bolívia**: Carmen Dunia Sandoval Arenas e Lucy Cruz Villca, vocais do Tribunal Supremo Eleitoral.
- **Canadá**: Dra. Karine Morin, chefe interina de Pessoal e assessora sênior de Relações Internacionais, Provinciais e Territoriais.
- **Chile**: Dra. Teresa Carolina Figueroa Chandía, presidente do Tribunal Eleitoral da 5ª Região de Valparaíso.
- **Colômbia**: Dra. Idayris Yolima Carrillo Perez, conselheira do Conselho Nacional Eleitoral.
- **Equador**: Dra. Nubia Villacís, vice-presidente do Conselho Nacional Eleitoral, Dra. Ana Marcela Paredes e Dra. Luz Haro, conselheiras do Conselho Nacional Eleitoral, Dra. Patricia Zambrano Villacrés, juíza do Tribunal Contencioso Eleitoral, e Dra. Roxana Silva, juíza da Corte Constitucional.
- **Estados Unidos**: Dra. Christy McCormick, comissária do Comitê de Assistência Eleitoral, e Dra. Ann M. Ravel, comissária-chefe da Comissão Eleitoral Federal.
- **México**: Dra. María del Carmen Alanis Figueroa, magistrada do Tribunal Eleitoral do Poder Judicial da Federação.
- **Panamá**: Dra. Lourdes González, magistrada suplente do Tribunal Eleitoral, e Dra. Yara Ivette Campo Berrío, diretora executiva do Tribunal Eleitoral.
- **Peru**: Dra. Rosa María López Triveño, diretora da Oficina de Cooperação e Relações Internacionais do Jurado Nacional de Eleições.
- **República Dominicana**: Dra. Dolores Altagracia Fernández, diretora de Registro Civil da Junta Central Eleitoral, e Dra. Rosa Pérez, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral.
- **Uruguai**: Dra. Sandra Etcheverry, ministra da Corte Eleitoral.
- **Venezuela**: Dra. Jhannett María Madriz Sotillo, magistrada do Tribunal Supremo de Justiça.
- **Capel**: Dra. Sofía Vicenzi, oficial de Programas.
- **Idea Internacional**: Dra. Pillar Tello, coordenadora da Área de Gênero para a América Latina.

37. O TSE, com o Idea Internacional, realizou a VIII Conferência Ibero-Americana sobre Justiça Eleitoral: Judicialização da Política, Democracia Interna dos Partidos e Integridade no Processo Eleitoral, de 28 de abril a 3 de maio, em Manaus.

Participaram da conferência:

- **Brasil**: Ministro Dias Toffoli, presidente do TSE à época; Ministro Henrique Neves, do TSE; Desembargadora Socorro Neto, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas; e Dr. Arthur Virgílio Neto, prefeito de Manaus.
- **Argentina**: Dr. Santiago Hernán Corcuera, vice-presidente da Câmara Nacional Eleitoral.
- **Bolívia**: Dr. Idelfonso Mamani Rojas, vocal do Tribunal Supremo Eleitoral.
- **Colômbia**: Dr. Antonio Berrocal Rivera, delegado eleitoral do Registro Nacional Civil.
- **Costa Rica**: Dr. Juan Luis Rivera Sánches, membro da Presidência do Tribunal Supremo de Eleições.
- **El Salvador**: Dr. Oscar Francisco Panameño e Dr. Carlos Rovira, magistrados do Tribunal Supremo Eleitoral.
- **Equador**: Dr. Patrício Baca Mancheno, juiz presidente do Tribunal Contencioso Eleitoral.
- **Espanha**: Dr. Manuel Delgado-Iribarren García-Campero, membro das Cortes Gerais e diretor da Secretaria Técnica da Junta Eleitoral Central.
- **Honduras**: Dr. Marcos Ramiro Lobo, magistrado do Tribunal Supremo Eleitoral.
- **México**: Dr. Salvador Nava Gomar, magistrado da Sala Superior do Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação.
- **Panamá**: Dr. Erasmo Pinilla, presidente do Tribunal Eleitoral, e Dr. Juan Carlos Pérez, assessor legal de Despacho do Tribunal Eleitoral.
- **Peru**: Dr. Francisco Távara, presidente do Jurado Nacional de Eleições, e Dr. Alberto Kuroiwa Bermejo, diretor nacional de Fiscalização e Processos Eleitorais.
- **República Dominicana**: Dr. José Manuel Hernández Peguero e Dr. Fausto Marino Mendonza Rodríguez, juízes do Tribunal Superior Eleitoral.
- **Uruguai**: Dr. Gustavo Silveira, ministro do Tribunal Eleitoral.
- **Venezuela**: Dr. Malaquias Gil Rodríguez, magistrado vice-presidente do Tribunal Supremo de Justiça, e Dr. Christian Zerpa, magistrado da Sala Eleitoral do Tribunal Supremo de Justiça.
- **Idea Internacional**: Dr. Yves Leterme, secretário-geral, e Dr. Daniel Zovatto, diretor do Idea para América Latina e Caribe.
- **OEA**: Dr. Gerardo de Icaza, diretor do Departamento para a Cooperação e Observação Eleitoral.

38. Em 10 de maio, em solenidade no Gabinete da Presidência, o então presidente do TSE, Ministro Dias Toffoli, lançou o sistema Título Net, que simplifica a transmissão do alistamento eleitoral dos brasileiros que moram no exterior. Participaram da solenidade: Dr. Romeu Gonzaga Neiva,

presidente do TRE/DF; Dr. Paulo Lucena Melo, chefe da Seção de Procedimentos Cartorários do TRE/DF; Dr. Robson Corrêa Viana, assistente de Planejamento do TRE/DF; Dr. Ricardo Negrão de Lima, secretário de Tecnologia da Informação do TRE/DF; Dra. Juliana Bandeira, chefe da Zona Exterior do TRE/DF; Dr. Nicolau Lupianhes Neto, então juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral (CGE); Dr. Nicolao Dino, vice-procurador da CGE; Embaixador Mauro Vieira, então ministro das Relações Exteriores; Embaixador Sérgio França Danese, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do MRE; Dra. Maria Luiza Lopes da Silva, ministra do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior do MRE; Dra. Camile Nemitz Filipozzi, conselheira da Divisão de Assistência Consular do MRE; e Dr. Milton Figueiredo Coutinho, Conselheiro da Divisão de Assistência Consular do MRE.

Gestão do Ministro Gilmar Mendes

39. O TSE recebeu os participantes da XIII Edição do Programa Joaquim Nabuco de Cooperação e Intercâmbio de Magistrados e Servidores dos Tribunais Constitucionais e das Cortes Supremas dos Países-Membros do Mercosul e Associados, em 9 de junho. Participaram de reunião com o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, membros das seguintes delegações:

- **Bolívia**: Dr. Juan Oswaldo Valencia Alvarado, presidente do Tribunal Constitucional Plurinacional.
- **Chile**: Dr. Luis Moisés Aedo Mora, juíz penal do Tribunal de Garantia de Chilán; Dr. Benjamin Gonzalo Ahumada Ruz, juiz substituto da 2ª Vara Cível de Valparaíso; e Dra. Catalina Salem Gesell, advogada assessora do Tribunal Constitucional.
- **Peru**: Dr. Javier Villa Stein, presidente da Sala Penal Permanente da Corte Suprema de Justiça; Dr. Cesar José Hinostroza Pariachi, juiz da Sala Penal Permanente da Corte Suprema de Justiça; Dr. Angel Romero Díaz, juiz da Corte Suprema de Justiça; Dra. Marianella Ledesma Narváez, vice-presidente do Tribunal Constitucional; Dr. Carlos Ramos Nuñez e Ernesto Blume Fortini, magistrados do Tribunal Constitucional.
- **Uruguai**: Dr. José Ignacio Rivero Wyszyns, assessor jurídico da Corte Suprema de Justiça.
- **Venezuela:** Dr. Juan Luis Ibarra Verenzuela, magistrado da Sala de Cassação Penal do Tribunal Supremo de Justiça.

40. Em 13 de setembro, o TSE recebeu alunos intercambistas do Programa Teixeira de Freitas, destinado a estudantes de Direito de universidades estrangeiras em convênio com a Universidade de Brasília (UnB) e que tem como objetivo apresentar a estrutura do Judiciário brasileiro.

Participaram da visita ao TSE os seguintes alunos, todos de nacionalidade chilena: Francisca E. Piulats Pedreros, Karla Renee Araya Rodriguez, Macarena Paz Gaete Jiménez e Sebastián Nicolás R. Juio. Os alunos foram acompanhados pelo chefe da Assessoria Internacional da UnB, Professor Eiiti Sato.

41. O TSE recebeu delegações de diversos países para acompanhar as eleições municipais de 2016, de 29 de setembro a 2 de outubro.

Participaram do acompanhamento as delegações dos seguintes países e organismos internacionais:

- **Angola**: Dr. Manuel Pereira da Silva, presidente da Comissão Provincial de Luanda (Comissão Nacional Eleitoral).
- **Bolívia**: Dra. Dunia Sandoval, vocal do Tribunal Supremo Eleitoral.
- **Botsuana**: Dra. Keireng Auntie Zuze, CEO da Comissão Eleitoral Independente.
- **Coreia do Sul**: Dr. Jae Hoo Lee, secretário-geral regional da Comissão Nacional Eleitoral; Dr. Kyong Ho Kim, chefe de seção da Comissão Nacional Eleitoral; Sr. Tae Yeong Park, funcionário da Comissão Nacional Eleitoral; e Sr. Sang Do Shim, funcionário sênior da Comissão Nacional Eleitoral.
- **Costa Rica**: Dra. Zetty María Bou Valverde, magistrada suplente do Tribunal Supremo de Eleições.
- **Estados Unidos**: Dr. Adedeji Okediji, primeiro secretário, e Dra. Kristin Kane, conselheira política da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.
- **França**: Dr. Jean-Philippe Rivaud, magistrado de ligação para Brasil, da Embaixada da França no Brasil.
- **Geórgia**: Dra. Tamar Shukakidze, chefe de Recursos Humanos da Comissão Central Eleitoral.
- **Guiné**: Dr. Bakari Fofana, presidente da Comissão Eleitoral Nacional Independente.
- **Guiné-Bissau**: Dr. José Pedro Sambú, secretário executivo da Comissão Nacional de Eleições.
- **Jamaica**: Dra. Pauline Dorrett Welsh, diretora de Assuntos Legais, Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Eleitoral.
- **México**: Dra. María Emilia Domínguez, vocal executiva do Instituto Nacional Eleitoral.
- **Panamá**: Dra. Maruja Galvis Castillo, coordenadora do Tribunal Eleitoral.
- **Peru**: Dr. Ezequiel Baudelio Chávarry Correa, membro titular do Jurado Nacional de Eleições, e Dr. Enrique Martin Benites Cadenas, diretor-geral de Normatividade e Assuntos Jurídicos do Jurado Nacional de Eleições.
- **Rússia**: Dr. Nikolay Levichev, membro da Comissão Central de Eleições; Dra. Vladislava Fadeeva, conselheira do Departamento de Relações Internacionais; e Alena Peplova, terceira secretária da Embaixada da Rússia no Brasil.
- **República Dominicana**: Dr. Roberto Rosario Márquez, presidente da Junta Eleitoral Central.
- **OEA**: Hector Eduardo Jorge Schamis, assessor do Secretário-Geral.

42. O TSE recebeu missão técnica da Argentina com interesse em conhecer o sistema eleitoral brasileiro de forma detalhada, com ênfase na identificação biométrica e na auditoria do processo eletrônico de votação, em 12 e 13 de dezembro. A comitiva foi composta pelos seguintes integrantes: Dr. Sebastian Schimmel, secretário de Atuação Eleitoral da Câmara Nacional Eleitoral argentina (CNE); Dr. Gerardo Fabiano, coordenador de Auditorias da CNE; Dr. Héctor Hernández, consultor da CNE; e Dra. Maria Ines Tula, representante do PNUD.

Assinatura de acordos de cooperação/memorando de entendimento

Elencam-se a seguir os acordos firmados em 2016:

- **TSE e Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai (TSJE)**

  O Dr. Maurício Melo, diretor-geral do TSE, firmou Memorando de Entendimento com a Dra. María Elena Wapenka Galeano, ministra do TSJE, em 22 de agosto, com o objetivo de estabelecer os critérios para a devolução das urnas eletrônicas brasileiras que foram cedidas por empréstimo ao TSJE e que serão descartadas de acordo com o disposto nas normas expedidas pelo TSE.

- **TSE e Comissão Nacional de Eleições de Guiné-Bissau (CNE)**

  O Ministro Gilmar Mendes assinou Memorando de Entendimento com o Juiz Desembargador José Pedro Sambú, secretário executivo da CNE, em 4 de outubro, com a intenção de prestar assistência técnica à CNE nas áreas de modernização dos cadastros eleitorais; modernização do sistema de transmissão de resultados; capacitação de técnicos de informática e de logística; e educação cívica e de comunicação. Foi constituído grupo de trabalho composto por três integrantes do lado brasileiro, a saber: Dr. Maurício Melo, diretor-geral do TSE; Dr. Giuseppe Janino, secretário de Tecnologia da Informação do TSE; Dr. Paulo Lima, coordenador-geral de Cooperação Técnica – Palop e Timor-Leste – da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE); e igualmente por três integrantes do lado guineense, a saber: Dr. Idriça Djalo, secretário executivo adjunto; Dr. António Iaia P. S. Jau, diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos; e Dr. Braima Turé, diretor do Departamento de Estatística e Informática.

- **TSE e Instituto Nacional Eleitoral do México (INE)**

  O Ministro Gilmar Mendes firmou acordo de cooperação com o Dr. Lorenzo Córdova Vianello, conselheiro presidente do INE, em 7 de novembro, com o intuito de desenvolver ações de cooperação e intercâmbio em matéria eleitoral, principalmente no que diz respeito à formação baseada nos valores cívicos e democráticos, aos procedimentos de fiscalização e controle das contas eleitorais e ao uso de tecnologias nos processos eleitorais. Para a preparação e o desenvolvimento das atividades propostas, a Assessoria Internacional do TSE e a Coordenação de Assuntos Internacionais do INE constituirão um comitê operacional.

1.5. SECRETARIA JUDICIÁRIA

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

À Secretaria Judiciária compete o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades referentes ao processamento dos feitos físicos e eletrônicos submetidos à apreciação do Tribunal.

É composta pelas seguintes unidades:

- Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (CPadi);
- Coordenadoria de Processamento (CPRO);
- Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções (Coare);
- Assessoria de Apoio à Gestão (Asag-SJD);
- Assessoria do Processo Judicial Eletrônico (ASPJE).

Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (CPadi)

A CPadi é responsável por planejar, coordenar e orientar as atividades referentes ao recebimento, ao registro, à distribuição e ao encaminhamento de processos e petições judiciais, bem como as atividades referentes ao gerenciamento de dados partidários. Essa coordenadoria é composta por três unidades, a saber:

- **Seção de Classificação Processual e Montagem (Seprom)**: seção responsável pelo protocolo judicial, registro e recebimento de petições encaminhadas por fax ou por peticionamento eletrônico e montagem dos processos judiciais.
- **Seção de Autuação e Distribuição (Seadi)**: seção responsável pela autuação e distribuição dos processos, atualização da autuação e redistribuição de processos, utilizando os sistemas SADP e PJe.
- **Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (Sedap)**: seção responsável pelo gerenciamento dos dados partidários e pela publicação dos atos processuais relativos às propagandas partidárias, prestação de contas e registros de candidaturas aos cargos de presidente e vice-presidente da República. Embora a Sedap realize atividades semelhantes às da CPRO, sua atuação limita-se a processamento de feitos que se relacionam com os registros partidários, prestações de contas de caráter nacional e propaganda partidária.

Ao longo do ano, a CPadi esteve à frente das atividades que consolidaram o novo Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP3). Realizou dois encontros presenciais dos membros que compõem a Comissão Permanente do SGIP, nos períodos de 29 de fevereiro de 2016 a 3 de março de 2016 e de 21 a 25 de novembro de 2016, cujo objetivos foram testar, validar e levantar requisitos para o Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP3).

Também coube à CPadi o gerenciamento de implementações e desenvolvimento das funcionalidades do Sistema de Apoiamento a Partido em Formação (SAPF), implantado a partir da publicação da Portaria-TSE nº 439 de 9 de maio de 2016, cuja minuta contou com o apoio da Coordenadoria, formalizou a utilização do sistema e promoveu os encontros presenciais de membros da Comissão Permanente do SGIP, nos períodos de 29 de fevereiro de 2016 a 3 de março de 2016 e de 21 a 25. de novembro de 2016, para testar, validar e levantar requisitos para o SAPF.

Serviços realizados pela CPadi

Seprom:

- registrar, por meio de protocolo, petições e documentos em geral de matéria jurisdicional recebidos no balcão, por peticionamento eletrônico ou por *fac-símile*;

- encaminhar os documentos recebidos e protocolizados para as respectivas seções responsáveis pelo processamentos dos referidos feitos;
- atender inicialmente aos requisitantes de protocolização de peças e a pessoas em geral que suscitem informações quanto à Secretaria Judiciária;
- realizar a montagem e numerações dos feitos cujo trâmite sejam de competência da SJD;
- receber, protocolizar, classificar, registrar e encaminhar as petições e os processos judiciários de competências originária e recursal, dando-lhes existência jurisdicional, no âmbito do TSE;
- ordenar os autos que serão encaminhados à Procuradoria-Geral Eleitoral e, posteriormente, remetidos às unidades técnicas do Tribunal;
- juntar fisicamente aos autos petições com mais de 50 folhas, procedendo à devida numeração;
- realizar a abertura e o encerramento de volumes.

Seadi:

- receber, classificar e autuar as petições e os processos de competências originária e recursal, observada a ordem do protocolo judicial realizado pela Seprom;
- certificar nos feitos a dependência ou prevenção, exercer o controle sobre os casos de distribuição por compensação e providenciar, no caso de vaga, a redistribuição ao ministro sucessor;
- controlar a distribuição dos recursos das eleições a fim de prevenir a competência do relator para casos do mesmo estado da Federação.
- conferir os dados do boletim de autuação e retificá-los se necessário;
- gerar as atas de distribuição dos processos;
- proceder à atualização da autuação e reautuação dos feitos;
- submeter ao ministro presidente dúvidas quanto a autuação e distribuição;
- emitir certidões que guardem relação com as atribuições da Seadi;
- proceder à distribuição dos processos no sistema de computação eletrônica do Tribunal;
- fazer conclusão dos processos distribuídos aos respectivos relatores ou remetê-los à Procuradoria-Geral Eleitoral, à Diretoria-Geral ou à Assessoria Especial, quando for o caso;
- todos os procedimentos são realizados tanto no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) quanto no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Sedap:

- atender ao público (advogado, partes e cidadãos) durante o expediente oficial, das 11h às 19h;
- juntar petições e encaminhar autos à unidade técnica ou ao gabinete do respectivo relator;

- processar autos cujo conteúdo atinam a registro ou alteração de estatuto partidário;
- receber, processar e anotar órgãos partidários (comissão e diretório nacional), bem como os delegados nacionais;
- expedir certidões referentes às agremiações partidárias, tais como de registro de partido, membro de partido, vigência, fusão, extinção, etc;
- confeccionar intimações e/ou notificações dos partidos ou responsáveis pelas agremiações partidárias nos feitos de propaganda partidária, prestação de contas e processado de tomada de contas especial;
- elaborar informações que subsidiarão os feitos de prestação de contas, propagandas partidárias e processados cujo natureza esteja vinculada aos partidos políticos e/ou aos seus membros;
- processar autos de propaganda partidária e elaborar calendário de veiculação da propaganda;
- providenciar carga dos autos quando solicitados por delegado ou advogado com procuração nos autos de propaganda partidária e/ou prestação de contas;
- publicar despachos e decisões proferidas nos autos de propaganda partidária e prestação de contas;
- gerenciar o Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP), prestando informações ao cliente externo (partidos políticos) e ao cliente interno (TREs), quanto aos procedimentos nele insertos.
- controlar os prazos referentes aos autos que tramitam na seção.

Produtos gerados pela CPadi em 2016

Os produtos da CPadi estão a seguir relacionados por seção.

I. Seção de Protocolo, Registro e Montagem (Seprom):

Relatório: montagens e atualizações de processos por volume e por período.
Data de geração: 18.11.2016.

Documentos protocolizados, registrados e encaminhados

Unidade	Qtde.
Coare	1.502
CPRO	3.476
CPadi	4.829
CGE	238
Sedap	960
Gabinetes de ministros	191
TOTAL	**11.196**

Montagens e atualização de montagens de processos (por volume)

2016	
Montagens (por volume)	12.092
Atualizações de montagem	3.066
TOTAL	**15.158**

II. Seção de Autuação de Distribuição (Seadi):

Autuação/distribuição, atualização de autuação e redistribuição

2016	
Autuação/distribuição	4.817
Atualização	4.527
Redistribuição	933
TOTAL	**10.277**

III. Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (Sedap):

2016	
Informações	190
Cartas de ordem	5
Citações	81
Intimações	332
Publicações (despachos, decisões, editais)	635
Gerenciamento de propagandas (calendário)	33
Atendimentos por meio do Service Desk	46
Atendimentos por meio da Ouvidoria	69
Inserção, gerenciamento e manutenção de informação no SAPF	56
Processamento de feitos (PCs e petições) referentes a prestação de contas (exercício financeiro e campanha)	348
Controle de processos referentes a parcelamento de valores a serem devolvidos ao Erário	7
Atualização do Plone – sítio do TSE (propaganda, alteração estatutária, normas complementares)	76
Anotação no SGIP	43

(Continuação)

2016	
Recebimento de Processos	3.076
Juntada	955
Autos remetidos – remessa	2.856
Autos remetidos – conclusão	612
Entrega carga/vista a advogado	410
TOTAL	**9.830**

Coordenadoria de Processamento (CPRO)

A Coordenadoria de Processamento possui três unidades internas – as seções de Processamento I, II e III –, nas quais são realizados os atos de apoio à jurisdição relativos às publicações, comunicações urgentes, citações, informações processuais, controle de prazos, juntadas, registro de recursos, certificações, atendimento ao público, conclusão de processos e remessa de documentos e feitos a outros órgãos.

Essas atividades são realizadas tendo como interlocutores: partes, advogados, Secretaria-Geral da Presidência e gabinetes dos ministros.

Como os atos de escrivão têm por finalidade o cumprimento às determinações legais relativas ao rito dos processos, bem como àquelas estabelecidas nos casos concretos pelos ministros da Corte, a CPRO relaciona-se ao processo interno Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional, na medida em que busca eficiência na prática dos atos cartorários como meio de viabilizar a rápida disponibilidade dos processos aos relatores.

Tomando-se, exclusivamente, as atividades de processos físicos, com base nos dados coletados do SADP, foram observados os seguintes quantitativos:

Atividades	Qtde.
Registros de trânsito em julgado	3.085
Recursos registrados (inclusive pedidos de reconsideração)	1.242
Publicações no *DJE*	5.962
Juntadas simples (inclusive *por linha*)	3.397
Cargas e vistas a advogados, MPE, DPU, PFN ou AGU	5.417
Registro de decurso de prazos	4.307
Conclusões a ministros	6.392
Processos ou documentos baixados	3.509
Processos sobrestados	85
Apensamentos	36
Atos ordinatórios	290
Devoluções de autos	10.219
Solicitações de expedição para outros órgãos	3.525

Destacou-se, em 2016, a participação da Coordenadoria na criação do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), unidade idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio de sua Resolução nº 235/2016, a qual tem por finalidade geral auxiliar o Tribunal na gestão de demandas e recursos repetitivos, tanto meritoriamente quanto em seu controle estatístico.

O Nugep/TSE foi instituído, em caráter permanente, pela Portaria-TSE nº 1.056 de 11 de outubro de 2016, a partir de análise (Informação nº 13/2016) e minuta de portaria elaboradas pela CPRO no Processo SEI nº 2016.00.000011346-0.

O Núcleo teve seus membros designados pela Portaria-TSE nº 1.057 de 11 de outubro de 2016, e sua coordenação incumbe à CPRO.

A Coordenadoria também participou da elaboração da Portaria-TSE nº 1.087 de 26 de outubro de 2016, mediante estudos (Informação nº 17/2016) e minuta de portaria constantes do Processo SEI nº 2016.00.000015517-1, que renovou no Tribunal os procedimentos atinentes ao processamento dos recursos interpostos ao Supremo Tribunal Federal (STF), em consonância com as disposições do Novo Código de Processo Civil e com a orientação jurisprudencial fixada pelo STF na apreciação da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 760.358/SE – em substituição ao antigo regramento que constava da Portaria-TSE nº 331/2003.

Manteve-se o papel da CPRO nas parcerias com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), com a Assessoria do Processo Judicial Eletrônico e com a Assessoria de Gestão Estratégica na formulação e aferição de regras de negócio para implementações e extração de dados, bem como para o aperfeiçoamento de sistemas.

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções (Coare)

À Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções (Coare) compete planejar, coordenar e executar as atividades referentes à transcrição dos apanhamentos orais realizados nas sessões plenárias, com vistas à composição dos acórdãos e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, suas respectivas publicações e ao processamento dos recursos deles advindos.

A Coare é a unidade responsável por disponibilizar acórdãos e resoluções destinados à publicação na *Revista de Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral* e no *Informativo TSE*.

É integrada por três seções: a Seção de Produção de Notas Orais (SPNotas), a Seção de Montagem de Acórdãos e Resoluções (Semar) e a Seção de Processamento e Publicação de Acórdãos e Resoluções (Separ).

À SPNotas compete a transcrição dos pronunciamentos havidos nas sessões plenárias para lavratura das atas das sessões de julgamento e composição dos acórdãos e das resoluções do Tribunal, assim como a degravação de audiências públicas e de oitivas de testemunhas, quando requerido pelo relator ou pelo presidente.

A Semar é responsável pela lavratura dos acórdãos e das resoluções do Tribunal a partir da disponibilização dos relatórios, dos votos e das ementas pelos gabinetes dos relatores.

À Separ compete a realização de atos processuais decorrentes das decisões colegiadas – incluídos a triagem de processos, a publicação dos acórdãos e das resoluções no órgão de imprensa oficial; a contagem dos prazos processuais; o processamento dos recursos advindos das decisões colegiadas do Tribunal, mais especificamente os embargos de declaração, recurso extraordinário, recurso ordinário e pedido de reconsideração eventualmente interpostos; a conclusão dos autos aos respectivos relatores; a publicação de intimações; o cumprimento de despachos e decisões; o atendimento aos clientes internos e externos.

Na Separ, também são processados os pedidos de execução de julgado pleiteados por acórdãos do Tribunal.

Atividades realizadas

I. Autos de transcrição:

Transcrição de reuniões*

Total	
Reuniões de grupos de trabalho	1
Audiências de testemunhas	24

* Dados extraídos em 18.11.2016.

II. Lavratura de acórdãos e resoluções:

Acórdãos e resoluções lavrados*

Total	
Acórdãos	1.763
Resoluções	30

* Dados extraídos em 18.11.2016.

III. Publicação de acórdãos e resoluções:

Acórdãos e resoluções publicados*

Total	
Acórdãos	1.732
Resoluções	30
Outras publicações (despachos, intimações para contrarrazões, decisões monocráticas)	2.423

* Dados extraídos em 18.11.2016.

IV. Processamento de recursos:

Recursos registrados e processados*

Total	
Agravo regimental	9
Embargos de declaração	412
Embargos infringentes	0
Recurso extraordinário	239
Recurso ordinário	3
Recurso inominado	1
Pedido de reconsideração	12

* Dados extraídos em 18.11.2016.

Assessoria de Apoio à Gestão da Secretaria Judiciária (Asag/SJD)

À Assessoria de Apoio à Gestão da Secretaria Judiciária, criada pela Resolução-TSE nº 23.480, de 17 de maio de 2016, compete, em sua fase inicial:

- dar cumprimento às determinações judiciais dos processos eletrônicos;
- realizar todos os atos de escrivão dos feitos judiciais eletrônicos;
- verificar dados do processo;
- publicar atos judiciais e demais atos delegados por norma ou autoridade;
- citar, intimar, notificar e encaminhar com vistas dos autos as correspondências e demais comunicações;
- zelar pelo controle dos prazos processuais;
- elaborar termos e certidões, nos feitos, dos atos que realiza;
- concluir os feitos;
- realizar as juntadas de peças não anexadas automaticamente ao processo, inclusive recursos internos e externos;
- controlar processos suspensos ou sobrestados;
- proceder à remessa eletrônica de processos e documentos a outras unidades do Tribunal ou a outros órgãos e tribunais, providenciando a respectiva baixa, quando for o caso;
- lavrar certidões, a pedido de partes, advogados ou interessados, dos atos processuais por elas praticados;
- promover à consideração superior informações em processos ou documentações avulsas, para a análise de questões específicas.

Além das competências anteriores, a Asag é responsável por planejar a disseminação do PJe nas coordenadorias da Secretaria Judiciária e por dar suporte às coordenadorias na tramitação.

As atividades da fase inicial demandam a interface constante com partes, advogados, Secretaria-Geral da Presidência e gabinetes dos ministros.

Os atos de escrivão com finalidade ao cumprimento das determinações legais relativas ao rito dos processos eletrônicos se relacionam ao processo interno Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional, visto que se busca eficiência na prática dos atos cartorários como meio de viabilizar a rápida disponibilidade dos processos aos relatores.

Foram extraídas os seguintes dados do PJe:

Atividades	Qtde.
Registros de trânsito em julgado	166
Expedição de documentos	288
Publicação	474
Redistribuídos	140
Conclusões a ministros	314
Processos baixados	197

Em 2016, a Asag realizou o treinamento em processamento no PJe e ofereceu suporte em autuação e processamento às coordenadorias.

Assessoria do Processo Judicial Eletrônico (ASPJE)

São atividades da unidade e produtos ou serviços a elas relacionados:

I. Atividades:

- planejar e coordenar as ações necessárias à consecução das premissas e estratégias traçadas pelo Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico da Justiça Eleitoral;
- garantir o alinhamento do PJe ao Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral.

  Produtos: elaboração do Plano Geral de Projeto do PJe (gestão 2016 a 2018); elaboração da minuta da Portaria-TSE nº 643/2016, que dispôs sobre a obrigatoriedade da utilização do PJe para propositura e tramitação dos processos administrativos nos assuntos Requisição de Servidor e Requisição de Força Federal; elaboração de material e condução dos treinamentos de capacitação do PJe; mapeamento dos fluxos de trabalhos.

II. Atividade:

- pronunciar-se, em caráter especializado, sobre os assuntos pertinentes ao PJe.

  Serviço: auxiliar o Tribunal Superior Eleitoral na tomada de decisões que envolvam o PJe na Justiça Eleitoral.

III. Atividades:

- promover a integração entre as unidades impactadas, oferecendo-lhes orientação e suporte quanto à elaboração e ao desenvolvimento dos planos de ação;
- prestar suporte negocial às unidades do Tribunal que utilizam o PJe e aos usuários externos do sistema (Ministério Público, advogados, Defensoria Pública).

  Serviço: atendimento de suporte e ajustes nos fluxos conforme o caso.

IV. Atividades:

- representar o Tribunal Superior Eleitoral em reuniões, eventos e grupos de trabalho relacionados ao PJe com o CNJ;
- implantar o PJe no Rio Grande do Sul (Processo SEI nº 2016.00.000000765-2 e nº 2016.00.000004084-6);
- homologar o PJe em Goiás (Processo SEI nº 2016.00.000001421-7);
- realizar treinamento do PJe no TRE/TO (Processo SEI nº 2016.00.000001851-4);
- realizar treinamento do PJe no TRE/PB (Processo SEI nº 2016.00.000002100-0);
- realizar treinamento do PJe no TRE/PB (Processo SEI nº 2016.00.000004769-7);
- realizar treinamento do PJe no TRE/AM (Processo SEI nº 2016.00.000004804-9 e nº 5601-7);
- homologar o PJe em Tocantins (Processo SEI nº 2016.00.000005247-0);
- participar de reunião do Comitê Gestor do PJe no âmbito da Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Processo SEI nº 2016.00.000005722-6);
- realizar treinamento do PJe no TRE/GO (Processo SEI nº 2016.00.000010842-4);
- implantar o PJe em Pernambuco (Processo SEI nº 2016.00.000011873-0);
- participar no Encontro de Secretários da Região Sul no TRE/RS (Processo SEI nº 2016.00.000014862-0);
- realizar treinamentos no TSE para implantação das classes de Corregedoria e Processo Administrativo, dirigidos respectivamente aos servidores da CGE e da SGP;
- realizar reunião para apresentação do editor de texto CKEditor, que será implantado em dezembro de 2016;
- realizar treinamento para a Secretaria Judiciária, os gabinetes de ministros, a AGE, a Assec, a Asjur, a CGE, a SGP, a SAD e o SOF/TSE das novas classes implantadas em dezembro e versão 2.0 do PJe;
- realizar treinamento, em dezembro para a CGE, a STI, a Secretaria Judiciária e os gabinetes de membros dos TREs de GO, RS, AM, TO, PB, SC, CE, DF, AL e RR, respectivamente os cinco TREs-pilotos e os cinco que receberão o PJe em fevereiro e março.

Serviço: auxiliar o TSE na tomada de decisões que envolvam o PJe no Poder Judiciário nacional, de acordo com as especificidades da Justiça Eleitoral.

Sistemas administrados pela Secretaria Judiciária

A seguir estão listados os sistemas administrados pela Secretaria e as atividades a eles relacionadas.

I. Processo Judicial Eletrônico

No TSE, a utilização do PJe no processamento das classes processuais originárias – Ação Cautelar, *Habeas Data, Habeas Corpus*, Mandado de Injunção e Mandado de Segurança – tornou-se obrigatória a partir de 24 de novembro de 2015, por força da Portaria-TSE nº 396 de 20 de agosto de 2015.

No âmbito dos tribunais regionais eleitorais, os de Goiás, Rio Grande do Sul, Amazonas, Tocantins e Paraíba foram escolhidos como pilotos, e a implantação do sistema, para as mesmas classes processuais, deu-se a partir de 2016 e já se encontrava plenamente em produção em maio do mesmo ano. O mesmo ocorreu para três classes de competência exclusiva da CGE.

Em agosto de 2016, pela Portaria-TSE nº 643 de 20 de junho desse ano, foi incluída a classe Processo Administrativo-PA, para quando a matéria de fundo fosse Requisição de Força Federal e Requisição de Servidor.

Em dezembro 2016, teve início, a partir do dia 1º, a capacitação, promovida pela equipe da Secretaria Judiciária, dos servidores dos cinco regionais pilotos antigos (GO, RS, AM, TO e PB) e de mais cinco novos (SC, CE, DF, AL e RR), os quais estão com a implantação marcada para fevereiro e março de 2017.

Ainda para o referido mês, foram previstas a implantação do PJe na versão 2.0, com novo editor de textos, e a introdução de 17 novas classes processuais, que passarão a tramitar eletronicamente, de acordo com a Portaria-TSE nº 1.143 de 17 de novembro de 2016. Prazo para a entrada em produção: 20 de dezembro.

II. Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP)

O SGIP é o sistema que realiza o gerenciamento das informações referentes a órgãos de direção partidária, de seus integrantes e de seus delegados. Foi instituído pela Instrução Normativa-TSE nº 3 de 21 de fevereiro de 2008.

Em 2016, a Comissão Permanente de Gerenciamento e Aperfeiçoamento do SGIP, que é presidida por servidor da Secretaria Judiciária, homologou a versão 3 do sistema, que entrará em produção a partir de março de 2017.

III. Sistema de Apoiamento a Partidos em Formação (SAPF)

O SAPF foi implantado a partir da Portaria-TSE nº 439 de 9 de maio de 2016, e coube à CPadi/SJD o gerenciamento de implementações e o desenvolvimento de suas funcionalidades, o que

ocorreu mediante a realização de encontros da Comissão Permanente do SGIP para teste, validação e levantamento de requisitos.

IV. Sistema de Acórdãos

Em 2016, a Coare, em parceria com a STI, deu continuidade à definição das regras de negócio do Sistema de Acórdãos a partir de funcionalidade do SADP, bem como realizou a validação dos requisitos com a unidade desenvolvedora da solução.

Cabe registrar que, com a entrada em produção do Processo Judicial Eletrônico 2.0, em 20 de dezembro de 2016, com mais 17 classes processuais no âmbito do TSE, os acórdãos foram lavrados por meio do próprio PJe.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

Projeto: Implantação do PJe

Projeto voltado à implantação do PJe no TSE em 2015 e em cinco regionais (GO, AM, RS, TO e PB) em 2016, nas seguintes classes processuais: Ação Cautelar (AC), *Habeas Corpus* (*HC*), *Habeas Data* (*HD*), Mandado de Injunção (MI) e Mandado de Segurança (MS). Continuidade de implantação no TSE em 2016, nas seguintes classes de corregedoria: Coincidência (CO), Direitos Políticos (DP) e Regularização de Situação de Eleitor (RS), todas regulamentadas pelo Provimento-CGE nº 7; além das seguintes classes processuais: Processo Administrativo (PA), Consulta (CTA), Representação (RP), Reclamação (RCL), Prestação de Contas (PC), Conflito de Competência (CC), Lista Tríplice (LT), Ação Rescisória (AR), Suspensão de Segurança (SS), Petição (PET), Propaganda Partidária (PP), Revisão de Eleitorado (RVE), Criação de Zona Eleitoral (CZER), Exceção (EXC), Instrução (INST), Registro de Partido Político (RPP), Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED), essas regulamentadas pela Portaria-TSE nº 1.143/2016.

Planejamento Estratégico: iniciativa voltada à tramitação eletrônica de processos judiciais e administrativos, contribuindo para a celeridade de tramitação dos processos.

Andamento do projeto: 17% concluídos. O PJe foi implantado no TSE em 24 de agosto de 2015, cumprindo com exatidão o cronograma de implantação, e conta hoje com 2.532 processos na base de dados do TSE.

1.6. ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR

As atividades desempenhadas pela Aspar estão descritas a seguir. Consta uma correlação das atividades desempenhadas com as competências definidas no art. 7º do Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, quais sejam:

> Art. 7º. À Assessoria de Articulação Parlamentar compete planejar, coordenar e executar as atividades relativas aos assuntos parlamentares de interesse do Tribunal e ainda:

I - assessorar o Presidente do Tribunal nos assuntos relativos a encaminhamento, tramitação e apreciação de matéria legislativa de interesse da Justiça Eleitoral;

II - coordenar e supervisionar as atividades da Presidência do Tribunal nos assuntos indicados no inciso anterior;

III - fornecer subsídios aos parlamentares para formulação de proposições de interesse da Justiça Eleitoral;

IV - manifestar-se em processos administrativos que tenham por objeto o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional;

V - manter intercâmbio com o Congresso Nacional, com os demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública.

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Atividades relacionadas ao inciso I

I - assessorar o Presidente do Tribunal nos assuntos relativos ao encaminhamento, à tramitação e à apreciação de matéria legislativa de interesse da Justiça Eleitoral.

Reforma política

Durante 2016, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal retomaram o debate acerca da reforma política.

A Aspar acompanhou toda a tramitação, fornecendo informações à Presidência sobre o andamento dos projetos, os temas discutidos, as propostas apresentadas, as referências ao Tribunal e a seus membros, e acompanhou o Ministro Gilmar Mendes à audiência pública.

Câmara dos Deputados

Na Câmara dos Deputados, foi instalada, em 19 de outubro de 2016, comissão especial para estudo e formalização de proposições relacionadas à reforma política. Desse modo, realizaram-se quatro reuniões deliberativas, uma mesa redonda na Assembleia Legislativa de São Paulo e duas audiências públicas, com a participação do Ministro Gilmar Mendes em uma delas.

Ainda não houve deliberação quanto às propostas que a comissão apresentará, apenas foram discutidos alguns pontos com relação a sistema político, tipos de financiamento de campanha, composição do Fundo Partidário, etc. Os trabalhos continuarão em 2017.

Senado Federal

No Senado Federal, o debate ocorreu em torno de duas propostas de emenda à Constituição, as PECs nº 36/2016 e nº 113/2015.

A PEC nº 36/2016, cujo primeiro signatário é o Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), institui cláusula de desempenho para os partidos políticos terem acesso ao Fundo Partidário, veda a celebração de coligações nas eleições proporcionais e cria a figura da federalização dos partidos. Depois da aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a matéria foi aprovada no Plenário do Senado Federal e remetida à Câmara dos Deputados, onde tramita como PEC nº 282/2016.

A PEC nº 113/2015, oriunda da Câmara Baixa, teve apenas parte de seu texto aprovado em dezembro de 2015. Transformou-se na Emenda Constitucional nº 91, de 19 de fevereiro de 2016, que abriu uma *janela* de desfiliação para que ocupantes de cargos eletivos pudessem trocar de agremiação partidária livremente por determinado período de tempo.

Desse modo, essa PEC foi desmembrada na PEC nº 113-A/2015, que, em suma, trata dos seguintes temas:

- Financiamento eleitoral e partidário: rejeita a proposta da Câmara. Alinhado com a decisão do STF. Permitido somente a pessoa física.
- Propõe o fim da reeleição. Regra de transição para prefeitos eleitos em 2012 e governadores eleitos em 2014, desde que não tenham sido reeleitos.
- Restrição de acesso ao Fundo Partidário, ao rádio e à televisão. Cláusula de barreira de 5%. Somente terá acesso aos recursos o partido que obtiver 5% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados em cada eleição.
- Fidelidade partidária: não estão sujeitos à perda de mandato por deixar o respectivo partido os representantes eleitos pelo voto majoritário e os eleitos pelo voto proporcional e que alcançaram votação igual ou superior ao quociente eleitoral.
- Redução da idade mínima para o exercício de cargos eletivos: rejeita a proposta da Câmara e mantém os atuais limites constitucionais.
- Redução do número de assinaturas dos projetos de lei de iniciativa popular: rejeita a proposta da Câmara e mantém o percentual atual estipulado na Constituição Federal.
- Poder regulamentar da Justiça Eleitoral: altera o texto aprovado na Câmara, estabelecendo que a Justiça Eleitoral terá 90 dias para regulamentar as leis aprovadas pelo Congresso Nacional a tempo de serem aplicadas às eleições. Também estabelece que os atos normativos editados pelo TSE não se aplicam à eleição que ocorra em até nove meses da data de sua vigência.
- Impressão do voto: estabelece sua aplicação a partir de 2018.
- Vedação da reeleição para os membros das mesas da Câmara e do Senado: rejeita a proposta da Câmara e mantém o texto constitucional atual.
- Regime eleitoral dos policiais e bombeiros militares: favorável à proposta da Câmara para possibilitar o retorno dos militares aos quadros da sua força originária, condicionando o retorno ao mesmo posto ou à mesma graduação ocupados na ocasião da diplomação.

Depois da aprovação na CCJ, a PEC nº 113-A/2015 foi discutida no Plenário do Senado Federal, porém, remetida a essa Comissão para nova deliberação. O Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) foi designado relator.

Identificação Civil Nacional (ICN)

Projeto de iniciativa conjunta do Poder Executivo com a Justiça Eleitoral. Foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1º de junho de 2015, onde tramita com o número 1.775/2015. O PL foi designado à apreciação nas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), Trabalho de Administração e Serviço Público (CTasp), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Por versar a proposição matéria de competência de mais de três comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, criou-se comissão especial para tratar do tema.

Na comissão especial, presidida pelo Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), foi designado relator o Deputado Julio Lopes (PP/RJ). Foram realizadas 14 audiências públicas e 6 seminários nos estados, nos quais participaram representantes das mais variadas instituições, como Associação de Notários e Registradores, associações de Registradores de Pessoas Naturais, Tribunal de Contas da União (TCU), Instituto Hélio Beltrão, Caixa Econômica Federal. Além deles, participaram o então ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, representantes do TSE e o Ministro Dias Toffoli, presidente do Tribunal.

O prazo de funcionamento da comissão foi encerrado em 3 de novembro de 2015 e, conforme entendimento da Mesa Diretora da Câmara, não havendo requerimento para apreciação da matéria no Plenário da Casa, ainda é possível a deliberação da proposição na Comissão Especial.

O relator apresentou emenda substitutiva, e o projeto teve aprovado regime de urgência. Aguarda-se, portanto, deliberação no Plenário daquela Casa.

Atividades relacionadas ao inciso II

II - coordenar e supervisionar as atividades da Presidência do Tribunal nos assuntos indicados no inciso anterior.

Projetos de lei

Além do tema da reforma política e da ICN, existem diversos outros projetos de lei que propõem alterações na legislação eleitoral. Atualmente, a Aspar acompanha a tramitação de 2.097 proposições em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Total de projetos de lei cadastrados (até 13.12.2016)

Tipo de Proposição	Senado Federal	Câmara dos Deputados	Congresso Nacional
PEC[1]	213	350	-
PLP[2]	-	117	-
PLS ou PL[3]	314	745	-
PLN[4]	-	-	86
Outros[5]	102	170	
Total em cada Casa	629	1.382	86
TOTAL GERAL	**2.097**		

[1] Proposta de Emenda à Constituição.
[2] Projeto de Lei Complementar.
[3] Projeto de Lei do Senado ou Projeto de Lei da Câmara.
[4] Projeto de Lei do Congresso Nacional.
[5] Projetos de decreto legislativo, medidas provisórias, requerimentos, indicações, mensagens, avisos, petições e projetos de resolução.

Para o efetivo acompanhamento das proposições elencadas, desconsiderando as sessões dos plenários das casas legislativas, a Aspar monitorou 711 reuniões de comissões temáticas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Reuniões realizadas até 13.12.2016		
Comissão	**Senado Federal**	**Câmara dos Deputados**
CCJ ou CCJC[1]	43	64
CCT ou CCTI[2]	38	33
CAE ou CFT[3]	44	25
CDH ou CTASP[4]	115	50
Reforma política	-	8
Total por Casa (CD e SF)	**240**	**180**

CMO[5]	45
Congresso Nacional	8
TOTAL GERAL	**466**

[1] Comissão de Constituição e Justiça.
[2] Comissão de Ciência e Tecnologia.
[3] Comissão de Assuntos Econômicos/Comissão de Finanças e Tributação.
[4] Comissão de Direitos Humanos/Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.
[5] Comissão Mista de Orçamento.

Orçamento

Compete à Assessoria Parlamentar do TSE acompanhar a tramitação do Orçamento específico da Justiça Eleitoral no Congresso Nacional.

O acompanhamento é realizado diuturnamente, apresentando aos respectivos relatores as demandas da Justiça Eleitoral, bem como verificando possíveis alterações que possam prejudicar as atividades da Corte ou dos regionais. Para tanto, foram acompanhadas todas as reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Planejamento.

I. Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO):

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento legal que tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, estabelecidas no Plano Plurianual.

Cabe à Aspar acompanhar sua tramitação e, quando solicitado pela Secretaria de Orçamento e autorizado pela Presidência do TSE, encaminhar ao Congresso Nacional as propostas de alterações que visem a adequações necessárias ao bom desempenho das atividades da Justiça Eleitoral.

O PLDO 2016 encontra-se em discussão no Congresso. Seguindo a filosofia de aperfeiçoamento do texto da LDO para dar mais eficiência à execução orçamentária, a Aspar promoveu tratativas para seis alterações no texto, conforme sugestões de emendas encaminhadas a esta Assessoria pela Senhora Diretora-Geral.

Esse trabalho repercutiu na apresentação de cinco emendas por três parlamentares:

- Senador Vicentinho Alves (PR/TO) – 5 emendas apresentadas;
- Deputado Vicentinho Júnio (PR/TO) – 5 emendas apresentadas;
- Deputada Valtenir Pereira (PMDB/MT) – 1 emendas apresentadas.

Depois da apresentação do parecer do PLDO 2016, o relator se manifestou a favor de uma emenda sugerida por esse Tribunal, conforme quadro a seguir:

Quadro Comparativo PLDO 2017 –
Emendas propostas pelo TSE *versus* Redação do relatório final

Emendas propostas	Redação aprovada na CMO	Situação das emendas
Art. 41, § 3°, inciso III: exclusão do dispositivo.	"III - discricionárias, conforme definidas na alínea *b* do inciso II do § 4° do art. 7°, para suplementação de despesas obrigatórias, de que trata o Anexo III;"	Emenda rejeitada
Art. 83, § 2°: "Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia."	Art.83, § 2°: "Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia."	Emenda rejeitada
Art. 84, § 4°: "Para fins de elaboração do anexo previsto no *caput*, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgará o limite que cabe a cada Órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União, os quais apresentarão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o detalhamento da programação pretendida, em até cinco dias úteis a contar da efetiva divulgação."	Art. 84, § 4°: "Para fins de elaboração do anexo previsto no *caput*, cada Órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União apresentarão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o detalhamento da programação pretendida, em até cinco dias úteis a contar da efetiva divulgação dos limites de que trata o *caput* aos órgãos."	Emenda rejeitada
Art. 84, § 12: "As admissões autorizadas no *caput* ficam restritas: I - aos saldos das autorizações constantes do Anexo V da LOA-2015 e LOA-2016, nos termos do § 6°;"	O dispositivo foi excluído.	Emenda rejeitada

(Continuação)

Emendas propostas	Redação aprovada na CMO	Situação das emendas
"Art. 95. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2017, em percentual acima da variação, em 2016, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor *per capita* vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, for superior ao valor *per capita* da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2016."	"Art. 95. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2017, em percentual acima da variação, no exercício de 2016, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor *per capita* vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, for superior ao valor *per capita* da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2016."	Emenda acatada
Art. 95, novo parágrafo: "Os limites referentes aos reajustes de que trata o *caput* serão disponibilizados na primeira fase de créditos a ser definida para o exercício financeiro de 2017, observados os quantitativos de beneficiários existentes em dezembro de 2016."	Mantém-se a redação original.	Emenda rejeitada

Além das emendas apresentadas pelos parlamentares, a Aspar articulou com o relator, Senador Wellington Fagundes (PR/MT), alteração do texto original para salvaguardar o orçamento da Justiça Eleitoral destinado à realização de eleições, plebiscitos e referendos nos termos do texto a seguir, aprovado em Sessão Conjunta do Congresso Nacional:

> Art. 55. A execução das despesas primárias discricionárias dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, decorrente da abertura de créditos suplementares e especiais e da reabertura de créditos especiais, no exercício de 2017, fica condicionada aos limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos nos termos do art. 54, exceto, no caso dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, quando a referida abertura ocorrer à conta de excesso de arrecadação de recursos próprios não financeiros e de convênios, apurado de acordo com o § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, ou *destinar-se à realização de eleições, plebiscitos e referendos pela justiça eleitoral.* (Grifo nosso.)

II. Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa):

Um dos trabalhos mais importantes da Aspar é acompanhar a tramitação da Lei Orçamentária Anual, desde a discussão na Comissão Mista de Orçamento até a votação no Plenário do Congresso Nacional.

Depois da Constituição de 1988, tornou-se praxe, após a designação do relator-geral, um corte linear nos recursos elencados inicialmente no Projeto de Lei Orçamentária.

Compete à Assessoria Parlamentar, por determinação da Presidência, trabalhar na recomposição dos cortes e envidar esforços para, quando indicado pela Secretaria do Tribunal, solicitar acréscimo aos valores iniciais destinados à Justiça Eleitoral e apoiar emendas que venham a favorecer a Justiça Eleitoral.

É importante destacar que a Aspar está atuando com o relator do Ploa 2017, Senador Eduardo Braga (PMDB/AM), para manutenção do orçamento global do TSE e dos valores especificados no Anexo V do Ploa 2017, destinados à implementação do Projeto de Lei nº 5.052/2016, os quais tratam, respectivamente, da criação de cargos efetivos e das funções comissionadas no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Ademais, conseguiu-se a inclusão de emenda no valor de R$7.000.000,00 (sete milhões de reais) na ação orçamentária Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes ao parecer do relator.

O parecer do relator do Ploa 2017 foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento e segue para apreciação do Congresso Nacional.

III. Créditos adicionais:

Além das três leis que regem o Orçamento da União (PPA, LDO e LOA), compete à Aspar acompanhar a tramitação dos projetos de lei de abertura de créditos adicionais em favor da Justiça Eleitoral, independentemente da modalidade: extraordinários, suplementares ou especiais.

A seguir, elencamos todos os créditos apresentados em favor da Justiça Eleitoral.

Quadro resumo – Créditos adicionais

Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 3/2016 (Lei nº 13.332/2016)	
Descrição	**Aplicação (R$)**
Lei nº 13.150, 14 de janeiro de 2016	70.753.607,00
Orçamento Fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral	**70.753.607,00**

Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 12/2016		
TREs	**Descrição**	**Aplicação (R$)**
ES	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	1.680.000,00
PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	350.000,00
PE	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	400.000,00
Orçamento Fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral		**2.430.000,00**

(Continuação)

Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 18/2016 (LOA 2016)		
TSE/TREs	**Descrição**	**Aplicação (R$)**
	Tribunal Superior Eleitoral	1.969.489.522,00
AC	Tribunal Regional Eleitoral do Acre	50.310.368,00
AL	Tribunal Regional Eleitoral do Alagoas	103.173.892,00
AM	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	117.206.462,00
BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	297.837.891,00
CE	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	214.173.696,00
DF	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	92.481.587,00
ES	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	108.287.379,00
GO	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	167.638.725,00
MA	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	158.777.556,00
MT	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	107.488.599,00
MS	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	104.178.926,00
MG	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	511.232.083,00
PA	Tribunal Regional Eleitoral do Pará	160.544.785,00
PB	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	128.966.499,00
PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	266.194.991,00
PE	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	233.051.009,00
PI	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	141.663.962,00
RJ	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	454.605.063,00
RN	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	133.296.214,00
RS	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	255.101.990,00
RO	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	72.063.751,00
SC	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	171.833.020,00
SP	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	642.195.597,00
SE	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	79.106.626,00
TO	Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	79.614.320,00
RR	Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	44.489.782,00
AP	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	44.211.492,00
	Fundo Partidário	309.215.911,00
Orçamento Fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral		**7.178.431.698,00**

Projeto de Lei do Congresso Nacional PLN nº 45/2016		
TSE/TREs	**Descrição**	**Aplicação (R$)**
AM	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	361.060,00
MT	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	3.293.882,00
PB	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	235.200,00

(Continuação)

Projeto de Lei do Congresso Nacional PLN nº 45/2016		
TSE/TREs	**Descrição**	**Aplicação (R$)**
PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	4.214.360,00
Orçamento Fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral		**8.104.502,00**

Projeto de Lei do Congresso Nacional, MPV nº 730/2016 (Lei nº 13.339/2016)	
Descrição	**Aplicação (R$)**
Tribunal Superior Eleitoral – Pleitos Eleitorais – Nacional (crédito extraordinário)	150.000.000,00
Orçamento Fiscal da União em favor da Justiça Eleitoral	**150.000.000,00**

Atividades relacionadas ao inciso III

III - fornecer subsídios aos parlamentares para formulação de proposições de interesse da Justiça Eleitoral.

Foram atendidas solicitações de gabinetes de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de consultores legislativos, de partidos políticos e candidatos sobre informações de julgados e dados estatísticos das Eleições 2016.

Atividades relacionadas ao inciso IV

IV - manifestar-se em processos administrativos que tenham por objeto o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional.

Em 2016, a Aspar participou de elaboração e encaminhamento à Câmara dos Deputados de dois projetos de lei de autoria deste Tribunal: o PL nº 5.052/2016, que cria cargos em comissão no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; e o PL nº 6.424/2016, que cria o Centro Cultural da Justiça Eleitoral.

Foi encaminhado pelo chefe do Poder Executivo o PL nº 6.087/2016, que destitui imóvel em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Esses projetos de lei, inicialmente, possuíam tramitação terminativa nas comissões da Câmara dos Deputados e, em regra, não são submetidos à apreciação do Plenário dessa Casa Legislativa. Foram designadas para as seguintes comissões temáticas da Câmara dos Deputados: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTasp) para análise de mérito; Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para análise da adequação orçamentária; e Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) para análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. No entanto, serão deliberadas no Plenário, pois, após apreciação de requerimentos de líderes parlamentares, tramitam em regime de urgência.

Outrossim, o presidente do TSE solicitou, por meio do Ofício nº 6.146/2016, a retirada definitiva dos projetos de lei nº 7.904/2014, nº 7.990/2014 e nº 2.816/2015. As retiradas dos PLs são justificadas pela atual situação econômica do país e estão em desacordo com a Proposta de Emenda Constitucional nº 55 de 2016 (PEC do Teto dos Gastos Públicos).

Estão elencados na tabela a seguir os projetos de lei de autoria ou de interesse direto da Justiça Eleitoral e suas situações atuais:

Câmara dos Deputados						
Proposição	**Assunto**	**CTasp**	**CFT**	**CCJ**	**Previsão na LOA 2015 (R$)**	**Situação**
PL nº 7904/2014	Grael	Dep. Paulo Pereira da Silva (SD/SP)	-	-	Não 550 milhões	Retirado de pauta em definitivo, de ofício pela Mesa da Câmara.
PL nº 7990/2014	Cargos de TI para JE	OK	Dep. Manoel Júnior (PMDB/PB)	-	Não 78 milhões	Requerimento de retirada de pauta em definitivo submetido ao Plenário.
PL nº 1761/2015	Cargos ICN	Dep. Augusto Coutinho (SD/PE)	-	-	Não 1,4 milhão	Encerrado o prazo de emendas, sem apresentação de emendas. Aguarda apresentação de parecer.
PL nº 1775/2015	Dispõe sobre a Identidade Civil Nacional	Comissão Especial Presidente: Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB) Relator: Deputado Júlio Lopes (PP/RJ)			Sem impacto previsto	Apresentado substitutivo do relator. Aprovado requerimento de urgência. Aguarda deliberação do Plenário.
PL nº 2816/2015	Cargos e funções das áreas de análise de prestação de contas	Dep. Ademir Camilo (PROS/MG)	-	-	Não 51 milhões	Retirado de pauta em definitivo, de ofício pela Mesa da Câmara.

Senado Federal					
Proposição	**Assunto**	**CCJ**	**Plenário**	**Previsão na LOA 2015 (R$)**	**Situação**
PLC nº 27/2016	Subsídio dos ministros do STF	OK	-	Sim 26 milhões	Aguarda inclusão na Ordem do Dia.
PEC nº 113A/2015	Reforma política	Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE)	-	Sem impacto	Plenário decidiu pelo retorno da PEC à CCJ.
PEC nº 55/2016	Teto de gastos	OK	OK	Sem impacto	Aprovado pelo Senado Federal. Matéria vai à promulgação das Mesas da Câmara e Senado.
PLS nº 280/2016	Abuso de autoridade	-	Incluída na Ordem do Dia	Sem impacto	Aguarda apreciação no Plenário.

Congresso Nacional				
PLN/MPV	**Assunto**	**CMO**	**Plenário**	**Situação**
PLN nº 2/2016	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2017)	Senador Wellington Fagundes (PR/MT)	-	Plenário do Congresso Nacional. Aprovado texto básico. Três destaques apreciados e três a apreciar.
PLN nº 12/2016	Créditos adicionais TREs: ES, PR e PE e outros órgãos do Judiciário	Dep. Junior Marreca (PEN/MA)		CMO: relatório pela aprovação.
PLN nº 18/2016	Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA 2017)	Senador Eduardo Braga (PMDB/AM)	-	

Proposições legislativas transformadas em Normas Jurídicas		
Proposições*	**Assunto**	**Normas Jurídicas**
PL nº 6128/2009	Mandado de injunção	Lei Ordinária nº 13.300, de 23.6.2016
PL nº 2648/2015	Novo PCS dos servidores do Judiciário	Lei Ordinária nº 13.317, de 20.7.2016
PLN nº 3/2016	Remanejamento de recursos para a implementação da Lei nº 13.150/2015	Lei Ordinária nº 13.332, de 1º.9.2016
MPV nº 730/2016	Crédito extraordinário JE	Lei Ordinária nº 13.339, de 20.9.2016
PEC nº 241/2016	Teto de gastos	Emenda Constitucional nº 95, de 15.12.2016

* Proposições indicadas pelo número da Casa iniciadora.

Atividades relacionadas ao inciso V

V - manter intercâmbio com o Congresso Nacional, com os demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública.

Foram consideradas as atividades relacionadas a sessões temáticas, audiências públicas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, solicitações parlamentares, bem como atuação da Aspar em eventos promovidos pelo TSE ou de que o ministro presidente tenha participado e que envolvessem atividades com parlamentares.

Reunião Deliberativa de Debates no Senado Federal

Participação do Ministro Gilmar Mendes em reunião de debates para discutir o PLS nº 280/2016, que trata do abuso de autoridade, no Plenário do Senado Federal, em 23 de novembro de 2016.

Audiências Públicas na Câmara dos Deputados

I. Comissão Especial da Reforma Política:

Requerimentos nº 16/2016; nº 22/2016 e nº 24/2016, da Comissão Especial da Reforma Política.

Autores: Deputados Marcos Pestana (PSDB/MG), Carlos Andrade (PHS/RR), Vicente Cândido (PT/SP).

Convidado: Ministro Gilmar Mendes - Presidente do TSE.

Tema: Ouvir os posicionamentos e comentários do Senhor Presidente do TSE.

Data da realização: 29.11.2016.

II. Solicitações parlamentares:

A Aspar, quando foi acionada, intermediou e/ou orientou os gabinetes de parlamentares quanto à forma de efetuar pedidos para marcação de audiências perante os gabinetes dos ministros e da Presidência do TSE e de consultas ao Tribunal.

Eventos

- VII Encontro de Magistrados Eleitorais (17.3.2016);
- sessão solene do Congresso Nacional – Campanha de Incentivo à Mulher na Política (31.3.2016);
- aposição de foto do Ministro Marco Aurélio (5.4.2016);
- cerimônia de comemoração pela adesão do Brasil ao Idea (25.4.2016);
- cerimônia de posse do Ministro Gilmar Mendes como presidente do TSE (12.5.2016);
- cerimônia de posse do Ministro Luiz Fux na Vice-Presidência do TSE (12.5.2016);
- solenidade de assinatura da Lei do Mandado de Injunção, no Palácio do Planalto (23.6.2016);

- café da manhã com parlamentares e o Ministro Gilmar Mendes (30.6.2016);
- cerimônia de posse dos Ministros Herman Benjamin e Napoleão Nunes Maia Filho (30.8.2016);
- Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas Eleitorais (6.9.2016);
- lançamento do livro *Novos paradigmas do Direito Eleitoral*, de autoria do Ministro Luiz Fux e de Carlos Eduardo Frazão (23.11.2016);
- *workshop* para avaliar regras aplicadas às Eleições 2016, em 24 e 25 de novembro;
- café da manhã com o Presidente Gilmar Mendes e a Comissão de Reforma Política (15.12.2016).

1.7. ASSESSORIA ESPECIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

A partir da Resolução-TSE nº 23.480, de 17 de maio de 2016, a Assessoria Especial passou a ser denominada Assessoria Consultiva, vinculada à Presidência do Tribunal.

A mesma norma criou a nova Assessoria Especial, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência, com a atribuição de realizar estudos jurídicos de interesse do presidente do Tribunal, assessorá-lo na análise de processos e de outros assuntos que lhe sejam submetidos, entre outras atribuições.

Em 2016, a Assessoria Especial realizou atendimento a diversas partes e advogados quanto a informações de processos de competência do presidente; examinou, controlou e acompanhou petições e processos conclusos ou distribuídos ao presidente; representou o presidente, conforme indicação, em atos, solenidades, eventos e audiências; e foi responsável pelo encaminhamento à Assessoria de Plenário da relação de processos a serem incluídos em pauta para julgamento.

1.8. ASSESSORIA CONSULTIVA

À Assessoria Consultiva compete prestar assessoramento à Presidência e aos ministros do Tribunal na análise de assuntos que lhe sejam submetidos; emitir pareceres e prestar informações em processos que envolvam matéria eleitoral e/ou partidária; auxiliar na elaboração das instruções regulamentadoras da legislação eleitoral e partidária; elaborar o *Informativo TSE* e prestar apoio aos ministros substitutos da Casa.

ATRIBUIÇÕES FINALÍSTICAS

- Apoio e assessoramento aos ministros substitutos do TSE, com organização e encaminhamento de material alusivo às sessões plenárias, elaboração de minutas de decisão, relatório e voto, agendamento de audiências e lançamento de decisões nos sistemas SADP e PJe:
  - Ministra Rosa Weber (até 24.5.2016);
  - Ministro Napoleão Nunes Maia (até 30.8.2016);
  - Ministro Teori Zavascki;
  - Ministro Luís Roberto Barroso;
  - Ministro Luiz Edson Fachin;
  - Ministro Jorge Mussi;
  - Ministro Og Fernandes;
  - Ministro Admar Gonzaga;
  - Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto;
  - elaboração do *Informativo TSE*;
  - elaboração de pareceres e prestação de informações em processos ou expedientes cujo assunto tenha relação com as questões eleitorais e partidárias.

Outras atividades

- Concessão de entrevistas sobre assuntos relacionados à legislação eleitoral e partidária;
- participação em vídeos institucionais;
- participação no Ciclo de Palestras Eleições 2016: Inovações e Desafios, realizado em 23 e 24 de junho de 2016;
- participação no *workshop* Avaliação das Regras Aplicadas às Eleições 2016, realizado em 24 de novembro de 2016.

Quadro quantitativo das ações da Assessoria Consultiva realizadas em 2016 até a realização deste relatório

Atividades	Quantitativo
Pareceres e informações	Consultas: 77 Listas tríplices: 96 Instruções: 2 Processos administrativos: 12 Expedientes diversos: 9 **TOTAL: 196**

(Continuação)

Atividades	Quantitativo
Assessoramento e apoio aos ministros substitutos (pesquisas jurídicas, minutas de decisões, despachos, relatório e voto, agendamento de audiências, etc.)	Ações cautelares: 5 *Habeas corpus*: 5 Recurso em *habeas corpus*: 1 Ação rescisória: 1 Mandados de segurança: 3 Propaganda partidária: 2 Prestação de contas: 4 Recursos especiais: 9 Registros de partidos: 2 Embargos declaratórios: 3 Votos-vista: 6 **TOTAL: 41**
Atos praticados em processos administrativos (informações, memorandos, despachos, etc.)	SEI: 193
Elaboração de informativos do TSE	Foram elaborados 15 informativos
Demandas respondidas a usuários externos	Via Central do Eleitor: 11 Por *e-mail*: 23 **TOTAL: 34**
Entrevistas concedidas (esclarecimentos sobre matéria eleitoral)	Brasil Eleitor (TV Justiça): 8 Núcleo de TV do TSE: 6 **TOTAL: 14**

1.9. OUVIDORIA

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

A seguir estão resumidos os quantitativos das atividades da Ouvidoria.

Relatos recebidos		
Mês	**Qtde.**	**%**
Janeiro	562	1,88
Fevereiro	1.137	3,81
Março	1.264	4,23
Abril	1.654	5,54
Maio	1.371	4,59
Junho	1.074	3,59
Julho	1.436	4,81
Agosto	6.182	20,69
Setembro	8.947	29,95
Outubro	4.528	15,16

(Continuação)

Relatos recebidos		
Mês	**Qtde.**	**%**
Novembro	1.241	4,15
Dezembro (até o dia 15)	481	1,60
TOTAL	**29.877**	**100**

ESTATÍSTICAS

Formas de recebimento	Qtde.	%
Internet	13.657	45,71
Telefone	12.872	43,08
E-mail	3.223	10,79
Carta	92	0,31
Pessoalmente	32	0,11
Facebook	1	0
TOTAL	**29.877**	**100**

Tipo de relato	Qtde.	%
Informação	19.205	64,28
Curso à distância	7.498	25,10
Lei de Acesso à Informação	1.313	4,39
Reclamação	992	3,32
Denúncia	509	1,70
Sugestão	271	0,91
Agradecimento	54	0,18
Elogio	27	0,09
Felicitações	8	0,03
TOTAL	**29.877**	**100**

Tempo médio de resposta das unidades*	
Setor	**Tempo médio**
Assessoria Consultiva	8 horas, 47 minutos e 7 segundos
Assessoria de Articulação Parlamentar	45 minutos e 51 segundos
Assessoria de Assuntos Internacionais	3 dias, 22 horas, 14 minutos e 37 segundos
Assessoria de Comunicação Social	5 dias, 3 horas, 59 minutos e 30 segundos

(Continuação)

Tempo médio de resposta das unidades*	
Setor	**Tempo médio**
Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias	3 dias, 8 horas, 13 minutos e 54 segundos
Assessoria de Gestão Estratégica	2 dias, 22 horas, 36 minutos e 2 segundos
Assessoria de Segurança e Transporte	8 dias, 16 minutos e 42 segundos
Assessoria do Processo Judicial Eletrônico	15 dias, 53 minutos e 34 segundos
Assessoria Especial	6 horas, 10 minutos e 3 segundos
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções	2 dias, 6 horas, 52 minutos e 45 segundos
Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento	6 dias, 9 horas, 58 minutos e 33 segundos
Coordenadoria de Processamento	2 dias, 9 horas, 27 minutos e 25 segundos
Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição	5 horas, 4 minutos e 2 segundos
Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral	1 dia, 18 horas, 24 minutos e 50 segundos
Escola Judiciária Eleitoral	9 dias, 11 horas, 36 minutos e 9 segundos
Gabinete da SJD	3 dias, 23 horas, 13 minutos e 29 segundos
Gabinete do Diretor-Geral	26 dias, 18 horas, 3 minutos e 24 segundos
Ouvidoria do Tribunal Superior Eleitoral	6 horas, 53 minutos e 42 segundos
Secretaria de Administração	4 dias, 1 hora, 41 minutos e 23 segundos
Secretaria de Gestão da Informação	4 dias, 10 horas, 48 minutos e 4 segundos
Secretaria de Gestão de Pessoas	3 dias, 14 horas, 42 minutos e 12 segundos
Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade	3 dias, 22 horas, 4 minutos e 34 segundos
Secretaria de Tecnologia da Informação	3 dias, 52 minutos e 54 segundos
Secretaria-Geral da Presidência	13 dias, 22 horas, 10 minutos e 56 segundos

* Nesse período, foram encaminhados 2.799 relatos para as áreas internas.

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes à Ouvidoria:

Indicador estratégico	Índice de atendimento ao cidadão
Objetivo estratégico	Garantia dos direitos de cidadania

(Continuação)

O que se mede	Percentual de conformidade nos prazos de atendimentos às solicitações dirigidas à AIC e o grau de satisfação dos usuários
Para que medir	Avaliar a qualidade do serviço e a satisfação dos cidadãos em relação ao atendimento prestado pelo TSE
Quem mede	Ouvidoria
Quando medir	Mensalmente
Como medir	Média aritmética entre o índice geral de satisfação dos cidadãos (total de respostas positivas à pesquisa de satisfação – bom ou excelente – dividido pelo total de respostas x 100) e a porcentagem de atendimentos realizados dentro dos prazos previstos – até 48 horas para encaminhamentos a outras unidades e até 8 horas para atendimento direto pela AIC
Fonte	Relatórios emitidos pelo sistema AIC
Metas	Atingir 90% de média entre a conformidade com os prazos definidos pela Ouvidoria e a Satisfação Geral do Cidadão

Em 2016, a meta de 90% estabelecida no Planejamento Estratégico para a Satisfação Geral do Cidadão não foi alcançada. Foram atingidos 81,07%.

A Ouvidoria atribui o baixo índice à demora de algumas unidades em responder aos questionamentos a ela direcionados, visto que passaram a adotar como prazo aquele estabelecido na Lei de Acesso à Informação (15 dias), e não mais as 48 horas definidas por ocasião da implementação da certificação ISO9001:2000, vencida desde maio de 2015.

Diante disso, é evidente a necessidade de rever a fórmula de medição da Satisfação Geral do Cidadão para que ela se adapte aos novos prazos estabelecidos em praticados pelas áreas.

Projetos

Tendo em vista a competência de realizar, em parceria com outras unidades do Tribunal, eventos destinados ao esclarecimento dos direitos do eleitor e ao incentivo da participação popular no processo eleitoral, a Ouvidoria do TSE e a Assessoria de Comunicação Social realizaram, em 8 de agosto, o *Workshop* Eleitoral para Jornalistas.

O evento contou com a participação de 69 profissionais da imprensa. Diversos gestores do Tribunal participaram do *workshop*, que abordou temas como legislação, urna eletrônica e prestação de contas, e tiraram dúvidas dos participantes, que têm papel importante na formação da opinião pública e na conscientização dos eleitores para a importância da participação política.

2. SECRETARIA DO TRIBUNAL

2. SECRETARIA DO TRIBUNAL

2.1. ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Elaboração de relatórios gerenciais

A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) coordenou a elaboração dos seguintes relatórios:

- *Relatório de Gestão* ao TCU: refere-se ao relatório de gestão do exercício de 2015, conforme Portaria-TSE nº 157/2016, entregue ao TCU em 10 de maio de 2016 por meio do Sistema E-Contas.
- *Relatório de Acessibilidade na Justiça Eleitoral*: conforme Resolução-TSE nº 23.381, os TREs devem encaminhar ao TSE relatório contendo as ações realizadas para promover acessibilidade na Justiça Eleitoral. Segundo o mesmo normativo, cabe ao TSE instituir comissão para acompanhar as ações dos tribunais regionais eleitorais e propor outras providências necessárias à plena acessibilidade. Nesse sentido, o TSE instituiu Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade, Portaria-TSE nº 65 de 13 de fevereiro de 2015. A AGE coordenou as atividades de consolidação das respostas apresentadas pelos TREs, publicando o *Relatório de Acessibilidade na Justiça Eleitoral*.
- *Relatório de Avaliação das Eleições 2016*: está sendo desenvolvido pela AGE o relatório das Eleições 2016, cujo conteúdo envolve as atividades administrativas, a jurisprudência e a consolidação dos dados quantitativos relativos a eleitorado, candidaturas, financiamento eleitoral e análise geoestatística dos resultados por meio de tabelas, mapas, infográficos, diagramas e textos.
- *Relatório de Atividades 2015*: discorre resumidamente sobre as principais atividades desenvolvidas no TSE em 2015. As atividades apresentadas traduzem o empenho da Corte em consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, à transparência e à segurança do processo eleitoral.

Gestão da qualidade

A Assessoria de Gestão Estratégica coordena o Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral, instituído pela Portaria-TSE nº 584 de 24 de novembro de 2011. O programa surgiu em face da necessidade de aplicação eficiente dos recursos por parte da administração pública, não deixando de atender às necessidades do cidadão.

Em 2016, realizaram-se as seguintes atividades relacionadas ao Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral:

- supervisão e apoio do processo de renovação do certificado do Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral no Tribunal Regional de Goiás;
- supervisão e apoio do processo de renovação do certificado do Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral no Tribunal Regional de Tocantins;
- realização de auditoria de renovação do certificado do Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral no Tribunal Regional do Paraná.

Planejamento Estratégico do TSE 2015-2020

Reuniões estratégicas setoriais

Depois da mudança da alta administração desta Corte, foram realizadas reuniões estratégicas setoriais, a fim de se adequarem os objetivos estratégicos, bem como os indicadores de desempenho às novas demandas da administração.

Participação nas reuniões preparatórias

1ª Reunião Preparatória para o X Encontro Nacional do Poder Judiciário

O titular da AGE e outros representantes dessa unidade participaram da 1ª Reunião Preparatória para o X Encontro Nacional do Poder Judiciário, evento patrocinado pelo CNJ.

2ª Reunião Preparatória para o X Encontro Nacional do Poder Judiciário

O titular da AGE e outros representantes dessa unidade participaram da 2ª Reunião Preparatória para o X Encontro Nacional do Poder Judiciário, evento patrocinado pelo CNJ.

A reunião teve como objetivo expor os dados do relatório *Justiça em números* e debater seus resultados, assim como formatar a proposta de metas nacionais para 2017 dos segmentos de justiça a serem apresentados no X Encontro Nacional do Poder Judiciário.

No fim de todos os debates, o grande grupo deliberou apresentar as seguintes propostas:

- Meta 1: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.
- Meta 2: identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2015.
- Meta 3: identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou em perda de mandato eletivo, fixando prazo máximo de 9 e 3 meses para o julgamento no Regional e no TSE, respectivamente.

Participação no X Encontro Nacional do Poder Judiciário

Os tribunais que compõem a Justiça Eleitoral organizaram seus processos participativos, sob a coordenação dos titulares das unidades de gestão estratégica, para discutir e elaborar proposta

de metas para a JE em 2017. Cada TRE buscou retratar evidências suficientes e elementos comprobatórios da efetiva participação de magistrados e servidores.

Os subcomitês, compostos pelos representantes da Rede de Governança Colaborativa de cada Tribunal, consolidaram as propostas (20) oriundas dos regionais e formaram um documento único, submetido à apreciação de todos os TREs para priorização.

As seis propostas escolhidas foram apresentadas no X Encontro Nacional do Poder Judiciário (X ENPJ), nos dias 17 e 18 de outubro, e basearam-se no detalhamento e nas justificativas a seguir, oriundos dos processos participativos dos tribunais regionais:

- As metas 1 e 2 de 2016 foram mantidas, por serem consideradas efetivas pela maioria dos regionais.
- Para a atual Meta 3 – Identificar e Julgar Processos Prioritários – foram sugeridas alterações quanto a fixação de prazo para tramitação e julgamento dos feitos, que deve acontecer antes do término do primeiro ano do mandato eleitoral, sob pena de perda da eficácia da proposta de meta (com um ano já há ilegitimidade do mandato). Há ainda a sugestão de prazo de até seis meses para a instância originária e três meses para cada instância recursal. Deve ser considerada também uma classificação dos processos que serão tidos como prioritários, bem como uma meta de julgamento bienal, devido às particularidades da JE. Esses pormenores serão debatidos entre os representantes da Justiça Eleitoral no primeiro dia do encontro.
- Outras três metas foram apresentadas para 2017:

  1. Instituir Política de Gestão de Pessoas;
  2. Regulamentar o Sistema de Governança e Gestão;
  3. Adotar Mecanismo Permanente de Aferição da Satisfação dos Cidadãos-Usuários com os Serviços Prestados pela Justiça Eleitoral.

- Instituir Política de Gestão de Pessoas atende à necessidade de uniformizar, sob um conjunto de princípios e diretrizes nacionais, as práticas de gestão de pessoas na Justiça Eleitoral.
- Regulamentar o Sistema de Governança e Gestão vem ao encontro do referencial de governança do TCU. Busca dotar a Justiça Eleitoral de um sistema de governança e gestão que proporcione a melhoria do atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e da sociedade em geral, além de estabelecer mecanismos que favoreçam a transparência, a efetividade e o alinhamento permanente das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos estabelecidos.

  A inclusão dessa meta no rol das já existentes proporcionará suporte normativo formal, com a definição das instâncias internas de governança dos tribunais eleitorais, suas unidades de apoio, composição e competências. O sistema de governança deverá ainda listar os planos institucionais em nível estratégico, tático e operacional, além dos responsáveis por sua aprovação e publicação. Sugere-se ainda que a normatização apresente critérios de acompanhamento, revisão e aferição de resultados dos planos institucionais.

- Não menos importante, a meta Adotar Mecanismo Permanente de Aferição da Satisfação dos Cidadãos-Usuários com os Serviços Prestados pela Justiça Eleitoral, origina-se da necessidade de aprimoramento, pelos órgãos da JE, da comunicação com a sociedade. A adoção de mecanismos permanentes de satisfação dos serviços permitirá identificar percepções, necessidades e expectativas dos eleitores em relação à Justiça Eleitoral, possibilitando a implantação de um sistema de melhorias contínuas e progressivas que possam evoluir para um atendimento com níveis de qualidade fixados pelos tribunais conforme a realidade de cada Estado/Região. Isso implicará o fortalecimento da integração dos órgãos com a sociedade e com seus públicos específicos, além de atender à tendência global de avaliação dos serviços e da gestão pública e de demonstrar a preocupação dos tribunais com a eficiência e a eficácia das suas ações.

Monitoramento e controle de Programas, Projetos e Planos de Ação

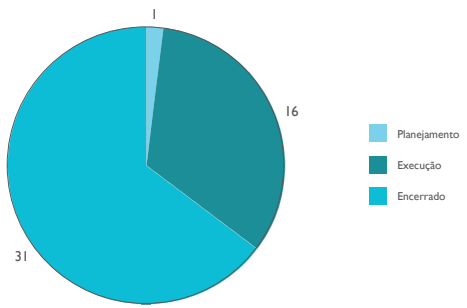
O monitoramento e o controle buscam verificar se os objetivos de iniciativa estão sendo atingidos de modo que possíveis problemas ou riscos sejam identificados em momento mais adequado. Ressalta-se que o monitoramento e o controle percorrem todas as fases do ciclo de vida de um projeto, quais sejam: iniciação, planejamento, execução e encerramento.

As atividades de monitoramento de programas, projetos e planos de ação desenvolvidas pela AGE consistem em:

- prestar consultoria às unidades do TSE no uso da metodologia durante o ciclo de vida do projeto – iniciação, planejamento, monitoramento, controle e encerramento;
- prestar consultoria às unidades do TSE no uso da ferramenta de gestão de projetos e do EPM (Enterprise Project Management);
- consolidar as informações sobre o desempenho dos programas, projetos e planos de ação do TSE.

Nesta gestão administrativa, a AGE monitorou 48 programas, projetos e planos de ação distribuídos nas seguintes fases: planejamento, execução e encerrado.

Quantitativo de programas, projetos e planos de ação monitorados pela AGE em 2016



Os projetos monitorados pelo Escritório de Projetos da STI não estão inclusos nesses quantitativos.

A seguir, estão os programas, projetos e planos de ação gerenciados pela AGE em 2016.

I. Eleitorais:

Projeto	Objetivos	Fase
Ações integradas na Justiça Eleitoral para aperfeiçoar a comunicação institucional	Elaborar um planejamento integrado de comunicação que contemple demandas, temas e linguagens regionais, visando aperfeiçoar a comunicação institucional (TSE e regionais). Reavaliar o planejamento das campanhas relativas no fim do alistamento, a biometria, os recursos de acessibilidade da urna eletrônica e dos locais de votação e divulgação do DivulgaCAND perante a sociedade, conforme ações definidas na Avaliação das Eleições 2014. Elaborar com antecedência um planejamento que contemple o plano de mídia para evitar atraso no cronograma de produção de vídeos. Estabelecer um calendário para aprovação das artes do material gráfico da campanha de esclarecimento ao eleitor. Manter a descentralização da contratação de impressão e distribuição do material gráfico de campanha para os regionais.	Execução
Avaliação das Eleições 2016	Realizar as avaliações das Eleições 2016 definindo as estratégias de melhoria do processo eleitoral, a partir das informações obtidas dos cartórios eleitorais, tribunais regionais, grupos técnicos, secretarias do TSE e deliberadas pelos diretores-gerais.	Execução
Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar 2016	Viabilizar o acompanhamento das etapas envolvidas pelas diversas seções, para garantir a confecção da versão impressa da publicação denominada *Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar*, 12ª edição, assegurando um produto de qualidade, distribuído no prazo.	Encerrado
Estatísticas das Eleições 2016	Dar transparência e publicidade aos dados quantitativos relacionados a cada etapa do processo eleitoral de 2016.	Encerrado
Estatísticas de Ocorrências no Dia das Eleições	Dar transparência e publicidade aos dados quantitativos relacionados às ocorrências no dia das Eleições 2016.	Encerrado
Estatísticas de Prestação de Contas	Dar transparência e publicidade aos dados quantitativos relacionados a cada etapa do processo eleitoral de 2016 relativos à prestação de contas.	Encerrado
Estatísticas Processuais das Eleições	Dar transparência e publicidade aos dados quantitativos relacionados aos processos relativos às Eleições 2016.	Encerrado

(Continuação)

Projeto	Objetivos	Fase
Fórum de Chefes de Cartório	Promover o levantamento, a disseminação e o aperfeiçoamento das práticas relacionadas com a gestão de mesários na Justiça Eleitoral, com foco nas etapas de recrutamento, cadastramento, capacitação e disponibilização de conteúdos, por meio da realização do Fórum de Chefes de Cartório (FCC).	Encerrado
Gestão do GT Mesários	Melhorar a gestão dos trabalhos do GT-Mesários e dos projetos e planos de ação decorrentes da iniciativa de aperfeiçoar o processo de treinamento dos mesários que atuarão nas eleições municipais de 2016. Monitorar os principais marcos de entrega dos projetos e planos de ação das Eleições 2016: - Mesário Voluntário (cancelado); - Mesário Web; - produção de materiais instrucionais para capacitação de mesários; - produção de treinamentos; - Fórum de Chefes de Cartório.	Execução
Melhoria da imagem da urna eletrônica e das funções da Justiça Eleitoral	Fazer diagnóstico para solucionar a credibilidade da segurança das urnas eletrônicas, além de dar continuidade às campanhas sobre o papel da Justiça Eleitoral. Projeto que envolve técnicos, acadêmicos especializados, imprensa e outros setores relacionados.	Encerrado
Mesário Web	Criar um canal de comunicação dinâmico com os cidadãos que atuarão como mesários nas Eleições 2016, utilizando as mídias sociais e outros recursos disponíveis na Internet. Desta forma, alguns produtos serão elaborados e disponibilizados aos mesários, tais como: - Canal do Mesário no Portal TSE; - Aplicativo Mesário 2016; - mídias sociais.	Encerrado
Produção de materiais instrucionais para mesários	Planejar a produção de materiais instrucionais e informativos, em consonância com as demais áreas parceiras para assegurar a correta produção e formatação dos conteúdos dos seguintes recursos: - cartilha para mesários – sem biometria – versões tradicional e ilustrada; - cartilha para mesários – com biometria – versões tradicional e ilustrada; - fôlder para juízes; - fôlder para Justificativa Eleitoral; - fôlder para fiscais de partidos políticos; - instrução para empregadores (públicos e privados); - instrução para eleitores sobre biometria; - vídeo de treinamento de mesários.	Encerrado

(Continuação)

Projeto	Objetivos	Fase
Produção de treinamentos	Produzir as matrizes de treinamentos para que os TREs utilizem na capacitação dos multiplicadores do treinamento de mesários para as Eleições 2016 e no treinamento de mesários para as mesmas eleições, a fim de conferir uniformidade à linguagem, aos recursos andragógicos e às estratégias didáticas a serem utilizadas pelos multiplicadores em toda a Justiça Eleitoral, diminuindo a probabilidade de distorções no compartilhamento das informações e dos procedimentos para os mesários. Este plano prevê: - Curso 1 – Multiplicadores de Mesários com Biometria (à distância); - Curso 2 – Multiplicadores de Mesários sem Biometria (à distância); - Curso 3 – Mesários com Biometria (à distância); - Curso 4 – Mesários sem Biometria (à distância); - Curso 5 – Multiplicadores de Mesários com Biometria (presencial).	Execução
Programa Eleições 2016	Planejar de forma integrada e realizar as Eleições 2016.	Execução
Relatório das Eleições 2014	Elaborar o *Relatório das Eleições 2014* com objetivo de: - relatar o processo eleitoral realizado em 2014, para fins de melhorias nos pleitos futuros, de dar mais transparência às atividades desempenhadas pela Justiça Eleitoral e, também, devido ao seu valor histórico; - relatar os principais feitos e a jurisprudência das Eleições 2014; - disponibilizar as análises de prestação de contas; - promover a divulgação dos resultados eleitorais.	Encerrado
Relatório das Eleições 2016	Relatar o processo eleitoral realizado em 2016, para fins de melhorias nos pleitos futuros, para dar mais transparência às atividades desempenhadas pela Justiça Eleitoral e, também, por seu valor histórico.	Execução
Teste Público de Segurança	Planejar e coordenar os procedimentos necessários para a realização do Teste Público de Segurança.	Encerrado
Workshop Eleitoral para os Jornalistas	Permitir que jornalistas atualizem seus conhecimentos em Direito Eleitoral, aproximando-os dessa Justiça e melhorando a imagem e a credibilidade da instituição. A atual gestão do TSE trabalha focada na transparência, um dos valores definidos no Planejamento Estratégico do TSE 2015-2020.	Execução

II. Não eleitorais:

Projeto	Objetivos	Fase
Acessibilidade nas áreas de atendimento do TSE	Contribuir com o Objetivo Estratégico Garantia dos Direitos de Cidadania por meio da execução de ações relacionadas à acessibilidade. Identificar se as áreas de atendimento do Tribunal estão de acordo com as necessidades das pessoas com deficiência que o acessam tanto por meio físico quanto por meio virtual, com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e legislação correlata e na Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (ABNT/NBR 9050/2015). Acompanhar e monitorar as adequações que porventura sejam necessárias para promover a acessibilidade no TSE.	Encerrado
Ações de apoio aos fiscais de contrato	Prover apoio aos fiscais do contrato para execução de sua tarefa, tendo como principais objetivos: - implementar atividades com vistas a criar espaços de apoio aos ficais, que possibilitem fomentar a troca de experiências; - orientar os fiscais quanto à observância a princípios, boas práticas, normas e atuais entendimentos do TCU que regem a fiscalização de contratos de terceirização de serviços; - instrumentalizar os fiscais com informações que os auxiliem na execução das suas atividades, de forma que possam exercê-las com eficácia e efetividade, ensejando execuções contratuais mais vantajosas e duradouras para a administração pública; - fornecer acesso a dados que auxiliem o fiscal na sua atividade de controle e de inspeção sistemática do objeto contratado pela administração, com a finalidade de que a execução ocorra de acordo com todas as obrigações previstas no contrato.	Encerrado
Ações para aderência das contratações às recomendações do TCU e da SCI	Elaborar – tendo em vista o Relatório de Fiscalização TC nº 020.613/2015-6, Fiscalização nº 368/2015, proveniente do TCU, conforme Protocolo-SEI nº 2016.00.000001018-1, bem como o atendimento ao Relatório Seaug (0071578) – Plano de Ação visando implementar as orientações e recomendações emitidas por aquele órgão de controle e pela Secretaria de Controle Interno do TSE.	Execução
Alteração do Regulamento do TSE	Alterar o Regulamento do TSE nos termos da Resolução nº 23.480/2016.	Execução

(Continuação)

Projeto	Objetivos	Fase
Aprimoramento do atendimento das pesquisas por informações na SGI	Aprimorar o atendimento das pesquisas de informações administrativas, arquivísticas, doutrinárias, históricas, jurisprudenciais e legislativas, na Secretaria de Gestão da Informação, conforme determinado na Resolução-TSE nº 23.439/2015, que institui o Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral para o período de 2015 a 2020.	Encerrado
Auditoria no Processo de Sustentação em Soluções de TI	Aplicar auditoria no Processo de Sustentação em Soluções de TI.	Execução
Compartilhamento de boas práticas	Consolidar e unificar as práticas que possam ser aplicadas à Justiça Eleitoral, servindo, dessa maneira, de inspiração para a realização de novos projetos. Ressalta-se que este plano de ação se coaduna com a iniciativa estratégica de fortalecer a cultura da transparência, vinculada ao objetivo estratégico de fortalecimento da governança.	Execução
Descarte de resíduos sólidos no TSE	Implementar a coleta seletiva e o descarte de resíduos sólidos no Tribunal Superior Eleitoral.	Encerrado
Diagnóstico da acessibilidade na JE (ano 2015)	Elaborar o *Relatório de Diagnóstico da Acessibilidade na Justiça Eleitoral* (ano 2015), tarefa atribuída à Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade do TSE, instituída pela Portaria-TSE nº 65/2015, e contribuir com o objetivo estratégico Garantias do Direito de Cidadania, com a execução de ações relacionadas à acessibilidade.	Encerrado
Gerenciamento do desempenho orçamentário do TSE e dos TREs	Gerenciar o desempenho orçamentário do TSE e dos TREs, orçamento 2015, com o objetivo de assegurar o alcance das metas referentes aos indicadores do Objetivo Estratégico 6 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária do Planejamento Estratégico 2015-2020.	Encerrado
Implantação do sistema Auditar no TSE	Implantar o Sistema de Auditoria Auditar no TSE.	Execução

(Continuação)

Projeto	Objetivos	Fase
Implantação do Sistema de Indicadores e Metas no TSE	Implantar o Sistema de Indicadores e Monitoramento (SIM) no TSE em duas fases: - Fase 1: implantação do SIM sem customização. - Fase 2: customização do SIM com os requisitos definidos pela área-cliente. Este plano de ação dá continuidade às ações para implantação de solução que atenda ao determinado no art. 2º da Resolução-TSE nº 23.439, de 12 de março de 2015, a respeito do acompanhamento do Planejamento Estratégico mediante utilização de Sistema de Monitoramento específico, e tem por objetivo tratar da Fase 1. A Fase 2 será tratada posteriormente com a abertura de um novo projeto ou plano de ação a definir.	Encerrado
Inclusão digital	Realizar o Curso de Inclusão Digital para possibilitar que profissionais, com pouco ou nenhum conhecimento sobre informática, alocados em diversos postos de trabalho no TSE e profissionais do projeto Começar de Novo tenham acesso a aulas de Informática, fazendo com que o conhecimento por eles adquiridos seja útil para melhorar seu quadro social.	Encerrado
Interligação de centrais telefônicas TSE e TREs	Explorar as facilidades proporcionadas pela tecnologia Voip em benefício do Tribunal. Principal entrega: - Tornar viável a comunicação telefônica entre o TSE e os TREs sem custos, por meio da interligação de centrais.	Encerrado
Justiça em Números TSE	Divulgar informação de números da Justiça Eleitoral no sítio do CNJ.	Encerrado
Melhoria no processo de fiscalização e execução de contratos	Aperfeiçoar o processo de fiscalização e execução de contratos e adaptá-lo à nova estrutura do Tribunal, definindo os responsáveis por cada etapa e a implementação de controles mais efetivos.	Encerrado
Melhoria no processo de produção de decisões judiciais	Melhorar o processo de produção de decisões judiciais no Gabinete do Ministro Gilmar Mendes, otimizando o trâmite interno dos processos e definindo os responsáveis por cada atividade.	Encerrado
Pesquisa de satisfação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	Avaliar, subjetiva e qualitativamente, o nível de satisfação do corpo funcional do TSE em relação às ações de qualidade de vida no trabalho implementadas no 1º semestre e aprimorar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho nos aspectos necessários, considerando necessidades, expectativas, interesses e satisfação do público-alvo.	Encerrado

(Continuação)

Projeto	Objetivos	Fase
Plano de Logística Sustentável	Acompanhar a implementação e a execução do PLS, o que deverá consolidar uma mudança de paradigmas, por meio da implantação de novos modelos de gestão e do fortalecimento das práticas de sustentabilidade na atuação deste Tribunal, vislumbrando um desempenho economicamente viável, socialmente justo e de menor impacto ambiental.	Encerrado
Processo Judicial Eletrônico na JE – Gestão 2014-2016	Implantar o PJe, no TSE e em três TREs, possibilitando o peticionamento e a tramitação em meio eletrônico de: - *habeas corpus*; - *habeas data*; - mandado de segurança; - ação cautelar; - mandado de injunção. Implantar o PJe, no TSE, possibilitando o peticionamento e a tramitação em meio eletrônico nas seguintes classes recursais: - recurso especial eleitoral; - recurso ordinário; - recurso em *habeas corpus*; - recurso em *habeas data*; - recurso em mandado de injunção; - recurso em mandado de segurança; - agravo de instrumento.	Encerrado
Processo Judicial Eletrônico na JE – Gestão 2016-2018	Expandir o sistema do PJe para outras classes processuais e para os TREs, possibilitando maior tramitação eletrônica de processos judiciais e administrativos e a entrada de recursos eletrônicos no TSE.	Execução
Programa de Gestão do Clima Organizacional	Atender ao Planejamento Estratégico 2015-2016: - Plano de Ação: Pesquisa de Clima Organizacional. - Implementação das ações propostas identificadas após a pesquisa.	Encerrado
Programa de Identificação Biométrica 2017-2018	Modernizar o processo eleitoral utilizando-se da tecnologia para reconhecimento individual do eleitor baseado em dados biométricos, principalmente no que diz respeito ao processo de identificação do eleitor na seção eleitoral e nas técnicas que detectam a duplicidade de inscrições no cadastro eleitoral.	Planejamento
Publicação da situação e julgamento das contas eleitorais e partidárias na página da Internet do TSE	Controlar o julgamento dos processos de prestação de contas anual de partido político e prestação de contas de campanha eleitoral.	Execução

(Continuação)

Projeto	Objetivos	Fase
Relatório de Atividades do TSE – Ano 2015	Segundo a Resolução-TSE nº 23.443, de 24 de março de 2015, os titulares da Secretaria do Tribunal e da Secretaria-Geral da Presidência devem demandar às suas respectivas unidades subordinadas, até o mês de outubro do ano do exercício, a confecção dos relatórios que constituirão o *Relatório de Atividades do TSE*.	Encerrado
Relatório de Gestão do Exercício de 2015	Elaborar o *Relatório de Gestão do Exercício de 2015*.	Encerrado
Relatório de Transição 2016	Elaborar o *Relatório de Transição 2016* com a finalidade de fornecer ao ministro eleito para o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral subsídios para elaboração e implementação do programa de gestão de seu mandato. Conforme definido na Portaria-TSE nº 41 de 2010, art. 5º, o presidente atual entregará ao futuro presidente, em até dez dias do início da transição, relatório circunstanciado com os seguintes elementos básicos: plano estratégico de gestão; estatística processual; orçamento, com especificação das ações e dos programas; estrutura orgânica: quadro de pessoal, cargos providos e vagos, cargos em comissão e funções de confiança, inativos e pensionista; relação dos contratos em vigor e respectivos prazos de vigência, valores mensais e critério de reajuste; sindicâncias, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas especiais em andamento. Nessa ocasião, o relatório será ainda complementado com as seguintes informações: relatório com a situação das comissões e dos grupos de trabalho, bem como o *status* do Programa Eleições 2016.	Encerrado
Simplificação dos processos de contratações do TSE	Auxiliar no estudo para a simplificação do processo de contratações no TSE solicitado pela Secretaria do Tribunal, por meio do mapeamento e da otimização do fluxo desse processo com foco nas mudanças relativas à utilização do SEI e posterior elaboração de um painel para o controle do andamento das contratações no Tribunal.	Encerrado

(Continuação)

Projeto	Objetivos	Fase
Sistema de Custos da Justiça Eleitoral	Implantar sistema tecnológico de acumulação e mensuração de custos da Justiça Eleitoral com foco no aperfeiçoamento do cálculo do custo do processo eleitoral, incluídas atividades como: cadastro de eleitores, prestação de contas de candidatos e de partidos políticos, atividade jurisdicional e realização de eleições gerais, municipais e suplementares. Para tanto, foram definidos como objeto de custos os imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral, distribuídos por eleitor, m², zona eleitoral, entre outros.	Execução
Sistema Nacional Integrado de Estatística Judiciária	Aperfeiçoar as estatísticas processuais da Justiça Eleitoral, de modo a criar instrumentos capazes de instruir o planejamento e a gerência da atividade jurisdicional da Corte, além de atribuir-lhe maior clareza. Aperfeiçoar a visibilidade dos processos que tramitam na Justiça Eleitoral, possibilitando saber quantitativo, localização, temas, classes processuais, ano da eleição, situação do candidato (eleito ou não) e tipo de decisão proferida em cada feito.	Execução

Páginas de estatísticas das eleições

As páginas de estatísticas das eleições têm como objetivo divulgar dados consolidados e estatísticas dos pleitos. O usuário poderá encontrar informações a respeito do eleitorado, das candidaturas, dos resultados das eleições e, futuramente, dos processos.

O trabalho de remodelagem das páginas de estatísticas das eleições envolveu a reestruturação das informações, do leiaute e da maneira como os dados são apresentados.

Como inovação, criou-se uma página de fácil acesso, ilustrada por gráficos dinâmicos que auxiliam na compreensão dos dados.

As novas páginas foram ao ar com os dados das Eleições 2016, e aos poucos os dados de eleições anteriores estão sendo migrados para o novo leiaute.

Além disso, foi feito um trabalho de validação dos dados pela AGE.

Estatísticas do eleitorado

O usuário poderá consultar informações como quantitativo de eleitores com e sem biometria, eleitores por grau de instrução, faixa etária, sexo e a evolução do eleitorado ao longo dos anos. Também é possível cruzar essas informações, segundo a abrangência selecionada pelo cliente.

Estatísticas de candidaturas

Nesta página, estão disponíveis as informações consolidadas a respeito dos candidatos ao pleito segundo o cargo, o grau de instrução, a ocupação, a faixa etária, a situação de candidatura, o partido, o motivo de cassação/indeferimento, o sexo, a cor/raça e o estado civil. Também é possível obter os quantitativos resultantes dos cruzamentos dessas variáveis.

Estatísticas de resultados

A página visa facilitar a divulgação do resultado das eleições, de maneira diferente do Divulga Resultados. O usuário é capaz de consultar informações sobre cargo, faixa etária, ocupação, partido, sexo, cor/raça dos candidatos eleitos.

Estatísticas processuais das eleições

A página de estatísticas processuais das eleições ajuda na divulgação de informações processuais, assim como a página de estatísticas processuais, porém trata apenas dos processos relativos às eleições. O usuário pode verificar essas estatísticas de processos conclusos, decisões, número de processos de registros de candidatos por cargo, por situação de candidatura, situação de totalização, assim como decisões proferidas por relator. É possível exportar a lista desses processos em cada quadro.

Repositório de dados eleitorais

O repositório de dados eleitorais visa atender aos pesquisadores com os dados brutos das eleições, que englobam dados do eleitorado, das candidaturas, das vagas, dos resultados e da prestação de contas dos pleitos.

A estatística do TSE é responsável por gerir e dar suporte ao repositório de dados eleitorais, um compêndio de tabelas com dados brutos das eleições gerais, a partir de 1945, e municipais, a partir de 1996, em que se permite a ampla consulta e possibilita o trabalho de estudiosos e pesquisadores. A cada processo eleitoral, é disponibilizado aos cidadãos um novo conjunto de dados de perfil de eleitorado, candidatos, resultados e prestação de contas de campanha.

Está sendo feito um trabalho de validação dos dados de anos anteriores, além da padronização dos nomes das colunas; também está sendo realizada a inclusão de novos arquivos de prestação de contas para o pleito de 2016 e a manutenção e validação dos dados do RDE.

Informações e dados estatísticos sobre as Eleições 2016

A AGE desenvolve o livreto *Informações e dados estatísticos sobre as eleições*, que consiste em dados compilados sobre eleitorado, candidaturas, prestação de contas, novidades das eleições e resultados. Por se tratar de uma publicação mais enxuta e com informações consolidadas, o livreto é constantemente atualizado, durante o período eleitoral, com os dados mais recentes sobre o pleito.

Relatório de ocorrências no dia das eleições

A AGE elabora, no dia das eleições, um relatório de acompanhamento das ocorrências. Os dados são utilizados nas coletivas.

Fornecimento de informações e dados estatísticos ao público externo e interno

A Assessoria de Gestão Estratégica atende a relatos encaminhados pela Ouvidoria, que repassa todos os pedidos relativos a dados quantitativos do TSE à AGE/DG. Os dados são consolidados e repassados à AIC para atendimento às demandas do público externo.

Além dos atendimentos via Ouvidoria, a AGE atende a demandas de informação e esclarecimentos por telefone e *e-mail*. Os atendimentos visam sanar as dúvidas que os pesquisadores possuem quanto aos dados disponibilizados pelo TSE, além de atender a solicitações de dados que não estão disponibilizados diretamente na Internet.

A AGE informa, mensalmente, o resultado da votação, por partido, para o cargo de deputado federal para a Secretaria de Administração, a fim de subsidiar a distribuição do Fundo Partidário. A periodicidade dessas informações se faz necessária devido às frequentes retotalizações das eleições, que ocorrem por causa do julgamento de recursos de registros de candidaturas, alterando, assim, a destinação dos votos a candidatos *sub judice*.

O fornecimento das informações acerca do resultado das eleições, a fim de subsidiar processos judiciais, também fica sob responsabilidade da AGE, bem como a elaboração de pareceres e estudos estatísticos para a Presidência do Tribunal.

Avaliação das Eleições 2016

A AGE presta apoio técnico na elaboração dos questionários utilizados na pesquisa de avaliação das eleições e procede à análise dos dados da pesquisa, à consolidação dos dados e à elaboração dos relatórios finais.

Planejamento Estratégico

A AGE também oferece apoio técnico na revisão dos indicadores do Planejamento Estratégico.

Relatório de acessibilidade

A unidade faz análise dos dados e aplicação de técnicas descritivas, implementação gráfica e crítica textual das justificativas apontadas pelos TREs. Além disso, ela compõe o relatório final.

Apoio técnico às outras áreas do TSE

A AGE está envolvida paralelamente ainda com:

- estudo, à pedido da Secretaria do Tribunal, acerca do rezoneamento;
- apoio técnico na pesquisa de absenteísmo feita pela Coordenadoria de Atenção à Saúde;
- apoio técnico à Assessoria de Novos Projetos com relação ao projeto Biometria;
- apoio técnico à Ascom a respeito da pesquisa pós-eleições de 2016.

Justiça em Números

São informadas, semestralmente, as estatísticas do Sistema Justiça em Números CNJ. Principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário, anualmente, desde 2004, o relatório *Justiça em números* divulga a realidade dos tribunais brasileiros, com muitos detalhamentos da estrutura e litigiosidade, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a gestão judiciária brasileira.

Página de estatísticas processuais

A página Estatísticas Processuais, disponível no sítio do TSE, ajuda na divulgação de informações processuais, como o número de processos baixados, autuados e tramitando. São também disponibilizadas estatísticas por classe, tipo, situação e localização. As informações podem ser acessadas separadamente para cada ministro da Corte.

Metas Nacionais CNJ

O TSE informa, mensalmente, as estatísticas a serem incluídas no Sistema de Metas Nacionais do CNJ. O sistema de metas possibilita o acompanhamento pelo CNJ do cumprimento das metas nacionais, definidas anualmente.

Módulo de Produtividade Mensal CNJ

São informadas, mensalmente, as estatísticas ao Módulo de Produtividade do CNJ. O Módulo de Produtividade Mensal do CNJ possibilita o acompanhamento mensal da litigiosidade e da produtividade dos magistrados e dos gabinetes.

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes à Assessoria:

Indicador estratégico	Índice de execução da estratégica
Objetivo estratégico	Fortalecimento da governança
Tipo	Execução
O que se mede	Desempenho dos indicadores estratégicos em relação às metas estabelecidas
Para que medir	Monitorar a execução do Planejamento Estratégico
Quem mede	AGE
Quando medir	Quadrimestralmente
Como medir	Quantitativo de indicadores que atingiram a meta escalonada para o período ÷ quantitativo de indicadores da cesta
Fonte	*Report* das unidades responsáveis pela medição
Metas	Atingir 60% das metas escalonadas para 2015

Dados da última reunião de análise da estratégia.

2.2. ASSESSORIA DE NOVOS PROJETOS

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

A Assessoria de Novos Projetos (ANP), desde a sua criação, em maio de 2016, até a elaboração deste relatório, coordenou os projetos e programas de grande envergadura para a Justiça Eleitoral, indicados pelo diretor-geral, e tem como missão se especializar na coleta e no fornecimento de dados a eles relacionados, a fim de prestar assessoramento à Secretaria do Tribunal.

Os trabalhos realizados são destacados a seguir.

PROGRAMA ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016

Desde sua formalização, foram desenvolvidas por esta Assessoria, durante o período de 2016, atividades de assessoramento, suporte e acompanhamento do processo eleitoral para as eleições municipais ordinárias e complementares de 2016. Houve também fornecimento de informações e saneamento de dúvidas no que tange à legislação eleitoral, às normas e resoluções, às entregas e atividades dos grupos de trabalho da Justiça Eleitoral, aos sistemas de informação, como registro de candidaturas, votação, totalização, oficialização, carga da urna, aplicativos *mobile*, divulgação de registro de candidatura e totalização. Além disso, houve participação efetiva na coordenação e no acompanhamento dos testes de funcionalidade e de *performance* dos sistemas de informação e nos simulados e testes em campo.

Esta Assessoria também realizou atividades de acompanhamento da preparação e cargas das urnas e dos registros de candidatura, transmissões dos boletins de urna e encerramento da votação, votação paralela, totalização e divulgação de resultados no Centro de Divulgação no TSE e através dos aplicativos *mobile*. Prestou ainda assessoramento presencial, no primeiro turno, no TRE/SP e, no segundo turno, no TRE/BA.

AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES 2016

Por ordem do diretor-geral, o processo de avaliação das eleições municipais de 2016 seria conduzido por esta Assessoria. Em 19 de setembro de 2016, conforme SEI nº 0261605, foi publicada Portaria-TSE nº 998, que institui o Comitê para Avaliação das Eleições 2016, com o objetivo de planejar, organizar e conduzir a avaliação das eleições municipais de 2016, ficando o comitê sob a coordenação da ANP. A avaliação das eleições seria realizada em duas etapas: a primeira com a realização de questionários direcionados aos tribunais regionais eleitorais e cartórios eleitorais de todo o país, bem como a grupos de trabalho e unidades do Tribunal Superior Eleitoral; e a segunda, em um encontro presencial no Tribunal.

O comitê apresentou o processo de avaliação em três etapas:

1. Primeira etapa, de 3 de outubro a 7 de novembro de 2016: pesquisa, por meio de formulários na intranet, direcionada diretamente aos cartórios eleitorais e tribunais regionais eleitorais, sobre

temas relativos ao pleito municipal e avaliações livres sobre as Eleições 2016, encaminhadas pelos gestores das unidades do TSE, assim como pelos coordenadores dos grupos de trabalho.

II. Segunda etapa, de 30 de novembro de a 1º de dezembro de 2016: reunião de diretores-gerais dos TREs para apresentação de painéis estatísticos sobre as eleições, além do resultado do levantamento dos pontos avaliados na primeira etapa, debates sobre possíveis ações de melhoria e de projetos em desenvolvimento para 2017 e 2018 e, por fim, definição dos grupos de trabalho a serem criados, com o objetivo de realizar estudos para implantação das melhorias e inovações mapeadas na primeira etapa das avaliações para as Eleições 2018.

III. Terceira etapa, em fevereiro/março de 2017: elaboração dos programas, projetos e planos de ação a partir das ponderações sobre as necessidades levantadas e projetos apresentados na segunda etapa, com a realização de oficinas com os TREs, reuniões de grupos de trabalho e de comissões do TSE.

O processo de avaliação mediante os questionários considerou os temas específicos para os cartórios eleitorais e para os tribunais regionais. Foram considerados os seguintes temas para os cartórios eleitorais: Segurança, Mesários, Urnas Eletrônicas, Aplicações *Mobile*, Sistemas Eleitorais e Seções Especiais – Presos Provisórios e Adolescentes Internados. Para os questionários encaminhados aos tribunais regionais, foram considerados os seguintes temas: Recurso Financeiros, Segurança, Mesários, Institucional, Contratações e Aquisições, Urnas Eletrônicas, Serviços Judiciários, Aplicações *Mobile* e Auditoria.

Assim que for concluído, o relatório final da avaliação contendo o resultado da análise dos questionários e os projetos e planos de ação propostos para a próxima eleição, em 2018, estará disponível no sítio do TSE.

PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

Depois da criação da ANP, os trabalhos relacionados à biometria foram iniciados com o encaminhamento de ofício-circular do diretor-geral do TSE a todos os diretores-gerais dos TREs, solicitando que encaminhassem os nomes dos correspondentes gestores da biometria para servir de contato entre o TSE e os regionais.

À mesma época, a ANP tratou de realizar diagnóstico a respeito da execução do programa no ciclo anterior, objetivando definir as premissas para o novo ciclo. As informações foram obtidas após reuniões com algumas áreas do TSE e com base nos registros da Avaliação das Eleições 2014 e das conversas por telefone com alguns TREs.

Identificados os gestores da biometria no âmbito dos TREs, foi realizada a primeira reunião com esses gestores em 4 e 5 de julho de 2016, cujos objetivos foram o debate de temas e apresentação das propostas para subsidiar a elaboração do planejamento do Programa de Identificação Biométrica 2017-2018, garantindo a governança participativa e a integração entre os tribunais.

As várias propostas dos temas debatidos foram apresentadas oficialmente ao diretor-geral do TSE, que deu encaminhamento a cada uma delas. Definiram-se, também, as diretrizes do Programa de Identificação Biométrica, quais sejam:

- gestão participativa;
- linha de comunicação direta com os TREs;
- finalização do programa em 2022;
- meta ousada e desafiadora, mas factível e inserida na capacidade de execução;
- metas estabelecidas pelos TREs;
- prioridade para a qualidade dos dados, sem descuidar da velocidade;
- início da execução do programa em novembro de 2016;
- acompanhamento integrado do programa;
- disseminação de boas práticas;
- complementação do parque de equipamentos conforme necessidades apontadas pelos TREs e disponibilidade orçamentária;
- início da renovação do parque de *kits* e *pads*.

De acordo com as diretrizes, iniciou-se levantamento com os TREs a respeito das necessidades de equipamentos e da informação sobre as metas por eles estabelecidas.

As informações sobre a necessidade de equipamentos foram compiladas pela ANP e submetidas à homologação dos TREs, dando início ao processo de aquisição de miniPCs, *notebooks*, impressoras, estabilizadores, *kits* e *pads*. Em seguida, foram solicitadas informações complementares e nova homologação dos quantitativos para instruir os correspondentes processos de aquisição.

Prosseguindo com o trabalho em colaboração com os gestores da biometria, produziu-se o documento *Planejamento Resumido dos TREs – Biometria 2017/2018*, no qual constaram as diretrizes do programa, as metas estabelecidas pelos TREs, a previsão de atendimento biométrico em 2017, tanto por meio do atendimento ordinário quanto pelas revisões eleitorais, assim como a lista de municípios que iniciarão revisão eleitoral em 2017.

Esse documento foi encaminhado à CGE para análise e aprovação de provimento que autoriza os TREs a realizarem as revisões eleitorais planejadas. Esse envio ocorreu mediante o Processo SEI nº 2016.00.0000.16523-1.

O mesmo documento foi encaminhado à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade para atualização do Sistema de Planejamento Orçamentário e para adoção das providências necessárias relacionadas à verificação da previsão orçamentária existente diante das previsões apresentadas pelos TREs e do valor estabelecido para o custo, por eleitor, para o programa. Esse envio se deu mediante o Processo SEI nº 2016.00.0000.16521-1.

Em cumprimento à diretriz que estabeleceu a gestão participativa, foi realizada a segunda reunião com os gestores da biometria, em 23 e 24 de novembro de 2016, cujos objetivos foram a apresentação e o debate acerca do estágio das ações e projetos que compõem o Programa de Identificação Biométrica, de acordo com os propósitos da governança participativa (controle e monitoramento).

1ª Reunião de Gestores da Biometria

A reunião, ocorrida em 4 e 5 de julho de 2016, teve como objetivos debater temas e apresentar propostas para subsidiar a elaboração do planejamento do Programa de Identificação Biométrica 2017-2018, garantindo a governança participativa e a integração entre os tribunais.

O evento ocorreu em um dia e meio e teve como público-alvo os gestores da biometria.

O formato do evento considerou, no primeiro dia, as seguintes apresentações:

- premissas para elaboração do Programa de Identificação Biométrica, apresentadas pelo diretor-geral do TSE;
- objetivo da reunião e orientações para desenvolvimento dos trabalhos, expostos pela Assessora de Novos Projetos, responsável pelo Programa de Identificação da Biometria;
- considerações das unidades do TSE que possuem projetos transversais ao programa, expostas pelos titulares da CGE, SGP, STI, AGE, SOF, Asjur e Ascom.

O formato do segundo dia contemplou:

- realização de oficinas temáticas para debates de temas/subtemas, em grupos formados pelos participantes, e para construção de propostas para melhoria do programa;
- exibição em plenária das situações e das propostas elaboradas nas oficinas;
- debate com o grande grupo sobre cada proposta apresentada.

Dos trabalhos nas oficinas, da apresentação e do debate em plenária foram geradas várias propostas, todas elas apresentadas oficialmente ao diretor-geral do TSE mediante a Informação nº 6 da ANP.

Todos os registros, inclusive os dos encaminhamentos das propostas apresentadas nessa ocasião, estão no Processo SEI nº 2016.00.000009386-9. O relatório da reunião também se encontra no citado processo e na página da ANP.

2ª Reunião de Gestores da Biometria

A reunião, ocorrida em dias 23 e 24 de novembro de 2016, teve como objetivos a apresentação e o debate acerca do estágio das ações e dos projetos que compõem o Programa de Identificação Biométrica, de acordo com os propósitos da governança participativa (controle e monitoramento).

O evento ocorreu em um dia e meio e teve como público-alvo os gestores da biometria. Contou com a presença da Dra. Ana Aguiar, juíza auxiliar da Presidência, e do Dr. Maurício Melo, diretor-geral do TSE, que, nos correspondentes discursos de abertura, trouxeram informações que direcionaram os trabalhos e reafirmaram a importância do Programa de Identificação Biométrica.

Em seguida, foram apresentados os estágios dos trabalhos relacionados à biometria sob a responsabilidade de várias unidades do TSE, expostos por representantes da CGE, SGP, STI, SOF, Ascom, AGS, assim como da ANP, abrindo-se espaço para que os presentes fizessem suas considerações e propostas.

Todos os registros, relativos à essa reunião, estão no Processo SEI nº 2016.00.000016347-6 e no espaço Eventos da página da Assessoria de Novos Projetos.

Grupo de Trabalho da Biometria

O Grupo de Trabalho da Biometria foi instituído pela Portaria-TSE nº 857 de 15 de agosto de 2016, e tem sua vigência até 20 de dezembro de 2016.

A iniciativa de criação do grupo ocorreu em razão da proposta, originada na 1ª Reunião de Gestores da Biometria, para criação de grupo de trabalho com representantes do TSE e dos TREs, com o objetivo de analisar as propostas relacionadas ao Cadastro Nacional de Eleitores durante a referida reunião.

A proposta foi acolhida pelo diretor-geral do TSE, e o grupo foi constituído por representantes dos mesmos TREs que participaram da Oficina nº 2 do citado evento. Foram incluídos representantes das regiões Sul e Centro-Oeste, assim como representante do TRE/RJ, em razão de haver Termo de Cooperação entre o TSE e o Detran/RJ para aproveitamento dos dados biométricos para o Cadastro Nacional de Eleitores, um dos temas a ser tratado pelo grupo.

A criação do grupo ocorreu nos termos da Portaria-TSE nº 662 de 23 de junho de 2016, que disciplina a criação e o funcionamento de comissões, comitês e grupos de trabalho especializados no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.

De acordo com a Portaria-TSE nº 857/2016, o objetivo do grupo é analisar as propostas apresentadas durante a citada reunião e relacionadas às regras de negócio que envolvem o cadastramento biométrico e aos impactos nas normas que regem o Cadastro Nacional de Eleitores, descritas no anexo da citada portaria e reproduzidas a seguir:

1. em virtude da Identificação Civil Nacional (ICN), repensar a necessidade de fechamento do cadastro (Fechamento do cadastro);

2. regulamentar estratégias, em uso por alguns regionais, de atendimento posterior à data do fechamento (Fechamento do cadastro);

3. possibilidade de atendimento durante o período de fechamento do cadastro, sendo mantido numa base temporária para posterior processamento após a reabertura do cadastro (Fechamento do cadastro);

4. eliminar a premissa de atendimento biométrico apenas com o ELO *on-line*, para atendimento em locais de difícil acesso ou em local em que haja problemas de comunicação; efetivação das consultas necessárias ao cadastro quando do retorno ao ambiente da rede da Justiça Eleitoral (Atendimento biométrico *off-line*);

5. regulamentação, pelo TSE, dos critérios de validação do aproveitamento dos dados biométricos coletados por outros órgãos públicos (Logística de atendimento);

6. criação de uma comissão multidisciplinar, designada pelo TSE, buscando definir critérios de aproveitamento de dados biométricos, na forma do art. 18 da Resolução-TSE nº 23.440, com vistas a garantir a integridade do cadastro eleitoral (Normatização).

A primeira reunião do Grupo de Trabalho da Biometria ocorreu em 5 e 6 de setembro de 2016, na sede do TSE, em Brasília.

A pauta do evento relacionou os seguintes temas:

- definir o cronograma de trabalho;
- identificar e analisar as possibilidades para definição de critérios de aproveitamento de dados biométricos (relacionado aos itens 5 e 6 do anexo da portaria);
- definir tarefas aos integrantes do grupo;
- produzir relatório de atividades da primeira reunião.

Em razão das discussões, que se deram de uma forma sistêmica, alguns assuntos acabaram sendo incluídos na pauta, havendo todo o cuidado para que não comprometesse o tempo para as discussões dos temas definidos na portaria de criação do grupo.

Os assuntos abordados nessa reunião foram os seguintes:

- cronograma de atividades do grupo;
- votação híbrida;
- aproveitamento de dados biométricos colhidos por outros órgãos;
- batimento biométrico;
- qualidade das impressões digitais;
- coleta de dados biométricos durante o período de fechamento do cadastro;
- *pad* de assinaturas.

Depois da realização da primeira reunião, a composição do grupo foi alterada com a inclusão de mais dois integrantes: Dra. Ana Aguiar, juíza auxiliar da Presidência, e Alcides Júnior, gerente de projetos de Biometria na TI. A alteração foi realizada por intermédio da Portaria-TSE nº 857/2016.

Em 6 e 7 de outubro de 2016, também na sede do TSE, realizou-se a 2ª Reunião do Grupo de Trabalho da Biometria, cuja pauta contemplou os seguintes temas:

- definir os critérios de aproveitamento de dados biométricos;
- avaliar a possibilidade de atendimento às propostas dos itens do anexo da portaria:
  - item 2 – estratégia de coleta biométrica após o fechamento do cadastro (alistamentos pendentes de coleta de dados biométricos, em prazo posterior ao fechamento do cadastro);
  - item 4 – atendimento biométrico *off-line* (em lugares de difícil acesso ou com baixa qualidade na comunicação);
- definir os procedimentos para a realização de acordo de cooperação (fluxo);
- produzir relatório de atividades da segunda reunião.

Os assuntos abordados nessa reunião foram os seguintes:

- definição dos procedimentos para a realização de acordo de cooperação (fluxo);
- apresentação técnica;
- critérios para aproveitamento de dados biométricos de outros órgãos;
- estratégia de coleta biométrica após o fechamento do cadastro;
- atendimento biométrico *off-line*;
- resultado das tarefas definidas na primeira reunião do grupo.

Em 28 de novembro do mesmo ano, realizou-se videoconferência a fim de homologar o processo para realização de convênios e definição da estrutura do relatório final. O fluxo e descritivos do processo para realização de convênios foram encaminhados por *e-mail* para análise do grupo e eventuais propostas de alteração.

As informações referentes à videoconferência, assim como o registro das deliberações do grupo foram encaminhados ao diretor-geral por meio do Processo SEI nº 2016.00.000011386-0.

A última etapa do trabalho do grupo diz respeito à confecção do relatório final, a ser entregue ao diretor-geral do TSE, em cumprimento ao previsto na portaria de criação do GT.

Esse documento conterá a síntese dos trabalhos do grupo e também será incluído no Processo SEI nº 2016.00.000011386-0, mesmo processo em que os registros relacionados à criação do grupo, aos trabalhos realizados e aos resultados alcançados são mantidos.

A vigência do grupo se encerra em 20 de dezembro de 2016, havendo proposta de criação de grupo de trabalho para tratar da biometria, a ser apreciada oportunamente pelo diretor-geral do TSE.

Programação, apresentações e relatórios das reuniões também são encontrados na página da ANP, no espaço Eventos, separados por data de realização.

Projeto *Business Intelligence* (BI) da Biometria

O Programa de Identificação Biométrica tem por objetivo, entre outros, recadastrar o eleitorado brasileiro envolvendo os dados biográficos e biométricos.

Segundo dados atualizados em 4 de setembro de 2016, dos 146.470.911 eleitores, 33,04% estão aptos a serem identificados pelas impressões digitais nos pleitos realizados pela Justiça Eleitoral.

Como apresentado, ainda restam muitos eleitores a serem biometrizados. A estimativa de conclusão do recadastramento biométrico é para 2022.

Para que o planejamento do programa possa ser elaborado de forma mais rápida e com maior tranquilidade quanto aos dados utilizados para a tomada de decisão, são necessárias informações gerenciais e indicadores de desempenho que possam subsidiar o planejamento. Essas informações também serão prestadas para que, durante a execução do programa, se viabilizem eventuais ações corretivas e/ou preventivas em tempo hábil, mitigando os riscos.

Para tanto, o projeto Business Intelligence (BI) da Biometria tem por objetivo a construção de uma solução de Tecnologia da Informação (TI) para o fornecimento de dados gerenciais e indicadores de desempenho da implantação do programa.

A estratégia definida para o desenvolvimento do BI da Biometria e de ações correlatas, a qual está descrita no Processo SEI nº 2016.00.000014834-5/Informação nº 24 (0291964), considera atividades tais como: atualização para acompanhamento das metas da biometria na intranet, reativação do BI utilizado em 2013 e 2014, elaboração de estatística da biometria, bem como levantamento e desenvolvimento de novas funcionalidades.

O projeto em tela originou-se na ANP, unidade responsável pela coordenação do Programa de Identificação Biométrica, motivo pelo qual foi atribuído a essa assessoria a gerência do projeto, vindo a ser aprovado o Termo de Abertura de Projeto (TAP) pelo diretor-geral.

Entretanto, com o avanço das tratativas para o planejamento do projeto, verificou-se que o maior número de atividades eram ações de TI e que, por esse motivo, era preciso contemplar as especificidades do desenvolvimento de *software*, fato que resultaria em duas gerências de projeto: uma na ANP e outra na STI.

Nesse contexto, o grupo envolvido avaliou a estratégia de desenvolvimento dessa solução, sendo unânime o entendimento de que seria mais vantajoso manter apenas uma gerência.

Dessa forma, deliberou-se que o projeto BI da Biometria seria gerenciado pela STI, tendo como cliente a ANP e a AGE. Consequentemente, esse projeto também passou a compor o Programa de Identificação Biométrica na STI que, por sua vez, compõe o Programa de Identificação Biométrica.

Com essa mudança na gerência, foram adotadas providências para que a iniciativa BI da Biometria fosse cancelada no portfólio de projetos da AGE, passando a ser monitorada pelo Programa de Identificação Biométrica 2017-2018.

Adicionalmente, em razão da reabertura do cadastro eleitoral em 7 de novembro de 2016 e da necessidade de informações de acompanhamento para o período de novembro a dezembro de 2016, definiu-se que a STI efetuaria um levantamento dos serviços já existentes para que o acompanhamento fosse realizado.

A ANP avaliou os serviços já disponíveis e solicitou alguns ajustes, os quais foram implementados pela STI logo após a realização do segundo turno das Eleições 2016.

O referido serviço está disponível no espaço do Programa de Identificação Biométrica na intranet do TSE, em <http://intranet.tse.jus.br/menu_eleicoes/recadastramento-biometrico.html>.

Projeto do Voto Impresso

A implementação do registro impresso do voto decorre da promulgação da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, incluindo o art. 59-A, *in verbis*:

> Art. 59-A. No processo de votação eletrônica, a urna imprimirá o registro de cada voto, que será depositado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado.

> Parágrafo único. O processo de votação não será concluído até que o eleitor confirme a correspondência entre o teor de seu voto e o registro impresso e exibido pela urna eletrônica.

A mesma lei dispõe sobre a implantação em seu art. 12, *in verbis*:

> Art. 12. Até a primeira eleição geral subsequente à aprovação desta Lei, será implantado o processo de votação eletrônica com impressão do registro do voto a que se refere o art. 59-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

O TSE incluiu no seu *Planejamento Estratégico 2015-2020* objetivos e indicadores estratégicos alinhados ao cumprimento da demanda legal, dentre os quais:

- fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral:
  - promover ações de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eletrônico de votação;
  - realizar estudos voltados à melhoria da segurança e transparência do processo eleitoral informatizado.

Assim, a ANP passou a conceber o projeto de implantação de forma a atender ao objetivo de permitir a conferência da escolha do candidato pelo eleitor, que passa a ter a prerrogativa de confirmar seu voto por meio da leitura no papel antes de efetivamente restar consignado na urna eletrônica, e adotou como escopo do projeto:

- realização da sessão pública para apresentar os aspectos técnicos do projeto à sociedade, e em especial aos potenciais fornecedores;
- definição dos requisitos para elaboração do termo de referência do módulo impressor externo;
- elaboração do termo de referência para aquisições;
- realização de audiência pública para a licitação de aquisições;
- licitação dos produtos;
- contratação de empresa para fabricação do Módulo Impressor Externo (MIE);
- desenvolvimento dos sistemas e testes;
- acompanhamento da fabricação dos produtos com a realização de testes;
- testes do registro impresso do voto (MIE+UE);
- elaboração de regras e normas para implementação do registro impresso do voto;
- eleição-piloto do registro impresso do voto nas eleições suplementares relativas às eleições municipais de 2016;
- elaboração de programa de treinamento;
- campanha de divulgação do registro impresso do voto.

A ANP formalizou os registros no Processo SEI nº 2016.00.000011065-8 e, em parceria com a STI, elaborou o documento Requisitos Preliminares de *Hardware*, o qual foi anexado ao edital de convocação da sessão pública, de forma a subsidiar os interessados quanto aos aspectos técnicos a serem debatidos, garantir a integração com as soluções já desenvolvidas e estabelecer critérios de segurança.

Em 15 de agosto de 2016, no Auditório III do Edifício-Sede do TSE em Brasília/DF, às 14h, a Corte realizou sessão pública a respeito da implantação do registro impresso do voto. Depois da sessão pública, conforme o Capítulo VI – Da realização e inscrição nas reuniões técnicas –, foram agendadas e realizadas reuniões com técnicos das empresas interessadas em apresentar soluções ou sugestões para o desenvolvimento do projeto.

Em outubro de 2016, a estratégia de implantação do registro impresso do voto foi reformulada pela alta gestão, de forma a projetar o desenvolvimento de uma nova urna, incluindo não só os requisitos do registro impresso do voto, mas novos requisitos de *hardware* e *software* para a urna eletrônica. Essa decisão determinou que a concepção, a formulação e o acompanhamento do projeto não estariam nas atribuições da ANP, sendo então o projeto encerrado.

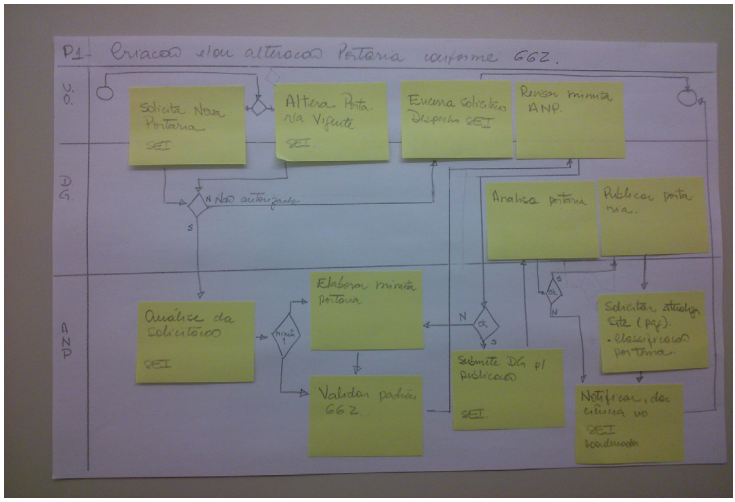
Todos os documentos produzidos durante a execução do projeto sob a atribuição da ANP, atas, inscrições para as reuniões técnicas e contribuições para o projeto estão publicados no sítio do TSE, em <http://www.tse.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/audiencia-publica/sessao-publica-do-registro-impresso-do-voto>.

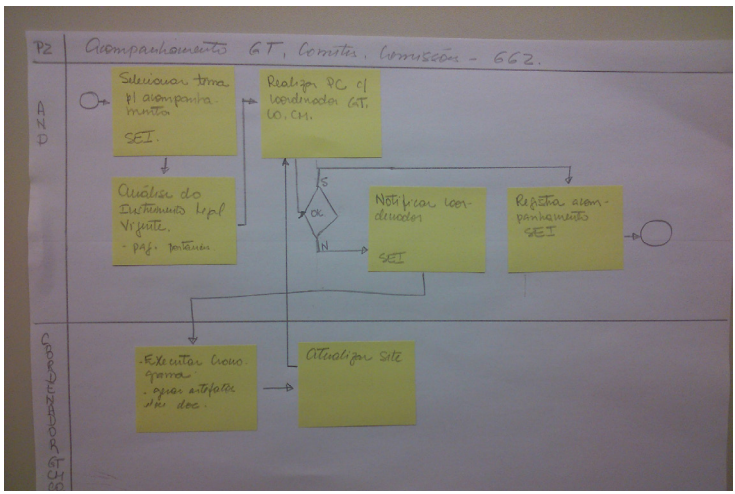
Organização dos grupos de trabalho

Em reunião dos secretários e assessores, ocorrida em 17 de julho de 2016 na Secretaria do Tribunal, decidiu-se que seria dado início ao trabalho de readequação dos instrumentos constitutivos. Foi formalizado o Processo SEI nº 2016.00.000010945-5, solicitando que seja informado à Assessoria de Novos Projetos quais são os grupos de trabalho, comitês e comissões que estivessem sob coordenação de cada unidade, acompanhada de seu respectivo instrumento de constituição vigente, até 22 de julho de 2016, dando início ao levantamento de todos os grupos de trabalho constituídos, observando que estarão excluídas desse rol as comissões oficiais criadas por força de lei, de caráter permanente ou especial, como as comissões de sindicância, de fiscalização, de licitação, entre outras, assim como conselhos, conforme os §§ 1º e 2º do art. 1º da Portaria nº 662/2016.

O levantamento considerou os despachos e as informações formalizadas no referido Processo SEI nº 2016.00.000010945-5, nas informações publicadas no sítio da intranet do TSE, no Canal do Conhecimento da Secretaria de Tecnologia da Informação e na página de legislação e atos normativos da Justiça Eleitoral. Como produto desse levantamento, foi elaborada planilha consolidada contendo informações e classificação dos dispositivos que regulamentam os diversos grupos de trabalho na Justiça Eleitoral.

Foi elaborada pela ANP proposta de processo de trabalho, mostrada nas imagens seguintes, para a criação e o acompanhamento das atividades dos grupos de trabalho.





A concluir: reunião com o diretor-geral para priorização e andamentos de atividades.

2.3. ASSESSORIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Em 29 de janeiro de 2016, por meio da Resolução-TSE nº 23.468, o TSE criou sua Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS). Uma das primeiras realizações da Assessoria foi o auxílio na elaboração da Resolução-TSE nº 23.474, de 19 de abril de 2016, nos moldes da Resolução-CNJ nº 201, de 3 de março de 2015, respeitadas as especificidades deste segmento de Justiça, a qual dispõe sobre a criação e as competências das unidades ou núcleos socioambientais, nos órgãos e conselhos da Justiça Eleitoral, e a implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS).

O PLS-TSE, aprovado pela alta administração, teve sua metodologia proposta pela AGS. Saliente-se, contudo, que todas as metas e ações do PLS-TSE foram construídas de forma coletiva, por meio de várias reuniões com as unidades impactadas e responsáveis, validando, assim, o instrumento ofertado. Para garantir a corresponsabilidade no propósito, foi constituída uma comissão gestora, por meio da Portaria-TSE nº 987 de 14 de setembro de 2016, com o objetivo de "elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS-TSE", conforme o que preceitua o art. 12 da Resolução-TSE nº 23.474/2016. O objetivo geral do PLS é, em suma, estabelecer diretrizes para novos padrões de consumo e produção, sob a perspectiva da eficiência do gasto público, preservação do meio ambiente e inclusão social, abarcando valores deste egrégio Tribunal, tais como: coerência, comprometimento, inovação, integração, ética e transparência.

Para concluir, o PLS-TSE é o primeiro instrumento de uma instituição pública a incluir dois indicadores de vanguarda. O primeiro cuida de um bloco de produções técnicas, científicas e artigos profissionais acerca da matéria. Até a elaboração desse relatório, a AGS havia submetido e, posteriormente, recebido o aceite de cinco artigos de assuntos diversificados, nos quais dois eram de natureza científica e três de campo profissional. No que diz respeito à produção técnica, o primeiro produto, denominado Panorama Socioambiental da Justiça Eleitoral, surge com o descortinamento da responsabilidade socioambiental na Justiça Eleitoral de modo harmônico no território nacional. O segundo, por sua vez, trata do descarte de urnas eletrônicas e materiais correlatos. São dez ações propostas para manter o compromisso da Justiça Eleitoral com a destinação ecologicamente correta de 100% do material, entre as quais sugere-se até mesmo inovação no processo de descarte com a incorporação de conteúdo social ao processo.

Com o objetivo de estabelecer intercâmbio de experiências e informações, a partir da implementação de ações conjuntas e de apoio mútuo, que garantam o cumprimento tanto do que dispõe a Resolução-CNJ nº 201/2015 quanto do que abriga a Resolução-TSE nº 23.474/2016, a AGS intermediou acordo de cooperação técnica entre o TSE, o TST e o STJ, extensivo a todos os regionais eleitorais e regionais trabalhistas que porventura necessitem de auxílio quanto à matéria.

Nesse mesmo sentido, vem sendo firmado também acordo de cooperação técnica entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o objetivo de estabelecer ações conjuntas entre os partícipes e de que assegurem a realização de estudos, pesquisas e demais ações de interesse mútuo, principalmente acerca de temas concernentes ao desenvolvimento da gestão socioambiental, no âmbito da Justiça Eleitoral. Vale ressaltar que ambos os acordos independem de aporte financeiro para a sua execução.

Ademais, e não menos importante, alinhavou-se Termo de Cooperação Técnica entre o TSE e o TRE/MA, no qual se propõe estreitamento da colaboração entre as unidades de gestão socioambiental desses órgãos, a fim de que haja suporte técnico e metodológico para o desenvolvimento do projeto de criação de um "cartório eleitoral modelo em gestão socioambiental", a ser apresentado por aquele Regional. O intuito inicial desse projeto é produzir um modelo de cartório eleitoral que possa ser adotado por qualquer TRE interessado não apenas em promover a eficiência do gasto público, como também em prover a responsabilidade socioambiental. Para tanto, o projeto prevê utilização de tecnologias sustentáveis, otimização da estrutura, aplicação eficiente dos recursos recebidos e destinação adequada dos resíduos, priorizando a geração de renda local. A AGS aguarda a manifestação do Regional para a formulação do plano de trabalho.

Sob outra perspectiva, deve-se ressaltar o reconhecimento do CNJ ao convidar a AGS para compor o comitê técnico, que, desde março de 2016, atua como grupo consultivo interinstitucional de apoio a sua Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas. Entre as atribuições dessa junta, constam a prestação de apoio intelectual, além da análise, discussão e propositura de contribuições de melhoria e aprimoramento dos padrões de gestão socioambiental nos tribunais pátrios. No que tange aos resultados alcançados, é digno de menção a contribuição da AGS na elaboração do glossário da Resolução-CNJ nº 201/2015 e da Resolução-TSE nº 23.474/2016. Essa ferramenta serve de orientação para todos os tribunais relacionados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal de 1988 e traz consigo definições gerais, unidades de medida e fórmulas dos 13 grupos correspondentes aos indicadores mínimos inseridos no Anexo I dos aludidos normativos. Nessa mesma seara, situações análogas de importância foram fomentadas pela AGS, como o primeiro curso de capacitação para elaboração e análise do Plano de Logística Sustentável destinado aos servidores do CNJ.

Ademais, a relevância das expectativas depositadas na AGS transcende o Poder Judiciário. De início, aponta-se como exemplo a formalização do convite do TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Externo de Agricultura e Meio Ambiente (SecexAmbiental), para que a AGS represente o TSE no Painel de Referência da Fase de Planejamento das Auditorias de Natureza Operacional (Anops), a ser realizada pelo TCU com os órgãos listados no Acórdão-TCU nº 1752/2011. A colaboração por parte da Assessoria ocorreu por meio do auxílio prestado na construção da matriz do painel, submetida posteriormente a testes de lógica de trabalho, questionamentos relacionados às fontes de informações, estratégias metodológicas em face da matriz de planejamento e método de análise a ser utilizado, em confronto com os objetivos da auditoria.

Nessa esteira, o TSE, por meio da AGS, também foi invitado a ser, com o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, um dos órgãos coordenadores do Fórum Governamental de Responsabilidade Social (FGRS) – ISO 26.000. O FGRS se configura como um espaço permanente de discussões e proposições de questões e iniciativas relativas à responsabilidade social e tem como finalidade estimular o debate e promover a mobilidade social e governamental por meio de ações voltadas para a consciência da cidadania e proteção ao meio ambiente.

A solidez das frentes de atuação da AGS permitiu ofertar, para algumas instituições internacionais, parte do resultado de suas atividades. Inicialmente, a ruptura dos limites territoriais iniciou-se com o processo de submissão, aceite e publicação de um artigo científico na revista *Sociedad Argentina de Estudios Geograficos – Contribuciones Científicas Volumen nº 28/2016*. Além disso, em outubro, a AGS foi convidada pela International Association for Court Administration (IACA), sediada em Arlington/Virgínia/EUA, para compor a comissão de estudos de sustentabilidade nos tribunais, o que proporcionará a divulgação de ações e estudos por ela elaborados, bem como a produção de pesquisas comparadas com dados oriundos de membros de vários países filiados à IACA.

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

A AGS é vinculada à Secretaria do Tribunal e segue as diretrizes contidas na Resolução-TSE nº 23.474/2016. O detalhamento das propostas de competências da Assessoria de Gestão Socioambiental constam no Processo SEI nº 2016.00.000000156814 e aguardam inclusão e atualização do Regulamento Interno da Secretaria do TSE.

Compete à Assessoria:

I. Incentivar o combate a todas as formas de desperdício, promovendo atividades voltadas para práticas de consumo consciente, bem como para a eficiência do gasto público.

Atividades:

- coordenar, elaborar, consolidar e atualizar o Plano de Logística Sustentável do Tribunal (PLS-TSE);
- aplicar, em sua totalidade, os programas apresentados em todos os blocos de indicadores dispostos no Plano de Logística Sustentável do TSE;
- produzir relatório quadrimestral dos resultados do PLS, permeado de variáveis de consumo;
- contribuir no cumprimento do Acórdão-TCU nº 1752/2011.

II. Coordenar e supervisionar as atividades socioambientais desenvolvidas no Tribunal.

Atividades:

- gerenciar as atividades designadas ao coordenador dos trabalhos da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, em consonância com a Portaria-TSE nº 987/2016;
- aplicar, em sua totalidade, os programas apresentados em todos os blocos de indicadores dispostos no PLS-TSE;
- ofertar possibilidade de capacitação e aprimoramento das atividades, a custo zero, com instituições públicas que possuam pasta correlata, para possíveis problemáticas identificadas.

III. Promover a gestão adequada dos resíduos gerados no Tribunal.

Atividades:

- fomentar tal prática por meio do acordo de cooperação técnica com o MMA (Processo SEI nº 2016.00.000004590-2), a partir de sua vigência;
- executar ações previstas no Plano de Logística Sustentável acerca da matéria;
- aplicar, em sua totalidade, os programas apresentados no Bloco V de indicadores dispostos no PLS-TSE, bem como ações previstas em parte dos blocos I, II, VII e XV;
- aferir a execução e a efetividade do repasse do material descartado para a cooperativa com termo em curso.

IV. Promover e consolidar política de sustentabilidade para a inserção de critérios socioambientais nos procedimentos licitatórios de aquisições e contratações de serviços e obras de engenharia.

Atividades:

- contribuir com a efetividade da Resolução-TSE nº 23.474/2016, quanto ao que dispõe a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS);

- aplicar, em sua totalidade, os programas apresentados nos blocos II, VII, VIII, IX e XII de indicadores dispostos no PLS-TSE;
- elaborar, com a Assessoria Jurídica do TSE, boas práticas de gestão em observância aos modelos adotados no Poder Executivo, elencados nas instruções normativas nº1/2010 e nº 10/2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG);
- fomentar a inserção de guias de compras sustentáveis no portal do TSE, com consequente alinhamento com a Assessoria Jurídica.

V. Desenvolver ações que visem à conscientização e à educação ambiental de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores.

Atividades:

- disponibilizar cursos à distância para o corpo funcional do TSE e dos TREs por meio da SGP;
- aplicar o disposto no acordo de cooperação técnica com o STJ e o TST (Processo SEI nº 2016.00.000008607-2);
- aplicar, em sua totalidade, os programas apresentados no Bloco XIII de indicadores contidos no PLS-TSE, bem como as ações previstas em parte dos blocos I, VI, VII, VIII e IX;
- utilizar o acordo de cooperação técnica com o MMA (Processo SEI nº 2016.00.000004590-2) a partir de sua vigência.

VI. Fomentar o engajamento institucional e a participação individual e coletiva com vistas à preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Atividades:

- aplicar, em sua totalidade, os programas apresentados em todos os blocos de indicadores dispostos no Plano de Logística Sustentável do TSE;
- disponibilizar cursos à distância por meio da SGP para o corpo funcional do TSE e dos TREs;
- utilizar o acordo de cooperação técnica com o MMA (Processo SEI nº 2016.00.000004590-2) a partir de sua vigência.

VII. Propor a implementação de programas, projetos e ações para a utilização sustentável da água, eficiência energética e conservação de energia.

Atividades:

- aplicar, em sua totalidade, os programas apresentados nos Blocos III e IV dispostos no Plano de Logística Sustentável do TSE, bem como ações previstas em parte dos blocos I, XI, XIII, XIV;
- atender, em sua plenitude, ao Acórdão-TCU nº 1752/2011;
- utilizar o acordo de cooperação técnica com o MMA (Processo SEI nº 2016.00.000004590-2), a partir de sua vigência.

VIII. Emitir manifestação nos feitos que cuidem de matérias relacionadas à unidade.

Atividades:

- estabelecer parceria com Assessoria Jurídica para adoção de critérios de sustentabilidade nos processos de aquisição;
- aplicar ações previstas, no Plano de Logística Sustentável do TSE, em parte dos blocos I, II VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIV.

IX. Gerenciar e monitorar os indicadores de impacto ambiental em consonância com o Planejamento Estratégico, bem como revisar e fiscalizar ações, projetos e iniciativas das unidades do Tribunal que repercutam nesses indicadores.

Atividade:

- executar as diretrizes estabelecidas pelas resoluções-CNJ nº 198/2014 e nº 201/2015, bem como das resoluções-TSE nº 23.439/2015 e nº 23.474/2016, no que tange ao alinhamento do PLS-TSE com os objetivos estratégicos do Poder Judiciário e, consequentemente, desta Corte Superior.

X. Auxiliar tecnicamente os tribunais regionais eleitorais no que tange a questões de responsabilidade socioambiental.

Atividades:

- promover reuniões via videoconferência;
- elaborar estudo pautado na revisão, com as devidas orientações técnicas, dos planos de logística sustentável já publicados pelos tribunais regionais eleitorais;
- aplicar o disposto no acordo de cooperação técnica com o STJ e o TST. Processo SEI nº 2016.00.000008607-2;
- utilizar o acordo de cooperação técnica com o MMA (Processo SEI nº 2016.00.000004590-2) a partir de sua vigência.

XI. Realizar estudos e pesquisas em sua área de competência.

Atividade:

- aplicar, em sua totalidade, os programas apresentados no Bloco XIV do PLS-TSE.

Produção técnica:

- elaborar o glossário da Resolução-CNJ nº 201/2015 e da Resolução-TSE nº 23.474/2016 (finalizado);
- produzir o estudo Panorama Nacional: Responsabilidade Socioambiental Nacional da Justiça Eleitoral (finalizado);
- coordenar, elaborar, consolidar o Plano de Logística Sustentável do TSE (finalizado);
- atualizar anualmente o PLS-TSE (início do 2º semestre de 2017);

- compor o *Periódico Socioambiental da Justiça Eleitoral* nº 1 (em andamento);
- elaborar o estudo Planos de Logística Sustentável dos Tribunais Regionais Eleitorais: Práxis e Problemáticas (em andamento).

Produção científica – artigos:

Âmbito nacional

- A *Responsabilidade Socioambiental no Poder Judiciário e a Específica Realidade da Justiça Eleitoral Brasileira*, artigo submetido e aprovado para apresentação e publicação nos anais do XXV Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi), que ocorrerá em 8 e 9 de dezembro de 2016.

Âmbito internacional

- Artigo *Gestão Territorial do Plano de Logística Sustentável no Tribunal Superior Eleitoral do Estado do Maranhão* submetido, aprovado e publicado na revista *Contribuciones Científicas*, da Sociedad Argentina de Estudios Geograficos, volume 28/2016.
- Artigos submetidos à IACA/USA:
  - *Ponderações Acerca do Voto Informatizado no Brasil: Histórico e Descarte Ecologicamente Correto das Urnas Eletrônicas;*
  - *Gestão Sustentável no Poder Judiciário Brasileiro;*
  - *Um Recorte da Sustentabilidade na Justiça Eleitoral Brasileira.*

Produção profissional: artigos submetidos, aprovados e em fase de publicação (livro *Gestão socioambiental no Poder Judiciário: práticas e perspectivas*):

- *Descarte Ecologicamente Correto das Urnas Eletrônicas;*
- *Discussões e Percepções Sobre os Rumos da Sustentabilidade no Poder Judiciário Nacional;*
- *Novos Rumos da Sustentabilidade na Justiça Eleitoral Brasileira.*

XII. Manter intercâmbio e propor parcerias com os demais órgãos do Poder Judiciário, da administração pública e entidades sem fins lucrativos que possam contribuir com as metas da Justiça Eleitoral.

Termos de cooperação técnica:

- com o STJ e o TST (Processo SEI nº 2016.00.000008607-2);
- com o MMA (Processo SEI nº 2016.00.000004590-2), em construção.

A AGS foi convidada para compor os seguintes grupos de estudo e pesquisa:

- comitê técnico do CNJ – Grupo Consultivo Interinstitucional, coordenado pelo Conselheiro Norberto Campelo, presidente da Comissão de Eficiência e Gestão de Pessoas do CNJ, relativo às questões de responsabilidade socioambiental no âmbito do Poder Judiciário (vigente);

- Comissão de Estudos de Sustentabilidade nos Tribunais da IACA/USA (vigente);
- coordenação do Fórum Governamental de Responsabilidade Social – ISO 26.000 (vigente);
- auxílio ao TCU/SecexAmbiental para construção do painel de referência, instrumento que permite testar a lógica do trabalho questionando as fontes de informação, a estratégia metodológica e o método de análise a ser utilizado, em confronto com os objetivos da auditoria (finalizado);
- auxílio ao TCU/SecexAmbiental na elaboração do questionário eletrônico direcionado a órgãos e instituições mais representativos no consumo de insumos na administração pública federal para verificação das ações empreendidas com vistas à promoção de seu consumo sustentável (finalizado).

XIII. Elaborar relatório anual com indicadores e ações de responsabilidade socioambiental da Justiça Eleitoral.

Atividade:

- Publicar o *Balanço Socioambiental da Justiça Eleitoral* em 2017, ano-base 2016.

XIV. Planejar, supervisionar e fiscalizar o descarte de resíduos sólidos produzidos pelas atividades executadas no TSE, com especial zelo por restos hospitalares, lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, óleos e outros considerados tóxicos ou perigosos.

Atividade:

- aplicar, em sua totalidade, os programas apresentados no Bloco V, contidos no Plano de Logística Sustentável do TSE;
- utilizar o acordo de cooperação técnica com o MMA (Processo SEI nº 2016.00.000004590-2), a partir de sua vigência;
- fomentar o recolhimento de pilhas e baterias, em parceria com a Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee);
- proporcionar a execução da Lei nº 12.305/2010, que dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), devidamente inserida no PLS-TSE;
- instituir nova cultura de consumo e produção, tendo como um dos princípios norteadores a logística reversa na adoção de critérios de sustentabilidade, em observância à destinação final de suprimentos de impressão, pilhas, baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletrônicos e seus componentes.

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Considerando os objetivos estratégicos do TSE 2015-2020, no tema Perspectiva Sociedade, a Assessoria de Gestão Socioambiental, em cumprimento à Resolução-TSE nº 23.474/2016, atua diretamente na promoção de práticas sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologias limpas.

No tema Perspectiva Processos Internos, Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa, a AGS tem como função, sempre em parceria com as áreas responsáveis, contribuir para o desenvolvimento de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e da fiscalização do gasto público, no âmbito do TSE.

Para o alcance de tais objetivos, apresenta-se o Plano de Logística Sustentável, conforme Processo SEI nº 2016.00.0000.15759-0. Segundo o art. 10 da Resolução-TSE nº 23.474/2016, o PLS é instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral com objetivos, responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, o que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica da Justiça Eleitoral. Assim, o PLS apresenta-se como referencial para a alta administração mensurar e otimizar gastos e processos de trabalho, bem como ações que melhorem a qualidade de vida e o ambiente de trabalho, o que tem reflexo direto na imagem e na produtividade institucional.

O art. 11 da Resolução-TSE nº 23.474/2016 aponta que, para a avaliação do desempenho ambiental e econômico do PLS, devem ser aplicados indicadores. Para tanto, o PLS-TSE propõe 15 blocos de indicadores e 126 ações para viabilizar a execução das metas estabelecidas. Os blocos de indicadores são os seguintes:

I. material de consumo – papel, copos descartáveis, água engarrafada e canetas;

II. impressão de documentos e equipamentos instalados;

III. energia elétrica;

IV. água e esgoto;

V. gestão de resíduo;

VI. programa qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VII. telefonia;

VIII. vigilância;

IX. limpeza;

X. combustível;

XI. veículos;

XII. leiaute;

XIII. capacitação de servidores em educação socioambiental;

XIV. produção técnica e científica;

XV. descarte de urnas eletrônicas.

Ressalte-se que todas as metas e ações foram construídas de forma coletiva por meio de reuniões com as unidades impactadas e responsáveis. Para garantir a corresponsabilidade no propósito, foi constituída comissão gestora por meio da Portaria-TSE nº 987 de 14 de setembro de 2016, conforme o que preceitua o art. 12 da Resolução-TSE nº 23.474/2016. Tal comissão tem como objetivo "elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS-TSE". No quesito, verifica-se a aplicação do *valor integração*, que, segundo o documento que encerra a "Estratégia do Tribunal Superior Eleitoral 2015-2020", caracteriza-se como o "compartilhamento de experiências, conhecimentos e colaboração participativa na Justiça Eleitoral que conduzam à formação de equipes orientadas para resultados comuns".

Status dos projetos e planos de ação estratégicos da unidade

Vide Processo SEI nº 2016.00.000010731-2.

Projeto em fase de execução, conforme se observa no sítio do plano de ação: <http://epmtse.tse.jus.br/PWA/PA%20-%20Plano%20de%20Log%c3%adstica%20Sustent%c3%a1vel/Lists/Ponto%20de%20controle/AllItems.aspx>. Última reunião ocorrida em 4 de novembro de 2016, com a seguinte ata: "Glossário publicado na página da Assessoria de Gestão Socioambiental na Internet do TSE. Ajustes no PLS para inclusão da identidade visual em elaboração pela SGI. Concluídos os ajustes acima a ASGS [*sic*] iniciará o acompanhamento do PLS no TSE. O lançamento do PLS, realizado pelo presidente, ocorrerá no Encontro dos TREs em 12/12".

2.4. ASSESSORIA JURÍDICA

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

A Assessoria Jurídica tem como atividades finalísticas:

- Normas: elaboração e revisão de anteprojetos de lei e propostas de resoluções, instruções normativas e outros atos administrativos.
- Pronunciamentos jurídicos: elaboração de pareceres, informações, estudos, consultas, especialmente no âmbito do Direito Administrativo.
- Licitações: exame, aprovação e questões interpretativas relacionadas a editais, cartas-convites, contratos, convênios, alterações ou aditamentos contratuais; e manifestação prévia quanto à dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- Instrução processual: instrução processual ou de procedimentos administrativos encaminhados à Secretaria do Tribunal.
- Apreciação de recursos: apreciação de recursos interpostos ao diretor-geral e às demais unidades da Secretaria do Tribunal.
- Legislação de pessoal: análise de manifestações proferidas pela SGP, a fim de subsidiar a tomada de decisão do diretor-geral e do presidente do TSE.

Nesse sentido, segue quadro demonstrativo com o quantitativo de processos analisados pela Assessoria Jurídica, separados por assunto e por mês.

Tipo	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Análise jurídica	8	10	9	13	7	11	10	9	6	5	8	-	96
Chancela	21	34	34	35	35	41	50	45	37	30	24	-	386
Informação	4	5	5	4	2	5	3	4	9	12	5	-	58
Memorando	1		1						1		2	-	5
Ofício	5	5	5	3	6	6	6	7	14	16	8	-	81
Pareceres (licitações e contratos/ pessoal)	37	35	66	51	61	76	72	65	73	66	59	-	661
Reclamação trabalhista	2	7	2	2	3	1	-	2	1	8	-	-	28
TOTAL	**78**	**96**	**122**	**108**	**114**	**140**	**141**	**132**	**141**	**137**	**106**	**-**	**1.315**

2.5. SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Gestão do quadro de pessoal do Tribunal

Força de trabalho

Tipo	Quantitativo
Efetivos no TSE	744
Requisitados	48
Sem vínculo	13
Exercício provisório (requisitados)	5
Removidos para o TSE	56
Subtotal (1)	**866**
Estagiários	67
Adolescente aprendiz	49
Terceirizados	1.130
Subtotal (2)	**1.246**
TOTAL	**2.112**

Movimentação da força de trabalho

Força de trabalho	Autorizada	Efetiva	Ingresso	Egresso
Servidores efetivos no TSE	-	744	138	23
Servidores cedidos	-	52	8	12
Servidores em exercício provisório (cedidos)	-	18	4	0
Servidores removidos para outro tribunal	-	61	7	14
Servidores afastados sem remuneração	-	8	2	2
Servidores em cargos efetivos	897	883	-	-
Servidores requisitados	-	48	31	11
Servidores sem vínculo com a APF	-	13	34	31
Servidores em exercício provisório (requisitados)	-	5	0	2
Servidores removidos para este Tribunal	-	56	7	10
TOTAL DE SERVIDORES	**897**	**1.005**	**231**	**105**

Formação educacional – Força de trabalho (ativos)

Grau de instrução do servidor	Cargo ativo		Cargo em comissão		Função comissionada	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Ensino fundamental	1	1	-	-	-	-
Ensino médio	89	27	1	1	34	57
Graduação	128	70	31	42	68	174
Especialização	269	154	41	66	172	348
Mestrado	26	12	6	13	9	33
Doutorado	2	3	1	-	1	4

Ocupação de cargos e funções comissionados – Postos gerenciais

Cargo ou função ocupada	Qtde.	Sexo do ocupante		Situação funcional		Faixa etária			
		Masc.	Fem.	Quadro	Outras	Até 30	31-40	41-50	Acima de 50
Diretor-geral	1	1	-	-	1	-	-	-	1
Secretário-geral	1	1	-	-	1	-	1	-	-
Secretário	9	5	4	5	4	-	1	4	4
Coordenador	31	15	16	24	7	1	4	22	4
Assessor-chefe	22	8	14	12	10	-	10	8	4
Presidente de comissão	1	-	1	1	-	-	-	-	1
Chefe de seção	112	47	65	102	10	8	47	40	17
TOTAL	**177**	**77**	**100**	**144**	**33**	**9**	**63**	**74**	**31**

Índice de Rotatividade Externa[1]

Cargo	2015		2016	
	IRE	IFT	IRE[2]	IFT[3]
Analista judiciário	0,26	99,74	1,44	98,66
Área Judiciária	-	-	0,48	99,52
Área Administrativa	0,13	99,87	0,48	99,52
Área Apoio Especializado – Análise de Sistemas	-	-	0,48	99,52
Área Apoio Especializado – Medicina	0,13	99,87	-	-
Técnico judiciário	2,06	97,94	2,22	97,88
Área Administrativa	1,42	98,58	2	98
Área Apoio Especializado – Programação de Sistemas	0,64	99,36	0,22	99,78
ÍNDICE GERAL	**2,32**	**97,68**	**3,66**	**96,44**

[1] Este índice trata da relação entre o total de vacâncias e exonerações no cargo sobre o total de cargos efetivos providos.
[2] IRE: Índice de Rotatividade Externa.
[3] IFT: Índice de Força de Trabalho Efetivo.

Despesas de pessoal

Folha de pagamento – Valores executados (R$)			
	2014	2015	2016
Total	224.695.213,97	182.374.149,40	203.188.144,60
Serviço extraordinário	12.432.864,10	2.478.751,52	9.933.371,19
Jetons	963.757,05	803.221,77	729.280,80

Benefícios

Gastos com benefícios (R$)			
	2014	2015	2016
Auxílio-alimentação	7.161.842,42	6.953.957,72	7.215.032,52
Auxílio-transporte	5.543,05	7.047,16	9.084,09
Assistência pré-escolar	1.322.384,61	1.408.686,94	1.302.753,35
Assistência médica (Amil)	7.760.016,62	7.608.573,89	7.253.672,56
Assistência farmacêutica	855.667,23	787.777,01	572.008,39
Reembolso odontológico	389.941,01	357.024,47	203.530,93
Reembolso de vacinas	5.250,13	7.722,48	15.651,92

Quantidade de reembolsos concedidos			
Tipo	2014	2015	2016
Farmacêutico	6.097	5.428	5.075
Odontológico	354	363	540
Vacina	45	29	67

Beneficiários do Programa de Assistência à Saúde	
Servidores	1.277
Dependentes legais	1.565
Dependentes econômicos	232
Dependentes – Decisão judicial	4
TOTAL	**3.078**

Licenças e afastamentos concedidos

Tipo de licença ou afastamento	Nº de concessões		
	2014	2015	2016
Afastamento para curso de formação	9	3	2
Faltas ao serviço	122	106	80
Licença à gestante	6	8	18
Licença para capacitação	79	242	48
Licença para interesses particulares	3	4	2
Licença por afastamento com exercício provisório	3	2	4
Licença-paternidade	23	23	12

Educação corporativa

Demonstrativo orçamentário

Recursos (R$)	
Orçamento inicial	998.672,00
Suplementação do orçamento	219.331,00
TOTAL	**1.218.003,00**

Desembolsos de 1º.1.2016 a 31.10.2016 (R$)*				
	Executado	A executar	Somatório	%
Diárias	61.034,65	8.956,21	69.990,86	5,90
Passagens (incluindo comissões e corretagens)	37.830,47	52.920,94	90.751,41	7,65
Bolsas pós-graduação	18.334,96	31.665,04	50.000,00	4,21
Capacitação	602.209,11	373.781,14	975.990,25	82,24
TOTAL GERAL	**719.409,19**	**467.323,33**	**1.186.732,52**	**100,00**

* Fontes: Tesouro Gerencial, mês de lançamento: out./2016; planilha interna de controle orçamentário da Seduc.
No período de consolidação dos dados deste relatório, havia previsões de desembolso ainda não empenhadas:
(a) R$158.494,22 estava previsto para ser desembolsado em capacitação;
(b) R$32.952,05, em diárias e passagens. Ambos os valores foram incluídos na Tabela Desembolsos.

Indicadores de educação corporativa

Indicadores de 1º.1.2016 a 31.10.2016[1]	
Servidores em exercício	960
Servidores capacitados	618
Percentual de servidores capacitados	64,38%
Número de ações	123
Vagas disponibilizadas	1.631
Vagas por servidor capacitado	2,64
Investimento total[2] (não incluindo diárias e passagens)	R$975.990,25
Investimento por servidor capacitado	R$1.579,27
Investimento por vaga	R$598,40
Carga horária total	2.989 horas
Carga horária por servidor capacitado	4 horas e 50 minutos

[1] Fontes: Tesouro gerencial, mês de lançamento: out/2016; sistema SGRH, módulo Capacitação, relatório consolidado de 1º.1.2016 a 31.10.2016; planilha interna de controle orçamentário da Seduc.

[2] O campo Investimento total inclui o valor já empenhado em capacitação até 31.10.2016, igual a R$817.496,03, somado ao valor de desembolso previsto ainda não empenhado (em fase de negociação com fornecedores), igual a R$158.484,22.

Educação à distância

Foram realizadas 24 ações de capacitação à distância, divididas em três categorias:

- Cursos desenvolvidos: elaborados por equipe própria, com apoio de conteudistas/ especialistas do TSE e dos TREs.

Curso	Qtde. de módulos	Carga horária total	Qtde. de alunos
Segurança da Urna Eletrônica	6	2 horas	1.340
Registro de Candidaturas e Horário Eleitoral	45	5 horas	414
Multiplicador para os Trabalhos de Mesários	11	10 horas	242
Programa de Ambientação para Novos Servidores do TSE	21	4 horas	107
Treinamento para Mesários – Eleições 2016	10	10 horas	93.494

- Gestão de comunidades virtuais: espaço para compartilhamento de boas práticas e/ou disseminação de conhecimento entre servidores do TSE e dos TREs.

Comunidade	Público-alvo	Quantidade de alunos
Representantes regionais dos trabalhos para mesários	Servidores dos regionais	118
Fiscalize Legal	Gestores de contratos	35
Educação e Desenvolvimento (TRE/MG)	Coede – TRE/MG	12
Projeto Educação para Cidadania (EJE/TSE)	Escola Judiciária	12
Comunidade Multiplicadores de Mesários (TRE/MG)	Multiplicadores – TRE/MG	207

- Cursos abrigados/disponibilizados: elaborados por outras equipes ou outros parceiros e disponibilizados pelo TSE para acesso via Internet.

Curso	Oferta	Quantidade de módulos	Carga horária total	Número de alunos
Prestação de Contas 2016	Nacional	6	12 horas	6.173
Análise de Prestação de Contas 2016	Nacional	34	20 horas	2.107
Eleições 2016: Inovações e Desafios – curso de capacitação (registro de candidatura e inelegibilidade + propaganda eleitoral e poder de polícia + ações jurisdicionais eleitorais + financiamento de campanha e prestação de contas)	Nacional	4	40 horas	1.565
Eleições 2016: Inovações e Desafios – aperfeiçoamento – videoaula	Nacional	20	18 horas	363
Multiplicador para os Trabalhos de Mesários	AC	11	10 horas	4
Multiplicador para os Trabalhos de Mesários	AL	11	10 horas	37
Programa de Desenvolvimento Gerencial 2016	GO	3	4 horas	216
Gestão por Competências	MG	19	-	24
Gestão Socioambiental – Turma 1	MG	11	15 horas	137
Gestão Socioambiental – Turma 2	MG	11	15 horas	129
Programa de Ambientação do Novo Servidor	MG	48	4 horas	3

(Continuação)

Curso	Oferta	Quantidade de módulos	Carga horária total	Número de alunos
Registro de Candidaturas e Horário Eleitoral	PI	45	5 horas	183
Multiplicador para os Trabalhos de Mesários	PI	11	10 horas	81
Multiplicador para os Trabalhos de Mesários	RJ	11	10 horas	453

Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG)

Programa empreendido em atendimento ao disposto na Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que prevê a capacitação obrigatória dos ocupantes de funções ou cargos de natureza gerencial. Duas versões desse programa foram concebidas em 2016: o PDG Médio, envolvendo coordenadores e chefes de seção, e o PDG Alto, envolvendo diretor-geral, secretários e assessores-chefes.

	Participantes	Valor por participante (R$)	Valor total (R$)
Alto[1]	17 (inscritos)	6.205,88	105.500,00
Médio[2]	145 (convidados)	120,69 (em caso de 100% de participação)	17.500,00

[1] O PDG Alto foi empenhado antes da data-limite de 31.10.2016, utilizada na Tabela Desembolsos. Portanto, está incluído nela.

[2] O PDG Médio foi empenhado apenas em novembro, fato que o deixou de fora da tabela em questão.

Adicional de Qualificação (AQ)

Em atendimento à Resolução-TSE nº 23.380, de 8 de maio de 2012, o AQ é concedido em razão de conhecimentos adicionais adquiridos em áreas de interesse da Justiça Eleitoral por meio de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, e de ações de treinamento, desenvolvidos sob as metodologias presencial, semipresencial ou a distância.

Tipo	Solicitações analisadas	Certificados analisados	Certificados válidos
AQ Treinamento	458	1.732	1.331
AQ Pós-Graduação	289	289	280

Gestão por competências – Ciclo 2016

No TSE, o modelo de gestão por competências é voltado para o desenvolvimento dos servidores, com o intuito de obter excelência nos processos críticos de trabalho e de alinhar a gestão de pessoas à estratégia da instituição.

O ciclo de gestão por competências compreende a revisão das competências ou do mapeamento, dependendo da necessidade da unidade, anualmente, bem como a definição de prioridades de desenvolvimento para o ano seguinte. Em anos não eleitorais, são realizadas as avaliações das competências que foram apontadas como prioridade pelos gestores.

As competências podem ser desenvolvidas por meio de:

- atividades realizadas na própria unidade;
- grupos de estudo;
- trabalho em equipe;
- orientação da chefia imediata;
- leitura e interpretação de normas e conteúdos especializados;
- treinamentos formais, constantes dos planos anuais de capacitação.

Mapeamento de competências técnicas

O mapeamento visa identificar as competências técnicas das unidades organizacionais. A avaliação de competências – a ser realizada em 2017 – visa subsidiar, por meio da identificação de lacunas de desenvolvimento, a elaboração do Plano Anual de Capacitação (PAC).

Unidades mapeadas[1]		
SOF	Codec (Gab. Codec, Sedaf, Sedob e Segec) Cofic (Seafin, Seconge e Seconta)	7
SGP	Cotejur (Gab. Cotejur, Sedid, Selep e Seatec) Copes (Seref, Seben e Sepag) Cats (Gab. Cats, Seasp, Seame)	10
SCI	Coges (Seage, Samec, Seago) Coaud (Seaug, Seaud, Seaup, Seaut)	7
TOTAL		**24**

Gestão de desempenho funcional

Avaliação de desempenho

Avaliação de servidores em estágio probatório	
Servidores avaliados	96
Avaliações (etapas 1 a 4)	192
Aprovações no estágio probatório – aquisição de estabilidade em 2016	22
Média das notas obtidas (considerando as etapas do estágio probatório)	95,61

(Continuação)

Avaliação de servidores para progressão e promoção	
Servidores avaliados	230
Servidores progredidos/promovidos em 2016	229

Seleção interna

Editais de seleção interna	7
Vagas disponibilizadas para movimentação interna de servidores	7

Lotações

Lotações e relotações*	1.070

* Servidores oriundos de concurso público, bem como aqueles provenientes de remoção, redistribuição e de movimentações internas. É número consideravelmente elevado, ocasionado principalmente pelas relotações decorrentes das alterações da estrutura orgânica do TSE (fevereiro e maio).

Gestão de eventos institucionais

Total de eventos (de janeiro a 18 de novembro)			
Previstos	**Cancelados**	**Realizados**	**Realizados (%)**
323	10	313	97

Tipo de evento	Total de eventos	%
Para a Justiça Eleitoral	61	19
Para o TSE[1]	196	63
De capacitação	47	15
Outros órgãos[2]	9	3
TOTAL	**313**	**100**

[1] Eventos que envolveram apenas servidores e/ou colaboradores do TSE.

[2] Eventos de outros órgãos com a utilização de espaço físico do TSE (Termo de Cooperação-STF nº 16/2013 e TSE nº 22/2013).

Participantes atendidos em eventos[1]			
TSE	**TRE**	**Outros[2]**	**Total**
13.919 (66%)	2.029 (10%)	5.185 (24%)	21.133 (100%)

[1] O quantitativo considera o participante em cada dia do evento e contabiliza servidores, colaboradores e visitantes.

[2] Participantes atendidos em solenidades de posse de ministros do TSE, outras cerimônias ou eventos de outros órgãos que contaram com o apoio logístico da SGP e/ou com a utilização do Contrato-TSE nº 3/2016, sob fiscalização desta unidade.

Participantes atendidos em eventos por espaço físico*		
Espaço físico	**Participantes atendidos**	**%**
Salas de treinamento no 2º andar	10.462	50
Auditórios e Foyer	8.604	40
Outros espaços do TSE	2.067	10
TOTAL	**21.133**	**100**

* O quantitativo considera o participante em cada dia do evento.

Eventos em destaque

Destacam-se os seguintes eventos de grande porte organizados e coordenados pela Seção de Eventos Corporativos:

- Encontro de Secretários de Orçamento;
- Encontro de Secretários de Tecnologia da Informação;
- Encontro de Secretários Judiciários;
- Reunião de Diretores-Gerais;
- II Seminário GED do Poder Judiciário;
- Treinamento de Multiplicadores com Biometria;
- VI Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais;
- 2ª Reunião Preparatória para o X Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- Encontro dos Aposentados;
- ConecTSE 2016 – Semana do Servidor.

Gestão do contrato de serviços especializados para apoio em eventos

A tabela a seguir é um resumo da execução do Contrato-TSE nº 3/2016 em 10 meses de vigência.

Valor total do contrato (R$)	Valor executado (R$)	Percentual executado em 10 meses de vigência
282.309,50	149.888,88	53%

Responsabilidade social institucional

Estágio estudantil

Consiste em recrutamento, atendimento de solicitações das secretarias do Tribunal, processo seletivo, contratação/desligamento, avaliação de desempenho, controle de folha de frequência,

pagamento e participação dos estagiários em eventos de capacitação (por instrutoria interna), avaliação do programa de estágio estudantil.

Vagas previstas no contrato	78
Estagiários contratados	54
Estagiários desligados	37
Estagiários em exercício	64

Adolescente Aprendiz

É o programa de aprendizagem para adolescentes carentes de 15 a 17 anos. Envolve o acompanhamento da aprendizagem dos jovens, a aplicação de avaliação de desempenho, o controle de folha de frequência, a instrução do processo de pagamento, o desenvolvimento de atividades educativas, bem como o monitoramento de atitudes, comportamento e situação escolar que possam provocar o desligamento do contrato de aprendizagem.

Ações em destaque: Servidor Professor, palestra Carreira: Seja Protagonista de sua História e reunião mensal dos aprendizes do Cesam sobre assuntos de interesse dos aprendizes e de maior relevância no momento.

Vagas previstas no programa	78
Adolescentes aprendizes contratados	23
Adolescentes aprendizes desligados	30
Adolescentes aprendizes em exercício	49

Projeto Educação Solidária

O projeto visa ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e dos menores aprendizes. As oficinas são ministradas por servidores voluntários do TSE, que se inscrevem em processo de seleção interna, no qual constam todas as normas para a ação.

Oficina de inclusão digital	
Público-alvo: colaboradores da limpeza, copeiragem, carregadores, jardinagem, segurança e manutenção predial.	
1ª turma	
Carga horária	14 horas-aula
Participantes	16
2ª turma	
Carga horária	Em andamento – Previsão 14 horas-aula
Participantes	16

Oficina de redação para o Enem*	
Público-alvo: menores aprendizes do Cesam	
Carga horária	9 horas-aula
Participantes	17

*Redação voltada para o Enem com a participação de uma servidora voluntária.

Aulas de reforço escolar*	
Público-alvo: menores aprendizes do Cesam	
Carga horária	22 horas-aula
Número de participantes	26

* Foram ministradas as matérias de matemática, inglês e redação com a participação de oito servidores voluntários.

Programa Começar de Novo

O programa Começar de Novo da Justiça Eleitoral visa promover a reinserção à sociedade de sentenciados e egressos do sistema prisional do Distrito Federal, por meio do trabalho e incentivo aos estudos, tendo como um dos seus objetivos a melhoria da segurança pública. No TSE, o programa foi lançado em 24 de maio de 2016 pelo Ministro Presidente Gilmar Mendes.

Ações em destaque: seleção de pessoal em várias visitas ao sistema penitenciário do Distrito Federal, reuniões e palestras de conscientização, resposta a demandas de TREs acerca do Protocolo de Intenções nº 1, assinado por todos os presidentes em Curitiba, em 22 de julho de 2016.

Vagas previstas no programa	15
Reeducandos contratados	14
Reeducando desligado	1
Reeducandos em exercício[1]	14

[1] Contam com o apoio do pessoal contratado via Funap/DF o Gabinete da Presidência, a Assessoria de Gestão Socioambiental e as secretarias Judiciária, de Gestão de Pessoas, de Administração, de Controle Interno e Auditoria, de Gestão da Informação, de Tecnologia da Informação. Também foi cedido um participante do programa ao TRE/DF.

Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)

Foi estruturado, em 2015, a partir de Plano Anual de Qualidade de Vida no Trabalho. Contempla campanhas de atenção à saúde e subprogramas relacionados à qualidade de vida. As informações referentes ao programa constam de página hospedada na intranet, com o objetivo de fornecer transparência às ações (<http://intranet.tse.jus.br/menu_servicos/espaco_servidor/pqvt/index.html>).

Em 2016, foram realizadas as seguintes ações:

Ciclos temáticos e campanhas

Semestre	Tema	Ações	Público atingido nas ações presenciais
1°	Ciclo temático sobre saúde da mulher	- Cine Pipoca – Filme: *Revolução em Dungenham*; - Oficina de Maquiagem; - Roda de conversa – Hormônios e Saúde da Mulher - Mural de mensagens para as mulheres; - Preparação de livro virtual com mensagens para as mulheres.	207
1°	Ciclo temático sobre nutrição	- Palestra Nutrição Antienvelhecimento; - Oficina Peso Saudável (2 encontros).	97
2°	Ciclo temático sobre saúde emocional	- Cine Pipoca – Filme: *A Estrada Interior*; - Mural de mensagens sobre como manter a saúde emocional; - Oficina Arteterapia; - Oficina loga como Medicina Preventiva: Correlação entre Corpo, Emoções e Mente; - Roda de conversa sobre psicofármacos; - Roda de conversa sobre o luto.	105
2°	Campanha de Prevenção ao Suicídio – Setembro Amarelo	- Encontro de abertura da campanha, com atividade no pátio do Tribunal; - Encontro de encerramento da campanha, com atividade no pátio da TI; - Palestra na Universidade dos Correios, a convite da Secretaria de Saúde e do CVV: Pósvenção como Estratégia Preventiva – A Experiência do TSE.	138
2°	Campanha de Prevenção ao Câncer de Mama – Outubro Rosa	- Palestra Conscientização do Câncer de Mama, com a Rede Feminina de Combate ao Câncer; - Dia da Transformação pela Solidariedade (corte de cabelo para doação).	78
2°	Ciclo temático sobre saúde familiar	- Oficina sobre (co)dependência afetiva nas relações familiares; - Roda de conversa – Desafio dos Pais na Educação dos Filhos.	29

(Continuação)

Semestre	Tema	Ações	Público atingido nas ações presenciais
2°	Campanha de Prevenção ao Câncer de Próstata – Novembro Azul	Campanha de divulgação e conscientização, por meio de entrevista e *e-mail*.	
2°	Ciclo temático sobre saúde do homem	- Cuidados em podologia - Roda de Conversas – Saúde dos Homens: Mulher não Entra, não Insista.	20

Subprogramas do PQVT

Subprograma	Descrição	Total de atendidos
Exame Periódico de Saúde – Médico	Acompanhamento anual da saúde do servidor, no mês de seu aniversário, por parte da Seção de Atenção Médica e de Enfermagem.	**225**
Exame Periódico de Saúde – Odontológico	Acompanhamento anual da saúde bucal do servidor, no mês de seu aniversário, por parte da Seção de Atenção Odontológica.	**260**
Pausa no Trabalho – Meditação e Relaxamento	Orientação para práticas de relaxamento e meditação (individual e coletiva) por meio de exercícios.	**594**
Pausa no Trabalho – Ioga Integrativa	Exercícios posturais combinados com técnicas de relaxamento e meditação.	**380**
Reintegrar	Objetiva a readaptação, a reinserção e o acompanhamento de servidores que apresentem queixas de saúde e adoecimento físico e/ou psicossocial relacionados ao trabalho. É realizado em parceria com a Seged.	**14**
Prosperidade ao seu Alcance – Programa de Saúde Financeira	- Lançamento do Programa de Saúde Financeira do TSE – Prosperidade ao seu Alcance – Mesa redonda; - Campanha de divulgação e conscientização, por meio de entrevista e *e-mails*.	**43**

(Continuação)

Subprograma	Descrição	Total de atendidos
Saúde Emocional e Qualidade de Vida	- Correio do Bem-Estar: mensagens, textos e vídeos enviados por *e-mail*, voltados para a qualidade de vida; - Palestra: Caminhos para a Felicidade. Encontro no auditório, em parceria com o Grupo Espírita Estude e Viva, com a Palestrante Mayse Braga; - Palestra com os colaboradores da limpeza e da copa, em ocasião do suicídio do servidor nas dependências do Tribunal.	**297**

Exame periódico de saúde

Mês	Convites entregues	Realizados	
		Médicos	Odontológicos
Jan.	65	17	26
Fev.	43	20	35
Mar.	52	13	46
Abr.	63	23	30
Maio	87	31	15
Jun.	66	21	12
Jul.	66	10	9
Ago.	66	22	21
Set.	82	33	38
Out.	80	35	28
Nov.	-	-	-
Dez.	-	-	-
TOTAL	**670**	**225**	**260**
Percentual de adesão		**34%**	**39%**

Atendimentos médicos

Mês	Consultas eletivas	Pronto-atendimento		EPS[1]	Perícias médicas[2]	Total
		Servidores	Colaboradores			
Jan.	50	26	14	18	17	**125**
Fev.	102	52	54	19	28	**255**
Mar.	110	41	52	19	28	**250**
Abr.	129	63	72	24	24	**312**

(Continuação)

Mês	Consultas eletivas	Pronto-atendimento		EPS[1]	Perícias médicas[2]	Total
		Servidores	Colaboradores			
Maio	77	69	72	24	24	**312**
Jun.	92	48	32	28	28	**228**
Jul.	98	72	54	12	33	**269**
Ago.	108	82	62	28	36	**316**
Set.	128	91	62	40	27	**348**
Out.	119	63	71	43	26	**322**
Nov.	-	-	-	-	-	**-**
Dez.	-	-	-	-	-	**-**
TOTAL	**1.013**	**607**	**545**	**266**	**276**	**2.707**

[1] Exame Periódico de Saúde, que pode incluir mais de um atendimento para o mesmo servidor.
[2] Somando perícias de licenças médicas e juntas oficiais para análise de temas administrativos (aposentadoria, incapacidade laboral, etc.)

Atendimentos de enfermagem

Mês	Atendimentos e procedimentos*
Jan.	155
Fev.	452
Mar.	452
Abr.	503
Maio	560
Jun.	421
Jul.	446
Ago.	467
Set.	483
Out.	413
Nov.	-
Dez.	-
TOTAL	**4.339**

* O quantitativo de atendimentos e procedimentos compreende pronto-atendimento, acompanhamento hospitalar, aplicação de gelo ou calor local, curativo, eletrocardiograma, encaminhamento para hospital, atendimento/orientações, glicemia capilar, medicação endovenosa, medicação intramuscular, medicação ocular, medicação oral, medicação subcutânea, medidas antropométricas, nebulização, ocorrências, paciente em observação, atendimento de candidatos nomeados, retirada de pontos, sinais vitais e registro de ocorrências que inviabilizam a conclusão do atendimento.

Atendimentos odontológicos

	Atendimentos[1]			Total	Procedimentos			Perícias[2]	Total
	Serv.	Dep.	Colab.		Serv.	Dep.	Colab.		
Jan.	113	47	2	162	183	122	4	122	309
Fev.	167	94	6	267	401	288	13	136	702
Mar.	137	113	1	251	359	288	2	151	649
Abr.	197	68	3	268	395	171	6	111	572
Maio	211	82	11	304	565	266	21	31	852
Jun.	171	158	16	345	535	476	39	148	1.050
Jul.	127	108	10	245	425	308	16	120	749
Ago.	162	89	5	256	451	255	10	171	716
Set.	187	101	7	295	712	316	13	111	1.041
Out.	140	86	6	232	507	222	15	106	744
Nov.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**1.612**	**946**	**67**	**2.625**	**4.533**	**2.712**	**139**	**551**	**7.384**

[1] Contempla consultas, inclusive originadas do EPS odontológico, que podem ensejar mais de um atendimento do mesmo servidor.

[2] Perícias odontológicas podem compor análises documentais e vistas de exames que não configuram consultas.

Atendimentos psicossociais (individuais e em grupo)

Consultas eletivas	Pronto-atendimento		Total de atendimentos
	Servidor	Colaborador	
195	25	27	**247**

Grupos e ações em saúde psicossocial	Descrição	Total de atendidos
Cine-SER	Encontros em grupo aberto, para discutir temas em saúde emocional, com base em trechos de filmes.	**24**
Oficina Empodere-se: Utilize suas Habilidades Emocionais (cinco encontros)	Encontros semiestruturados, em grupo fechado, com foco em saúde emocional.	**35**
Conversando sobre as emoções	Encontros em grupo aberto, com foco em emoções.	**164**

Assistência indireta à saúde

Reembolsos farmacêuticos derivados de análise técnica médica

Mês	Pedidos analisados
Jan.	47
Fev.	68
Mar.	82
Abr.	70
Maio	76
Jun.	71
Jul.	86
Ago.	77
Set.	88
Out.	102
Nov.	-
Dez.	-
TOTAL	**767**

Reembolsos odontológicos

Mês	Deferidos	Indeferidos	Servidores atendidos
Jan.	53	2	**45**
Fev.	70	1	**58**
Mar.	98	2	**68**
Abr.	78	2	**63**
Maio	100	4	**73**
Jun.	91	0	**74**
Jul.	80	1	**64**
Ago.	90	3	**73**
Set.	77	2	**65**
Out.	75	7	**60**
Nov.	-	-	**-**
Dez.	-	-	**-**
TOTAL	**812**	**24**	**643**

Reembolso de vacinas

Mês	Deferido	Indeferido	Deferido parcialmente
Jan.	4	0	0
Fev.	3	1	0
Mar.	4	1	0
Abr.	7	1	1
Maio	4	1	0
Jun.	2	1	0
Jul.	25	5	1
Ago.	18	4	1
Set.	13	2	2
Out.	12	0	0
Nov.	-	-	-
Dez.	-	-	-
TOTAL	**92**	**16**	**5**

Análises técnico-jurídicas

Legislação de pessoal

Nº de processos tramitados	Nº de documentos gerados
219	251

Informações técnico-jurídicas

Assunto	Nº de informações expedidas
Inexigibilidade de licitação em contratação de serviços de treinamento de pessoal	71
Consultas internas de processos administrativos que demandam interpretação de legislação de pessoal	114
Minutas de normativos referentes à gestão de pessoas	6
TOTAL	**191**

Atos normativos

Regulamentação ou revisão da matéria	*Status*
Estágio estudantil	Publicada Portaria-TSE nº 672 de 28.6.2016.
Licenças parentais	Publicada Instrução Normativa nº 19 de 7.9.2016.
Bolsa de estudo para curso de língua estrangeira	Publicada Portaria-TSE nº 1.060 de 11.10.2016.
Estrutura dos gabinetes de ministros	Publicada Portaria-TSE nº 1.083 de 24.10.2016.
Afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no país ou no exterior	Publicada a Portaria-TSE nº 1.103 de 31.10.2016.
Consignações em folha de pagamento	Minuta de instrução normativa encaminhada ao Gab-DG.
Jornada de trabalho	Minuta elaborada e encaminhada à Assessoria Jurídica.
Teletrabalho	Minuta elaborada e pendente de reunião com as áreas técnicas envolvidas.
Assistência pré-escolar	Minuta em elaboração.
Licença para capacitação	Minuta em elaboração.
Férias	Minuta em elaboração.
Lotação de servidores	Minuta em elaboração.

Informativos

Em setembro de 2016, foi dado início ao projeto Informativos da Selep, que consiste na pesquisa, compilação e divulgação semanal das alterações legislativas, jurisprudência e notícias atinentes à área de pessoal do TSE e de outros órgãos, principalmente, dos tribunais superiores, do TCU, do CNJ e do CJF. Com isso, até 17 de novembro de 2016, foram divulgados nove informativos-Selep para toda a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

Consultas e prestação de informações aos órgãos

Órgão	Assuntos principais	Nº de informações
Regionais	Nota Técnica Consolidada nº 2/2014/Denop/Segep/MP. Requisição. Redistribuição de cargos por reciprocidade: interpretação e aplicação do art. 12 da Res.-TSE nº 23.430/2014. Reconhecimento administrativo, no âmbito da Justiça Eleitoral, do direito à percepção dos 13,23% pelos servidores a ela vinculados. Resolução-TSE nº 23.092, de 3 de agosto 2009. Aplicabilidade. Resolução-CNJ nº 72/2009. Justiça Eleitoral.	36
Órgãos Externos	TCU: Diligências. Monitoramento. Comitê Permanente de Gestão de Pessoas da Justiça Eleitoral. Acórdão-TCU nº 199/2011. Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal (PGF)/Advocacia-Geral da União (AGU). Nota nº 00018/2016/Depconsu/PGF/AGU – Renovação de Requisição Ordinária de Servidores para Prestação de Serviço a Cartórios das Zonas Eleitorais.	4
Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral	Pedidos de providência. Descumprimento de normativos do TSE. Requisição de servidores pela Justiça Eleitoral. Alterações das normas que regem a matéria.	25
TOTAL		**65**

Outros processos

Tipo de processo	Assuntos principais	Nº de informações
Requisições extraordinárias	Solicitação de requisições extraordinárias. Número de requisitados: 79 servidores	30
Ações e cumprimentos judiciais	Solicitação de subsídios de fato e de direito para a defesa judicial da União.	15
Acumulação de cargos e de pensão	Análise de acumulação de cargos e pensão.	15

(Continuação)

Tipo de processo	Assuntos principais	Nº de informações
Ajuda de custo	Solicitação de ajuda de custo a magistrados. Valor total deferido para o pagamento de ajuda de custo: R$221.742,03. Valor total indeferido: R$57.895,10.	8
Redistribuição	Solicitação de redistribuição de servidores. Número de contemplados: 50 servidores.	39
Remoção	Solicitação de remoção de servidor. Número de contemplados: 20 servidores.	16
Outros	Dispensa de compensação. Ausência de servidor para participação no 9º Congresso Nacional da Fenajufe. Discricionariedade da administração. Solicitação. Prestação de serviço extraordinário em período não eleitoral. Horas extras.	7

Títulos da Lei nº 8.112/1990 analisados em âmbito administrativo e nos questionamentos feitos em âmbito judicial

Título II – Do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição	
Concurso	1
Redução de jornada	1
Movimentação de pessoal (requisição, remoção e redistribuição)	34
Subtotal	**36**
Título III – Dos direitos e vantagens	
Inclusão e exclusão de dependentes	317
Recurso administrativo de auxílio-alimentação	1

(Continuação)

Título III – Dos direitos e vantagens	
Licenças (gestante, adotante, capacitação, interesse particular, afastamento de cônjuge)	17
Afastamentos (para participação desportiva e participação em curso de formação)	5
Acerto de contas	2
Ajuda de custo	6
Auxílio-moradia	5
Pensão alimentícia	2
Isenção de imposto de renda	5
Subtotal	**360**
Título VI – Da seguridade social do servidor	
Adicional por tempo de serviço (anuênio)	3
Previdência complementar (dados enviados ao Funpresp)	129
Abono de permanência	11
Certidão de tempo de contribuição	22
Averbação de tempo de serviço	70
Acumulação de pensões	1
Reversão	2
Auxílio-funeral	3
Regime previdenciário	129
Licença-prêmio convertida em pecúnia	6
Pensão	8
Aposentadoria (voluntária, por invalidez e especial)	9
Sisac	7
Quintos	6
Subtotal	**406**
Processos diversos	
Consultas	3
Auditoria/relatórios TCU e Siafi	3
Reformulação espaço do servidor	1
Requerimento de magistrado	1
Subtotal	**8**
TOTAL	**812**

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes à SGP.

Indicador estratégico	Índice de execução do Plano Anual de Capacitação
Objetivo estratégico	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
O que se mede	Percentual de cumprimento do Plano Anual de Capacitação (PAC)
Para que medir	Avaliar a aderência da execução das ações em relação ao planejamento
Quem mede	SGP
Quando medir	Quadrimestralmente
Como medir	iPAC = (Σ de temas de capacitação realizados*/ Σ de temas de capacitação planejados) x100
Onde medir	A medição é realizada por meio do cotejamento do Plano Anual de Capacitação, autorizado pela DG e publicado na intranet do TSE, com os dados e informações de execução extraídos do Módulo de Capacitação do SGRH e do Siafi.
Metas	2016: executar 85% do PAC até dezembro
Medição em	31.10.2016
Valor apurado	iPAC = (123 / 125) x100 = 98,40%

* O campo denominado "temas de capacitação realizados" na fórmula inclui tanto a quantidade de ações previstas no PAC como aquelas que chegaram mais tarde como DNP, ou seja, como demanda não planejada. Neste contexto, o iPAC foi realizado até 31.10.2016.

Indicador estratégico	Grau de satisfação com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)
Objetivo estratégico	Promover a qualidade de vida no trabalho
O que se mede	Grau de satisfação dos participantes do programa
Para que medir	Balizar o planejamento das ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)
Quem mede	SGP
Quando medir	Janeiro a outubro (ao longo do ano, após cada ação realizada)
Como medir	Por meio de pesquisa de satisfação: Grau de Satisfação com o PQVT = (nº de respostas Satisfeito ÷ Total de respondentes) x100.
Onde medir	No resultado da pesquisa de satisfação de cada ação do PQVT, realizada com os participantes. Para obtenção do índice geral de satisfação, foi utilizado o somatório dos valores obtidos em cada ação, dividido pelo número de ações avaliadas.

(Continuação)

Metas	2016: pelo menos 80% de satisfação com o programa
Medição em	Prevista para dezembro de 2016
Valor apurado	Grau de satisfação com o PQVT: (522÷530) x100 = 98,40%[1]
Observações	Nº de ações avaliadas: 15[2]

[1] O índice de satisfação (98,4%) refere-se à média dos índices de satisfação obtidos nas ações do PQVT avaliadas.

[2] Ações/programas do PQVT avaliados: oficina sobre (co)dependência nas relações afetivas; roda de conversa sobre o desafio dos pais na educação dos filho; ciclo temático sobre cuidados em podologia; mesa redonda sobre abertura da saúde financeira; palestra Caminhos para a Felicidade; palestra Saúde Emocional (com colaboradores); Cine Pipoca – Dia da mulher; Oficina de maquiagem; Roda de conversa – Hormônios e Saúde; palestra Antienvelhecimento, Cine Pipoca – *A Estrada Interior*, roda de conversa sobre psicofármacos; roda de conversa sobre luto; palestra Conscientização sobre o Câncer de Mama; Dia da Transformação pela Solidariedade.

2.6. SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Atualmente, a SGI é composta de duas assessorias e quatro coordenadorias.

As assessorias são a Assessoria de Apoio à Gestão (Asag) e a Assessoria do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (ACCJE). Esta, criada por meio da Portaria-TSE nº 968 de 12 de setembro de 2016, é unidade vinculada à SGI com atribuições correlatas ao Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), no Rio de Janeiro.

As coordenadorias são: Coordenadoria de Biblioteca, Legislação e Museu (Cblem); Coordenadoria de Gestão Documental (Coged); Coordenadoria de Jurisprudência (Cojur); e Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip).

A informação é composta de três elementos: conhecimento, linguagem e suporte. O conhecimento refere-se ao conteúdo da informação; a linguagem é o instrumento de expressão de itens de informação; o suporte são os objetos materiais ou a energia nos quais se inscrevem os registros do conhecimento.

A SGI entende que o acesso pleno à informação contribui para o cumprimento da missão institucional, qual seja, "garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia".

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Assessoria de Apoio à Gestão (Asag)

À Assessoria de Apoio à Gestão compete prestar assessoramento nas atividades desenvolvidas no âmbito do Gabinete da Secretaria de Gestão da Informação e dar suporte às coordenadorias que compõem a estrutura da SGI, com intuito de solucionar as demandas submetidas à unidade.

Assessoria do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (ACCJE)

Criada em agosto de 2016, a ACCJE tem como principal atribuição cuidar da preservação dos bens materiais e imateriais do patrimônio histórico e cultural da Justiça Eleitoral, além de elaborar e executar os projetos culturais e atividades educativas voltadas à memória e história da Justiça Eleitoral.

Na primeira etapa de trabalho da Assessoria, foi prioridade assegurar a conservação e manutenção da estrutura física das instalações do Centro Cultural. Para tanto, entre as atividades realizadas de setembro a novembro de 2016, ressaltam-se:

- fiscalização da execução do protocolo de cooperação firmado entre o TSE e o TRE/RJ, para o estabelecimento de ações entre os partícipes e das formas de colaboração em atividades de apoio operacional, suporte administrativo, conservação e manutenção do CCJE;
- fiscalização da execução do Termo de Cooperação entre o CCJE e a Irmandade da Santa Cruz dos Militares, quanto à utilização dos estacionamentos nas ruas laterais às referidas instituições;
- fiscalização da prestação de serviços da Light Serviços de Eletricidade S.A.;
- apoio à fiscalização da execução do contrato de segurança do CCJE;
- apoio à fiscalização da execução do contrato de limpeza e conservação do CCJE;
- apoio à fiscalização da execução do contrato de manutenção do sistema de ar condicionado e ventilação do CCJE;
- levantamento, perante os setores técnicos do TSE, das demandas de reparos a serem feitos no CCJE;
- acompanhamento da montagem da estrutura administrativa de apoio ao funcionamento do CCJE, incluindo instalação física, rede lógica e de telefonia, entre outros;
- contato com os órgãos locais para sanar pendências quanto a questões administrativas que eventualmente surgem na rotina do CCJE;
- *benchmarking* com outros museus, centros de cultura e demais entidades de natureza semelhante, para colher dados que possam subsidiar a elaboração do projeto de revitalização do CCJE;
- participação em palestras, seminários, conferências, entre outros.

Coordenadoria de Biblioteca, Legislação e Museu (Cblem)

A Cblem é a unidade responsável por gerenciar as atividades relacionadas a seleção, aquisição, tratamento técnico, guarda, conservação, controle, divulgação e disseminação do acervo doutrinário, legislativo e de preservação da memória da Justiça Eleitoral.

Entre as atividades finalísticas da Cblem, incluem-se:

- divulgação das novas aquisições, seleção de bibliografia em matéria eleitoral, empréstimo de material bibliográfico, empréstimo entre bibliotecas, atendimento de pesquisas doutrinárias, elaboração de fichas catalográficas, elaboração e revisão de referências bibliográficas;

- manutenção da base de dados dos ministros e membros da Justiça Eleitoral e da base de atos normativos da Justiça Eleitoral;
- atendimento de pesquisas sobre a história eleitoral brasileira;
- visitas guiadas ao Museu do Voto.

Em 2016, a unidade atuou, ainda, na produção da 2ª edição do catálogo da exposição *A Saga da Reinstalação da Justiça Eleitoral* em 1945, do programa educativo com idosos e estudantes e da mesa redonda A Educação Cidadã e os Idosos: Relato de Experiências – ação integrante da 10ª Primavera de Museus.

- Biblioteca: até novembro, a biblioteca respondeu a 203 pesquisas doutrinárias e realizou 1.765 empréstimos, 1.691 devoluções, 2.673 renovações e 73 reservas de itens bibliográficos.

  Foram adquiridas, catalogadas, classificadas e indexadas 536 novas publicações e 31 periódicos. A biblioteca atendeu a 49 solicitações de normalização bibliográfica e de elaboração de fichas catalográficas de publicações editadas pelo TSE.

  Além de gerenciar o sistema de automação da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje), a biblioteca realizou o controle da qualidade das informações de 2.671 registros contidos no sistema compartilhado pelas 24 bibliotecas dos tribunais regionais, de acordo com os instrumentos normalizadores de catalogação, classificação, indexação e formato MARC.

  A biblioteca do TSE gerenciava, até novembro de 2016, sete contratos, a saber:

Contratos	Objeto
Contrato nº 6/2013	Manutenção do sistema Aleph.
Contrato nº 15/2016	Jornais e revistas.
Contrato nº 63/2015	Aquisição de publicações nacionais.
Contrato nº 14/2016	Aquisição de publicações internacionais.
Contrato nº 58/2016	Aquisição das normas da ABNT.
Contrato nº 30/2016	Periódicos eletrônicos da Ed. Fórum: Fórum Administrativo – Direito Público, Fórum de Contratação e Gestão Pública, Revista de Direito Administrativo e Revista Brasileira de Direito Público.
Contrato nº 82/2015	Acessos Web – Zênite Consultoria.

- Biblioteca Digital: a política de coleção da Biblioteca Digital está em fase de elaboração. Estudos têm sido realizados para aperfeiçoamento do *template* da ferramenta DSpace, atualização da versão do *software* e implementação de melhorias nos metadados.

  Até 11 de novembro, foram tratados aproximadamente 2 mil objetos digitais para inserção na Biblioteca Digital do TSE. Em comparação com o mês de janeiro, quando havia 320 objetos digitais no repositório, houve um incremento de 525% no tamanho da massa digital de documentos.

  No âmbito da manutenção do sistema Aleph, que contém os dados biográficos dos ministros e ex-ministros da Corte e dos corregedores-gerais, foram incluídos 34 novos registros e atualizados 173 até novembro de 2016.

- Museu: até novembro, o Museu do Voto atendeu 40 pesquisas relativas à história eleitoral brasileira e realizou o tratamento técnico de 856 fotografias institucionais. Além disso, recebeu 784 visitas espontâneas e 683 visitas guiadas por meio do programa educativo da exposição A Saga da Reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945. Ao longo do ano, foram concedidas 8 entrevistas sobre a história eleitoral do país.

  O museu colaborou, ainda, com a pesquisa histórica e de acervo para a exposição 20 Anos da Urna Eletrônica, instalada no CCJE, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

  Apenas um contrato é gerido pelo museu, a saber:

Contrato	Objeto
Contrato nº 92/2011	Elaboração de projeto básico e executivo das salas de estar, longa duração, curta duração, reserva técnica e oficina educativa do museu.

Coordenadoria de Gestão Documental (Coged)

A Coged é responsável por planejar, adotar critérios, coordenar e orientar atividades relacionadas à gestão de documentos e preservação das informações arquivísticas no âmbito do TSE, bem como à condução do Programa de Gestão Documental no âmbito da Justiça Eleitoral.

Entre as ações desenvolvidas pela Coged, incluem-se:

- coordenação e planejamento das atividades das áreas de gestão de documentos no âmbito do TSE;
- coordenação do Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral (PGD-JE);
- gestão do SEI no TSE;
- estudos e implementação de soluções visando à preservação do acervo digital;
- estudos para auxiliar a administração na proposição de norma específica sobre produção, registro, transmissão, consulta, tramitação, manuseio, guarda de dados, processamento, transporte, acesso, reprodução, publicação, arquivamento e desarquivamento de documentos e processos sigilosos.

A Coged é responsável pela condução de sete processos de trabalho finalísticos, em que estão concentradas suas mais importantes atividades. Esses processos estão descritos a seguir.

- Gerenciamento, organização e manutenção do acervo arquivístico: a Coged é responsável, entre outros processos, pela conservação e limpeza do acervo documental e pela preservação, identificação, ordenação, acondicionamento, descarte e eliminação de documentos.
- Gerenciamento e planejamento da pesquisa arquivística: a unidade responde pelo atendimento às demandas encaminhadas ao arquivo central do TSE e pela difusão do arquivo histórico.

- Atendimento e desenvolvimento dos instrumentos de gestão arquivística: entre outras atividades, a Coged presta suporte técnico aos arquivos setoriais e recebe documentos, processos e procedimentos administrativos encaminhados ao arquivo central.
- Gerenciamento da entrada de documentos (protocolo): esse processo de trabalho engloba os controles sobre as atividades e tarefas referentes ao protocolo de entrada – a triagem, a conferência e o recebimento de documentos, o registro desses documentos nos respectivos sistemas de gestão documental do TSE, bem como o seu processamento técnico e a sua distribuição às unidades administrativas do Tribunal.
- Gerenciamento da saída de documentos (expedição): esse processo de trabalho engloba os controles sobre as atividades e tarefas referentes ao protocolo de saída, também conhecido por expedição – a conferência e o recebimento de documentos, o registro desses documentos nos respectivos sistemas de gestão documental do Tribunal e da ECT, bem como seu processamento técnico e expedição. No âmbito desse processo, a Coged é gestora e fiscal do Contrato nº 79/2012, com a ECT.
- Gestão de documentos eletrônicos: a unidade gerencia os sistemas SEI e Inteiro Teor de Documentos (SitDoc); além disso, responde pela migração de documentos históricos por meio do Projeto Apae/DF.
- Coordenação do Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral: no período de janeiro a outubro de 2016, registraram-se os seguintes dados sobre as atividades desenvolvidas pela Coged:

Atividades	Qtde.
Pesquisas internas e eleitorais/TREs	406
Produção de camisas e espelhos	2.134
Arquivamento	5.739
Desarquivamento	101
Empréstimo	401
Devolução de empréstimo	363
Devolução às unidades (por erro)	95
Classificação de documentos	4.273
Controle de Qualidade (mídias digitais)	191
Migração SGARQ	0
Outras atividades	9.824
Documentos recebidos – ECT, balcão, fax e correio eletrônico	23.718
Documentos encaminhados sem registro	9.708
Documentos e processos registrados – SEI, SADP, SRCOR	14.010
Atendimentos aos usuários – protocolo e expedição	3.207*
Total de expedições (pacotes e envelopes)	22.650
Total de documentos digitalizados	5.001
Processos expedidos	6.825

(Continuação)

Atividades	Qtde.
Pesquisas de documentos – usuários internos e externos	31
Acórdãos publicados em sessão (com e sem áudio)	94
Tratamento de documentos – Mapas de Apuração de 1945	632
Atendimentos aos usuários – ref. SEI, SIGAD e ITAR	1.177
TOTAL DE DOCUMENTOS DIGITALIZADOS	**7.120**
TOTAL DE PÁGINAS DIGITALIZADAS	**759.579**

* A quantidade dos atendimentos realizados passou a ser medida em julho/2016.

Coordenadoria de Jurisprudência (Cojur)

São produtos e serviços da Cojur:

- análise e indexação das decisões do Tribunal;
- manutenção do Sistema de Jurisprudência – novo SJUR;
- elaboração e atualização dos conteúdos do *Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar*;
- elaboração e atualização dos conteúdos da publicação *Instruções do TSE: Eleições*;
- elaboração do conteúdo da *Revista de Jurisprudência do TSE*;
- elaboração e atualização dos conteúdos da publicação *Julgados Históricos*;
- elaboração e atualização da *Coletânea de Jurisprudência do TSE – Organizada por assunto*;
- elaboração e atualização da Tabela de Prazos de Desincompatibilização;
- atendimento aos públicos interno e externo quanto à informação jurisprudencial (pesquisas de jurisprudência);
- adaptação da ferramenta de busca GSA (Google Search Appliance) para a pesquisa jurisprudencial, *InfoSeleg*, *InfoSeleg Saúde*, que são enviados por *e-mail* aos usuários cadastrados, e a página da SinTSE no Portal TSE;
- *Legislação Comentada*, produto desenvolvido pela Seção de Legislação (Seleg), que foi incorporada à Cojur em outubro.

Ao longo de 2016, foram indexadas 467 decisões do Tribunal, número que equivale a 629 quando é aplicado o fator de correção no número de páginas das decisões. Até o início de novembro, havia 1.043 decisões colegiadas pendentes de indexação na base de dados.

Para manutenção do SJUR, foram analisadas 1.991 decisões colegiadas do TSE, que equivalem a 3.009 quando aplicado o fator de correção no número de páginas das decisões, e publicadas 1.691 decisões colegiadas. Realizou-se o acompanhamento diário nos *DJEs* do STF, tendo sido 278 decisões descartadas e 85 selecionadas e anotadas no campo de observação no espelho da decisão objeto de recurso, disponível no SJUR. Elaborou-se a síntese de 24 decisões selecionadas durante o acompanhamento de 12 sessões plenárias, serviço iniciado no mês de outubro.

Quanto às publicações, lançou-se a 12ª edição do *Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar* e atualizou-se a publicação *Instruções do TSE* nas versões impressa e Web.

A *Coletânea de Jurisprudência do TSE – Organizada por assunto* é disponibilizada apenas na versão eletrônica. Até novembro, haviam sido analisadas 1.949 ementas ou notas substitutivas, com o cotejo de 6.647 ementas já contidas na publicação, para 486 itens de assunto. Além disso, dos 19 temas, 2 estão parcialmente atualizados (matéria processual e inelegibilidade e condições de elegibilidade). Todos os demais estão atualizados, levando-se em conta as decisões indicadas durante a indexação.

Em relação à *Revista de Jurisprudência do TSE*, atualmente, estão em fase final de seleção as versões 27.2 e 27.3 e em fase de revisão as versões 26.2, 26.3, 26.4 a 27.1.

O Sistema Máximo, por meio do qual é feita a pesquisa de jurisprudência, está em atualização. O novo sistema, instalado em 9 de maio de 2016, registrou resposta a 452 pesquisas de jurisprudência do público externo e do interno.

Em outubro de 2016, a Cojur passou a contar com mais uma unidade, a Seção de Legislação (Seleg), que antes era vinculada à Cblem. Essa alteração decorreu de proposta apresentada pela SGI para que a Seleg, além das rotinas habituais, assumisse as atividades referentes à Legislação Compilada (Processo Administrativo nº 2016.00.000007910-6). A reestruturação orgânica está pendente de formalização.

Até novembro de 2016, as atividades desenvolvidas pela unidade foram as seguintes:

I. Legislação Compilada:

- planejamento inicial para desenvolvimento da atividade;
- análise da base Legislação Compilada, com levantamento das normas incluídas e das necessidades de atualização;
- publicação da primeira etapa de atualização da Legislação Compilada;
- inclusão de 62 portarias do TSE na base Legislação Compilada;
- revisão de 216 portarias do TSE na base Legislação Compilada.

II. Atendimento às solicitações de Pesquisa de Legislação: atendimento a 56 solicitações de pesquisa de legislação, das quais:

- 2 de usuários internos;
- 54 de usuários externos.

III. Elaboração do InfoSeleg: elaboração de 20 InfoSeleg, enviados para uma média de 5,5 mil usuários cadastrados.

IV. Elaboração de InfoSeleg Saúde: Elaboração e envio de 20 boletins.

V. Elaboração da SinTSE: elaboração de 20 páginas da SinTSE, que consiste em uma seleção de matérias de interesse da Justiça Eleitoral. Ela é formada por 34 diários oficiais e 50 *sites*, pesquisados diariamente. Uma vez por mês, o *Boletim Interno* do TSE também passa por pesquisa.

Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip)

A Cedip tem a atribuição de preparar, revisar, editorar, imprimir e comercializar as publicações impressas do TSE. Atribuem-se também à Cedip as atividades de preparação e publicação dos conteúdos da Internet (portal do TSE) e da intranet.

A Coordenadoria é responsável pela gestão de 14 contratos, dentre os quais destacam-se o de prestação de serviços de revisão de textos e os de confecção de formulários eleitorais.

Contratações	Produtos
Eleitorais	Título, RAE e RJE
Terceirização (prestação de serviço)	Revisão de textos Serviços gráficos Serviços Web Serviços editoriais
Manutenção	Impressoras e equipamentos gráficos de grande porte
Prestação de serviço	Serviços gráficos Material de consumo gráfico Banco de imagens

A Cedip produziu, entre impressos e cópias, o total de 1.425.577 folhas no período de 1º de janeiro de 2016 a 10 de novembro de 2016. No transcorrer de 2016, foram vendidas 395 unidades da 12ª edição do *Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar* e 38 unidades da revista *Estudos Eleitorais*.

Os produtos eleitorais Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE), Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE), Título Eleitoral e Folha de Votação de Eleições Suplementares também são gerenciados pela Cedip. Até novembro de 2016, não houve impressão das folhas de votação de eleições suplementares.

Em 2016, foram adquiridos 12.500 milheiros de unidades dos títulos eleitorais, sendo 10 mil milheiros do restante da Ata de Registro de Preços nº 15/2015 e 2,5 mil milheiros referentes ao aditivo de 25% da referida ata. Depois de consulta para avaliar a necessidade de nova aquisição de formulário de título eleitoral em 2017, foi estimada a necessidade de 60 mil milheiros de formulários. A primeira compra deverá ser de 49.242 milheiros, para viabilizar, de um lado, o atendimento das solicitações dos regionais e, de outro, a recomposição do estoque do TSE aos níveis considerados satisfatórios, com base, sobretudo, nas estimativas de biometria para o próximo biênio.

Com base no resultado de consulta sobre necessidade de aquisição de formulários RAE em 2017, está em andamento a aquisição e entrega de 500 milheiros desse formulário por meio da Ata de Registro de Preços nº 36/2015. Também foram remanejados 372,5 milheiros entre os tribunais regionais eleitorais, e, em 2016, foram adquiridos e entregues 20.122 milheiros de formulários de RJE mediante a Ata de Registro de Preços nº 36/2015.

Dentre os produtos produzidos pelas unidades vinculadas à Cedip ao longo de 2016 destacam-se:

Publicação	Tipos de produto	Publicação
Relatório de Transição da SCI		Impressa
Manual do CANDex		Web
Manual de prestação de contas		Web
Cartilha de prestação de contas		Web
Boletim Interno (mensal)		Web
Relatório de Atividades 2015		Web e impressa
Revista de Jurisprudência do TSE (trimestral)		Web
Agenda 2017		Impressa
Informativo do TSE		Web e impressa
Calendário 2017		Impressa
Plano Diretor de Tecnologia da Informação	- Identidade visual - Editoração - Revisão de texto	Impressa
Panorama Nacional Socioambiental		Web e impressa
Plano de Logística Sustentável		Web e impressa
Revista *Estudos Eleitorais* (trimestral)		Web e impressa
Livreto Urna Eletrônica		Web e impressa
Catálogo da FAAP (2ª edição)		Web e impressa
Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação		Web
Livretos de viagem – Ministro presidente		Impressa
Posts para o Facebook		416 *posts*
Mesário Eleições 2016 (cartilha, fôlderes e capas e bolachas de DVD)		Web e impressa
Instruções das Eleições 2016		Web e impressa

Outros produtos foram confeccionados pelas unidades vinculadas à Cedip, como cartões de visita, cartões de cumprimento, certificados, placas de sinalização, impressos de maior dimensão na impressora *plotter*, calendários, carteiras funcionais, formulários de licença médico-odontológica, etc.

Além das diversas publicações que produziu, a Cedip, por meio das atividades finalísticas das unidades a ela subordinadas, prestou apoio a diversos eventos, dos quais se podem destacar:

Eventos	Tipos de produto
Posse do Ministro Gilmar Mendes	- Identidade visual - Editoração - Revisão de texto - Impressão
Posse dos Ministros Herman Benjamin e Napoleão Maia	
Ordem do Mérito Assis Brasil – 2ª edição	
Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do TSE	
Seminário eSocial	
Reunião de Presidentes dos TREs	
Encontro Nacional de Secretários Judiciários da Justiça Eleitoral	
Eleições 2016 – Inovações e Desafios	
Workshop Eleitoral para Jornalistas	
Gestão da Informação na Justiça Eleitoral	
Centro de Divulgação das Eleições 2016	
Exposição 20 Anos da Urna Eletrônica	
Educação Cidadã e os Idosos	
Cerimônia de aposição de retrato do Ministro Dias Toffoli	
Convidados Internacionais – Eleições 2016	
Testes Públicos de Segurança	
ConecTSE 2016	
15 anos da EJE	
Avaliação das Eleições 2016	
Lançamento de selo comemorativo dos 20 anos da urna eletrônica	
VIII Conferência Ibero-Americana sobre Justiça Eleitoral	
Programa de Educação Solidária	
Ciclo de Debates da EJE	

No âmbito da gestão de conteúdos da intranet e do portal do TSE, a Cedip desenvolveu projeto de alteração dos portais da Justiça Eleitoral, que modificou arquitetura da informação, usabilidade, navegabilidade e leiaute, contemplando demandas da Presidência, da Ascom e dos regionais.

A unidade atendeu, de janeiro a novembro de 2016, a 4.776 chamados referentes à intranet, à Internet e ao gerenciamento do uso da ferramenta Plone. No período de 1º.1.2016 a 17.11.2016, as páginas do portal do TSE foram acessadas 142.918.419 vezes. No mesmo período, a intranet teve mais de 3.508.240 acessos. Os sítios que fazem parte do portal da Justiça Eleitoral têm 14.150 páginas, 1.795 delas pertencentes ao TSE. A intranet do TSE soma 2.128 páginas.

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Gabinete da SGI e Asag/SGI

Com a posse do Ministro Gilmar Mendes na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, a SGI procurou adequar os trabalhos desenvolvidos pela unidade às diretrizes da nova administração, com

o intuito de atender às necessidades do Tribunal com qualidade e no menor prazo, garantindo, ainda, com essa dinâmica, o atendimento de eixos centrais do Planejamento Estratégico do TSE 2015-2020.

A SGI buscou mapear as unidades e reformular as atribuições de cada setor, sugerindo, quando necessário, alternativas para os processos de trabalho, com vistas a construir uma unidade de trabalho contígua e que contribua cada vez mais para o andamento dos serviços prestados pelo TSE.

A estrutura das coordenadorias que compõem a SGI foi revista e as atribuições foram analisadas, de forma que a equipe, reestruturada, trabalhasse nos moldes da nova administração, evitando o retrabalho e promovendo a eficiência no atendimento.

Foram propostas também mudanças na estrutura física de algumas seções que compõem as coordenadorias, com o intuito de facilitar o serviço de cada área e adaptar o espaço físico disponível na secretaria para realização das atividades agregadas. As alterações permitiram, ainda, receber novos servidores e colaboradores vindos de outras unidades do Tribunal, além daqueles que foram realocados dentro das próprias unidades da SGI.

Alinhada ao objetivo estratégico de garantir os direitos de cidadania, a SGI liderou as unidades a ela subordinadas na produção da exposição 20 Anos da Urna Eletrônica. Ao reunir e divulgar informações relevantes sobre a urna, a mostra contribuirá para o fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral.

De abril a novembro de 2016, tramitaram pela SGI mais de 600 processos e foram fechados 591. A unidade tem atuado com celeridade e eficiência operacional, visando ao Objetivo Estratégico Fortalecimento da Governança.

Assessoria do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (ACCJE)

Com o apoio de outros setores técnicos do TSE, a ACCJE está em busca de soluções viáveis para garantir a devida acessibilidade aos usuários do CCJE, no que diz respeito não apenas ao acesso físico ao prédio, mas também aos conteúdos que serão objeto das exposições e das demais ações culturais e educativas a serem executadas. Atuando, ainda, de forma a aprimorar o atendimento das pesquisas de informações históricas, ambas constantes do Planejamento Estratégico do TSE, a ACCJE, ainda que de forma embrionária, tem contribuído para a iniciativa das garantias do direito de cidadania.

Coordenadoria de Biblioteca, Legislação e Museu (Cblem)

A pesquisa da SGI é uma iniciativa estratégica prevista no Planejamento Estratégico do TSE 2015-2020, aprovado pela Resolução-TSE nº 23.439/2015. Suas principais características são:

- Alinhamento estratégico: garantia do direito de cidadania.
- Plano de ação: aprimorar o atendimento das pesquisas de informações administrativas, arquivísticas, doutrinárias, históricas, jurisprudenciais e legislativas na SGI.
- *Status*: implementado em 9 de maio de 2016. Até o momento, foram cadastradas no Sistema Máximo 1.396 solicitações de pesquisa à SGI.

Coordenadoria de Gestão Documental (Coged)

Em 2016, a Coged contribuiu para o Planejamento Estratégico do TSE 2015-2020 com projetos e ações alinhados com as iniciativas e os objetivos estratégicos nele abordados:

- assegurar garantias do direito de cidadania;
- aprimorar o atendimento das pesquisas de informações administrativas, arquivísticas, doutrinárias, históricas, jurisprudenciais e legislativas;
- promover o fortalecimento da governança;
- fortalecer a cultura da transparência com a adoção de melhores práticas de gestão documental, de gestão da informação e de gestão de processos de trabalho.

Para isso, a unidade tem conduzido os seguintes projetos e ações:

I. Novo Sistema de Inteiro Teor de Documentos (SitDoc):

As principais características do projeto são:

- Alinhamento estratégico: garantia do direito de cidadania.
- Nome da iniciativa estratégica: aprimorar o atendimento das pesquisas de informações administrativas, arquivísticas, doutrinárias, históricas, jurisprudenciais e legislativas.
- Objetivo geral: implantar o SitDoc em substituição ao Sistema de Inteiro Teor (Itar) visando ampliar à sociedade o acesso de conteúdos relativos à jurisprudência eleitoral e partidária da Justiça Eleitoral; e às unidades do TSE, o acesso aos conteúdos dos atos normativos e decisões do Tribunal Superior Eleitoral.
- Objetivos específicos: aumentar o grau de estabilidade e confiabilidade do SitDoc; unificar e centralizar bancos de dados visando facilitar manutenção e localização de informações; melhorar a pesquisa com opções de filtragem por metadados; contribuir para a sustentabilidade e o meio ambiente eliminando o uso de papel; inserção de formatos variados.
- *Status*: em execução, com implementação da primeira etapa (migração das bases de dados) concluída em outubro de 2016.
- Etapas previstas – conclusão e homologação das funcionalidades: outubro de 2016; implementação no TSE: até janeiro de 2017; desenvolvimento de funcionalidades de relatórios e demais configurações: 1º semestre de 2017.

II. Google Search Applaince (GSA): a Coged atua como gestora do GSA (sistema de buscas da Google para instituições corporativas), que permite a localização das decisões monocráticas do Tribunal e, futuramente, decisões colegiadas armazenadas nas bases de dados de jurisprudência e de inteiro teor.

III. Melhorias no SEI:

As principais características do projeto são:

- Alinhamento estratégico: fortalecimento da governança.
- Nome da iniciativa estratégica: fortalecer a cultura da transparência.
- Objetivo geral: identificar e desenvolver melhorias no SEI para torna mais célere e segura a produção, tramitação e recuperação das informações e documentos produzidos no SEI.
- Objetivos específicos: aumentar o grau de eficiência operacional, transparência institucional e de melhores práticas de gestão documental, com o treinamento e orientação às unidades e aos usuários do SEI e com o ajuste e o desenvolvimento de funcionalidades no SEI adequadas às necessidades do TSE.
- *Status*: em execução, com implementação da primeira etapa (estudo de melhorias e enquete de treinamento) concluída em outubro de 2016.
- Etapas previstas – implantação do publicador no *DJE*: até dezembro de 2016; implantação da versão 3.0: até janeiro de 2017; implantação do publicador no *Diário Oficial da União*: até março de 2017; desenvolvimento do Módulo de Peticionamento Eletrônico: 1º semestre de 2017.

Coordenadoria de Jurisprudência (Cojur)

São contribuições da Cojur:

I. Implementação do novo Sistema de Jurisprudência (SJUR):

As principais características do projeto são:

- Alinhamento estratégico: garantia do direito de cidadania.
- Nome da iniciativa estratégica: aprimorar o atendimento das pesquisas de informações administrativas, arquivísticas, doutrinárias, históricas, jurisprudenciais e legislativas.
- Objetivo geral: desenvolver nova versão do Sistema de Jurisprudência da Justiça Eleitoral visando ampliar à sociedade o acesso de conteúdos relativos à jurisprudência eleitoral e partidária da Justiça Eleitoral.
- Objetivos específicos: aprimorar os processos de análise de documentos de jurisprudência nos tribunais eleitorais; aumentar o grau de estabilidade e confiabilidade do sistema de jurisprudência; unificar e centralizar bancos de dados visando facilitar manutenção e localização de informações; melhorar a pesquisa de jurisprudência com opções de filtragem por metadados; contribuir para a sustentabilidade e o meio ambiente eliminando o uso de papel na análise documentária; integração com o PJe; unificação de sistemas para produção dos produtos da Coordenadoria de Jurisprudência.
- *Status*: em execução, com implementação da primeira etapa prevista para o quarto trimestre de 2016.

- Etapas previstas – conclusão e homologação das funcionalidades desenvolvidas: novembro de 2016; implementação no TSE: até dezembro de 2016; implementação no TRE (piloto): fevereiro de 2017; implementação nos demais TREs: abril de 2017; conclusão das funcionalidades de relatórios e demais configurações: primeiro semestre de 2017; conclusão das funcionalidades para gestão dos produtos da coordenadoria disponíveis eletronicamente: segundo semestre de 2017.

II. Google Search Applaince (GSA): a Cojur, que atua como cliente do GSA (sistema de buscas da Google para instituições corporativas) – que permite a localização das decisões monocráticas do Tribunal e, futuramente, decisões colegiadas armazenadas nas bases de dados de jurisprudência e de inteiro teor –, presta assessoramento ao TSE na condução de processo licitatório para aquisição de licença mais ampla do sistema, o que beneficiará usuários do TSE.

Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip)

Indicador estratégico	Índice de acessibilidade ao portal do TSE
Objetivo estratégico	Garantia dos direitos de cidadania
O que se mede	Pontuação do portal do TSE em ferramenta de medição de acessibilidade
Para que medir	Avaliar a acessibilidade do portal do TSE aos usuários com deficiência e restrições transitórias
Quem mede	SGI
Período de mensuração	Mensal
Como medir	Ferramenta de medição de acessibilidade
Fonte	Sítio: <www.acessibilidade.gov.pt/accessmonitor>
Metas	2015: alcançar a pontuação 6.5 no sítio até o final do exercício 2016: alcançar a pontuação 7.0 no sítio até o final do exercício
Histórico	Pontuação (verificação mensal): 2015 – janeiro a abril: 6.4; maio a novembro: 6.9, dezembro: 9.0 2016 – janeiro a março: 8.9; abril: 9.0; maio a novembro: 10

2.7. SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

As atividades finalísticas da Secretaria de Tecnologia da Informação, listadas nos itens seguintes, estão divididas pela Assessoria de Planejamento e pelas coordenadorias da unidade, as quais contemplam suas respectivas seções.

Assessoria de Apoio à Gestão (Asag)

As atividades desenvolvidas pela Assessoria de Apoio à Gestão estão descritas a seguir:

- realização do Teste Público de Segurança, nos moldes estabelecidos pela Resolução-TSE nº 23.444, de 30 de abril de 2015, com o objetivo de fortalecer a confiabilidade, transparência e segurança da captação e da apuração dos votos, além de propiciar melhorias no processo eleitoral;
- elaboração da minuta da Política de Contratações de TI nos termos estabelecidos no *Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI do TCU*, na Resolução-CNJ nº 182, na IN nº 4 instituída pelo Ministério do Planejamento, na Resolução-TSE nº 23.234 de 25 de março de 2010, entre outros instrumentos de apoio;
- elaboração da minuta da Política de Gestão de Riscos de TI nos termos preconizados nas normas ABNT NBR ISO/73:2009, 27.005:2011, 31.000:2009 e 31.010:2012; no guia internacional COBIT5, por meio dos processos Garantir a Otimização de Riscos (EDM03) e Gerenciar Riscos (APO12); no Referencial Básico de Governança do TCU; entre outros instrumentos;
- elaboração da minuta da Política de Desenvolvimento Colaborativo de *software*, no âmbito da Justiça Eleitoral, a qual objetiva distribuir esforços de desenvolvimento de soluções de TI, evitar retrabalhos, aumentar a capacidade de produção de *software*, melhorar a qualidade das soluções de *software* produzidas, promover o uso racional dos recursos de TI, entre outras metas;
- elaboração da minuta da Política de Segurança da Informação nos termos do Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000; da NC 03/IN01/DSIC/GSIPR de 30 de junho de 2009; da Resolução-CNJ nº 211, de 15 de dezembro de 2015; entre outros instrumentos que dispõem sobre a segurança da informação;
- elaboração da minuta da Política de Governança de TI nos termos das recomendações oriundas dos seguintes acórdãos: nº 2.094/2004, nº 353/2008, nº 371/2008, nº 1.603/2008, nº 2.308/2010, nº 1.233/2012 e nº 2.585/2012 do Plenário do TCU; das práticas preconizadas nas normas e nos modelos voltados à Governança de TI, contidas na ISO/IEC 38500:2008 e nos Objetivos de Controle para Informação e Tecnologias Relacionadas (Cobit);
- acompanhamento do Programa Biometria 2017-2018 ANP/DG, representando a STI perante a gerência do programa, auxiliando no planejamento para o período, no acompanhamento das aquisições de *kits* biométricos, de *pads* para coleta de assinatura e de equipamentos de microinformática;
- representação da STI na Avaliação das Eleições 2016, sendo a unidade responsável por elaborar as perguntas da secretaria a serem respondidas pelos tribunais regionais e pelos cartórios eleitorais, bem como por preparar as propostas de ação para as próximas eleições;
- acompanhamento da implantação do plano de trabalho do Itil, iniciado com a avaliação de maturidade da STI em relação aos processos preconizados pelo Itil e sequenciados com a priorização dos processos que serão objeto de estudo e aprimoramento;
- suporte às Eleições 2016 quanto ao cumprimento das atividades estabelecidas na Resolução-TSE nº 23.458, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a cerimônia de assinatura digital e fiscalização do sistema eletrônico de votação, do registro digital do

voto, da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela e dos procedimentos de segurança dos dados dos sistemas eleitorais para o pleito de 2016.

Foram realizadas as seguintes atividades:

- suporte ao acompanhamento dos códigos-fonte pelas instituições credenciadas;
- realização da Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas Eleitorais;
- verificação das assinaturas dos sistemas de Preparação, Receptor de Arquivos e Gerenciamento, nos dois turnos;
- organização do plantão de fornecedores, no TSE, nos dias das eleições, que consiste na preparação de ambiente e no suporte a esses fornecedores;
- atendimento de mais de 80 chamados advindos da Ouvidoria do Tribunal.

Coordenadoria de Sistemas Eleitorais (CSele)

Seção de Integração de Sistemas Eleitorais (Seint)

As atividades desenvolvidas pela Seção de Integração de Sistemas Eleitorais estão descritas a seguir.

- planejamento e execução dos testes de integração dos sistemas relativos ao cadastro eleitoral, candidaturas, prestação de contas, urna eletrônica, totalização e divulgação para as eleições municipais de 2016;
- planejamento e organização dos eventos de teste da Justiça Eleitoral relativos aos sistemas utilizados nas eleições municipais de 2016, a saber, teste em campo dos sistemas de candidaturas e propaganda eleitoral; teste regionalizado dos sistemas de candidaturas e prestação de contas; primeiro teste de desempenho dos sistemas de totalização; simulado nacional do registro de candidaturas; teste em campo dos sistemas de totalização e urna eletrônica; segundo teste de desempenho dos sistemas de totalização; teste regionalizado dos sistemas de totalização e urna eletrônica; terceiro teste de desempenho dos sistemas de totalização; quarto teste de desempenho dos sistemas de totalização; simulado nacional das Eleições 2016 em primeiro turno; teste de homologação dos sistemas eleitorais; teste de transmissão dos sistemas eleitorais; simulado nacional das Eleições 2016 em segundo turno;
- organização das iniciativas de desenho e implementação das soluções de integração dos sistemas eleitorais para as eleições municipais de 2016.

Principais projetos:

- eventos de teste da Justiça Eleitoral 2015-2016.

Seção de Totalização e Divulgação de Resultados (Setot)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Totalização e Divulgação de Resultados:

- desenvolvimento e manutenção dos sistemas para eleições municipais de 2016, incluindo consultas populares, no que se refere à preparação dos bancos de dados para as eleições, ao transporte dos resultados das urnas eletrônicas, ao recebimento dos resultados nos centros de processamento de dados da Justiça Eleitoral, ao gerenciamento do recebimento dos resultados, à totalização e à divulgação dos resultados das eleições;
- acompanhamento, orientação e suporte às atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados pelos TREs, tanto remotamente no TSE quanto localmente nos testes em campo nos regionais;
- evolução dos sistemas para atender às demandas do Grupo de Trabalho de Totalização, além da correção de não conformidades identificadas nos testes em campo.

Principais projetos:

- evolução dos Sistemas de preparação, gerenciamento, totalização e divulgação para atendimento da reforma política (Lei nº 13.165/2015);
- reestruturação dos sistemas de transporte e recebimento de boletins de urna para atendimento dos requisitos de segurança identificados para o Teste Público de Segurança;
- unificação do Banco de Dados das Eleições de 2014 e de 2016, mantendo as distinções das regras de cada eleição.

Seção de Automação de Prestação de Contas (Secon)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Automação de Prestação de Contas:

- desenvolvimento e manutenção dos *softwares* de apoio às atividades relativas à análise de contas partidárias e eleitorais;
- implementação de soluções para atender aos acordos de cooperação com órgãos externos com vistas à transparência do financiamento de campanhas;
- desenvolvimento de soluções de apoio ao controle de repasse e utilização de recursos do Fundo Partidário;
- apoio à alta gestão com a elaboração de relatórios e consultas relativas ao financiamento partidário/eleitoral e gastos de campanha;
- integração de sistemas desenvolvidos internamente com sistemas desenvolvidos nos TREs e em outros órgãos, tais como a Receita Federal do Brasil.

Principais projetos:

- Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE): 32 módulos e troca de informações com órgãos externos. O projeto SPCE atualmente passa por adaptações para atender às Eleições Suplementares.
- Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA): entrada em produção do módulo externo em janeiro/2017. Troca de informações com órgãos externos.

- Sistema de Informações de Contas (Sico): dois módulos, um interno e outro externo, este em desenvolvimento.
- Cartórios eleitorais de todo o país estão realizando análises de prestações de contas de candidatos eleitos. As prestações de contas de não eleitos serão analisadas até junho/2017.

Seção de Cadastro de Eleitor (Secad)

As atividades desenvolvidas pela Seção de Cadastro de Eleitor estão descritas a seguir.

- Desenvolvimento da primeira versão do Módulo de Coincidência Biométrica do sistema ELO: projeto que visa integrar os batimentos biográficos e biométricos de eleitor.
- Revisão de requisitos para aquisição de Kit Bio: plano de ação que revisou requisitos de *software* a fim de evoluir os procedimentos de testes e de aceitação de *kits* biométricos com vistas à melhoria de futuras aquisições pelo TSE.
- Desenvolvimento e implantação do Módulo de Seções Simuladas Biométricas (MSSB): produto que viabiliza o teste de *hardware* biométrico de urna em larga escala, como os feitos nãos edições do Simulado Nacional de *Hardware*.
- Evolução das consultas de local de votação e das mesas receptoras de justificativa na Internet para conter dados de georreferenciamento e adaptação a dispositivos móveis. Na semana que antecede o primeiro turno, houve quase 5 milhões de atendimentos.
- Evolução do sistema ELO para nova sistemática de alocação temporária de eleitores em seções especiais de estabelecimentos prisionais e de unidades de internação de adolescentes previstos na Resolução-TSE nº 23.461, de 15 de dezembro de 2015.
- Desenvolvimento da Emissão de Guias de Recolhimento da União (GRUs) para pagamento de multas de eleitores.
- Desenvolvimento e implantação de nova versão do Título Net para atendimento do eleitor residente no exterior, acompanhado de novo Módulo de Repartição Consular (MRC), para viabilizar interação *on-line* dos servidores das missões diplomáticas brasileiras.
- Atendimento de mais de 220 processos administrativos que tramitaram pela Secad para análises de viabilidade técnica, fornecimento de dados, gestão de contratos e outros aspectos relacionados à seção.
- Atendimento de mais de 3 mil chamados de suporte a sistemas da Secad.

Principais projetos:

- Sistemas de Eleitores e Estrutura JE 2016: em execução.
- Título Net 2: em execução.
- ELO-Módulo de Coincidências: em execução.
- PA2015 – Migração do ELO e ELO 6 para JBossEAP e Odin.
- Sistema de Convocação de Mesários (SCM): suspenso.

- PA2016 – Revisão de requisitos para aquisição de Kit Bio 2017: suspenso.
- Módulo Simulador de Sessões Biométricas (MSSB): finalizado.

Seção de Voto Informatizado (Sevin)

As atividades desenvolvidas pela Seção de Voto Informatizado estão descritas a seguir.

- Melhorias em diversos mecanismos de segurança do conjunto de *software* do ecossistema da urna: uso de chaves criptográficas mais fortes; geração de números aleatórios mais robusta; utilização de algoritmo de *hash* mais forte; criptografia do sistema de arquivos da urna mais forte; verificação de assinatura digital mais robusta para a iniciação de aplicativos na urna; assinatura da correspondência de urna; código verificador do Boletim de Urna (BU) com poder de autenticação; utilização do *hardware* de segurança da urna para a assinatura dos arquivos de resultado; implantação de processo de análise estática de código voltada para a segurança.
- Melhorias no processo de identificação biométrica do eleitor na urna: redução da quantidade de tentativas para habilitação biométrica; inclusão do ano de nascimento para habilitação dos eleitores; alerta sonoro para posicionamento e retirada do dedo.
- Aprimoramento dos mecanismos de auditoria e transparência: QR Code no BU impresso; destinação de uma via do BU ao presidente da mesa; lista de *hashes* como arquivo de resultado da urna; separação da lista de *hashes* no VPP entre arquivos estáticos e dinâmicos; indicação de áudio ativado para o eleitor.
- Aprimoramento nos mecanismos de recuperação de dados na urna com vistas a evitar a perda de votos: recuperação pelo RED somente do RDV para o SA; maior robustez na gravação dos arquivos dinâmicos do Vota; identificação dos arquivos de resultado da urna simplificada.
- Novas funcionalidades do conjunto de *software* do ecossistema da urna, que simplificam o processo de preparação das urnas e melhoram a experiência dos eleitores e mesários: geração de MR do ADH pelo Gedai-UE; MR para ativação de múltiplos aplicativos; gravação de múltiplos resultados na mesma MR; relatório de *status* da urna antes da emissão da zerésima; suporte a cores na urna – fotos de candidatos (ainda não oficial); utilização do LCD gráfico do terminal do mesário para apresentar informações de alimentação da urna; importação/exportação de correspondências no Gedai-UE.
- Adaptações para suporte à transferência temporária de eleitores entre seções (preso provisório e voto em trânsito).
- Reescrita do aplicativo FlashBackupRestore para utilização da mesma plataforma tecnológica dos demais aplicativos *desktop*.
- Evolução da plataforma de *software* básico da urna, trazendo melhorias de segurança e *performance*, além de viabilizar o suporte a uma nova plataforma de *hardware*: atualização do *kernel* do Linux para a versão 3.18.

Principais projetos:

- Ecossistema da Urna: adaptações para as Eleições 2016.

Seção de Candidaturas e Informações Partidárias (Secinp)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Candidaturas e Informações Partidárias:

- desenvolvimento, implantação e manutenção dos sistemas de divulgação dos registros de candidaturas, partidos e coligações; de distribuição de tempo para propaganda eleitoral gratuita; de registro de pesquisa eleitoral; de gerenciamento de informações partidárias; de apoio a partidos em formação; e de filiação partidária;
- provimento de mecanismos para acompanhamento do processo de registro de candidaturas.

Principais projetos e alterações realizadas em 2016:

- Sistema de Candidaturas (CAND): atualização da tecnologia e da interface gráfica; alteração na funcionalidade de julgamento; atualização automática do CANDex; alteração na arquitetura da geração de relatórios; substituição do e-Sales pelo CANDJet visando a maior agilidade e integridade das informações trafegadas na JE.
- Sistema de Candidaturas – Módulo Externo (CANDex): melhorias nas funcionalidades; criação do Popula CANDex.
- DivulgaCandContas: foram feitas melhorias contemplando uma nova tecnologia e interface, com a proposta de unificar e apresentar informações detalhadas sobre todos os candidatos que pediram registro à Justiça Eleitoral e sobre as suas contas eleitorais e as dos partidos políticos.
- Horário Eleitoral (HE): alterações nas regras de propaganda eleitoral, na quantidade de dias de propaganda, no tempo diário, na quantidade de inserções, na forma de cálculo de tempo proporcional, entre outras. Também foi feita a atualização na interface gráfica do sistema.
- Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle) 2016: atualização da tecnologia e da interface; alterações no registro da pesquisa, possibilitando o cadastro de vários contratantes, pagantes, origens de recurso e notas fiscais; cadastro das informações das empresas com base na consulta na Receita Federal do Brasil; criação de novas consultas; relatórios de divergências de dados informados pelas empresas com dados na Receita Federal do Brasil; e relatórios com ações executadas pelas empresas e pela Justiça Eleitoral.
- Sistema Configurador de Eleição (CFE) 2016: migração do Java 7 para o Java 8; quebra do contrato de processo eleitoral em três novos contratos; refatoração do sistema para adequá-lo a esses três novos contratos; atualização dos outros contratos de integração entre sistemas; implementação de integração específica para a Secad; alteração da *framework web*, de Struts 2 para Spring MVC 4; alteração do *front-end* do sistema para Bootstrap.
- Sistema de Eleições Comunitárias: migração do Java 7 para o Java 8; quebra do contrato de processo eleitoral em três novos contratos; refatoração do sistema para adequá-lo

a esses três novos contratos; atualização dos outros contratos de integração entre sistemas; utilização de fotos coloridas de candidatos.

- Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP): melhorias diversas no SGIP2; criação do SGIP3 contemplando evolução tecnológica, correções, novos requisitos e documentação.
- Sistema de Apoiamento a Partidos em Formação (SAPF): primeira publicação do sistema; separação das funcionalidades por perfis de usuários; separação dos apoiamentos por UF.
- Sistema de Filiação Partidária (SFP): configuração e autenticação de usuário na ocasião do processamento; automatização da escolha da data do escopo do processamento especial; automatização da escolha Nome/Número do provimento; definição do tipo de processamento ordinário ou especial de forma dinâmica; automatização da escolha da consulta das listas de acordo com o cronograma definido.

Coordenadoria de Tecnologia Eleitoral (Cotel)

Seção de Gestão das Urnas Eletrônicas (Seue)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Gestão das Urnas Eletrônicas:

- planejamento, institucionalização e realização do Simulado Nacional de *Hardware* das urnas eletrônicas;
- planejamento e realização do Plano de Ação de Estabilidade dos Leitores Biométricos das Urnas Eletrônicas (ELB);
- planejamento e realização do Plano de Ação de Estabilidade do Relógio Interno (ERI);
- planejamento e realização do Plano de Ação de Análise do Erro de HW (*hardware*) das urnas eletrônicas;
- implantação do Módulo de Garantia (chamados de manutenção de urnas eletrônicas em garantia) no sistema LogusWeb;
- gestão, conservação e manutenção da reserva técnica de urnas eletrônicas do TSE;
- análise *in loco* de problemas de *hardware* identificados nos seguintes tribunais regionais: do Paraná, do Pará, da Paraíba, do Maranhão, de São Paulo e do Ceará, com vistas ao pleito de 2016.

Seção de Inovação e Pesquisa Tecnológica (Sipt)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Inovação e Pesquisa Tecnológica:

- elaboração de projeto básico para contratação de instituto de pesquisa para produção de um novo projeto de urna eletrônica;
- elaboração de termo de referência de *kits* biométricos e *pads* de assinatura;
- acompanhamento do desenvolvimento, da fabricação e da entrega das urnas eletrônicas modelo 2015;

- acompanhamento da aquisição e entrega de baterias de urnas;
- acompanhamento da aquisição e entrega de *drive* de *flash card*;
- acompanhamento da aquisição e entrega de bobinas de papel para urna;
- acompanhamento da aquisição de embalagem genérica de urnas;
- acompanhamento da aquisição e entrega de envelopes plásticos para urnas;
- acompanhamento da aquisição e entrega de peças de reposição de urnas;
- acompanhamento da aquisição dos lacres de urna eletrônica, de urna de lona, etiquetas e envelopes de segurança.

Seção de Segurança Eleitoral (Segele)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Segurança Eleitoral:

- gestão da infraestrutura das autoridades certificadoras das urnas eletrônicas e do ciclo de vida dos respectivos certificados digitais, distribuindo-os e disponibilizando-os aos TREs;
- elaboração de documentos para aquisição de equipamentos para atualização e adequação das autoridades certificadoras das urnas eletrônicas;
- análise das políticas de segurança da Infraestrutura de Chaves Públicas das urnas eletrônicas com vistas a sua revisão;
- análise dos *firmwares* de segurança das urnas eletrônicas (MSD, SMT, SPM, SCK) com vistas a sua revisão;
- análise das interfaces entre os *firmwares* e o *software* básico das urnas eletrônicas;
- acompanhamento e análise dos aspectos de segurança na fabricação das urnas eletrônicas;
- análise dos aspectos de segurança da implantação do voto impresso;
- análise das premissas de segurança para um novo projeto de urna eletrônica.

Seção de Planejamento de Contratações e Elaboração de Termos de Referência (SETR)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Planejamento de Contratação de Termos de Referência:

- definição inicial dos processos necessários à implantação da unidade após sua criação na nova estrutura do TSE;
- elaboração, com as unidades técnicas eleitorais, dos documentos de planejamento de contratação de urnas eletrônicas, equipamentos e serviços correlatos;
- acompanhamento e fiscalização administrativa, de forma contingencial, dos contratos de aquisição de bens e de serviços relacionados à urna eletrônica, em decorrência da extinção da Coordenadoria de Fiscalização e Execução de Contratos (Confec/SAD), responsável pela fiscalização administrativa de contratos de TI após a reestruturação do TSE.

Coordenação de Infraestrutura (Coinf)

Seção de Suporte Operacional (Sesop) e Seção de Suporte às Aplicações (Sesap)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Suporte Operacional e pela Seção de Suporte às Aplicações:

- suporte técnico realizado para o fechamento do cadastro eleitoral;
- preparação da infraestrutura de TI e prestação de suporte técnico durante os testes de desempenho dos sistemas eleitorais realizados nos TREs de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará para as eleições municipais de 2016;
- prestação de suporte técnico aos 27 TREs durante as fases de preparação e realização dos dois turnos das eleições municipais.
- preparação da infraestrutura de TI e suporte técnico a diversos sistemas, tais como:
    - Prestações de Contas Partidárias (SPCE);
    - Prestações de Contas Analíticas (SPCA);
    - Sistema de Candidaturas (CAND);
    - Sistema Eletrônico de Informação (SEI);
    - Processo Judicial Eletrônico (PJe);
    - Divulgação de Resultado (Divulga);
    - Totalização de Resultados (TOT), entre outros;
- implantação da Rede de Distribuição de Conteúdo;
- manutenção e suporte das redes Wi-Fi e local do TSE, da rede WAN, da Internet;
- manutenção e suporte da segurança do ambiente computacional do TSE;
- manutenção e atualização de dezenas de equipamentos de servidores que se encontram instalados no *data center* do TSE e dos 27 TREs, equipamentos estes responsáveis pela totalização das eleições municipais;
- preparação da infraestrutura de TI e prestação de suporte técnico ao Centro de Divulgação das Eleições Municipais, assim como a todas as demais secretarias do TSE;
- suporte técnico para a realização das sessões plenárias;
- realização de aquisições de TI para suprir as demandas de infraestrutura do Tribunal;
- elaboração do projeto de implantação da "nuvem" da Justiça Eleitoral e do projeto de redundância do *data center* do TSE;
- distribuição e suporte técnico aos 27 TREs durante a instalação do Subsistema de Instalação e Segurança (SIS), instalado em mais de 22 mil microcomputadores da Justiça Eleitoral.

Seção de Banco de Dados (SEBD)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Banco de Dados:

- migração do banco de dados Oracle, da versão 11g para a versão 12c, nos equipamentos servidores do TSE e nos equipamentos servidores dos 27 TREs;
- realização de prova de conceito (POC) para avaliar soluções de auditoria de banco de dados;
- reestruturação de usuários e privilégios para acesso direto aos bancos de dados do cadastro eleitoral e de eleições;
- suporte técnico realizado para o fechamento do cadastro eleitoral;
- preparação da infraestrutura de banco de dados e suporte técnico, nos seguintes TREs de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará durante os testes de desempenho dos sistemas eleitorais para realização das eleições municipais de 2016;
- prestação de suporte técnico aos 27 TREs durante as fases de preparação e realização dos dois turnos das eleições municipais;
- preparação da infraestrutura de banco de dados e suporte técnico a diversos sistemas, tais como:
    - Prestações de Contas Partidárias (SPCE);
    - Prestações de Contas Analíticas (SPCA);
    - Sistema de Candidaturas (Cand);
    - Sistema Eletrônico de Informação (SEI);
    - Processo Judicial Eletrônico (PJe);
    - Divulgação de Resultado (Divulga);
    - Totalização de Resultados (TOT), dentre outros;
- implementação e implantação de novas políticas de *backup* dos bancos de dados Oracle utilizando ferramenta Oracle RMAN nos equipamentos servidores dos 27 TREs;
- otimização dos ambientes de bancos de dados instalados no *Data Center* do TSE e também dos 27 TREs;
- suporte técnico para a realização das sessões plenárias;
- aquisição de ferramentas para dar apoio e produtividade na administração dos bancos de dados Oracle e SQL Server;
- garantia de disponibilidade dos sistemas eleitorais, administrativos e judiciais.

Seção de Apoio ao Usuário (Seau)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Apoio ao Usuário:

- atendimento aos chamados técnicos para suporte a usuários de TI, incluindo manutenção de microcomputadores e periféricos, suporte ao acesso à rede, aos sistemas e aos *softwares* em uso no TSE;
- substituição dos microcomputadores, monitores e demais periféricos das unidades do TSE visando à atualização tecnológica, à redução de paradas, à implantação de novos recursos e ao atendimento a novas solicitações;
- revisão e preparação de equipamentos de TI, que foram substituídos no TSE, para atender às demandas dos tribunais regionais eleitorais voltadas principalmente ao recadastramento biométrico, à implantação do PJe e ao aumento dos cartórios eleitorais;
- elaboração de especificações técnicas (estudos preliminares e termos de referência) de produtos, bens e serviços de TI solicitadas por unidade do TSE e dos TREs;
- acompanhamento e gestão de contratos pertinentes a esta unidade, a fim de verificar e garantir o cumprimento dos prazos e a qualidade mínima definidos na contratação.

Seção de Monitoramento da Produção (Semop)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Monitoramento da Produção:

- elaboração e impressão das folhas de votação: auditoria e execução do contrato;
- monitorações do PJe e SPCE;
- levantamento de aquisições de infraestrutura – solução de *videowall* e manutenção de salas-cofre.

Seção de Execução da Produção (SEPD)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Execução da Produção:

- execução dos processamentos no Cadastro Nacional de Eleitores;
- geração e impressão dos relatórios de notificação ao eleitor;
- análise proativa e reativa do sistema de Cadastro Nacional de Eleitores;
- atendimento às consultas dos TREs e do TSE relativas ao processamento, à impressão de títulos eleitorais e às demais atividades relacionadas à Justiça Eleitoral;
- atualização do Cadastro Nacional de Eleitores com as informações relativas a óbitos, conforme arquivo disponibilizado pelo INSS;
- gerenciamento das solicitações de suporte de TI aos usuários internos e externos da Justiça Eleitoral;
- manutenção de indicadores de qualidade no atendimento, possibilitando a implementação de melhorias nos processos de suporte de informática;
- gerenciamento de chamados pendentes a fim de sanar possíveis atrasos no atendimento do incidente;

- prestação de suporte ao Centro de Divulgação das Eleições 2016, às sessões plenárias e às unidades da Justiça Eleitoral, incluindo os atendimentos previstos no calendário eleitoral que estabelecem a necessidade da prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados;
- realização do *backup* corporativo do TSE, conforme as políticas estabelecidas de armazenamento, mantendo as rotinas de salvaguarda dos dados corporativos, a administração dos repositórios de *backup* que abrange as configurações, as aplicações de *patches* e demais atividades inerentes à administração dos equipamentos, efetuando, sob demanda, as restaurações de dados.

Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação

Seção de Administração da Informação (Seai)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Administração da Informação:

- concepção dos painéis e boletins das estatísticas integradas das Eleições 2016 para toda a Justiça Eleitoral e a sociedade – destaques para estatísticas de filiação partidária, registro de candidatura, eleitorado, preparação das urnas, prestação de contas, resultados e totalização, ocorrências no dia das eleições, urnas eletrônicas, votação e denúncias do Pardal;
- planejamento e construção de painéis de estatísticas processuais da Justiça Eleitoral para os tribunais regionais e painéis de produtividade mensal, em atendimento ao Provimento-CNJ nº 49/2015;
- planejamento e execução do Projeto de Melhorias do Repositório de Dados Eleitorais, com vistas a aperfeiçoar a disponibilização de dados das eleições de 1996 a 2016 na Internet;
- planejamento e início da execução da Solução de Informações Gerenciais para Biometria 2017-2018, a qual proverá informações estatísticas e gerenciais do recadastramento biométrico do eleitor no referido período;
- atendimento às solicitações de informações encaminhadas pela Assessoria de Informação ao Cidadão e pela Assessoria de Gestão Estratégica;

Projetos e planos de ação:

- Estatísticas Integradas das Eleições 2016: encerrado.
- Estatísticas Processuais da Justiça Eleitoral – Fase II: em execução.
- Módulo de Produtividade Mensal CNJ: em execução.
- Projeto de Melhorias do Repositório de Dados Eleitorais: em execução.
- Solução de Informações Gerenciais para Biometria 2017-2018: em execução.
- Estatísticas Simulado de *Hardware*: encerrado.

- Projeto de Melhoria de Processos de Administração de Dados da Seai: em execução.

Seção de Gestão de Projetos de TI (Seproj)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Gestão de Projetos de TI:

- coordenação e apoio metodológico na condução de um portfólio de 134 projetos em 2016, com destaque para iniciativas estratégicas, como Programa Eleições Informatizadas 2016, Aquisição da Urna Eletrônica Modelo 2015 (UE2015), Evolução PJe 2016, Aquisições da STI 2015/2016, Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2015/2017, Elaboração do Planejamento Estratégico da STI (Peti) 2015/2020, Programa Identificação Biométrica 2015/2016, Soluções para Dispositivos Móveis – *Mobile* 2016, entre outros;
- apoio especializado na implantação de boas práticas de Governança de TI – em especial por meio de processos e ferramentas de gestão de projetos, em consonância com a metodologia de gerenciamento de projetos da STI – e da operacionalização do escritório de projetos da STI;
- monitoramento da execução das ações do PDTI e suporte à medição dos indicadores do Peti e de outros de responsabilidade da STI;
- avaliação dos recursos necessários para o desenvolvimento dos projetos, por intermédio da adoção de mecanismos e métricas de estimativas (Projeto Custos – TI).

Projetos e Planos de ação:

- Custos de Contratos de Serviços de TI;
- Elaboração e Divulgação do Planejamento Estratégico da STI 2015-2020;
- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2015-2017;
- Melhoria do Processo de Gestão de Riscos (MPGR);
- Monitoramento e Precauções da STI para as Eleições 2016.

Seção de Processos e Padrões de TI (Seprop)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Processos e Padrões de TI:

- auxílio, por meio das metodologias de engenharias de *software*, na aplicação de boas práticas na condução dos projetos de desenvolvimento de sistemas eleitorais, judiciais e administrativos em 2016;
- elaboração e publicação da visão sistêmica do processo eleitoral, com foco nas eleições municipais de 2016;
- análise e otimização de processos de trabalho da STI na operacionalização das atividades de desenvolvimento, infraestrutura, contratação e gestão de tecnologia da informação;

- gestão e evolução do portfólio de sistemas do TSE e dos TREs; gestão do canal de comunicação da STI, com a coordenação de publicações e liberações de sistemas eleitorais da STI para os TREs.

Projetos e planos de ação:

- Políticas e Padrões para o Desenvolvimento de *web services*;
- Diagnóstico do Uso de Arquiteturas e Ferramentas Padrão da STI (ARQDIAG);
- Mapeamento de Processos de Monitoramento de Sistemas;
- Atualização da Plataforma Gitlab;
- Análise da Solução de Autenticação *Keycloak* em Sistemas Reais do TSE;
- Ciclo de Vida de Desenvolvimento na Ferramenta *Redmine*;
- Gerência de Configuração de *software* e Automação (GConf): em andamento.

Seção de Suporte Técnico a Contratos (Sescon)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Suporte Técnico a Contratos:

- amplo suporte técnico e operacional aos fiscais técnicos e administrativos dos contratos de serviços de TI (nºs 16/2015, 17/2015, 20/2015 e 31/2015), bem como apoio operacional e validação da conformidade material e técnica desses contratos. Inspeção técnica dos produtos contratuais;
- elaboração de guias de orientações sobre condução dos contratos, de quantificação dos entregáveis e de padronização do ateste pelos fiscais técnicos;
- implantação de novas funcionalidades nas ferramentas de apoio à gestão contratual, com destaque para controle de saldos, gestão de propostas de alterações no catálogo de serviços, solicitações de serviços, plano de trabalho e validação de requisitos profissionais;
- avaliação e produção de estudos, pareceres e notas técnicas para embasar as mudanças dos catálogos de serviços dos contratos nºs16/2015, 17/2015, 20/2015 e 31/2015, bem como a gestão do comitê do contrato de sustentação de sistemas.

Projetos e planos de ação:

- Programa de Melhorias na Gestão de Contratos de TI (MGC), que visa à implantação de melhorias nos processos e à otimização do esforço de gestão dos contratos de TI.

Coordenadoria de Sistemas Corporativos (CSCOR)

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas (Sedesc I)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas I:

- sustentação e evolução dos sistemas judiciais e do *Diário de Justiça Eletrônico* para a Justiça Eleitoral;
- acompanhamento, orientação e suporte às atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas judiciais pelos TREs;
- sustentação do sistema de acesso aos sistemas corporativos da Justiça Eleitoral;
- extração de dados *ad hoc* para áreas-clientes da Justiça Eleitoral;
- prospecção e adaptação de soluções existentes para as secretarias do Tribunal.

Principais projetos:

- implementação e implantação no novo sistema de jurisprudência;
- migração das bases do sistema Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (Itar) para o Sistema de Inteiro Teor de Documentos (SitDoc);
- adequação do Mural Eletrônico do Tribunal Regional de Mato Grosso para a Justiça Eleitoral;
- Selo Justiça em Números do CNJ;
- Módulo de Produtividade do CNJ.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas (Sedesc II)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas II:

- sustentação e evolução dos sistemas para gestão de pessoas da Justiça Eleitoral;
- acompanhamento, orientação e suporte às atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados pelos TREs;
- prospecção e adaptação de soluções existentes para as secretarias do Tribunal.

Principais projetos:

- implementação do Sistema de Administração de Horas Extras (Saex);
- implementação da nova consulta dos dados das rubricas dos servidores do TSE nos moldes da consulta disponibilizada pelo TCU;
- unificação da Tabela de Categoria Econômica do Módulo de Folha de Pagamento do SGRH para a Justiça Eleitoral;
- implementação da Gestão de Consultas Médicas (Gescon);
- evolução do Sistema de Transparência do TSE;
- implementação, no portal do servidor, dos itens Ficha Financeira, Funções Comissionadas e AQ (adicional de qualificação) *on-line*;
- implementação de relatórios para a Secretaria de Orçamento e Finanças;

- integração do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) com diárias e passagens do TRE/AC.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas III (Sedesc III)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas III:

- sustentação e evolução dos sistemas para orçamento e finanças e administração;
- acompanhamento, orientação e suporte às atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados pelos TREs;
- prospecção e adaptação de soluções existentes para as secretarias do Tribunal.

Principais projetos:

- estudo do sistema de diárias e passagens do TRE/AC para implantação no TSE;
- implementação do Sistema de Gestão de Produtos e Serviços (Siga);
- implementação do sistema de Catálogo de Serviços da STI (Casti);
- adaptação do Sistema Auditar, cedido por meio de acordo de cooperação pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para a Secretaria de Controle Interno;
- implantação do Sistema de Logística de Urnas e Suprimentos na Justiça Eleitoral (LogusWeb);
- implementação do Sistema de Custos da Justiça Eleitoral (Sigec);
- implementação do Sistema de Gestão de demandas da STI (GDS);
- implementação de fluxos de trabalho no Sistema Máximo, fluxos Solicitação de Serviços Gerais, Solicitação de Transporte e Manutenção de Veículos;
- implementação do Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária de Pessoal (Sigepro Pessoal).

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas IV (Sedesc IV)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas IV:

- sustentação e evolução dos sistemas para gestão da informação;
- sustentação do Portal Corporativo da Justiça Eleitoral;
- sustentação dos aplicativos móveis da Justiça Eleitoral;
- acompanhamento, orientação e suporte às atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados pelos TREs;
- prospecção e adaptação de soluções existentes para as secretarias do Tribunal.

Principais projetos:

- implantação dos aplicativos móveis para as Eleições de 2016 em prática colaborativa com os TREs (Eleições 2016 – Agregador, Resultados, Candidaturas, Mesários, Onde Votar, AgendaJE, JEProcessos, Boletim na Mão, Pardal);
- adaptação do portal da Internet para as Eleições 2016;
- implantação do sistema OcorreJE para registro de ocorrências de urnas e prisões para as Eleições 2016, em substituição ao Diae e ao OcorreUE;
- implantação da nova versão do Sistema de Informações Corporativas (Infocorp).

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas V (Sedesc V)

São atividades desenvolvidas pela Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas:

- sustentação e evolução do sistema PJe;
- implantação de novas versões do SEI;
- desenvolvimento de serviços para integração com outros sistemas;
- acompanhamento, orientação e suporte às atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados pelos TREs.

Principais projetos:

- implementação do novo editor para a versão nacional do PJe, versão 2.0;
- migração de versão do PJe – da versão 1.7.3 para a versão 2.0;
- disponibilização de painel de indicadores de monitoramento do PJe;
- disponibilização das decisões monocráticas do PJe no Google Search Appliance (GSA).

Seção de Testes e Qualidade (Seteq)

São atividades desenvolvidas pela Assessoria de Apoio à Gestão:

- planejamento e execução dos testes dos sistemas corporativos, judiciais e aplicativos móveis da Justiça Eleitoral;
- planejamento e execução de testes de carga e desempenho;
- orientação da utilização e administração das ferramentas corporativas de teste;
- provimento da visibilidade da qualidade dos sistemas da CSCOR.

Principais projetos:

- construção do Catálogo de Casos de Teste Padrão (CCT);

- liderança no processo de aquisição de ferramentas de gerenciamento do ciclo de testes para apoio ao desenvolvimento de sistemas – SEI nº 2016.00.000015315-2;
- automatização de testes funcionais;
- gerenciamento e execução de testes em aplicativos móveis da Justiça Eleitoral;
- gerenciamento e execução de testes no projeto de implantação do PJE 2.0 no TSE;
- gerenciamento e execução de testes no projeto GDS;
- testes de desempenho nos sistemas Estatísticas Eleitorais, Sigepro, PJe 2.0 e GitLab;
- gerenciamento e execução de testes no sistema Odin.

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Perspectiva Sociedade

Garantia dos Direitos de Cidadania

- Desenvolvimento e implantação de nova versão do Título Net para atendimento do eleitor residente no exterior, acompanhado do novo Módulo de Repartição Consular (MRC), para viabilizar interação *on-line* dos servidores das missões diplomáticas brasileiras.

Perspectiva Processos Internos

Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

- Realização do Teste Público de Segurança, nos moldes estabelecidos pela Resolução-TSE nº 23.444/2015, com o objetivo de fortalecer a confiabilidade, a transparência e a segurança da captação e da apuração dos votos e propiciar melhorias no processo eleitoral.
- Alteração da resolução que dispõe sobre a fiscalização do sistema eletrônico de votação, estabelecendo a obrigatoriedade de realização da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela a ser realizada em local público e com expressiva circulação de pessoas.
- Melhorias em diversos mecanismos de segurança do conjunto de *software* do ecossistema da urna, tais como: chaves criptográficas; geração de números aleatórios; algoritmo de *hash*; criptografia do sistema de arquivos da urna; verificação de assinatura digital para a iniciação de aplicativos na urna; assinatura da correspondência de urna; código verificador do BU com poder de autenticação; utilização do *hardware* de segurança da urna para a assinatura dos arquivos de resultado; implantação de processo de análise estática de código voltada para a segurança.
- Aprimoramento dos mecanismos de auditoria e transparência: QR Code no BU impresso; destinação de uma via do BU ao presidente da mesa; lista de *hashes* como

arquivo de resultado da urna; separação da lista de *hashes* no VPP entre arquivos estáticos e dinâmicos; indicação de áudio ativado para o eleitor.

- Estudos para implantação do voto impresso.
- Elaboração de projeto básico para contratação de instituto de pesquisa para elaboração de novo projeto de urna eletrônica.

Perspectiva Processos Internos

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

- Atualização tecnológica e implementação de novas funcionalidades no sistema PJe.

Perspectiva Pessoas e Recursos

Aperfeiçoamento da Governança de Tecnologia da Informação

- Implementação da Estratégia da STI 2016-2017 (Peti) em Ação (em execução com data prevista para dez./2017);
- programa Regente 2016-2017 – Governança de TI (em execução com data prevista para dez./2017);
- planejamento do Módulo Analítico do Sistema de Custos da JE, ampliando a transparência no uso do recurso público;
- projeto do Data Mart de Serviços de TI – Fase 1 (encerrada) e Fase 2 (em execução), com vistas à melhoria na governança e nos custos de TI;
- evolução do sistema de informações de ativos de *software* (Info-corp) para atendimento das necessidades contratuais, orçamentárias e de transparência.

2.8. SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

À Secretaria de Controle Interno e Auditoria compete fiscalizar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência; avaliar a execução do Planejamento Estratégico e apoiar a governança do Tribunal; certificar a gestão dos responsáveis e emitir parecer conclusivo acerca dos atos praticados no exercício financeiro para compor o Processo de Contas Anual; emitir parecer quanto à exatidão e legalidade dos atos de admissão e desligamento de pessoal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, e dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão expedidos pelo Tribunal; avaliar a consistência e qualidade dos controles internos administrativos implantados pelos gestores; propor a implantação ou revisão de normativos e de procedimentos que tratem

de matéria pertinente à sua área de atuação; fixar prazos para atendimento de recomendações e diligências; propor à administração que determine o cumprimento das recomendações não acatadas, especialmente nos casos em que a omissão do gestor possa afetar a regularidade de suas contas no âmbito do TCU; representar à administração em caso de ilegalidade ou irregularidade constatada; recomendar à autoridade competente, na ocorrência de dano ou prejuízo ao Erário, que seja instaurada tomada de contas especial; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; coordenar auditorias integradas com os TREs, compartilhando técnicas, procedimentos e papéis de trabalho em temas críticos às atividades de gestão da Justiça Eleitoral; manter intercâmbio de dados e conhecimentos técnicos com unidades de controle interno e auditoria de outros órgãos e entidades da administração pública; elaborar e submeter à administração, para aprovação, ao final de cada exercício, o Planejamento Anual das Atividades de Controle Interno e Auditoria (Pacia) a ser realizado no exercício seguinte; e elaborar o Plano Anual de Capacitação dos seus servidores.

ASSESSORIA DE APOIO À GESTÃO DA SCI (ASAG/SCI)

À Asag compete assessorar a Secretaria de Controle Interno e Auditoria na definição de planos de ação e na fixação de diretrizes; assessorar a Secretaria em suas atividades, auxiliando na análise de procedimentos administrativos e elaboração de informações e despachos, bem como supervisionar a remessa de expedientes internos e externos; coordenar projetos sobre racionalização de procedimentos e rotinas a serem implantados na SCI; auxiliar no planejamento, na coordenação e na supervisão das atividades de controle interno e de auditoria, com observância às competências da SCI; monitorar os acórdãos proferidos pelo TCU cujo teor esteja relacionado a assuntos afetos à Justiça Eleitoral. Além disso, cabe à Asag fazer revisão e copidesque de vários tipos de textos e documentos, atendendo às demandas do Gabinete e de todas as unidades componentes da SCI.

Atividades finalísticas

Devido à natureza de assessoramento e auxílio da Asag, os produtos de suas atividades coincidem, em grande parte, com aqueles indicados nas planilhas das demais unidades da SCI. A seguir, destacam-se as principais atividades em que esta Assessoria atuou:

- coordenação dos trabalhos de elaboração do Planejamento Tático e Operacional da SCI 2016-2018;
- auxílio na elaboração da minuta de resolução do Projeto Auditorias Integradas da Justiça Eleitoral, do Documento Orientador de Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral (Doje), do Plano de Auditoria Integrada de Longo Prazo (Palp) do Plano de Comunicação e do fluxograma das atividades;
- revisão do *Manual de Auditoria*;
- revisão e consolidação do *Manual de Procedimentos de Auditoria*;
- revisão de análises e pareceres variados produzidos pela equipe, de acordo com a demanda das unidades.

Monitoramento dos seguintes expedientes do TCU:

Comunicação recebida	Assunto	Atendimento: comunicação expedida	Processo
Of.-Segecex/ TCU nº 107/2016	Projeto com vistas ao fortalecimento e aprimoramento da auditoria financeira no TCU.	Of.-SCI nº 688/2016	2016.00.000001136-6
Of.-Selog/TCU nº 289/2016	Informações relativas ao Pregão nº 50/2007.	Of.-SCI nº 784/2016	-
Aviso-GP/TCU nº 129	Acórdão nº 344/2016, que considera cumpridas as determinações contidas nos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 1.523/2015, que julgou passivos trabalhistas do TRE/RR.	Ciência das unidades	2016.00.000003246-0
Of.-Sefip/TCU nº 4927/2016	Informações cadastrais e respectivas fichas financeiras – Acórdãos nºs 7.499/2013 e 818/2014, ambos da 2ª Câmara.	Of-SCI nº 1.663/2016	2016.00.000004301-2
Of.-Selog/TCU nº 790/2016	Pedido de reexame do Acórdão nº 1.443/2015 – possíveis irregularidades no Pregão-TSE nº 108/2014 (aquisição de Kit Bio).	Ciência das unidades	2016.00.000005678-5
Of.-Sefti/TCU nº 409/2016	Levantamento para acompanhar a situação atual e a evolução da Governança de Tecnologia da Informação na administração pública federal – ciclo 2016.	Encaminhamento do questionário eletrônico no perfil GovTI	2016.00.000006176-2
Of.-GP/CNJ nº 225/2016	Acórdão nº 3.017/2015 – Plenário – questões referentes a convênios a serem realizados com a CEF.	Ciência das unidades	2016.00.000006499-0

(Continuação)

Comunicação recebida	Assunto	Atendimento: comunicação expedida	Processo
Of.-Selog/TCU nº 1095/2016	Acórdão nº 2.605/2016 – supostas irregularidades na Licitação nº 53/2015 (urnas eletrônicas).	Pedido de reexame pela Asjur	2016.00.000007302-7
Of.-Secex-ES/ TCU nº 323/2016	Questionamento se há estudo sobre normatização relativa à redução da jornada de trabalho dos servidores do TRE/ES.	Of.-GAB-DG nº 2.375/2016	2016.00.000007810-0
Of.-SecexAdmin/ TCU nº 233/2016	Informações sobre estudos promovidos acerca da fixação de limites às prorrogações anuais de requisições de servidores para atuarem em cartórios eleitorais.	Of.-GAB-DG nº 2.504/2016	2016.00.000008281-6
Aviso Circular-GP/TCU nº 3	Levantamento com o objetivo de sistematizar informações sobre governança e a gestão das aquisições nos órgãos da administração pública.	Ciência das unidades	2016.00.000007852-5
Of.-Sefip/TCU nº 8123/2016	Levantamento para avaliar a situação e evolução da Governança de Gestão de Pessoas.	Of.-Gab-DG nº 3.187/2016	2016.00.0000010348-1
Of.-Selog/TCU nº 1861/2016	Apuração de irregularidades na contratação de serviços e auditoria externa (Pregão Eletrônico nº 47/2016).	Of.-Asjur nº 4.622/2016	2016.00.000013149-3
Of.-Selog/TCU nº 1986/2016	Acórdão nº 2.341/2016 – Plenário – governança e gestão das aquisições.	Em andamento*	2016.00.000014332-7

(Continuação)

Comunicação recebida	Assunto	Atendimento: comunicação expedida	Processo
Of.-Sefip/TCU nº 10007/2016	Acórdãos nºs 7.499/2013 e 818/2014, ambos da 2ª Câmara – disponibilização das fichas cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os magistrados e servidores.	Encaminhado ao TCU *e-mail* SEI nº 0297777	2016.00.000014571-0
Of.-Sefti/TCU nº 146-277/2016	Auditoria para avaliar a transparência de sítios eletrônicos de organizações públicas, de acordo com a Lei de Acesso à Informação.	Of. Gab-DG nº 5.491/2016	2016.00.000014821-3
Of.-Sefti/TCU nº 855/2016	Manifestação a respeito das falhas apontadas na representação proposta pela empresa UPX Tecnologia Ltda., relativas ao Pregão-TSE nº 52/2016.	Of.-Asjur nº 6.152/2016	2016.00.000016566-5
E-mail-SecexAmb/TCU	Questionário-piloto e definitivo – auditoria sobre consumo sustentável.	Encaminhado *e-mail* ao TCU (SEI nº 0260230) e preenchido questionário no sítio do TCU (SEI nº 0321252)	2016.00.000014023-9

* O TCU *recomenda* que se encaminhe, até 21 de dezembro de 2016, plano de ação para a implementação das medidas indicadas no acórdão, de acordo com as diretrizes contidas no subitem 9.2.4.

COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO DE GESTÃO (COGES)

A Coges, além de planejar, coordenar e supervisionar as atividades das seções a ela vinculadas, atuou pontualmente nas seguintes situações:

Mês	Atividade	Processo	Informação
Fevereiro	Aquisição de envelope plástico para embalagem da urna e do terminal do eleitor, voltado às Eleições 2016.	SEI 2015.00.000001314-2	Despacho
	Orçamento 2016. Redução de gastos.	SEI 2015.00.000001218-4	Despacho
	Processo de consulta pública.	SEI 2015.00.000001136-6	Despacho
Abril	Contrato nº 93/2013 (Daten Tecnologia Ltda.) – aquisição de 6.255 microcomputadores tipo 1 e 549 microcomputadores tipo 2.	Processo-SADP 30.944/2013	Informação
Junho	Registro de preços. Aquisição. *Pen drive*. Eleições.	SEI 2016.00.000005349-7	Informação
Agosto	Análise de minuta de instrução normativa. Procedimento de apuração de conduta e aplicação de penalidades.	SEI 2016.00.000004866-9	Análise conjunta com a Coaud
Setembro	Análise de minuta de resolução. Política de contratações de TI.	SEI 2016.00.000008850-4	Apresentação de considerações em reunião
	Usina minigeradora fotovoltaica.	SEI 2016.00.000012860-3	Informação
Novembro	Análise. Instrução Normativa-TSE nº 2/2008. Proposta de alteração. Procedimentos para atesto de serviços prestados e bens fornecidos.	SEI 2016.00.000014332-7	Análise conjunta com a Coaud

Seção de Avaliação de Governança (Seago)

Em 1º de fevereiro de 2016, foi expedida a Resolução-TSE nº 23.468/2016, que aprovou a nova Estrutura Orgânica do TSE e criou a Seção de Avaliação de Governança (Seago) como unidade integrante da Coges da SCI.

À Seago compete fomentar o sistema de governança da organização por meio da realização de estudos e aplicação de questionários, além de avaliar, direcionar e monitorar a gestão da organização, especialmente quanto ao alcance de metas organizacionais e ao atendimento das expectativas das partes interessadas.

Atividades finalísticas

De fevereiro a junho de 2016, a Seago realizou as seguintes atividades:

Descrição do assunto	Processo SEI nº	Nº Doc. SEI
Planejamento de Atividades 2016	2016.00.000003045-0	0168834
Estudo sobre o Relatório Individual de Autoavaliação do TCU – Levantamento de Governança Pública aplicado no TSE em 2014	-	-
Leitura e compilação de materiais, bem como debates acerca dos temas abordados	-	-
Apresentação à SCI sobre conceitos relativos à governança	-	-
Fomento à capacitação em governança	-	-
Visita técnica ao Supremo Tribunal Federal (STF) – Fiscalização e Avaliação de Governança	2016.00.0000009218-8	187853
Visita técnica ao Banco Central (Bacen) – Gestão de Riscos Operacionais	2016.00.0000009218-8	188065
Visita técnica ao TCU – Controle Externo do TCU	2016.00.0000009218-8	189093
Relatório de Atividades – período de 1º.2 a 5.7.2016	2016.00.0000009218-8	187484

Em junho de 2016, a Seago iniciou o Projeto Diagnóstico de Governança no TSE, conforme as seguintes etapas:

Projeto diagnóstico de governança no TSE		
Fase	**Processo SEI nº**	**Nº Doc. SEI**
Elaboração do projeto de trabalho	2016.00.000003045-0	209515
Elaboração dos papéis de trabalho	2016.00.000003045-0	209524
Apresentação do plano de trabalho e dos papéis de trabalho à SCI	-	-

(Continuação)

Projeto diagnóstico de governança no TSE		
Fase	**Processo SEI nº**	**Nº Doc. SEI**
Abertura do projeto no SEI	2016.00.0000011708-3	211839, 217041 e 217081
Reunião de abertura das atividades de levantamento de dados	2016.00.0000011708-3	232115
Recebimento e organização das evidências e dos documentos	2016.00.0000011708-3	228140, 228189 e 228230
Reuniões com as áreas respondentes: AGE, SGP e SCI	2016.00.0000011708-3	244168, 248866, 262137, 267337
Análise das evidências apresentadas	2016.00.0000011708-3	-
Elaboração da minuta do relatório preliminar	2016.00.0000011708-3	-
Fase de revisão	2016.00.0000011708-3	-

Outras atividades:

- Foi consultada pontualmente a respeito do Acórdão-TCU nº 2341/2016.
- Participa do Grupo de Gestão de Riscos, que objetiva implantar a gestão de riscos institucionais no processo de aquisições de bens e serviços e nos projetos de TI.
- Participa da elaboração do plano de trabalho para implantação do Planejamento Estratégico da SCI 2016-2018.

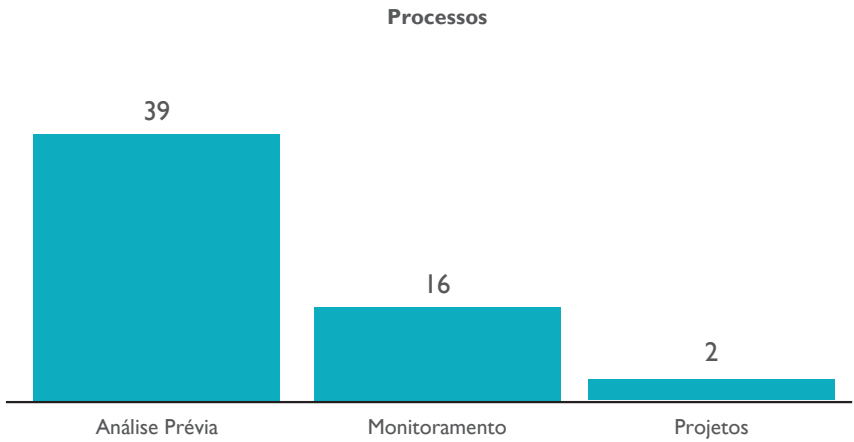
Seção de Acompanhamento de Gestão (Seage)

À Seage compete analisar previamente os procedimentos administrativos referentes à contratação de materiais, bens e serviços; e monitorar o cumprimento das recomendações emitidas, redirecionando eventuais pendências.

Atividades finalísticas

De janeiro a novembro de 2016, foram feitas 39 análises prévias.

Durante o mesmo período, realizou-se a atividade de monitoramento das recomendações, com a emissão de 16 informações, conforme as tabelas a seguir.



Monitoramento das recomendações		
Nº da informação monitorada	**Processo**	**Objeto**
58/2016	2015.00.0000147020	Aquisição de Kit Bio e *pads*.
55/2015	2015.00.000002424-1	Fornecimento de combustível por meio de tecnologia de cartão eletrônico.
69/2016	2015.00.00008956-0	Serviços de solução unificada de segurança de estações de trabalho. Antivírus.
8/2015	2015.00.000001136-0	Serviços técnicos especializados de produção, captação e edição de vídeos institucionais e confecção de cenários.
5/2015	2015.00.000002424-1	Fornecimento de combustível por meio de tecnologia de cartão eletrônico.
56/2015	2015.00.000005280-8	Prestação de serviços especializados de produtos de rádio e TV.
21/2016	2015.00.000000904-8	Prestação de serviços de copeiragem.
18/2016	2015.00.00000052954	Serviços de distribuição de informações de cunho público e aceleração de conteúdo.
42/2015	2015.00.000000904-8	Prestação de serviços de copeiragem.
106/2015	1.208/2015	Prestação de serviços de suporte à solução de controle de transferências de arquivos.
25/2015	31.283/2014	Registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo para uso nas ações de manutenção nas instalações elétricas prediais.

(Continuação)

Monitoramento das recomendações		
Nº da informação monitorada	**Processo**	**Objeto**
1/2015	35.326/2014	Registro de preços para eventual aquisição e entrega de formulários de título eleitoral.
64/2014	7.726/2013	Registro de preços para eventual contratação de 1.400.000 Unidades de Serviços Técnicos (USTs) para prestação de serviços de suporte às equipes de gestão de infraestrutura tecnológica da Justiça Eleitoral.
218/2014	31.846/2014	Prestação de serviços de manutenção e suporte técnico especializados para *switches*.
102/2014	38.013/2012	Registro de preços para eventual aquisição de leitores de barras a *laser*.
175/2014	26.867/2014	Prestação de serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado.

Iniciativas/projetos

Durante o primeiro semestre de 2016, a Seage deu continuidade ao projeto Fiscalize Legal, iniciado em 2015. No segundo semestre, esse projeto teve a titularidade repassada para a Samec, tendo em vista a afinidade do tema com as atividades-fins dessa unidade.

Durante o segundo semestre, a Seage também deu continuidade às tratativas para o projeto denominado Oficinas de Termos de Referência, que pretende trazer um novo foro de discussão e orientação para a elaboração dos termos de referência, bem como para o planejamento das contratações. As definições e fases desse projeto serão concluídas durante o primeiro semestre de 2017, buscando auxiliar a administração no atendimento das recomendações do TCU exaradas no recente Acórdão-Plenário nº 2.341/2016.

Seção de Análise e Monitoramento de Execução de Contratos (Samec)

À Samec compete avaliar e emitir recomendações de melhoria na execução de contratos quanto a aspectos de gerenciamento de riscos, processos de trabalho, controles internos, governança, conformidade e aderência às normas e boas práticas, bem como realizar estudos das contratações para subsidiar os processos gerenciais de tomada de decisões e promover a prestação de contas.

Atividades finalísticas

De janeiro a novembro de 2016:

- A Samec analisou a execução de dois contratos referentes ao planejamento de 2015:

Contratos analisados				
Nº do contrato	**Empresa**	**Valor (R$)**	**Objeto**	**Nº da informação**
115/2014 e 116/2014	Compwire Informática S.A.	472.276,76	Aquisição de solução tecnológica que permita a expansão, modernização e substituição da atual infraestrutura de *backup* baseada em fitas por uma baseada em discos (lotes 1 a 4).	2/2016 (Processo SEI nº 016.00.000001069-6)
58/2011	CEB Distribuidora S.A.	9.285.000,00	Fornecimento de energia elétrica necessária ao funcionamento das instalações da nova sede do TSE.	3/2016 (Processo SEI nº 2016.00.000000877-2)

- A Samec concluiu a elaboração de quatro informações de análise de execução contratual: uma delas (Informação nº 11) encontra-se em fase de revisão pela Coges; e as demais, pela SCI. São elas:

Contratos analisados				
Nº do contrato	**Empresa**	**Valor (R$)**	**Objeto**	**Nº da informação**
34/2015	Módulo Security Solutions S.A.	5.715.373,90	Prestação de serviços especializados em segurança da informação para a Justiça Eleitoral, envolvendo a manutenção evolutiva e corretiva do Subsistema de Instalação e Segurança (SIS) e do Sistema de Autenticação e Autorização da Justiça Eleitoral (Odin), bem como prestação de serviços de suporte aos processos com os quais ambos interagem (item 1) e os serviços de segurança da informação (item 2).	11/2016

(Continuação)

Contratos analisados				
Nº do contrato	**Empresa**	**Valor (R$)**	**Objeto**	**Nº da informação**
53/2015	Redecom Empreendimentos Ltda.	256.999,92	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos Sistemas de Segurança Patrimonial do TSE (Controle de Acesso e CFTV).	13/2016
46/2015	Prime Consultoria e Serviços Especializados Ltda.	5.875.709,21	Prestação de serviços de revisão de texto.	15/2016
76/2015	Confere Comércio Serviços de Alimentação e Produtos de Segurança Eletrônica Ltda.	10.058.159,59	Prestação de serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado, mediante alocação de postos de trabalho.	16/2016

- Encontra-se em fase de elaboração na Samec a análise da execução dos seguintes contratos:

Contratos em análise			
Nº do contrato	**Empresa**	**Valor (R$)**	**Objeto**
26/2013	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do DF	130.960,68	Prestação de serviços de higienização e conservação de mapas e de documentos que compõem o acervo do TSE.
68/2015	Partners Comunicação Integrada Ltda.	5.292.346,44	Prestação de serviços especializados na área de produção, gravação, edição e distribuição de produtos de rádio e televisão de cunho jornalístico, informativo, educativo e institucional, de orientação social, a serem realizados de forma contínua e permanente (Núcleo Permanente) e temporária durante o período eleitoral (Núcleo de Apoio às Eleições), mediante alocação de postos de trabalho.

(Continuação)

Contratos em análise			
Nº do contrato	**Empresa**	**Valor (R$)**	**Objeto**
3/2016	Evidence Locações e Eventos Ltda. – EPP	282.309,50	Prestação de serviços especializados de organização de eventos, incluindo o serviço de apoio, equipamentos, materiais e alimentação.

- A seção monitorou dez informações. São elas:

Contratos analisados				
Informação monitorada	**Assunto**	**Nº de recomendações atendidas**	**Nº de recomendações totais**	**Informação emitida**
148/2015	Serviços de apoio às atividades de planejamento da tecnologia da informação	4	5	6/2016
3/2016	Fornecimento de energia elétrica necessária ao funcionamento das instalações da nova sede do TSE	5	5	8/2016
35/2015 e 132/2015	Aquisição de microcomputadores, com garantia técnica *on site*, pelo período de, no mínimo, 36 meses, com entrega no TSE e nos TREs	2	4	13/2016
151/2015	Serviços de comunicação de dados, compreendendo o fornecimento de enlaces de comunicação de dados (contratada: Global Village Telecom S.A.)	1	3	19/2016

(Continuação)

Contratos analisados				
Informação monitorada	**Assunto**	**Nº de recomendações atendidas**	**Nº de recomendações totais**	**Informação emitida**
16/2015	Serviços de mensageria, mediante alocação de postos de trabalho	5	9	20/2016
150/2015	Serviços de comunicação de dados, compreendendo o fornecimento de enlaces de comunicação de dados (contratada: Oi Móvel S.A.)	4	4	21/2016
135/2015	Contratação de bens e serviços para provisão da continuidade operacional dos serviços de tecnologia da informação e a capacidade de processamento de dados do TSE em caso de desastres e graves incidentes que impactem negativamente a atual infraestrutura de TI	4	6	22/2016
123/2015	Aquisição de impressoras matriciais.	1	2	24/2016
6/2014; 41/2015	Serviços de apoio administrativo, posto de trabalho de operação de áudio e vídeo, 30 horas, (item 1), mediante alocação de postos de trabalho	1	2	17/2016 (SEI nº 0205404, p. 378 a 382)

(Continuação)

Contratos analisados				
Informação monitorada	**Assunto**	**Nº de recomendações atendidas**	**Nº de recomendações totais**	**Informação emitida**
13/2015	Serviços de carregamento de material, de estocagem e de supervisão dos serviços, mediante alocação de postos de trabalho	3	4	14/2016 (SEI nº 0292426)

Acrescenta-se um novo monitoramento, ainda em elaboração pela Samec, referente ao Contrato nº 97/2014, em complemento ao acompanhamento de sua execução, já analisada e monitorada por meio das informações nº 135/2015 e nº 22/2016, respectivamente.

- Foi analisado pontualmente um assunto. O estudo encontra-se em revisão na Coges:

Tema analisado	Nº do processo
Controles tributários, previdenciários e trabalhistas no desligamento de colaboradores.	SEI nº 2016.00.000012709-7

- Foram emitidas duas informações complementares:

Nº da informação	Assunto	Referência
18/2016	Aquisição de microcomputadores, com garantia técnica *on site*, pelo período de, no mínimo, 36 meses, com entrega no TSE e nos TREs	Apontamentos complementares à Informação de monitoramento nº 13/2016
12/2016	Serviços de apoio administrativo, posto de trabalho de operação de áudio e vídeo, 30 horas, (item 1), mediante alocação de postos de trabalho	Apontamentos complementares à Informação de monitoramento nº 17/2016 (SEI nº 0205404, p. 378 a 382)

Destacam-se, ainda, os projetos Fiscalize Legal e o aprimoramento da comunicação da SCI no âmbito do TSE durante a análise de execução contratual.

- O Fiscalize Legal tem os seguintes objetivos:
  - implementar atividades com vistas a criar para os fiscais espaços de apoio que possibilitem fomentar a troca de experiências;
  - orientar os fiscais quanto à observância a princípios, boas práticas, normas e jurisprudência do TCU que regem a fiscalização de contratos de terceirização de serviços e dos contratos em geral;
  - instrumentalizar os fiscais com informações que os auxiliem na execução das suas atividades, de forma que possam exercê-las com eficácia e efetividade, ensejando execuções contratuais mais vantajosas e duradouras para a administração pública;

- fornecer acesso a dados que auxiliem o fiscal na sua atividade de controle e de inspeção sistemática do objeto contratado.

Contribuições ao Planejamento Estratégico

Indicador estratégico	Índice de cumprimento das recomendações estratégicas expedidas pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Objetivo estratégico	Combate à corrupção e à improbidade administrativa
O que se mede	Percentual de cumprimento das recomendações estratégicas expedidas pela SCI
Para que medir	Avaliar a atuação das unidades administrativas do TSE quanto ao atendimento às deliberações exaradas pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Quem mede	SCI
Quando medir	Semestralmente
Como medir	Quantidade de relatórios e de informações emitidos ÷ quantidade de relatórios e informações previstos
Fonte	Atos de gestão subsequentes aos relatórios de auditoria e informações emitidas
Metas	2015: atingir 70% de recomendações atendidas 2016: atingir 80% de recomendações atendidas

Seage

Encontraram-se os seguintes resultados:

Medição – janeiro a novembro: foram monitoradas 168 recomendações, das quais 154 foram consideradas atendidas ou parcialmente atendidas pela Seage.

Indicador da medição: 91,66% (154 de 168).

Samec

Encontraram-se os seguintes resultados:

Medição – janeiro a novembro: foram monitoradas 48 recomendações, das quais 33 foram consideradas atendidas.

Indicador da medição: 68,75% (33 de 48).

Justificativa para o método de medição adotado, tanto para a Seage quanto para a Samec: não foi adotada a medição realizada para um período de 6 meses, mas sim o período total de janeiro a novembro, em razão da alteração da abrangência da medição no processo de revisão dos indicadores que está em curso.

Indicador estratégico	Índice de execução do Plano Anual de Auditoria e de Acompanhamento de Gestão
Objetivo estratégico	Combate à corrupção e à improbidade administrativa
O que se mede	Percentual de atividades previstas no plano anual de auditoria e de acompanhamento de gestão executadas dentro do ano planejado
Para que medir	Avaliar a capacidade da SCI de executar adequadamente as atividades previstas no Plano Anual de Auditoria e de Acompanhamento de Gestão
Quem mede	SCI (Coaud e Samec)
Quando medir	Quadrimestralmente
Como medir	Média obtida pela Samec mais a média obtida pela Coaud ÷ 2
Fonte	Relatórios de auditorias e informações emitidos
Metas	Atingir 100% das atividades planejadas até o final de cada exercício

Seage

Inicialmente, registra-se que a atuação da Seage era regida pela IN-TSE nº 2/2014, que definia critérios de materialidade e relevância para delimitar os processos a serem submetidos à análise prévia. Apenas o monitoramento das recomendações era abordado no planejamento (SEI nº 0088880).

Posteriormente, a IN mencionada foi revogada pela IN-TSE nº 4/2016, possibilitando, assim, que a Seage realizasse planejamento para a execução dos seus trabalhos de análise prévia. O primeiro planejamento foi consolidado pelo Memorando nº 2 (SEI nº 0125311) e atualizado pelo Memorando nº 4 (0228961).

O planejamento da Seage para 2016 previu 33 atividades no total. Ressalta-se que 18 informações de análise prévia e 8 de monitoramento foram realizadas sem previsão em planejamento – ou por constarem nos critérios da IN-TSE nº 2 quando vigente, ou por terem sido consideradas relevantes após a formalização do planejamento.

Medições

Primeira medição – maio (janeiro a abril de 2016): a Seage, durante esse período, não efetuava o planejamento formal das atividades de análise prévia, conforme informado nas considerações iniciais. Para a contabilização correta do indicador, as informações de monitoramento realizadas em janeiro foram contadas no indicador da segunda medição.

Segunda medição – setembro (maio a agosto de 2016): nesse período, foram realizadas 12 atividades previstas em planejamento. Entretanto, conforme informado na medição anterior, foram somadas 4 atividades de monitoramento do primeiro quadrimestre, totalizando 16 atividades.

Indicador da segunda medição: 48% (16 de 33).

Terceira medição – novembro (setembro a novembro de 2016): nesse período, foram executadas 8 atividades previstas no planejamento, totalizando 24 atividades durante o ano.

Indicador da terceira medição: 72% (24 de 33).

Samec

Inicialmente, registra-se que o planejamento da Samec de 2016 (SEI nº 0088918) previu 23 atividades:

a) análise da execução de sete contratos;

b) monitoramento de dez informações exaradas em 2015;

c) desenvolvimento de três atividades:

- mapeamento dos processos de trabalho da Samec;
- *checklist* interno, com os principais riscos e pontos de controle a serem avaliados pela equipe da Samec;
- início do projeto de aprimoramento da comunicação da SCI no âmbito do TSE durante a análise de execução contratual;

d) estudo de três temas:

- controles no desligamento de colaboradores;
- mapeamento dos principais riscos em contratos de terceirização;
- controles tributários, previdenciários e trabalhistas no desligamento de colaboradores.

Posteriormente, esse planejamento foi alterado, conforme o Documento SEI nº 0220189, totalizando 21 atividades. Para a medição dos indicadores, considerou-se como projeto a atividade de "iniciação do projeto de aprimoramento da comunicação da SCI no âmbito do TSE durante a análise de execução contratual", excluindo-a da contabilização.

Primeira medição – maio (janeiro a abril de 2016): para o período apurado, três atividades relacionadas ao planejamento de 2016 foram concluídas.

Indicador da primeira medição: 15% (3 de 20).

Justificativa: o Plano Anual de Auditoria de 2016 foi aprovado por meio da Portaria-TSE nº 221 publicada em 7 março de 2016. As análises da Samec se iniciam após a efetiva aprovação e publicação do plano. Os meses de janeiro a abril foram marcados pela finalização de duas análises e elaboração de um estudo sobre a "divulgação e fidedignidade das despesas contratuais", previstos no planejamento de 2015, e pela elaboração de três informações referentes ao monitoramento de recomendações atinentes ao planejamento de 2015.

Segunda medição – setembro (maio a agosto de 2016): nesse período, elaboraram-se seis informações referentes ao monitoramento de recomendações atinentes ao planejamento de 2015. Ademais, iniciou-se a elaboração de duas análises de execução contratual.

Indicador da segunda medição: 45% (9 de 20).

Justificativa: no decorrer dos meses de maio a agosto, houve mudanças na equipe, com a saída e a chegada de servidores. Ademais, o projeto Fiscalize Legal, inicialmente criado e conduzido pela Seage, passou a ser de responsabilidade da Samec a partir de junho.

Terceira medição – novembro (setembro a novembro de 2016): foi elaborada uma informação referente ao monitoramento de recomendações atinentes ao planejamento de 2015. Concluiu-se a elaboração do estudo "Controles tributários, previdenciários e trabalhistas no desligamento de colaboradores" e de quatro informações de análise de execução contratual. O estudo e uma dessas análises (a Informação nº 11) estão em fase de revisão pela Coges; e as demais, pela SCI. Encontra-se, também, em fase de elaboração na Samec a análise da execução de três contratos e duas atividades de melhoria: *checklist* interno, com os principais riscos e pontos de controle a serem avaliados pela equipe da Samec, e mapeamento dos processos de trabalho da unidade.

Indicador da terceira medição: 75% (15 de 20).

Seago

O planejamento da Seago de 2016 estabeleceu três atividades prévias ao Projeto Diagnóstico de Governança e três etapas como parte de sua execução (planejamento, levantamento de dados e elaboração do *Relatório de Avaliação de Governança do TSE*).

Primeira medição – maio (fevereiro a abril de 2016): 100%.

Justificativa: os primeiros meses do ano foram preferencialmente utilizados para o planejamento das atividades, a apresentação à SCI dos conceitos relativos à governança, a realização de visitas técnicas e o contínuo fomento à capacitação em governança.

Segunda medição – em setembro (maio a agosto de 2016): 100%.

Justificativa: o Projeto Diagnóstico de Governança foi iniciado conforme o cronograma. Até agosto foram realizadas todas as etapas previstas para a fase de planejamento, inclusive com a elaboração dos papéis de trabalho.

Terceira medição – em novembro (setembro a novembro de 2016): 30%.

Justificativa: houve atraso nas fases de levantamento de dados e elaboração do *Relatório de Avaliação de Governança*. Isso ocorreu principalmente em função da dificuldade de conciliar a agenda das reuniões de abertura, de alinhamento, da relevância e da quantidade de evidências coletadas para análise (cerca de 80 peças).

Indicador estratégico	Índice de maturidade em gestão de riscos
Objetivo estratégico	Fortalecimento da governança
O que se mede	Nível de maturidade do TSE em gestão de riscos, mediante aplicação do Questionário para Avaliação de Maturidade Organizacional em Gestão de Riscos disponibilizado pelo TCU
Para que medir	Utilizar os resultados da avaliação para subsidiar a administração nas tomadas de decisão para impulsionar seus processos de fortalecimento da gestão de riscos
Quem mede	SCI
Quando medir	Anualmente
Como medir	Aplicação do questionário do TCU
Fonte	Questionário disponibilizado no Portal TCU
Metas	2015: atingir o nível de maturidade básico – 20,1% a 40% 2016: atingir o nível de maturidade intermediário – 40,1% a 60%

Seago

O TCU tem realizado, sistematicamente, levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

O questionário de autoavaliação do órgão foi aplicado no TSE em 2014, dando origem ao Relatório Individual de Autoavaliação. Nesse documento, identificou-se que o Índice Geral de Governança Simplificado (IGGs) do TSE é de 49%, ligeiramente superior em relação ao índice identificado nos tribunais federais (48,9%) e inferior ao obtido no Judiciário (49,3%).

O TCU não aplicou novo questionário neste Tribunal, o que impossibilita a medição do indicador para 2016.

Quanto a este indicador, referente ao Objetivo Estratégico 7 (Fortalecimento da Governança) do Planejamento Estratégico do TSE, cumpre recordar que, em 18 de julho de 2016, foi realizada reunião entre a Secretaria de Controle Interno e Auditoria e a Assessoria de Gestão Estratégica para sugerir alteração nos moldes a seguir.

Indicador estratégico	Índice geral de governança do TSE
Objetivo estratégico	Fortalecimento da governança
O que se mede	O índice de governança do TSE, composto pelos mecanismos "liderança", "estratégia" e "controle", apontará o estágio de governança do Tribunal (inicial, intermediário ou aprimorado).

(Continuação)

Para que medir	Para obter informações sobre a situação da governança pública no TSE, a fim de identificar tanto os pontos vulneráveis que mereçam maior atenção para aperfeiçoamento da governança quanto as boas práticas que possam ser disseminadas para todos os interessados (gestores, servidores, colaboradores e cidadãos). Assim, seria gerada maior conscientização sobre a importância de se instituírem e formalizarem processos de trabalho eficazes e eficientes, que aumentem a sua efetividade, transparência e legitimidade – enfim, a geração de valor do TSE para a sociedade.
Quem mede	Seago/Coges/SCI
Quando medir	Primeiro trimestre de 2018 (bianualmente) ou quando aplicado o questionário pelo TCU
Como medir	Aplicação do questionário do TCU ou de outro instrumento formulado pela SCI
Fonte	Questionário disponibilizado no Portal TCU ou produzido internamente
Metas	2018: 53,9% 2020: 59,29% 2022: 65,22% 2024: 71,74% Chegar ao estágio aprimorado de governança em 2024

A alteração da proposta carece de formalização.

COORDENADORIA DE AUDITORIA (COAUD)

À Coaud, além de planejar, coordenar e supervisionar as atividades de auditoria interna levadas a efeito pelas seções a ela vinculadas, atuou e/ou manifestou-se nos seguintes procedimentos administrativos:

Atividade	Processo	Providência
Auditoria do TCU para avaliar a transparência de sítios eletrônicos de organizações públicas, de acordo com a Lei de Acesso à Informação.	2016.00.000014821-3	Planilha consolidada Documento SEI nº 0286491
Questionário-piloto-TCU SEI nº 0256591 para subsidiar os trabalhos de auditoria sobre consumo sustentável.	2016.00.000014023-9	Documento SEI nº 0321515

(Continuação)

Atividade	Processo	Providência
Levantamento de evidências para a Avaliação de Governança 2016.	2016.00.000011708-3	Documento SEI nº 0228230
Análise de minuta de instrução normativa. Procedimento de apuração de conduta e aplicação de penalidades.	2016.00.000004866-9	Análise conjunta com a Coaud Informação-SCI nº 4 (Documento SEI nº 0310485)
Análise de minuta de resolução. Política de contratações de TI.	2016.00.000008850-4	Apresentação de considerações em reunião

Atividades realizadas em conjunto

Foram desenvolvidas atividades em conjunto com as seções de Auditoria de Desempenho, Gestão, Pessoal e de Tecnologia da Informação e com a Assessoria de Apoio à Gestão, conforme a tabela a seguir.

Atividade	Processo	Situação	Documento
Auditoria integrada.	2016.00.000017097-9	Em andamento (normatização da auditoria integrada no âmbito da Justiça Eleitoral)	- Documento Orientador da Auditoria Integrada da JE - Minuta de Resolução - Plano de Auditoria de Longo Prazo - Plano de Comunicação
Revisão do Manual de Auditoria e Elaboração do Manual de Procedimentos de Auditoria do TSE.	-	Em revisão	Minuta de manuais
Padronização dos papéis de trabalho da auditoria.		Concluído	Modelos de matrizes e de relatórios
- Mapeamento do fluxo dos processos de trabalho do Planejamento Anual de Auditoria (PAA). - Realização de auditoria e do monitoramento de auditoria.	-	Concluído	Fluxos desenhados e documentados

(Continuação)

Atividade	Processo	Situação	Documento
- Realização de testes no sistema Auditar, para fins de homologação. - Reuniões com os servidores das áreas de auditoria e de TI do Banco Central do Brasil (Bacen).	2015.00.000003806-4	Em andamento	Atas de reunião e reportamento de erros do sistema à STI
Planejamento da auditoria integrada em manutenção e armazenamento de urnas e suprimento para eleições.	-	Em elaboração	-

Seção de Auditoria de Desempenho (Seaud)

A Seção de Auditoria de Desempenho foi criada em 29 de janeiro de 2016 pela Resolução-TSE nº 23.468 e tem competência residual em relação às demais seções de auditoria criadas pelo referido normativo, especializadas nas áreas de gestão orçamentária, financeira e contábil, de tecnologia da informação e de gestão de pessoas.

Assim, observadas as atribuições das demais seções de auditoria, a Seaud tem como competência realizar auditoria de natureza operacional com a finalidade de avaliar o desempenho e os resultados quantitativos e qualitativos da gestão; avaliar os sistemas de controles internos com enfoque em gestão de riscos; monitorar o atendimento das recomendações expedidas em decorrência das auditorias realizadas sob sua responsabilidade; apoiar a elaboração do Processo de Contas Anual do TSE e instaurar tomada de contas especial.

Em razão das mudanças decorrentes da criação das quatro seções de auditoria, bem como da adoção da metodologia de auditoria baseada em riscos, o primeiro semestre de 2016 foi direcionado ao treinamento de servidores para a aplicação da nova metodologia, à estruturação da unidade e à padronização do trabalho de auditoria da Coaud para adequar-se à metodologia baseada em riscos.

Atividades finalísticas

As atividades típicas executadas pela Seaud até novembro de 2016 foram as seguintes:

Assunto	Processo	Situação	Documento
Auditoria no processo de gestão dos serviços de transporte	2016.00.000010598-0	Em fase de execução do Programa de Auditoria e de elaboração da Matriz de Achados	- Levantamento de informações - Plano de Trabalho de Auditoria - Mapeamento, Matriz de Controle e Riscos do subprocesso de gestão da higienização dos veículos - Mapeamento, Matriz de Controle e Riscos do subprocesso de gestão da manutenção dos veículos - Mapeamento, Matriz de Controle e Riscos do subprocesso de gestão da demanda por transporte - Mapeamento, Matriz de Controle e Riscos do subprocesso de abastecimento dos veículos - Matriz de Testes de Controle - Programa de Auditoria - Papéis de Trabalho para a realização dos testes de auditoria - Matriz de Achados em elaboração
Monitoramento da auditoria de controles internos no processo de contratações	2015.00.000001863-2	Em andamento	-
Monitoramento da auditoria na gestão de suprimentos de bens, materiais e serviços, com a finalidade de aferir a regularidade dos contratos firmados em 2012	2016.00.000005021-3 e PA nº 8.343/2013	Em andamento	Relatório de monitoramento produzido e encaminhado à Coordenadoria de Auditoria para análise

(Continuação)

Assunto	Processo	Situação	Documento
Acompanhamento do Acórdão-TCU nº 1.295/2015 – Relatório Sistêmico da Função Judiciária. Sistema de Identificação Biométrica do Eleitor (pessoal requisitado da Justiça Eleitoral)	2015.00.000000037-7	Concluído	Despacho de encerramento do processo em razão da ciência de todas as unidades interessadas (Documento SEI nº 0240090)
Acompanhamento do Acórdão-TCU nº 199/2011 – Plano de ação acerca da devolução de servidores aos órgãos de origem (TRE/ES, TRE/MS e TRE/RR)	PA nº 13.608/2014 – formalização do pedido do TCU. PA nº 2.210/2015 – atendimento do pedido do TCU	Em andamento	- Encaminhada manifestação ao TCU, formalizada na p. 279 do Processo nº 2.210/2015 - Acompanhamento de possíveis manifestações do TCU a respeito do assunto
Acompanhamento do monitoramento do TCU em 2017 – avaliação da governança e da gestão das aquisições no TSE. Questionário Perfil GovAquisições	2015.00.000001476-9	Em andamento	Elaboração de justificativas e esclarecimentos para apresentar ao TCU

Seção de Auditoria de Gestão (Seaug)

Por meio da Resolução-TSE nº 23.468/2016, a Seção de Controle e Análise de Custos (Secac) foi extinta, e criada, em substituição, a Seção de Auditoria de Gestão (Seaug). À Seaug compete realizar auditoria de natureza operacional, com a finalidade de avaliar o desempenho e os resultados quantitativos e qualitativos da gestão – em especial quanto à eficiência e eficácia no cumprimento dos objetivos planejados –, bem como auditoria de conformidade com as normas e os regulamentos e adoção de boas práticas nas áreas de gestão orçamentária, financeira e contábil do TSE; coordenar a elaboração do *Relatório de Auditoria de Gestão*; conferir o *Relatório de Gestão Fiscal* (RGF) para verificar a adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); monitorar o atendimento das recomendações expedidas em decorrência das auditorias realizadas sob sua responsabilidade, manifestando-se sobre as medidas regularizadoras adotadas pela unidade auditada; e elaborar relatório e certificado de auditoria em processo de tomada de contas especial.

Atividades finalísticas

Atividades em execução relativas a auditorias

Assunto	Processo	Situação	Documento
Auditoria dos controles internos – contratação de bens e serviços	SEI nº 2015.00.000001863-2	Concluído	Fase de monitoramento na Seaud, em face das alterações nas competências das unidades.
Auditoria de diárias e passagens internacionais	PA nº 11.552/2015	Concluído	Fase de monitoramento.
Análise da prestação de contas do Partido Socialista Brasileiro (PSB)	PC nº 805-61	11/2016 – Asepa	Análise realizada por determinação do ministro presidente, que instituiu a força-tarefa na Asepa para análise das prestações de contas dos partidos políticos, em razão da prescrição em abril/2016.
Relatório de Gestão Anual/ exercício 2015	SEI nº 2015.00.000005510-4	Concluído	Análise realizada nas informações orçamentárias do *Relatório de Gestão*, relativo ao exercício 2015, para subsidiar a elaboração do parecer prévio conclusivo acerca das contas anualmente prestadas pelo presidente da República referente ao exercício 2015.

Análise de conformidades – Relatório de Gestão Fiscal*

Período	Processo	Documento
RGF (3º quadrimestre – 2015)	4.147/2015 (processo físico)	16/2016
RGF (1º quadrimestre – 2016)	SEI nº 2016.00.000006955-0	1/2016
RGF (2º quadrimestre – 2016)	SEI nº 2016.00.000006955-0	Em revisão

* Foram realizadas análises nos relatórios de gestão fiscal indicados.

Seção de Auditoria de Pessoal (Seaup)

À Seaup compete realizar auditoria de natureza operacional com o escopo de avaliar o desempenho e os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficiência, eficácia, efetividade e economicidade no cumprimento dos objetivos planejados e à adoção de boas

práticas na área de gestão de pessoas; auditoria de conformidade para avaliar a adequação das normas e dos regulamentos pertinentes à área; analisar as admissões, aposentadorias e pensões, elaborando parecer acerca de sua adequação às normas de regência e encaminhando-o ao TCU para fins de apreciação, julgamento e registro; avaliar a eficácia dos controles internos adotados pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal, com foco em gestão de riscos.

Atividades finalísticas

De janeiro a novembro de 2016, a Seaup analisou 117 processos relativos a atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão, que foram submetidos ao TCU para fins de apreciação, julgamento e registro, conforme tabelas a seguir.

Atos submetidos à análise da Seaup em determinação à IN-TCU nº 55/2007 e concluídos até a elaboração deste relatório

Assunto	Número de atos examinados
Aposentadoria	7
Nomeação	106
Pensão	4

Atos submetidos à apreciação da Seaup que se encontram em análise ou revisão

Assunto	Número de atos em exame ou revisão
Aposentadoria	3
Nomeação	19

Atividade de auditoria e consultas submetidas à apreciação da Seaup

Assunto	Processo	Situação	Documento
Auditoria no processo de folha de pagamento com enfoque na frequência	SEI nº 2016.00.000006389-7	Fase de planejamento	- Levantamento de Informações - Questionário de Levantamento - Plano de Trabalho de auditoria - Mapeamento Seref - Mapeamento Sepag - Matriz de Controle Seref - Matriz de Controle e Matriz de Riscos e Controle (Sepag)

Consultas submetidas à apreciação da Seaup

SEI nº	Assunto	Informação
2016.00.000006389-7	Consulta sobre incorporação de décimos/ devolução.	Em fase de revisão
2015.00.000006148-1	Consulta – pensão civil – menor sob guarda. Observância do Acórdão-TCU nº 2.377/2015.	34

Seção de Auditoria de Tecnologia da Informação (Seaut)

A Seção de Auditoria de Tecnologia da Informação foi criada pela Resolução-TSE nº 23.468/2016 e tem como competência auditar os processos de trabalho e a adequação dos controles internos de tecnologia da informação e comunicação; auditar os sistemas de TI com a finalidade de aferir confiabilidade, segurança física, segurança lógica, fidedignidade, confidencialidade e consistência da informação produzida; e monitorar as recomendações apontadas nos relatórios de auditoria de sua competência, com vistas a subsidiar a administração nas tomadas de decisões e na instrução do processo de contas anual.

Por se tratar de uma seção nova, nos primeiros meses de existência, as atividades da Seaut foram direcionadas à organização e estruturação da unidade e da padronização do trabalho de auditoria da Coaud para a adequação à metodologia baseada em riscos.

As principais atividades desenvolvidas nessa etapa estão discriminadas a seguir.

Atividade	Situação	Documento
Planejamento da unidade	Concluído	Planejamento da Seaut
Palestras para as auditorias da seção sobre temas importantes em TI	Concluída a 1ª fase	Apresentações
Visitas a unidades de auditoria de TI de outros órgãos	Concluída a 1ª fase	Relatório de visitações
Projeto da área de conteúdo no portal da intranet	Repassado à SGI para desenvolver a solução	Memorando-SCI nº 53

Das atividades típicas da seção, destacam-se as seguintes:

Assunto	Processo	Situação	Documento
Inspeção na fábrica de urnas em Santa Rita do Sapucaí	-	Concluída	Relatório de atividades
Análise do Contrato nº 138/2008 (AudiExpress)	2016.00.000005341-7	Análise da resposta do auditado	-
Análise do Contrato nº 62/2015 (e-Sales)	2016.00.000012520-5	Monitoramento da recomendação da Seage	-

(Continuação)

Assunto	Processo	Situação	Documento
Auditoria no processo de sustentação de soluções de TI – requisitos e testes	2016.00.000010324-4	Em fase final de planejamento	- Levantamento de informações - Questionário de levantamento - Plano de Trabalho de Auditoria - Mapeamento Sedesc 2 - Mapeamento Seteq - Mapeamento Secad - Mapeamento Sevin - Matriz de Controle Sedesc 2 - Matriz de Controle Seteq - Matriz de Controle Secad - Matriz de Controle Sevin - Mariscos Sedesc 2 - Mariscos Seteq - Mariscos Secad - Mariscos Sevin - Matriz de Testes de Controles Sedesc 2 - Matriz de Testes de Controles Seteq - Matriz de Testes de Controles Secad - Matriz de Testes de Controles Sevin
Monitoramento da auditoria de avaliação de controles internos – urnas eletrônicas (planejamento da contratação, armazenamento, manutenção e descarte)	2015.00.000001953-1	Em andamento	-

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em se tratando do índice de execução do plano anual de auditoria e de acompanhamento de gestão, mencione-se que serão considerados os percentuais de 60%, 20% e 20% para as fases de planejamento, execução e relatório, respectivamente.

Conforme disposto no Plano Anual de Auditoria, aprovado pela Portaria-TSE nº 221/2016, estão em andamento as seguintes auditorias:

Tipo de auditoria	Unidade responsável	Processo	Fase	Fase (%)
Auditoria no processo de gestão de serviços de transporte	Seaud	2016.00.000010598-0	Execução	70
Auditoria no processo de gestão orçamentária e financeira	Seaug	2016.00.000010553-0	Planejamento	71
Auditoria no processo de elaboração na folha de pagamento	Seaup	2016.00.000010537-9	Planejamento	50
Auditoria no processo de sustentação de soluções de TI	Seaut	2016.00.000010324-4	Planejamento	85

2.9. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

A missão do TSE é garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

O volume de processos contempla os procedimentos de aquisição e contratação de serviços, aplicação de penalidades, cálculo de multas, requerimentos de empresas, doações, pareceres contábeis, liquidação de despesas, assinaturas de documentos (empenhos, edital, contratos, autorização de despesa), realização de estimativa, multas eleitorais e solicitações diversas (mobiliário, conservação de bens, alteração de leiaute, fornecimento de material), os quais tramitam pelas diversas unidades da Secretaria.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÕES

Planejamento

O planejamento das contratações no TSE é regulamentado pela Instrução Normativa nº 2 de 14 de fevereiro de 2011, de forma a permitir o acompanhamento dos contratos vigentes e das novas contratações.

Os prazos de instrução processual são acompanhados diretamente pela Secretaria de Administração mediante planilha elaborada para o monitoramento de cada fase, a qual visa coordenar o tempo de tramitação dos projetos, com a finalidade de definir os papéis e as responsabilidades das unidades impactadas.

Em 2016, foram monitorados diretamente 384 processos de contratações, dos quais 167 foram concluídos, 105 foram arquivados, substituídos ou cancelados e 112 encontram-se em andamento.

Os principais ajustes são relativos à substituição de serviços continuados direcionados à manutenção geral.

Contratações firmadas

No que se refere às contratações firmadas, registre-se que, atualmente, o TSE possui 299 ajustes vigentes, entre contratos, termos de compromisso e acordos de cooperação, dos quais 97 foram firmados no presente exercício, conforme dados do Sistema de Acompanhamento de Contratos (Siac).

Quanto às atas de registro de preços publicadas, o Tribunal celebrou 62 em 2016, cujas principais são referentes às aquisições de baterias de chumbo ácido, bobinas para as impressoras das urnas, *compact flash*, equipamentos de vídeo para composição do Centro de Divulgacão das Eleições 2016, licenças de *softwares* para administração e desenvolvimento de bancos de dados, novas licenças do sistema operacional Linux, serviços para apoiar processo de distribuição de informações de cunho público e aceleração de conteúdo e materiais de consumo para reposição do estoque.

Com a constante evolução tecnológica e a modernização da administração pública, mostrou-se relevante a busca de novas formas de cooperação que aprimorem o desempenho corporativo no cumprimento da missão institucional. Nesse intuito, o Tribunal tem celebrado acordos de cooperação técnica e termos de compromisso com órgãos e entidades públicas nacionais e internacionais, assim como com entidades civis.

De modo geral, a cooperação técnica tem se mostrado saudável na medida em que propicia o intercâmbio de conhecimentos e de experiências e, de parte a parte, contribui para a capacidade de resposta das entidades envolvidas. A seguir, encontram-se os principais acordos firmados no atual exercício, observadas a relevância e abrangência dos objetos.

Nº	Forma de contratação	Empresa	Objeto
1/2016	Portaria conjunta	Secretaria da Receita Federal	Dispõe sobre o apoio institucional da Secretaria da Receita Federal do Brasil ao Tribunal Superior Eleitoral nas atividades de verificação de contas de candidatos e partidos políticos.
1/2016	Termo de compromisso	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis	Credenciamento de associações e/ou cooperativas de catadores de material reciclável para realizar a coleta seletiva e posterior destinação ambientalmente correta dos materiais (plásticos, papéis, metais, vidros e madeiras) gerados nas dependências do TSE.
1/2016	Protocolo de intenções	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF)	Cooperação entre o TSE e os TREs com vistas à implantação, no âmbito da Justiça Eleitoral, do Projeto Começar de Novo, estabelecido pela Resolução-CNJ nº 96/2009.
1/2016	Outras contratações	Superior Tribunal de Justiça (STJ)	Cooperação técnica entre TSE, STJ, TST e CSJT para o intercâmbio de experiências e informações mediante implementação de ações conjuntas e de apoio mútuo que garantam o cumprimento do disposto na Resolução-CNJ nº 201, de 3.3.2015, pelos TREs e TRTs.
2/2016	Acordo de Cooperação Institucional	Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	Troca de informações entre o TSE e o CFC quanto aos profissionais que assinarem as prestações de contas apresentadas à Justiça Eleitoral. Elaborar e editar o manual de orientação técnica com informações práticas sobre a prestação de contas. Promover a orientação por meio de capacitação e treinamentos. O TSE encaminhará ao CFC a relação de todos os profissionais que assinarem as prestações de contas entregues à Justiça Eleitoral. O CFC informará ao TSE os profissionais não registrados ou inativos.

(Continuação)

Nº	Forma de contratação	Empresa	Objeto
2/2016	Termo de Execução Descentralizada	Ministério da Defesa	Apoio às eleições pelas Forças Armadas, que prestarão apoio logístico e ações para a garantia da lei e da ordem durante a votação e apuração nas Eleições 2016, nas localidades solicitadas pelo TSE, mediante termo de execução descentralizada.
5/2016	Acordo de Cooperação Técnica	Ministério Público Federal	Cooperação técnica entre as entidades signatárias, com vistas a estabelecer meios de integração, consulta ou disponibilização dos dados constantes dos bancos de dados do TSE e do MPF e compartilhamento de conhecimentos em busca da utilização eficiente dos recursos públicos e do aprimoramento contínuo da atuação institucional.
8/2016	Acordo de Cooperação Técnica	Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)	Formalizar a cooperação técnica entre o TSE e a AMB na realização do evento denominado Eleições 2016 – Convidados Internacionais "relacionado com a visita de autoridades internacionais para divulgação das atividades atinentes ao pleito de 2 de outubro do ano corrente".
11/2016	Acordo de Cooperação Técnica	AMB	Formalizar a cooperação técnica entre o TSE e a AMB na realização dos eventos denominados Eleições 2016 – Convidados Internacionais e Lançamento de Selo e Exposição em Comemoração dos 20 Anos da Urna Eletrônica, "relacionados, respectivamente, com a visita de autoridades internacionais para divulgação das atividades atinentes ao pleito de 2 de outubro de 2016 e com as comemorações pelos 20 anos da urna eletrônica, envolvendo ações de revitalização do Centro Cultural da Justiça Eleitoral".

(Continuação)

Nº	Forma de contratação	Empresa	Objeto
12/2016	Acordo de Cooperação Técnica	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	A integração, a consulta ou a disponibilização de dados, de forma seletiva, o acompanhamento de conhecimentos e a qualificação constantes das bases de dados, em busca da melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e da utilização eficiente dos recursos públicos.

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Contratos (Siac).

ELEIÇÕES 2016 (NOVAS AQUISIÇÕES)

Para as Eleições 2016, foram realizadas 25 novas contratações com a finalidade de atender às demandas referentes aos TREs e à infraestrutura e aos serviços conduzidos pelo TSE. Desse quantitativo, 6 foram concluídas em 2015; e 18, em 2016.

Compra centralizada destinada aos TREs

Área	Objeto	Empresa	Nº/ano do contrato	Valor contratado (R$)
STI	Serviço móvel via satélite (SMSAT)	Smart Trade Importação e Exportação Ltda.	60/2016 (1º TA)	15.955.279,16
STI	*Pen drive* p/ JE Conect, de 8GB (TSE e TRES)	Versam Comércio e Serviços Personalizados Eireli (EPP)	68/2016	64.900,90
AGE	Serviços de votação paralela (auditoria externa)	Cintra Auditoria de Sistemas Ltda.	59/2016	394.800,00
STI	Cadernos de folha de votação	CTIS Tecnologia S.A.	52/2016	10.019.950,00
STI	Envelopes plástico para embalagem de urna e terminal do eleitor	Visão e Arte Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. (EPP)	38/2016	220.092,92
STI	Peças de reposição da urna	Procomp Indústria Eletrônica Ltda.	35/2016	253.428,23
STI	*Compact flash* (*drives* de *flash card*)	Akiyama Ind. Comércio	36/2016	637.750,00

(Continuação)

Área	Objeto	Empresa	Nº/ano do contrato	Valor contratado (R$)
STI	Bobinas para as impressoras da urna eletrônica (415. 157 unidades)	Silfer Comércio, Indústria e Exportação de Artefatos de Papéis Eireli	33/2016	2.604.231,74
STI	Embalagens de papelão para acondicionamento de urnas eletrônicas (31.195 unidades)	Mac Patrício Embalagens (EPP)	32/2016	846.008,40
STI	Baterias de chumbo ácido para as urnas eletrônicas	Moura Baterias Automotivas e Indústrias – Comércio,Exportação e Importação Ltda.	25/2016	7.660.315,00
			42/2016	
			53/2016	
			71/2016	
			75/2016	
STI	Urna eletrônica – MOD2015	Procomp Indústria Eletrônica Ltda.	85/2015 (2º TA)	213.876.483,02
			40/2016	
SGI	Serviços de confecção do código eleitoral anotado (8.900 unidades)	Coan Indústria Gráfica Ltda.	24/2016	154.860,00
SGI	Lacres de segurança da urna eletrônica (diversos itens)	Casa da Moeda	81/2015	8.570.000,00
SGI	Formulários de Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE)	CTIS Tecnologia S.A.	74/2016	17.870,00
SGI	Formulários de Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE) (20.122 milheiros)	CTIS Tecnologia S.A.	83/2015	235.427,40
SAD	Cabinas de votação (222.120 unidades)	Precisão Comercial e Distribuidora Ltda. (ME)	78/2015	1.543.734,00
TOTAL				**252.533.239,37**

Contratações destinadas ao TSE

Área	Objeto	Empresa	Nº/ano do contrato	Valor contratado (R$)
Ascom	Serviços de produção jornalística (núcleo permanente)	Partners Comunicação	68/2015	5.926.336,22
Ascom	Serviços de comunicação social (jornalistas)	Liderança Limpeza e Conservação Ltda.	10/2016	2.236.102,89

(Continuação)

Área	Objeto	Empresa	Nº/ano do contrato	Valor contratado (R$)
Ascom	Serviços de produção jornalística (sob demanda para eleições) – registro de preços	SET Produções	77/2016	100.500,00
		Fundação Boa Vontade		
Ascom	Serviços de produção do Programa Brasil Eleitor	Clara Serviços Integrados de Vídeo, Conteúdo e Web Eirelli (ME)	57/2016	489.500,00
SAD	Transporte aéreo de material eleitoral	Postal Transportadora de Cargas Urgentes Ltda. (ME)	39/2016	105.320,00
SAD	Transporte terrestre de material eleitoral	Rodoseg Logística em Transportes Ltda. (EPP)	72/2016	336.000,00
STI	Engenharia de urna Aprimoramento tecnológico (CTI)	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação (Facti)	60/2015	5.887.899,83
STI	Serviços de rede de distribuição de conteúdo	Informações e Soluções Inovadoras Ltda. (ISI)	84/2016	7.465.600,00
TOTAL				**22.547.258,94**

Em complemento às novas contratações, registre-se também a prorrogação dos termos a seguir, cujo impacto nas eleições é de extrema relevância à Justiça Eleitoral:

Contratações prorrogáveis	Nº/ano do contrato
Manutenção corretiva da urna	40/2014
Serviços de informática para suporte às áreas de gestão de infraestrutura tecnológica	16/2015
Serviços de informática na área de sustentação de sistemas de informação	17/2015
Backbone principal (comunicação de dados)	35/2014 36/2014 37/2014 38/2014 39/2014

(Continuação)

Contratações prorrogáveis	Nº/ano do contrato
Otimização, adaptação, correção e melhoria nos algoritmos em uso pelo TSE	Termo de Cooperação nº 10/2012

Ainda no tocante às aquisições para eleição, registra-se o comparativo do tempo médio de tramitação dos procedimentos relativos ao pleito de 2012 a 2016.

Unidade	Objeto	TMT* 2012 (dias)	TMT* 2014 (dias)	TMT* 2016 (dias)	Observação
AGE	Auditoria externa (votação paralela)	220	173	304	
SAD	Cabinas de votação do tipo dobrável	265	213	174	Em 2012, a ocorrência verificada na contração de cabinas refere-se à fase de aceitação da amostra, em 23.5.12, quando o material apresentou problemas no vinco e na solução antiderrapante, ensejando novo aceite em 12.6.2012.
SGI	Formulários de título eleitoral	219	205	205	Para 2014, considerou-se o TMT do primeiro contrato (nº 100/2013), que, embora tenha sido rescindido, reflete o tempo médio da contratação, haja vista que o segundo certame levou 23 dias, em decorrência do curto prazo para finalizar e trâmite diferenciado. Em 2012, a contratação foi iniciada com o Pregão nº 125/2011, anulado em 29.12.2011, após a oferta de lances e apresentação de propostas, em virtude da identificação da ausência de minuta do contrato nos arquivos encaminhados para o sistema Comprasnet.

(Continuação)

Unidade	Objeto	TMT* 2012 (dias)	TMT* 2014 (dias)	TMT* 2016 (dias)	Observação
SGI	Produção e distribuição de etiquetas de segurança, envelopes com lacre e lacres autoadesivos para as urnas eletrônicas	88	160	37	Em 2014, houve expressivo dispêndio de tempo para análise jurídica da minuta de contrato por parte da Casa da Moeda.
SGI	Formulários de RJE	125	119	210	
SGI	Código Eleitoral	185	92	150	Em 2012, embora o transcurso do procedimento tenha ocorrido nos prazos e nas condições favoráveis, a qualidade das amostras apresentadas ensejou a abertura de procedimento para aplicação de penalidades, que culminou na recisão contratual em 25 de julho de 2012.
					Diante da proximidade das eleições, restou à administração, como única alternativa para a entrega dos exemplares, em tempo hábil, a contratação emergencial.
					A adoção desta medida resultou no Contrato-TSE nº 83/2012, publicado em 25 de julho de 2012.
SGI	Formulários de RAE	127	134	187	
STI	Urna eletrônica	248	-	278	

(Continuação)

Unidade	Objeto	TMT* 2012 (dias)	TMT* 2014 (dias)	TMT* 2016 (dias)	Observação
STI	Baterias de chumbo ácido para urnas eletrônicas	255	140	277	Em 2012, a primeira licitação restou frustrada, em decorrência de o preço estimado pelo TSE estar abaixo do preço de mercado. A estimativa foi diminuída por recomendações do controle interno (conferir).
STI	Embalagens de papelão genéricas para o acondicionamento de urnas eletrônicas	255	142	295	Em 2012, a amostra da empresa Criativa foi reprovada em dois testes realizados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).
					Depois do resultado negativo do segundo teste e ante a constatação de que o objeto do contrato não seria entregue a tempo para a realização das Eleições 2012, foi providenciada a rescisão contratual.
					Considerando as dificuldades apresentadas na fase de execução do contrato, bem como a realização da eleição sem a obtenção do objeto, parece possível a reconsideração da previsão dessa aquisição para ano não eleitoral, sobretudo, porque o objetivo da contratação, além de contemplar o acondicionamento ideal para transporte, reúne finalidade de armazenamento adequado.
					Em 2016, foi apurado descumprimento de obrigações constantes do termo de referência, relativas ao resultado de testes das embalagens emitido pelo IPT, repercutindo na reprovação das amostras.

(Continuação)

Unidade	Objeto	TMT* 2012 (dias)	TMT* 2014 (dias)	TMT* 2016 (dias)	Observação
STI	Peças de reposição para as urnas eletrônicas	171	168	144	Em 2012, aquisição mediante contratação emergencial, visto que, durante a análise das propostas, foram identificados acréscimos de até 63% em relação a pelo menos um item constante da última aquisição realizada pelo TSE, impossibilitando a negociação e o aceite dos preços totais apresentados na fase de licitação, restando frustrada a licitação.
STI	Bobinas de papel para as impressoras das urnas eletrônicas	263	230	293	
STI	Envelope plástico para embalagem da urna e do terminal do eleitor	336	211	296	
STI	Caderno de folha de votação	225	175	217	
STI	SMSATs	285	228	254	
STI	Serviços para apoiar o processo de distribuição de informações de cunho público e aceleração de conteúdo – *Data center*	264	185	461	Em 2012, de relevante, no tocante à contratação da Rede de Distribuição de Conteúdos, ressalte-se a expansão dos valores contratados em relação às Eleições 2010. Em 2016, houve suspensão judicial do certame, com posterior prosseguimento.

(Continuação)

Unidade	Objeto	TMT* 2012 (dias)	TMT* 2014 (dias)	TMT* 2016 (dias)	Observação
STI	Serviços de manutenção corretiva das urnas eletrônicas de toda a Justiça Eleitoral	-	125	-	Contratação firmada em 2014.

* Tempo médio de tramitação.

Observação: Para o TMT de 2012 e 2014, considerou-se o período compreendido entre a data efetiva de entrega do termo de referência à SAD (via SADP) e a data de *assinatura* do contrato. Para 2016, considerou-se a data de *publicação* do contrato, porém essa mudança não representa alteração significativa do quantitativo de dias.
Destaca-se, ainda, que, em 2012 e 2014, não era computado no TMT a fase de revisão do termo de referência, visto que a revisão ocorria pelo sistema Asiweb, com posterior inserção do documento no SADP. Já para as contratações relativas ao pleito de 2016, todos os procedimentos ocorrem em único sistema, devido à implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

LICITAÇÕES

As licitações têm grande importância, pois fazem parte do rol de ações que o administrador executa no órgão público, que incluem, entre elas, as ações financeiras e o gerenciamento de compras.

Em 2016, foram realizadas, no âmbito do Tribunal, 69 licitações, das quais 63 lograram êxito e 6 restaram frustradas. Além disso, 14 ainda estão em andamento.

Entre os principais certames licitatórios realizados, destacam-se os relacionados a seguir, observadas a relevância e a abrangência dos objetos.

- Prestação de serviços de telecomunicações por meio dos SMSATs, compatíveis com telefonia celular digital utilizada em centros urbanos, para prover a comunicação de voz e dados entre locais sem infraestrutura adequada para transmissão via linha telefônica convencional, incluindo treinamento, suporte operacional e manutenção associados aos produtos fornecidos, conforme especificações, quantidades e prazos constantes no edital e nos seus anexos.
- Registro de preços, visando a eventual prestação de serviços para apoiar processo de distribuição de informações de cunho público e aceleração de conteúdo, não intrusivo, consoante especificações constantes no edital e nos seus anexos.
- Registro de preços, visando a eventual aquisição de novas licenças de sistema operacional Linux Red Hat com Smart Management, conforme especificações e quantidades constantes no edital e nos seus anexos.
- Prestação de serviços especializados em processamento de dados, impressão *off-set* para dados fixos e *laser* e/ou digital com aplicação de imagens de dados variáveis para produção dos cadernos de folhas de votação para atender à demanda das eleições municipais de 2016, e os demais produtos e serviços agregados, com a entrega desses materiais nos TREs, de acordo com as especificações, as quantidades e os prazos constantes no edital e nos seus anexos.

- Registro de preços para eventual aquisição de até 6 mil equipamentos para geração de mídias tipo *compact flash* baseadas em interface *Universal Serial Bus* (USB) que possua controladora que permita acesso a informações da *compact flash*, tais quais nome do fabricante, modelo, tamanho total em *bytes* e tipo do barramento do dispositivo, com distribuição no TSE e nos 27 TREs, conforme especificações, condições e prazos constantes no edital e nos seus anexos.
- Registro de preços para eventual aquisição de bobinas para as impressoras das urnas eletrônicas consoante edital.
- Registro de preços para eventual aquisição de até 60 mil embalagens de papelão genéricas para o acondicionamento de urnas eletrônicas, com distribuição no TSE e nos 27 TREs, conforme especificações, condições e prazos constantes no edital e nos seus anexos.
- Concessão de uso de área física, equipamentos e instalações para exploração dos serviços de restaurante autosserviço, salateria, lanchonete-balcão e lanchonete-autosserviço por parte de empresa especializada em preparo e comércio de refeições e lanches nas dependências do TSE.

MANUTENÇÃO PREDIAL

A Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura realizou atividades voltadas para supervisão, reforma, manutenção predial e apoio nas Eleições 2016. Algumas das principais atividades estão listadas a seguir:

- atendimento a 7.856 chamados, referentes à manutenção predial (hidráulica, elétrica, ar-condicionado, mecânica, marcenaria, serralheria, pintura e obras civis em geral) e à intervenção nos sistema de climatização;
- projeto para instalação da Usina Fotovoltaica no TSE;
- elaboração de parecer técnico de engenharia referente aos impactos causados pela instalação de aparelhos eletrodomésticos sem prévia autorização da engenharia;
- aquisição e instalação de transporte vertical de cargas e passageiros do CCJE (em fase de estudos técnicos preliminares);
- instalação do novo restaurante do TSE;
- implantação do novo Sistema Máximo para apoio aos usuários dos serviços de manutenção do Edifício-Sede do TSE e do Anexo;
- apoio técnico dos engenheiros do TSE na reforma do CCJE/RJ;
- alteração de leiaute referente à reestruturação do TSE decorrente da Resolução-TSE nº 23.468/2016;
- oitenta análises técnicas nas áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica nas alterações de leiaute do TSE, com posterior acompanhamento e fiscalização das mudanças.

Quantitativo de mudanças de leiaute no TSE

Mês	Nº de solicitações no mês	Solicitação mês com relação ao ano (%)	Área do mês com relação ao ano (%)	Área de leiaute trabalhada (m^2)
Jan.	4	2,23	0,57	750,10
Fev.	14	7,82	2,17	2.831,35
Mar.	17	9,50	2,35	3.062,14
Abr.	12	6,70	4,08	5.323,04
Maio	31	17,32	11,09	14.480,38
Jun.	27	15,08	4,53	5.917,57
Jul.	24	13,41	72,36	94.452,09
Ago.	18	10,06	1,95	2.542,95
Set.	15	8,38	0,51	672,15
Ou.	17	9,50	0,38	502,00
Nov.		0,00	0,00	
Dez.		0,00	0,00	
TOTAL	**179**	**100,00**	**100,00**	**130.533,77**

Quantitativos de atendimentos de áudio e vídeo

Sessões, eventos e chamados	
Evento	**Qtde.**
Sessões plenárias	63
Eventos nos auditórios	89
Chamados de telefonia	2.546
Chamados de áudio e vídeo	176

MATERIAL E PATRIMÔNIO

O gerenciamento e a execução das atividades relativas à administração de bens móveis do TSE e ao inventário dos bens patrimoniais existentes no Tribunal estão demonstrados a seguir.

Atividades	Qtde.
Entradas de urnas eletrônicas*	5.228
Nada consta de servidores	37
Inventários de transferência de responsabilidade	656
Transferência de urnas eletrônicas para os TREs*	100.907

(Continuação)

Atividades	Qtde.
Transferência de *kits* biométricos para os TREs*	6.746 (itens)
Baixa de bens permanentes para os TREs*	2.616

* Atividades que incluem registro contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

A administração de materiais de consumo, controle físico do estoque, gestão de atas de registro de preços com vistas ao ressuprimento do estoque, controle físico e contábil dos materiais de consumo destinados aos tribunais regionais eleitorais e outras atividades de gestão do almoxarifado são demonstrados numericamente, conforme tabela a seguir.

Atividade	Qtde.
Formulário de Catalogação de Material – análise dos pedidos de compras/ termos de referência para indicação de códigos ASI/Siasg	78
Atas de registro de preços de materiais de estoque geridas	30
Laudo de avaliação técnica emitido	295
Registro de entrada de materiais para estoque	572
Requisições atendidas – unidades do TSE	3.050
Requisições atendidas – TREs	62
Processos de baixa de responsabilidade de suprimento de fundos	10
Contratos de fornecimento continuado de materiais	141
Quantidade de itens/valor do estoque (saldo em 31.10.2016)	1.481 itens/ R$11.956.793,53

Por sua vez, o quadro que segue resume as atividades de logística de distribuição e remanejamento de material no âmbito da Justiça Eleitoral.

Atividades	Qtde.
Guias de transporte de material emitidas	138
Valor total transportado	R$301.004,12
Peso total transportado	269.713,54kg
Contratos de compras centralizadas geridos	14
Valor apropriado em compras centralizadas	R$256.065.699,67

PENALIDADES APLICADAS EM 2016

A tabela seguinte resume as penalidades aplicadas em 2016.

Controle de registro no Sicaf e dívida ativa			
Nome da empresa	**Penalidade**	**Valor (R$)**	**Impedimento de licitar e contratar – Lei nº 10.520/2002**
Vegesilks Com. e Import. de Papéis	Pelo atraso de 12 dias na entrega dos materiais adquiridos pela nota de empenho 2014NE001326.	256,80	
Edson Roberto Mutti Vargas (ME)	Não entregou o objeto referente às notas de empenho--TSE nº 2014NE002053 e nº 2014NE002159, configurando a inexecução total do ajuste.	224,99	Impedimento de licitar e contratar com a União de 1º.6.2016 a 30.3.2018
Davop comercial Eireli (EPP)	Atraso de 20 dias na entrega dos materiais objeto da Nota de Empenho-TSE nº 2015NE001507.	1.053,00	
Maser Equipamentos e Serviços Ltda. (EPP)	Não entregou o objeto contratado NE1512/2013.	2.951,87	Impedimento de licitar e contratar com a União de 6.6.2016 a 6.12.2016
Brásidas Eireli (ME)	Atraso de oito dias na entrega do objeto contratado.	967,98	
Planalto Service Ltda.	Atraso no pagamento de salário dos prestadores de serviço.	181.951,73	
Planalto Service Ltda.	Decorrente do não atendimento às diversas solicitações da fiscalização do Contrato-TSE nº 92/2014.	2.992,25	
Ecoplast Comercial Ltda. (EPP)	Decorrente do atraso de 121 dias na entrega do objeto contratado.	507,00	
PR Crachás Comércio e Serviços Ltda.	Não apresentou documentação válida para a emissão de nota de empenho, após a assinatura da ARP.	Impedimento Lei nº 10.520/2002	Impedimento Lei nº 10.520/2002
Akiyama Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda.	Atraso de um dia na entrega da 1º Versão do Serviço de Integração dos *pads* de assinatura.	Advertência	
Cesar Augusto Machado Pelicioni	Atraso de 50 dias na entrega de quatro unidades de discos rígidos externos de 2TB.	400,00	

(Continuação)

Controle de registro no Sicaf e dívida ativa			
Nome da empresa	**Penalidade**	**Valor (R$)**	**Impedimento de licitar e contratar – Lei nº 10.520/2002**
	Atraso de um dia na entrega da 1ª Versão do Serviço de Coleta Biométrica.	Advertência	
Crystal Serviços Gerais, Alimentação e Consultora Ltda. (ME)	Em andamento.		
Guifer & Gaam Comercial Ltda. (ME)	Atraso na entrega de parte dos materiais objeto da NE nº 1919/2013.	625,01	
Rodana Comércio de Materiais de	Atraso na entrega do objeto da NE nº 2014NE002580.	1.202,56	
Encomendas e Transportes de Cargas Pontual	Atraso na entrega de parte dos materiais correspondente às diversas guias de transportes de materiais, emitidas pelo TSE.	3.222,10	
Mistral Comércio e Serviços em Equipamentos de Informática e Segurança Eireli (ME)	Atraso na entrega do objeto do Contrato-TSE nº 104/2014, superior a 30 dias.	2.324,96	
Novinox Indústria e Comércio Eireli	Atraso superior a dez dias do objeto do Contrato-TSE nº 102/2013.	2.466,70	
Hewlett Packard Brasil Ltda.	Atraso na entrega do objeto do Contrato-TSE nº 99/2014.	976.036,66	
Automação Comércio e Indústria	Atraso na entrega do objeto do Contrato-TSE nº 91/2013, nos estados: Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo, bem como no DF.	5.638,42	
Comércio de Materiais de Construção Cavalheiros Ltda. (EPP)	Atraso de cem dias na entrega dos itens referentes à NE nº 2015NE001807.	379,80	

(Continuação)

Controle de registro no Sicaf e dívida ativa			
Nome da empresa	**Penalidade**	**Valor (R$)**	**Impedimento de licitar e contratar – Lei nº 10.520/2002**
SDK Comércio de Correlatos da Saúde	Atraso de 27 dias para entrega de material odontológico, relativo à NE nº 2016NE000169.	451,47	
Deuzirene de Sousa Batista (ME)	Com fundamento no item 2 da Tabela de Infração com o grau 2 da Tabela de Correspondência e no item 5 da cláusula 8ª do Contrato-TSE nº 7/2012.	31.176,73	Impedimento de licitar e contratar com a União de 9.6.2016 a 8.6.2018
Bureaucards Indústria, Comércio e Serviços Ltda. (ME)	Em razão de atraso na entrega dos produtos por mais de cinco dias, configurando-se a inexecução parcial.	393,25	
Lemos & Machado Distribuidora Eireli	Em razão do atraso na entrega do material objeto da NE nº 2015.00.0001743-1 (ARP nº 1/2016) em mais de 10 dias, configurando-se a inexecução parcial.	1.034,90	
Link Data Informática e Serviços S.A.	Atraso de 12 dias para atendimento do Chamado nº 4.914/2012 e ausência de resposta à notificação do Ofício nº 5.716 Sepat/Comap/SAD.	3.931,20	
Crystal Serviços Gerais, Alimentação e Consultora Ltda. (ME)	Descumprimentos contratuais noticiados pela Comissão Fiscalizadora do Contrato-TSE nº 94/2012, oriundo do Edital de Licitação-TSE nº 74/2012.	39.550,00	
Indústria Gráfica Brasileira Ltda.	Atraso de um dia na entrega dos formulários de títulos eleitorais.	552,00	
Everest Tecnologia e Informática Ltda.	Atraso de 24 dias na entrega dos itens 2 e 4 da NE nº 2016NE000515, referente à Ata de Registro de Preços-TSE nº 17/2016.	221,00	
Indústria Gráfica Brasileira Ltda.	Atraso de 19 dias na entrega de 500 milheiros de formulários de títulos eleitorais, no TRE/AM.	2.097,60	

(Continuação)

Controle de registro no Sicaf e dívida ativa			
Nome da empresa	**Penalidade**	**Valor (R$)**	**Impedimento de licitar e contratar – Lei nº 10.520/2002**
Akiyama Indústria e Comércio	Em razão dos atrasos verificados na execução do Contrato-TSE nº 123/2014, referente aos tribunais regionais eleitorais do Espírito Santo, do Maranhão, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais e de Santa Catarina.	1.943,93	
CTIS Tecnologia S.A.	Em razão dos atrasos ocorridos na entrega de cadernos de folhas de votação e de relatórios de controle, no âmbito dos contratos-TSE nº 42/2013, nº 56/2013, nº 64/2013 e nº 82/2013.	2.442,75	
SBS – Special Book Services Livraria	Inexecução total do contrato de fornecimento de publicações estrangeiras importadas.	5.000,00	
Collorparts do Brasil Equipamentos	Atraso de 16 dias na entrega do objeto do sequencial 1, bem como a ausência de entrega do objeto do sequencial 2 da Nota de Empenho-TSE nº 2012NE002428.	855,00	
Modulo Móveis e Arquitetura Ltda. (EPP)	Inexecução total do Contrato-TSE nº 41/2013.	3.885,80	Impedimento de licitar e contratar com a União de 6.5.2016 a 6.11.2016.
Saúde Doctor Comércio Ltda. (ME)	Atraso na entrega do objeto da NE nº 2014NE02279, referente à Ata de Registro de Preço nº 40/2014, firmada com o Hospital Naval de Natal.	293,30	

Fonte: Planilha da Secretaria de Administração.

GESTÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

As principais atividades de gestão de serviços administrativos são:

- prestação de serviços de agenciamento de viagens, que compreende emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais;

- fiscalização e gestão dos serviços de apoio administrativo, como mensageria, secretariado e auxiliar de microcomputador;
- reserva e abertura de ordens de serviço para os eventos que são realizados nos auditórios e no espaço multiuso do Tribunal;
- realizar a gestão e a fiscalização administrativa dos contratos de aquisição de bens e de prestação de serviços;
- acompanhar e orientar a fiscalização técnica dos contratos quanto aos aspectos administrativos;
- planejar e exercer o controle sobre a aquisição de gêneros alimentícios, bem como dos utensílios e eletrodomésticos utilizados nas copas;
- providenciar o fornecimento de refeições aos ministros nos dias em que houver sessão plenária;
- proporcionar ao público interno e externo do TSE um ambiente de trabalho saudável.

Passagens

Seguem informações sobre a gerência de passagens pela unidade.

Quantidade de passagens emitidas de 1º de janeiro de 2016 até 31 de outubro de 2016	
Nacionais	857
Internacionais	44
TOTAL	**901**

Valores das passagens emitidas no mesmo período (R$)	
Nacionais	785.997,84
Internacionais	328.035,64
TOTAL	**1.114.033,48**

Ordens de serviço

Seguem informações sobre as ordens de serviço abertas.

Sessões, eventos e chamados de janeiro a outubro de 2016	
Ordens de serviço abertas	**Qtde.**
Cenaq/Sesel/Semap	6.077
Coseg/Setel/Seseg	2.121
Asset	108
Reserva de auditórios e espaço multiuso	217

Contratos fiscalizados

Seguem informações sobre os contratos fiscalizados pela unidade.

Locação de mão de obra			
Objeto	**Qtde. de postos**	**Valor (R$)**	**Início de vigência**
Mensageria	52	2.670.812,56	13.11.2013
Limpeza	147	7.478.866,24	2.2.2015
Nutricionista	1	59.227,31	19.8.2015
Auxiliar de microinformática	88	4.965.322,90	19.8.2015
Secretariado	122	11.005.421,82	2.12.2015
Copeiragem	45	3.219.769,16	15.7.2016
Jardinagem	7	847.143,56	11.8.2016
Refeições	-	60.300,00	31.5.2016
Kit lanche	-	191.245,00	20.6.2016
Leite em pó	-	32.600,00	14.7.2016
TOTAL	**462**	**30.530.708,55**	**-**

Medições realizadas

Seguem informações sobre as medições realizadas pela unidade.

Serviços/aquisições	Critério avaliado	Qtde. de janeiro a outubro
Limpeza	Ordens de serviço	412
Jardinagem	Ordens de serviço	58
Carregamento	Ordens de serviço	1.429
Coleta de materiais recicláveis	Peso total	9.856kg
Controle de vetores e pragas	Aplicações	3
Lavanderia	Peças lavadas	1.060kg + 90 peças
Carimbos	Fornecimentos	546
Serviços/aquisições	Contratados firmados em 2016	4
	Renovados	2
	TR lançados	5

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2016

Ao longo do exercício, a execução orçamentária do Tribunal envolveu as atividades de empenho, liquidação, pagamento, inscrição de restos a pagar e exercícios anteriores,

conformidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a execução e administração do Fundo Partidário.

Para fazer frente a essa execução, foi provisionado à Secretaria de Administração do TSE o montante de R$636,161 milhões para dispêndio com pessoal, custeio e investimento, de acordo com o quadro demonstrativo:

Grupo de despesa	Provisão recebida (R$)	Valor empenhado (R$)	Valor pago (R$)
Pessoal	237,04 milhões	237,04 milhões	215,76 milhões
Custeio	364,97 milhões	318,84 milhões	220,79 milhões
Investimento	34,14 milhões	18,81 milhões	15,91 milhões
TOTAL	**636,16 milhões**	**574,69 milhões**	**452,46 milhões**

Fonte: Siafi (30.11.2016) – Unidade Gestora (UG) 070001 Secretaria de Administração.

No que concerne à modalidade de licitação, os principais gastos compreendem despesas com pessoal, serviços administrativos, reaparelhamento, aquisição de material de consumo, serviços de informática e demais despesas ordinárias projetadas para o exercício.

Modalidade de licitação	Valor empenhado em reais (R$)	Valor liquidado em reais (R$)
Concorrência	16.958.168,87	12.489.725,55
Dispensa de licitação	12.825.185,41	9.570.822,70
Inexigível	18.220.897,65	13.072.663,24
Não se aplica	247.705.740,95	227.774.346,14
Suprimento de fundo	52.179,88	52.039,82
Pregão	274.391.120,64	187.595.778,00
TOTAL	**570.153.293,40**	**450.555.375,45**

Fonte: Siafi (2016) – UG 070001.

Quanto à execução do orçamento relativo ao Fundo Partidário, foi elaborado o demonstrativo a seguir.

Fundo Partidário

Período de Referência	Janeiro a novembro de 2016
UG Executora	Secretaria de Administração
Exercício	2016
Base	Nov./2016
Moeda	Real (em unidade monetária)

Dotação orçamentária*	Duodécimos (R$)		Multas eleitorais	
	737.890.048,00		81.241.412,0	
Partido	Distribuição de janeiro a novembro 2016 (R$)	Distribuído janeiro a novembro 2016 (%)	Distribuição janeiro a novembro 2016 (R$)	Distribuído janeiro a novembro 2016 (%)
PT	89.899.717,98	12,18	10.613.205,52	13,06
PMDB	72.233.342,18	9,79	8.527.581,71	10,50
PSDB	74.093.492,45	10,04	8.747.183,86	10,77
DEM	27.945.715,03	3,79	3.299.156,54	4,06
PP	43.426.852,65	5,89	5.126.799,50	6,31
PSB	42.357.623,82	5,74	5.000.570,50	6,16
PDT	23.929.275,52	3,24	2.821.012,36	3,47
PTB	26.814.536,67	3,63	3.165.614,02	3,90
PR	38.181.699,24	5,17	4.507.577,09	5,55
PPS	12.999.023,41	1,76	1.534.608,21	1,89
PV	14.203.212,53	1,92	1.676.770,09	2,06
PCdoB	12.345.413,17	1,67	1.457.445,54	1,79
PSC	17.610.450,46	2,39	2.079.015,36	2,56
PSOL	12.492.887,50	1,69	1.474.855,77	1,82
PMN	4.059.951,15	0,55	479.296,08	0,59
PTC	3.199.116,06	0,43	377.669,21	0,46
PHS	7.194.045,79	0,97	849.295,12	1,05
PSDC	4.333.761,44	0,59	511.621,03	0,63
PT do B	6.439.953,39	0,87	760.269,87	0,94
PRB	30.186.603,06	4,09	3.563.707,08	4,39
PRP	5.752.829,12	0,78	679.150,68	0,84
PSL	6.306.782,61	0,85	744.548,26	0,92
PRTB	3.965.630,21	0,54	468.160,89	0,58
PTN	5.741.979,28	0,78	677.869,77	0,83
PSTU	2.210.908,32	0,30	261.005,26	0,32
PCB	1.408.595,44	0,19	166.287,32	0,20

(Continuação)

Dotação orçamentária*	Duodécimos (R$)		Multas eleitorais	
	737.890.048,00		81.241.412,0	
Partido	Distribuição de janeiro a novembro 2016 (R$)	Distribuído janeiro a novembro 2016 (%)	Distribuição janeiro a novembro 2016 (R$)	Distribuído janeiro a novembro 2016 (%)
PCO	1.051.928,26	0,14	124.180,59	0,15
PSD	40.377.001,81	5,47	4.766.745,95	5,87
PPL	1.899.087,10	0,26	224.192,85	0,28
PEN	5.377.460,28	0,73	634.836,07	0,78
PROS	13.636.903,50	1,85	1.609.913,88	1,98
SD	18.728.328,87	2,54	2.210.987,75	2,72
NOVO	966.284,55	0,13	114.069,81	0,14
REDE	4.062.533,26	0,55	479.600,91	0,59
PMB	966.284,55	0,13	114.069,81	0,14
TOTAL	**811.285.000,00**	**100,00**	**56.284.220,00**	**100,00**

Fonte: Siafi Operacional.
* Refere-se à dotação orçamentária disponibilizada até nov./2016.

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A seguir, encontram-se os resultados referentes aos indicadores pertinentes a esta Secretaria:

Objetivo Estratégico 7: Fortalecimento da Governança

Indicador estratégico	Índice de adequação ao planejamento das aquisições
Objetivo estratégico	Fortalecimento da governança
O que se mede	Percentual de aquisições executadas que estão discriminadas no plano de aquisição
Para que medir	Avaliar o planejamento das aquisições no TSE
Quem mede	SAD
Quando medir	Quadrimestralmente
Como medir	Quantidade de aquisições executadas discriminadas no plano de aquisição ÷ quantidade de aquisições
Fonte	Planilha – SAD
Metas	Executar 80% do plano anual de aquisições
Valor apurado	84%
Medição em	30.11.2016

Indicador estratégico	Índice de conformidade ao prazo
Objetivo estratégico	Fortalecimento da governança
O que se mede	Cumprimento dos prazos de entrega dos projetos básicos e termos de referência estabelecidos no art. 3º, parágrafo único, da Resolução-TSE nº 23.234/2010
Para que medir	Verificar o cumprimento da Resolução-TSE nº 23.234/2010 pelas unidades do TSE
Quem mede	SAD
Quando medir	Semanalmente
Como medir	Quantidade de projetos básicos e termos de referência válidos, recebidos no prazo ÷ quantidade de projetos básicos e termos de referência previstos para o período
Fonte	Planilha – SAD
Metas	Receber 70% dos projetos básicos e termos de referência válidos dentro do prazo normativo, ao final de cada mês
Valor apurado	63%
Medição em	30.11.2016

Projetos

As informações apresentadas a seguir são resultado da consolidação dos dados relativos aos projetos sob a condução da SAD.

Projeto	Descrição	*Status*	Início planejado	Término atual	Concluído (%)
Interligação de Centrais Telefônicas TSE e TREs	Explorar as facilidades proporcionadas pela tecnologia Voip em benefício do Tribunal. Principal entrega: tornar viável a comunicação telefônica entre o TSE e os TREs sem custos, por meio da interligação de centrais.	Termo de Encerramento do Projeto (TEP) foi concluído, formalizando, desta forma, a finalização das atividades, a entrega dos produtos, o registro dos objetivos e das metas alcançados pelo projeto e consolidação das lições aprendidas.	10.3.2015	4.11.2016	100

(Continuação)

Projeto	Descrição	*Status*	Início planejado	Término atual	Concluído (%)
PA – Ações para aderência das contratações às recomendações do TCU e da SCI	Tendo em vista o Relatório de Fiscalização TCU nº 020.613/2015-6, Fiscalização nº 368/2015, proveniente do TCU, conforme Processo SEI nº 2016.00.000001018-1, bem como o atendimento ao Relatório-Seaug (0071578), esta Secretaria de Administração identificou a necessidade de elaborar esse Plano de Ação, visando implementar as orientações e recomendações emitidas por aquele órgão de controle e pela Secretaria de Controle Interno do TSE.	As atividades pendentes desse plano de ação estão suspensas e aguardando definição de outro projeto para posterior replanejamento.	13.4.2016	11.1.2017	44
PA – Descarte de resíduos sólidos no TSE	Implementar a coleta seletiva e o descarte de resíduos sólidos no Tribunal Superior Eleitoral.	A montagem da rampa foi finalizada. Plano de ação encerrado. Mais informações: Contratação de Cooperativa (SEI nº 2015.00.000000193-4). Rampa de Pesagem (2015.00.000001464-5). As ações da campanha e da capacitação foram retiradas do escopo e serão tratadas em outro plano de ação.	31.3.2015	7.3.2016	100

2.10. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

A Justiça Eleitoral ocupa posição de destaque no cenário nacional e internacional, contribuindo para a consolidação da democracia brasileira. Desempenha funções tanto no âmbito administrativo, na gestão do processo eleitoral, quanto no jurisdicional, para dirimir os contenciosos eleitorais. Para a consecução dessas funções, é primordial a realização de atividades relacionadas ao planejamento orçamentário. Nesse sentido, compete à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade planejar, coordenar e supervisionar as atividades de gestão orçamentária, financeira e contábil da Justiça Eleitoral, que serão abordadas nos temas a seguir.

Eleições municipais

Outras despesas correntes

A dotação disponibilizada a esta Justiça Especializada na Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2016, na ação orçamentária Pleitos Eleitorais – GND Outras Despesas Correntes –, para atendimento das despesas com a realização das eleições municipais de 2016 foi de R$423.575.282,00.

Contudo, em razão dos cortes orçamentários ocorridos pela aprovação da LOA, foi necessária a solicitação de recomposição ao Poder Executivo, no montante de R$150.000.000,00, que foi atendida por meio da Medida Provisória nº 730, convertida, posteriormente, na Lei nº 13.339, de 20 de setembro de 2016.

A distribuição dos recursos para atendimento das despesas relativas ao custeio das eleições municipais entre os tribunais eleitorais foi realizada com base em critérios isonômicos e alcançou o montante de R$483.914.131,73, dos quais foram devolvidos R$34.834.165,50, detalhados no quadro a seguir.

(Imagem)

PLEITOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016

Em Reais

UO	1º TURNO (A)	2º TURNO (B)	DESCENTRALIZAÇÃO COMPLEMENTAR (C)	TOTAL DESCENTRALIZADO (D) = (A + B + C)	DEVOLUÇÕES[1] (E)
TRE-AC	2.966.582,00	-	-	2.966.582,00	650.000,00
TRE-AL	4.126.001,77	412.154,23	698.144,40	5.236.300,40	66.000,00
TRE-AM	10.633.486,00	1.100.430,00	5.230.899,34	16.964.815,34	400.000,00
TRE-AP	3.566.352,91	-	350.600,00	3.916.952,91	379.270,33
TRE-BA	18.804.528,00	-	3.602.000,00	22.406.528,00	2.201.780,00
TRE-CE	11.382.333,10	643.819,90	2.229.572,67	14.255.725,67	-
TRE-DF	859.427,40	40.199,60	-	899.627,00	-
TRE-ES	4.508.493,00	422.150,00	1.478.033,37	6.408.676,37	400.000,00
TRE-GO	7.555.854,98	-	2.248.403,91	9.804.258,89	2.300.000,00
TRE-MA	13.930.361,12	-	2.345.050,10	16.275.411,22	1.492.006,32
TRE-MG	25.547.932,00	-	5.500.000,00	31.047.932,00	7.600.000,00
TRE-MS	4.509.022,00	266.385,00	929.000,00	5.704.407,00	250.000,00
TRE-MT	8.137.578,53	-	1.740.000,00	9.877.578,53	1.300.000,00
TRE-PA	18.447.105,90	1.547.227,10	3.400.000,00	23.394.333,00	1.300.000,00
TRE-PB	6.458.631,21	-	1.880.245,50	8.338.876,71	2.369.986,43
TRE-PE	11.770.939,76	2.066.669,24	2.551.787,26	16.389.396,26	1.600.000,00
TRE-PI	7.772.689,22	-	3.136.832,00	10.909.521,22	-
TRE-PR	17.458.700,80	1.693.299,20	4.400.000,00	23.552.000,00	-
TRE-RJ	18.428.338,83	-	7.385.442,18	25.813.781,01	3.541.062,15
TRE-RN	5.510.277,00	-	1.300.000,00	6.810.277,00	625.533,50
TRE-RO	3.608.932,59	543.236,41	1.265.476,74	5.417.645,74	-
TRE-RR	2.419.565,00	-	700.000,00	3.119.565,00	308.526,77
TRE-RS	11.186.071,83	-	2.457.278,12	13.643.349,95	-
TRE-SC	8.931.892,05	850.000,00	1.666.684,00	11.448.576,05	600.000,00
TRE-SE	2.495.411,91	304.425,09	500.000,00	3.299.837,00	500.000,00
TRE-SP	29.521.399,00	-	16.287.921,05	45.809.320,05	6.950.000,00
TRE-TO	5.589.506,00	-	1.017.608,98	6.607.114,98	-
TSE	36.484.489,00	266.157,00	54.682.045,00	91.432.691,00	-
FORÇAS ARMADAS	33.163.051,43	5.000.000,00	4.000.000,00	42.163.051,43	-
TOTAL JE	**335.774.954,34**	**15.156.152,77**	**132.983.024,62**	**483.914.131,73**	**34.834.165,50**

1 - Posição até 25/11/2016.

Pessoal e encargos sociais

Em relação às despesas de pessoal, foram feitas análises e descentralizações de créditos orçamentários para realização das eleições municipais de 2016.

A dotação disponibilizada a esta Justiça Especializada na Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, LOA para 2016, na ação orçamentária Pleitos Eleitorais – GND Pessoal e Encargos Sociais –, para atendimento das despesas com a realização das eleições municipais de 2016 foi de R$274.808.040,00.

Contudo, em razão dos cortes orçamentários ocorridos pela aprovação da LOA, foi necessária a realização de remanejamentos orçamentários para viabilizar o atendimento de despesas ordinárias previstas para 2016. Do saldo efetivamente disponível, foram distribuídos, inicialmente R$156.793.569,00, divididos em três cotas, descentralizadas em fevereiro, junho e setembro. Posteriormente, em razão de muitos tribunais eleitorais terem se manifestado quanto à necessidade adicional de recursos para a realização das eleições municipais de 2016, foi descentralizada uma cota complementar, em outubro, na qual foram distribuídos aos tribunais R$15.000.000,00 do saldo orçamentário remanescente.

A distribuição dos recursos para atendimento de serviço extraordinário entre os tribunais eleitorais foi realizada com base em critérios isonômicos e alcançou o valor global total de R$171.215.069,00, detalhado no quadro a seguir.

Planejamento orçamentário da infraestrutura – indicadores de obras

(Imagem)

DISTRIBUIÇÃO DA DOTAÇÃO DE PLEITOS/PESSOAL - 2016

Em Reais

UO	1ª COTA (26 FEV) (I) =(H*45%)	2ª COTA (30 JUN) (J) = (H *45%)	3ª COTA (12 SET) (K) = (H *10%)	SUB-TOTAL (L) = (I + J + K)	COTA COMPLEMENTAR (07 OUT) (P) = (D X N)	TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO (Q) = (L + O + P)
14101 - TSE	3.697.375,00	3.697.375,00	821.641,00	**8.216.391,00**	799.559,00	**9.015.950,00**
14102 - AC	780.553,00	780.553,00	173.456,00	**1.734.562,00**	168.795,00	**1.903.357,00**
14103 - AL	1.514.458,00	1.514.458,00	336.546,00	**3.365.462,00**	327.503,00	**3.692.965,00**
14104 - AM	1.822.905,00	1.822.905,00	405.090,00	**4.050.900,00**	394.205,00	**4.445.105,00**
14105 - BA	3.863.301,00	3.863.301,00	858.512,00	**8.585.114,00**	835.441,00	**9.420.555,00**
14106 - CE	2.758.642,00	2.758.642,00	613.032,00	**6.130.316,00**	596.558,00	**6.726.874,00**
14107 - DF	1.193.131,00	1.193.131,00	265.140,00	**2.651.402,00**	-	**2.651.402,00**
14108 - ES	1.626.357,00	1.626.357,00	361.413,00	**3.614.127,00**	351.701,00	**3.965.828,00**
14109 - GO	2.350.691,00	2.350.691,00	522.376,00	**5.223.758,00**	508.338,00	**5.732.096,00**
14110 - MA	2.083.051,00	2.083.051,00	462.900,00	**4.629.002,00**	450.461,00	**5.079.463,00**
14111 - MT	1.530.599,00	1.530.599,00	340.133,00	**3.401.331,00**	330.993,00	**3.732.324,00**
14112 - MS	1.419.341,00	1.419.341,00	315.409,00	**3.154.091,00**	306.934,00	**3.461.025,00**
14113 - MG	6.810.640,00	6.810.640,00	1.513.475,00	**15.134.755,00**	1.472.804,00	**16.607.559,00**
14114 - PA	2.124.906,00	2.124.906,00	472.201,00	**4.722.013,00**	459.512,00	**5.181.525,00**
14115 - PB	1.919.374,00	1.919.374,00	426.527,00	**4.265.275,00**	415.066,00	**4.680.341,00**
14116 - PR	3.543.839,00	3.543.839,00	787.520,00	**7.875.198,00**	766.357,00	**8.641.555,00**
14117 - PE	3.244.156,00	3.244.156,00	720.923,00	**7.209.235,00**	701.550,00	**7.910.785,00**
14118 - PI	1.977.610,00	1.977.610,00	439.469,00	**4.394.689,00**	427.660,00	**4.822.349,00**
14119 - RJ	5.218.443,00	5.218.443,00	1.159.654,00	**11.596.540,00**	1.128.491,00	**12.725.031,00**
14120 - RN	1.747.186,00	1.747.186,00	388.263,00	**3.882.635,00**	377.830,00	**4.260.465,00**
14121 - RS	3.451.722,00	3.451.722,00	767.049,00	**7.670.493,00**	746.437,00	**8.416.930,00**
14122 - RO	1.216.438,00	1.216.438,00	270.320,00	**2.703.196,00**	263.056,00	**2.966.252,00**
14123 - SC	2.256.222,00	2.256.222,00	501.383,00	**5.013.827,00**	487.909,00	**5.501.736,00**
14124 - SP	8.176.481,00	8.176.481,00	1.816.996,00	**18.169.958,00**	1.768.168,00	**19.938.126,00**
14125 - SE	1.343.935,00	1.343.935,00	298.652,00	**2.986.522,00**	290.627,00	**3.277.149,00**
14126 - TO	1.285.124,00	1.285.124,00	285.583,00	**2.855.831,00**	277.909,00	**3.133.740,00**
14127 - RR	855.767,00	855.767,00	190.170,00	**1.901.704,00**	185.060,00	**2.086.764,00**
14128 - AP	744.859,00	744.859,00	165.524,00	**1.655.242,00**	161.076,00	**1.816.318,00**
TOTAL	**70.557.106,00**	**70.557.106,00**	**15.679.357,00**	**156.793.569,00**	**15.000.000,00**	**171.793.569,00**

Os indicadores de obras foram desenvolvidos com o objetivo de aprimorar o conhecimento acerca da execução de obras no âmbito da Justiça Eleitoral e, consequentemente, orientar a alocação orçamentária para esse tipo de despesa. Possuem periodicidade anual (ano fechado) e abrangem as obras de construção de cartório eleitoral, segregadas conforme a área dos imóveis. A seguir, constam os dados referentes a 2014 e 2015.

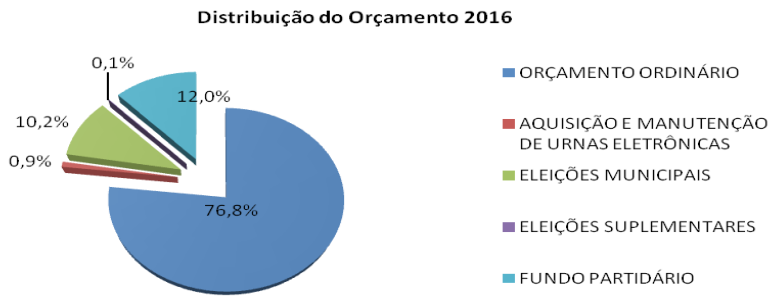
(Imagem)

OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS CONCLUÍDOS		
INDICADOR	2014	2015
Nº de cartórios concluídos (global)	38	35
Tempo médio de conclusão (global)	26 meses	25 meses
Nº de cartórios concluídos (área até 300m^2)	32	34
Tempo médio de conclusão (área até 300m^2)	23 meses	25 meses
Nº de cartórios concluídos (área superior a 300m^2)	6	1
Tempo médio de conclusão (área superior 300m^2)	39	24
Custo por m^2	R$ 1.943,01	R$ 2.025,32

A execução de obras depende de diversos fatores, tais como a necessidade de cada tribunal, a capacidade de execução, a disponibilidade orçamentária, entre outros. A execução orçamentária relativa às construções de cartórios eleitorais em 2015 mostrou-se semelhante à realizada em 2014.

Orçamento 2016

De acordo com LOA para 2016, cerca de R$6,9 bilhões foram consignados à Justiça Eleitoral, conforme detalhamento a seguir.



(Imagem)

(Imagem)

DOTAÇÃO LOA 2016

Em Reais

ITEM	LOA 2016
ORÇAMENTO ORDINÁRIO	5.259.230.002
AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS	62.938.644
ELEIÇÕES MUNICIPAIS	698.383.322
ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	6.841.206
FUNDO PARTIDÁRIO	819.131.460
TOTAL GERAL	**6.846.524.634**

Gestão orçamentária

O exercício financeiro de 2016 foi marcado por um corte da ordem de 25,4% no orçamento de Outros Custeios e Capital (OCC) da Justiça Eleitoral (JE) durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual no Congresso Nacional.

Assim, foram envidados esforços para reduzir ao mínimo os custos inerentes ao processo eleitoral e à manutenção da estrutura administrativa dos tribunais eleitorais.

Contudo, em que pese todos os esforços para redução dos custos, ainda foi necessário solicitar ao Poder Executivo a suplementação da dotação de pleitos eleitorais a fim de não colocar em risco as eleições municipais de 2016.

Com relação ao orçamento ordinário, foi necessário utilizar recursos orçamentários do TSE como fonte de crédito adicional para atender a necessidades urgentes de alguns tribunais regionais. Inicialmente, foram atendidas as despesas de custeio administrativo, uma vez que os cortes efetuados no Congresso Nacional comprometeram diversas despesas de caráter continuado. Depois da realização das eleições, foi possível atender também às despesas de investimentos dos tribunais eleitorais, principalmente em razão da desistência de aquisição de urnas eletrônicas pelo TSE.

Além disso, a expectativa de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, que institui novo regime fiscal, demandou a realização de estudos e projeções de cenários para minimizar os impactos no orçamento vindouro. Dessa forma, foram realizadas diversas videoconferências com as áreas de orçamento dos tribunais eleitorais para debate do assunto e adoção das medidas necessárias para mitigar os efeitos da PEC.

Créditos adicionais

Até novembro de 2016, foram realizadas quatro fases de crédito para viabilizar o remanejamento de dotações de OCC e de adequação do planejamento dos tribunais eleitorais, o que permitiu, dessa maneira, melhor aproveitamento do orçamento.

Além disso, foi aprovado pelo Poder Executivo o crédito extraordinário no valor de R$150 milhões para recompor parcialmente os cortes realizados pelo Congresso Nacional no orçamento da JE e assegurar o bom andamento das eleições municipais de 2016.

Em dezembro, será realizada a última fase de crédito para ajustes finais do orçamento.

Créditos por portaria do TSE

Foram publicadas 16 portarias de crédito suplementar para atendimento das demandas de revisão orçamentária de diversos tribunais eleitorais, no montante de R$254.012.460,00, conforme detalhamento a seguir.

Descrição	Valor (R$)	
	Suplementações	Cancelamentos
Julgamento de causas	154.828.930	76.626.260
Obras e aquisições	5.270.772	2.777.600
Comunicação	-	810.353
PJe	2.385.465	2.385.465
Auxílio-moradia	95.400	-
Pleitos eleitorais	91.431.893	171.412.782
TOTAL	**254.012.460**	**254.012.460**

Em relação a Pessoal e Benefícios, foram publicadas pelo TSE três portarias de crédito suplementar para atendimento das demandas de revisão orçamentária de diversos tribunais eleitorais, no montante de R$127.344.867,00.

Créditos por projeto de lei

Foram elaborados dois projetos de lei, no montante de R$10.512.902,00 (PLNs nº 12 e nº 45). O primeiro foi convertido na Lei nº 13.355, de 7 de novembro de 2016. O PLN nº 45 ainda tramita no Congresso Nacional.

Descrição	Valor (R$)	
	Suplementações	Cancelamentos
Julgamento de causas	1.680.000	4.692.392
Obras e aquisições	8.832.902	3.496.940
Comunicação	-	74.599
Auxílio-moradia	-	568.971
TOTAL	**10.512.902**	**8.832.902**

Os valores destinados à implementação da Lei nº 13.317/2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, cujos limites estão autorizados no Anexo V da LOA para 2016 (Lei nº 13.255/2016), estavam previstos em reserva de contingência do Poder Executivo e não foram disponibilizados à Justiça Eleitoral até a publicação deste relatório.

Também se encontram pendentes de disponibilização pelo Poder Executivo os créditos adicionais suplementares referentes a Pessoal e Benefícios. A previsão é de que esses recursos sejam viabilizados por meio de decreto do Poder Executivo até o início de dezembro de 2016.

Contingenciamento

O art. 9º da LRF estabelece que a limitação de empenho e movimentação financeira deve ser efetivada mediante ato próprio de cada um dos poderes, nos montantes necessários e segundo critérios fixados na LDO.

A base de contingenciamento da Justiça Eleitoral corresponde ao conjunto das dotações orçamentárias constantes da LOA 2016 classificadas como despesas primárias discricionárias, na forma das alíneas *b*, *c* e *d* do inciso II do § 4º do art. 6º da LDO 2016, excluídas as atividades programadas no Ploa 2016. Essa exclusão pode se dar parcialmente, na proporção da frustração da receita primária, em relação à estimativa contida no Ploa 2016, caso essa situação seja identificada.

Durante a tramitação do Ploa 2016, no Congresso Nacional, as despesas primárias discricionárias sofreram cortes expressivos, de maneira que a LOA 2016 foi aprovada com valor inferior ao inicialmente programado no Ploa. Dessa forma, ao se proceder ao cálculo da base contingenciável, conforme §§ 1º e 2º do art. 55 da LDO 2016, esse agregado mostrou-se negativo para a Justiça Eleitoral ao longo do exercício de 2016, não havendo, portanto, incidência de contingenciamento.

Receitas

Para o exercício de 2016, foram previstas as arrecadações para a realização de concursos públicos nos tribunais eleitorais e o recolhimento de multas do Código Eleitoral e de leis conexas. De acordo com a Portaria-SOF/MP nº 9 de 29 de janeiro de 2016, os valores foram lançados conforme totalização a seguir.

Receitas	2016 (R$)
Concursos públicos	16.180.350
Fundo Partidário (multas Cód. Eleitoral)	81.241.412
TOTAL	**97.421.762**

Fundo Partidário

Para a manutenção e a assistência financeira aos partidos políticos, com fundamento na Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), a unidade setorial de orçamento da Justiça Eleitoral estimou a cota orçamentária a ser custeada pelo Tesouro Nacional, bem como a projeção de arrecadação de multas previstas no Código Eleitoral.

Assim, chegou-se a uma dotação no valor de R$819.131.460,00 para o Fundo Partidário, dos quais R$81.241.412,00 são referentes a multas do Código Eleitoral e Leis Conexas, R$230.157.610,00 a recursos ordinários do Tesouro e R$507.732.438,00 relativos à suplementação realizada por meio de emenda parlamentar.

Análise quanto à possibilidade de liberação de recursos

Procedeu-se ao acompanhamento e à análise de pedidos diversos de liberação de recursos financeiros, com a elaboração de 446 formulários para pagamento das despesas de exercícios anteriores e do serviço extraordinário prestado fora do período eleitoral.

Além disso, foram encaminhadas consultas à Assessoria Jurídica do TSE (Asjur/TSE) e orientações aos tribunais eleitorais para dirimir questionamentos apresentados relativos a honorário advocatício, ônus de sucumbência, banco de horas, pagamento de auxílio-moradia a juristas, indenização de férias e incorporações.

Programação financeira

Com a publicação da Lei nº 13.255/2016 (LOA 2016), foi elaborado e publicado o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Eleitoral com uma dotação inicial de R$6.830.975.237,00 nas categorias de gasto Pessoal e Encargos Sociais e Outros Custeios e Capital. Tendo em vista a reabertura de créditos especiais, as descentralizações e a abertura de crédito extraordinário, o valor foi atualizado para R$6.980.986.458,00.

Desse montante, no período de janeiro a outubro, foi liberada para toda a Justiça Eleitoral a importância de R$5.713.974.602,70, o que gerou a emissão de 5.775 documentos no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Há previsão de sub-repasse de mais R$1.267.011.855,30 até 31 de dezembro.

Cumpre registrar que, desse total, foi realizada a programação financeira de recursos ao Tesouro Nacional para pagamento de despesas com emendas parlamentares individuais no valor de R$8.515.538,24, sub-repassados aos TREs, conforme previsão contida na LOA 2016.

Gestão fiscal e financeira

Elaboração e publicação do *Relatório de Gestão Fiscal* do primeiro e do segundo quadrimestres de 2016 do Tribunal Superior Eleitoral, em consonância com a LRF, e seu envio ao TCU e ao Congresso Nacional. Com o intuito de padronizar os relatórios de gestão fiscal da Justiça Eleitoral, os demonstrativos da despesa com pessoal foram elaborados e enviados a todos os TREs para análise e publicação.

No que diz respeito ao sub-repasse financeiro para as despesas com pessoal e encargos sociais dos tribunais eleitorais, é realizada análise criteriosa em que a variação nos dispêndios acima de R$1.000,00 necessita de justificativa que comprove o acréscimo, evitando-se, assim, a liberação de recursos para o pagamento de despesas não autorizadas.

Além disso, foram produzidos relatórios e consultas para o acompanhamento da execução orçamentária e financeira do exercício e dos restos a pagar de toda a Justiça Eleitoral, detalhados por ação orçamentária, grupo de despesa e fonte de recursos, com periodicidade diária, semanal, mensal e série histórica. Esses relatórios possuem a finalidade de embasar as tomadas de decisão para melhor aproveitamento dos recursos alocados para esta Justiça Especializada.

Gestão contábil

No âmbito da gestão contábil, cabe destacar a publicação da Resolução-TSE nº 23.495/2016, que instituiu o Cartão de Pagamento do Governo Federal para utilização na Justiça Eleitoral. Esse instrumento proporcionará significativa melhora no controle e na transparência das despesas executadas pelo regime de suprimento de fundos.

Além disso, foram realizadas as seguintes atividades quanto à gestão contábil:

- Acompanhamento do bloqueio e do desbloqueio dos restos a pagar inscritos no exercício de 2014 em toda a Justiça Eleitoral com o intuito de subsidiar a tomada de decisão dos gestores quanto à utilização dos referidos empenhos.
- Atesto de consistência das demonstrações contábeis do TSE, do Fundo Partidário e da Justiça Eleitoral, por meio do registro mensal da conformidade contábil no Siafi.
- Análise e verificação mensal dos relatórios de almoxarifado e de bens do TSE inventariados, com emissão de parecer contábil.
- Registro contábil no Siafi de Termo de Execução Descentralizada com o Ministério da Defesa, no valor de R$47.375.787,76, conforme Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, para garantia da lei e da ordem e apoio logístico nas Eleições Municipais 2016.
- Acompanhamento e orientação quanto ao registro e à execução contábil consoante as regras do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp), no TSE e nos TREs, com vistas a promover a convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público e a consolidação das contas nacionais (conforme art. 51 da LRF), além da redução de divergências conceituais em benefício da transparência da gestão fiscal, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social.
- Elaboração de orientações sobre regularizações e procedimentos contábeis referentes às rotinas de implantação do PCasp e padronização contábil nos moldes do preceituado pelo *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (*MCasp* 6ª ed.) e demais leis, portarias ou normas correlatas.
- Habilitação, cadastramento e liberação de senhas para usuários do TSE e cadastradores regionais do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), do Tesouro Gerencial e do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) (ComprasNet, pregão eletrônico). Foram registrados 370 atendimentos, com previsão de atingir aproximadamente 440 até o final do exercício.
- Atendimento a aproximadamente 1.050 questionamentos contábeis, das unidades administrativas do TSE e dos TREs, relacionados aos novos procedimentos de implantação do PCasp, à execução orçamentária, financeira e patrimonial, à classificação orçamentária da despesa e ao encerramento do exercício. Há previsão de atender a aproximadamente 1.300 questionamentos até o final do exercício.
- Análise do Balanço Patrimonial (BP), do Balanço Orçamentário (BO) e da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da Justiça Eleitoral (órgão consolidado), bem como a elaboração de notas explicativas com a finalidade de subsidiar a Secretaria do Tesouro Nacional na consolidação do Balanço Geral da União.
- Consultoria contábil quanto à elaboração de normas, resoluções e portarias que afetam diretamente a execução contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos da Justiça Eleitoral.

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2017

Depois de discussão com os demais órgãos do Poder Judiciário, o TSE encaminhou ao Poder Executivo 17 sugestões para a elaboração do PLDO 2017, com base no texto da lei atualmente vigente – Lei nº 13.242/2015 (LDO 2016). A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP) acatou parcialmente uma e integralmente duas emendas.

Dispositivo na LDO 2016	Dispositivo no PLDO 2017	Assunto	Situação
Art. 25	Art. 23	Alterar parâmetro para: Ploa 2016 + IPCA.	Acatada parcialmente
Art. 43, § 3º, III	Art. 41, § 3º, III	Retirar proibição do cancelamento de despesas discricionárias para suplementar despesas obrigatórias.	Não acatada
Art. 43, § 6º-N	Não há	Estipular prazo para o Poder Executivo editar os decretos de suplementação de crédito.	Não acatada
Art. 55, § 1º, II-N	Não há	Incluir biometria nas despesas ressalvadas do contingenciamento.	Não acatada
Art. 55, § 13	Art. 55	Retirar a sujeição dos créditos adicionais e reabertos ao limite de empenho e movimentação financeira.	Não acatada
Art.98, § 2º	Art. 83, § 2º	Alterar os efeitos financeiros de projeto de lei e medida provisória para poder retroagir dentro do mesmo exercício financeiro.	Não acatada
Art. 99, § 1º	Art. 84, § 1º	Permitir a definição dos limites de pessoal levando em consideração a realidade individualizada dos órgãos.	Não acatada
Art. 99, § 4º	Art. 84, § 4º	Alterar prazo para envio dos detalhamentos da programação de pessoal à SOF/MP (alterar de data fixa para o prazo de até 5 dias úteis, a contar da divulgação dos limites).	Acatada
Art. 99, § 8º	Art. 84, § 8º	Retirar a obrigatoriedade de que a dotação autorizada seja igual ou superior à metade do impacto orçamentário-financeiro anualizado.	Não acatada

(Continuação)

Dispositivo na LDO 2016	Dispositivo no PLDO 2017	Assunto	Situação
Art. 99, § 12	Art. 84, § 12	Retirar as limitações às admissões de pessoal.	Não acatada
Art. 99 §-N	Não há	Garantir pelo menos 50% do valor das despesas de leis já vigentes previstas no Anexo V.	Não acatada
Art. 99, §-N	Não há	Obrigar a SOF/MP a apresentar os limites de pessoal de cada órgão.	Não acatada
Art. 107, § 2º	Art. 92, § 2º	Considerar valores vigentes de benefícios, e não os efetivamente praticados.	Acatada
Art. 107, §-N	Não há	Garantir dotação mínima para assistência médica e odontológica.	Não acatada
Art. 107, §-N	Não há	Garantir a disponibilização de dotação necessária para arcar com a totalidade de benefícios assistenciais previstos para 2017.	Não acatada
Art. 110	Art. 95	Retirar proibição do reajuste de auxílio-alimentação e pré-escola.	Não acatada
Art. 110, §-N	Não há	Garantir a disponibilização dos limites referentes aos reajustes de auxílio-alimentação e pré-escola na primeira fase de créditos.	Não acatada

Em segundo momento, após avaliação do PLDO 2017 (PLN nº 2/2016) encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, foram apresentadas sete propostas de emendas ao projeto de lei para defesa dos interesses da Justiça Eleitoral.

O Relatório Final do PLDO 2017 foi aprovado em 23 de agosto de 2016 no plenário do Congresso Nacional, restando pendente a votação de alguns destaques que, em tese, não afetam os dispositivos objeto das emendas encaminhadas pelo TSE. Das sete emendas apresentadas, três foram acatadas: duas de forma integral e uma parcialmente.

Dispositivo no PLDO 2017	Dispositivo no substitutivo do PLDO 2017	Assunto	Situação
Art. 41, § 3°, III	Art. 41, § 3°, III	Retirar proibição do cancelamento de despesas discricionárias para suplementação de despesas obrigatórias.	Não acatada
Art. 55	Art. 55	Retirar a sujeição dos créditos adicionais e reabertos ao limite de empenho e movimentação financeira.	Acatada parcialmente
Art.83, § 2°	Art. 83, § 2°	Alterar os efeitos financeiros de projeto de lei e medida provisória para poder retroagir dentro do mesmo exercício financeiro.	Não acatada
Art. 84 § 4°	Art. 84 § 4°	Garantir que a SOF/MP apresente os limites de pessoal de cada órgão.	Não acatada
Art. 84, § 12	Art. 84, § 12	Permitir o provimento de cargos em 2017, utilizando também os saldos de autorização do Anexo V da LOA 2015, uma vez que o Anexo V da LOA 2016 ficou excessivamente restrito.	Acatada na combinação dos parágrafos 6° e 12 do art. 84
Art. 95	Art. 95	Retirar proibição do reajuste de auxílio-alimentação e pré-escola.	Acatada
Art. 95, §-N	Não há	Garantir a disponibilização dos limites referentes aos reajustes de auxílio-alimentação e pré-escola na primeira fase de créditos.	Não acatada

Apresentação de emendas ao Ploa 2017 (PLN nº 18/2016)

Depois da análise do projeto enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, foi identificada a necessidade de proposição de emendas ao texto, tendo em vista que a reformulação promovida por aquele Poder afetou disposições tradicionalmente consagradas por leis orçamentárias anteriores, em especial as relacionadas à autorização para a abertura de créditos suplementares. Assim, foram apresentadas seis emendas ao texto e uma de valor ao PLN n° 18/2016. No entanto, até o momento, não houve apreciação dessas emendas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Dispositivo no Ploa 2017	Assunto	Situação
Art. 4º, I, nova alínea	Permitir a utilização da anulação de despesas discricionárias como fonte para suplementação de despesas obrigatórias.	Pendente de apreciação pela CMO
Art. 4º, novo inciso	Permitir a suplementação da ação 0413 – Manutenção e Operação dos Partidos Políticos mediante a utilização de recursos provenientes de superávit financeiro.	Pendente de apreciação pela CMO
Art. 4º, § 1º	Permitir a ampliação do limite de suplementação das despesas classificadas com RP 0 (a exemplo da contribuição patronal do PSSS) e RP 2 (discricionárias).	Pendente de apreciação pela CMO
Art. 4º, § 4º, II	Excluir a exigência de que dotações decorrentes de emenda individual só possam ser canceladas para suplementação de outra emenda do mesmo autor.	Pendente de apreciação pela CMO
Art. 4º, § 7º	Excluir a exigência de que os remanejamentos entre as despesas obrigatórias efetuados pelos demais poderes sejam necessariamente precedidos de inclusão pelo Poder Executivo no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.	Pendente de apreciação pela CMO
Art. 4º, novo parágrafo	Excluir os remanejamentos efetuados pela setorial orçamentária dos limites impostos às despesas classificadas como RP 1 (obrigatórias) e RP 0 (a exemplo da contribuição patronal do PSSS).	Pendente de apreciação pela CMO

Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016

No intuito de "reverter, no horizonte de médio e longo prazo, o quadro de agudo desequilíbrio fiscal em que nos últimos anos foi colocado o Governo Federal"[1], o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016, que estabelece o novo regime fiscal para vigorar pelos próximos 20 anos no âmbito da União, a partir do exercício financeiro de 2017.

Em resumo, a PEC em referência estipula, para cada exercício, a fixação de um limite individualizado para a despesa primária total dos poderes; subordina a esse limite: 1) a elaboração das respectivas propostas orçamentárias e 2) a execução do orçamento, incluindo os restos a pagar. Por eventual descumprimento desse limite, há vedação ao aumento da despesa de pessoal.

Entre as exceções à submissão ao teto de gastos, o Poder Executivo indicou "as despesas com a realização de eleições pela Justiça Eleitoral".

[1] Exposição de Motivos Interministerial nº 00083/2016 MF MPDG, de 15.6.2016.

Para a apuração dos limites de cada exercício, a proposta elege como parâmetro inicial o valor da despesa primária paga no exercício de 2016, incluindo os restos a pagar, corrigido pelo IPCA.

Em decorrência do impacto desse novo regime fiscal no processo de planejamento e elaboração da proposta orçamentária, há o acompanhamento da tramitação dessa proposta no Congresso Nacional.

Em meados de outubro, a Câmara dos Deputados aprovou em 1º e 2º turnos o texto enviado pelo Poder Executivo, mas com modificações. Entre elas destacam-se: a individualização do limite por órgãos do Poder Judiciário, a alteração da redação do dispositivo que excetua do teto de gastos as despesas de eleições para "despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições", e a supressão do dispositivo que deixava expresso que na menção a poderes estavam compreendidos também os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo poder público e as empresas estatais dependentes.

Atualmente, a proposta encontra-se em discussão no Senado Federal sob o número 55/2016 e com previsão para votação em 1º turno em novembro de 2016.

Proposta Orçamentária 2017 (PO 2017)

Planejamento/Programação

De forma simplificada, o planejamento orçamentário visa à definição de prioridades e à distribuição racional dos recursos. Busca-se identificar e valorar as diversas iniciativas que serão objeto de gastos, especialmente aquelas que concorrem com as despesas regulares da estrutura administrativa da Justiça Eleitoral. Como ferramenta, utilizou-se o Sigepro, *software* de abrangência nacional desenvolvido pelo TSE para captação das propostas das unidades orçamentárias.

Reuniões da proposta

Como instrumento auxiliar na busca da integração entre as unidades e no aperfeiçoamento do ciclo orçamentário, foram realizadas reuniões com representantes dos tribunais eleitorais, em 31 de maio e 2 e 7 de junho de 2016, para compreensão das principais demandas e definição das prioridades.

No primeiro dia, participaram os representantes dos tribunais regionais eleitorais de Goiás e do Distrito Federal e das regiões Sul e Sudeste. No segundo dia, compareceram os representantes dos TREs da Região Nordeste e, no terceiro dia, os da Região Norte e dos TREs de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Tal formato enriqueceu as discussões em decorrência do agrupamento regional de participantes, até mesmo com o debate de temas específicos que abarcam vários tribunais, com o compartilhamento de ideias e melhores práticas.

Discussão dos projetos e atividades para 2017 com o Ministério do Planejamento

A estratégia utilizada pela Justiça Eleitoral na solicitação de recursos para 2017, referente às atividades, objetivou alcançar os valores do Ploa 2016 corrigidos pelo IPCA, bem como defender as despesas que possuem garantia de atendimento no PLDO, tais como assunção dos gastos de manutenção anteriormente custeados por outros órgãos, funcionamento de imóveis recém-construídos e instalação de novas zonas eleitorais. Além disso, foram defendidos a

implantação do voto impresso, nova atividade da Justiça Eleitoral, e os projetos do TSE e dos TREs, conforme o planejamento de implantação e desenvolvimento de cada um.

Além do encaminhamento das informações em meio eletrônico, a equipe técnica da unidade setorial esteve presente na Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP), em 9 de junho de 2016, a fim de discutir o conteúdo da proposta orçamentária da Justiça Eleitoral.

Divulgação dos limites

Em 29 de junho de 2016, a Secretaria de Orçamento Federal divulgou, por meio do Ofício-Circular-SOF/MPDG nº 5, os referenciais monetários para elaboração da Proposta Orçamentária de 2017 da Justiça Eleitoral, relativos a Outras Despesas Correntes e de Capital, excluídos os valores destinados à implantação do PJe e à Ação Pleitos Eleitorais.

O valor inicialmente comunicado, na avaliação da unidade setorial de orçamento, não foi suficiente para atender à previsão de reajustes dos contratos, suas ampliações e continuação do recadastramento biométrico em 2017. Nesse sentido, houve nova negociação com a SOF/MP para ampliação de limites, resultando na expansão dos referenciais monetários no valor de R$50 milhões, conforme Ofício-SOF/MPDG nº 14, de 27 de julho de 2016.

A dotação para implantação do PJe foi definida de forma centralizada pelo CNJ, que concedeu à Justiça Eleitoral o valor de R$9 milhões por meio do Ofício-SG nº 0160745, de 27 de julho de 2016.

Quanto à Ação Pleitos Eleitorais, a SOF/MP informou que os valores não foram divulgados no prazo legal em razão do alto valor demandado e, portanto, seria necessária uma avaliação mais criteriosa. Nesse sentido, foram realizadas novas tratativas com a SOF/MP para definição desses valores, o que resultou na divulgação de limite adicional de R$471,3 milhões, por meio do Ofício-SOF/MPDG nº 2, de 4 de julho de 2016.

Pessoal e benefícios – Despesas obrigatórias

Foram realizadas atividades relativas à Proposta Orçamentária (PO) para 2017, referente às despesas obrigatórias:

a) análise, elaboração e consolidação de Contestação dos Pré-Limites e dos Limites da JE para as despesas relativas a pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores e pensões indenizatórias encaminhados pela SOF/MP para composição da PO 2017, conforme critérios definidos nos arts. 78-95 do PLDO 2017;

b) elaboração da estrutura e projeção dos impactos orçamentários para composição da PO 2017, relativos a: provimentos de cargos e funções vagos; implementação da Lei nº 13.317/2016, que trata do reajuste da remuneração dos servidores do judiciário, e de projetos de lei que tratam dos reajustes de magistrados (PL nº 2.646/2015); impacto da progressão funcional de servidores; estoque de passivos, eleições suplementares e eventuais plebiscitos e referendos que venham a ocorrer em 2017; PL nº 7.990/2014, que cria cargos efetivos para as áreas de TI da Justiça Eleitoral; PL nº 1.761/2015, que cria

cargos comissionados para a Identidade Civil Nacional (ICN); PL nº 2.816/2015, que cria cargos efetivos e cargos/funções comissionados para as áreas de exame de prestação de contas; PL nº 5.052/2016, que cria cargos efetivos e cargos/funções comissionados para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; e PL nº 7.904/2014, que cria a Gratificação Eleitoral (Grael);

c) contestação dos limites consignados nas ações orçamentárias que tratam de despesas obrigatórias, relativas a pleitos eleitorais, benefícios, pessoal e encargos sociais.

(Imagem)

ÓRGÃO	VALORES FINAIS AUTORIZADOS PARA DESPESAS OBRIGATÓRIA - LOA/2016					
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	BENEFÍCIOS	PENSÕES INDENIZATÓRIAS	PLEITOS/PESSOAL	ANEXO V[1]	TOTAL
14.000 - JE	4.866.901.495,00	335.945.676,00	54.344,00	13.841.551,00	13.149.453	5.229.892.519,00

Sistemas desenvolvidos em parceria com a STI

Sigepro Outros Custeios e Capital

O Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária (Sigepro) de Outros Custeios e Capital, pelo segundo ano, abrigou o Módulo de Gerenciamento de Imóveis da Justiça Eleitoral, ferramenta que gerencia o registro da infraestrutura imobiliária e dos respectivos dados de custos dos imóveis.

Os dados coletados em 2016 referentes ao exercício financeiro de 2015 foram expandidos. No primeiro ano, foram registradas 10 especificações de custos de cada unidade imobiliária, enquanto, no último exercício, esse quantitativo foi ampliado para 19 despesas básicas de manutenção e funcionamento de cada imóvel administrado pela JE.

Desde o exercício de 2015, havia sido constatada a necessidade de se desenvolver um sistema próprio de gerenciamento de imóveis e custos para a Justiça Eleitoral, para que a ferramenta contemplasse todos os requisitos gerenciais das novas diretrizes da Contabilidade de Custos para o Setor Público. O desenvolvimento da nova ferramenta iniciou-se em 2016 e, em 2017, há previsão de que os dois sistemas funcionem interligados.

Quanto à elaboração da Proposta Orçamentária da Justiça Eleitoral, o Sigepro apresentou melhorias na inserção dos dados na fase de planejamento, com a automatização de diversos campos de preenchimento, em alinhamento com as padronizações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), sistema oficial gerenciado pelo órgão central, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP).

Sigepro Pessoal

Atualmente, são utilizadas diversas planilhas Excel para controlar todo o orçamento da Justiça Eleitoral referente a pessoal, benefícios, passivos e pensões indenizatórias. Essas planilhas são

atualizadas pelos tribunais eleitorais e enviadas para a SOF por *e-mail*, o que gera uma morosidade na análise das informações, bem como um problema de confiabilidade de dados em virtude da tecnologia utilizada.

Para solucionar essa questão, foi sugerida pela STI uma alternativa para o desenvolvimento do sistema Sigepro Pessoal, que servirá como nova ferramenta de captação de dados físicos e orçamentários de despesas obrigatórias no âmbito desta Justiça Especializada. Em novembro de 2014, foram definidos os seus requisitos iniciais, com a aquisição pelo TSE do componente Excel-like, que permite a utilização de planilhas eletrônicas em ambiente Web.

O sistema encontra-se atualmente em fase de desenvolvimento e homologação, e há previsão de que a Proposta Orçamentária para 2018 seja realizada parcialmente na aplicação a partir de abril de 2017.

Sigec

O Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (Sigec) tem como finalidade atender ao disposto no § 3º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina para a administração pública a manutenção de sistema de custos.

Apesar da obrigatoriedade legal em produzir e utilizar a informação de custos no setor público, não havia a disponibilidade de um sistema que gerasse essa informação como instrumento de gestão no âmbito da Justiça Eleitoral (JE).

Como as alternativas encontradas não respondiam às necessidades e especificidades da JE, e uma vez que o TCU entendeu não haver modelo específico a ser seguido, decidiu-se desenvolver projeto próprio que envolvesse desde a definição da metodologia até a implementação de sistema informatizado de apuração e captação desses custos.

Foi definido como centro de custos o imóvel, uma vez que atende às necessidades de informações gerenciais acerca da infraestrutura imobiliária da Justiça Eleitoral, considerada a expressiva quantidade de imóveis em uso (aproximadamente 3 mil), além da grande demanda por aquisição/construção de novas unidades pelos tribunais eleitorais. Ademais, permite análise mais aprofundada da estrutura e das atividades exercidas nas diversas destinações (sedes, cartórios, depósito de urnas, etc.)

A implantação do Sigec foi então inserida no Planejamento Estratégico do TSE para 2015-2020. Foi posto em produção, no mês de novembro, o Módulo de Imóveis, o qual subsidiará a captação de imóveis e viabilizará a apuração dos custos do exercício de 2016.

Quanto ao Módulo de Custos, a entrada em produção, incluindo a integração com outros sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral, que servirão de base para a apuração de custos desta Justiça Especializada, está prevista para junho de 2017. A previsão é de que a apuração de custos de 2017, a ser realizada no exercício financeiro de 2018, seja realizada integralmente no Sigec.

Transparência

Como contribuição para maior transparência das receitas e despesas, foram desenvolvidos, no sistema Tesouro Gerencial, relatórios e consultas padronizados para os órgãos da Justiça

Eleitoral, em função principalmente do disposto na Resolução-CNJ nº 102/2009, que determina o encaminhamento mensal de demonstrativos orçamentários ao Conselho Nacional de Justiça e publicação nos portais dos tribunais eleitorais na Internet.

Em relação aos dados de Pessoal e Benefícios, a unidade setorial de orçamento tem atuado de forma a promover a homogeneização e adequação do tratamento das informações e o atendimento tempestivo dos dados demandados no âmbito da Justiça Eleitoral.

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Indicadores de desempenho orçamentário

Os indicadores de desempenho orçamentário foram introduzidos na Justiça Eleitoral no exercício de 2010. Desde que foram instituídos pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF), foram percebidos avanços significativos na execução orçamentária da Justiça Eleitoral.

O escopo analisado abrange as despesas discricionárias de Outros Custeios e Capital (OCC), exceto Fundo Partidário e recursos diretamente arrecadados (concursos públicos). As ações nacionais (Pleitos Eleitorais e Implantação do Sistema de Automação e Identificação do Eleitor – Biometria) são consideradas apenas para os índices da Justiça Eleitoral, uma vez que são centralizadas na Unidade Orçamentária 14101 (Tribunal Superior Eleitoral), no entanto todos os tribunais eleitorais têm participação na sua execução.

No exercício de 2015, os indicadores orçamentários foram inseridos no Planejamento Estratégico do TSE para o período 2015-2020, conforme previsto na Resolução-TSE nº 23.439/2015.

O indicador de Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário reflete a parcela da execução orçamentária em alinhamento com o que foi planejado na proposta e previsto na LOA. Com base no desempenho histórico, nas prerrogativas legais de alterações orçamentárias (créditos adicionais e contingenciamento) e no cenário atual de austeridade fiscal, considera-se ideal um desempenho entre 70% e 80% para esse indicador.

As perdas orçamentárias refletem o percentual do orçamento autorizado (do exercício corrente e dos restos a pagar não processados do ano anterior) não executado ao fim do exercício. Até o exercício de 2020, a meta para a Justiça Eleitoral é de 9%.

O quadro-resumo a seguir demonstra os índices de 2014, utilizados como base para o cálculo das metas nos exercícios de 2015 a 2020, além do desempenho final de 2015 e dos parciais de 2016.

Objetivo Estratégico 6: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária						
Indicador: Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário						
Órgão	Situação		Desempenho		Meta	
	2014	2015	Junho/2016	Outubro/2016	2016 (%)	2020 (%)
TSE	74,2	53,6	81,8	80,7	79,2	80,0
TREs	71,8	61,9	71,8	75,7	79,2	80,0
Justiça Eleitoral	69,5	48,9	56,1	68,7	79,2	80,0

Objetivo Estratégico 6: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária						
Indicador: Perdas Orçamentárias						
Órgão	Situação		Desempenho		Meta	
	2014	2015	Junho/2016	Outubro/2016	2016 (%)	2020 (%)
TSE	5,1	9,2	26,7	8,6	10,7	9,0
TREs	14,7	11,5	27,5	18,7	10,7	9,0
Justiça Eleitoral	11,3	10,2	49,4	14,5	10,7	9,0

No exercício de 2016, com base na significativa evolução nos índices de junho para outubro, pode-se inferir que, ao final do exercício, o desempenho será superior ao dos anos anteriores.

2.11. SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRANSPORTE

As atividades de relevância desenvolvidas pela Secretaria de Segurança e Transporte (SST) estão consolidadas neste relatório, em observância ao que dispõe a Resolução-TSE nº 23.443/2015.

ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Proteção e segurança de autoridades

Durante o exercício de 2016, a SST viabilizou a segurança dos ministros da Corte nas dependências do TSE e em ambientes externos, conforme detalhamento seguinte:

Descrição	Quantitativos
Segurança pessoal do presidente do TSE em viagens (ordem de missão no Processo SEI nº 2016.00.000012660-0)	22
Escoltas	163*
Rondas	256*

* Quantificação do período de junho a novembro/2016.

Diante da necessidade de gestões preventivas que visam assegurar meios de proteção e segurança, a SST propôs a retomada de acessão à Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg), tendo sido acolhido nos termos do Processo SEI nº 2016.00.000013470-0.

A SST, em parceria com a SGP, vem promovendo esforços com vistas à qualidade e à racionalização do gasto público. Para tanto, iniciou estudo que visa ao compartilhamento de recursos entre o TSE, o STJ e o TST para implementar rondas, monitoramento compartilhado e a otimização do transporte oferecido aos servidores.

Organização, articulação com órgãos de segurança pública e execução de segurança em eventos oficiais

A SST atuou efetivamente na organização e no planejamento de segurança da visita de autoridades internacionais ao Brasil, para acompanhamento das Eleições Municipais 2016, a convite do ministro presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Para tanto, a SST elaborou o Plano de Segurança específico e consubstanciado no Processo SEI nº 2016.00.000012294-0, observada a programação no período de 28 de setembro a 3 de outubro de 2016, que incluiu o traslado de autoridades do Aeroporto Internacional de Brasília/DF aos hotéis, vice-versa; visita ao TSE, Congresso Nacional, Palácio do Itamaraty; assim como deslocamento às cidades de Goiânia/GO e Alexânia/GO para presenciar a votação eleitoral.

Vale destacar que a execução do Plano de Segurança foi coordenada pela SST e contou com ações de articulação com órgãos de segurança pública, entre eles a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP/GO), Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e Polícia Militar de Goiás (PMGO).

Segurança de servidores, visitantes, de patrimônio e de instalações

A segurança de pessoas, instalações físicas e bens patrimoniais nas dependências do TSE é executada com o controle de acesso de pessoas e o monitoramento eletrônico de imagem, com destaque para seguintes ocorrências:

Descrição	Quantitativos
Autorizações de acesso ao TSE (prestadores de serviço)	920
Confecção de crachás	772
Verificações de horário de entrada/saída de servidores	432
Fornecimento de imagens e dados do controle de acesso de corrente de procedimento administrativo	5
Inclusões/exclusões de acesso às portas com fechadura eletrônica	613

Cabe destacar que, em complemento ao Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico (PPCI), a SST realizou, em 26 e 27 de novembro de 2016, procedimentos de evacuação e acionamento do Sistema de Detecção de Alarme nos prédios do TSE.

Transporte administrativo e de autoridades

Coleta e análise de dados dos serviços de transporte

Durante o exercício de 2016, a SST promoveu o monitoramento dos recursos disponíveis com a finalidade de efetivar a racionalização do serviço de transporte, mediante o acompanhamento da execução dos contratos gerenciados pela Secretaria.

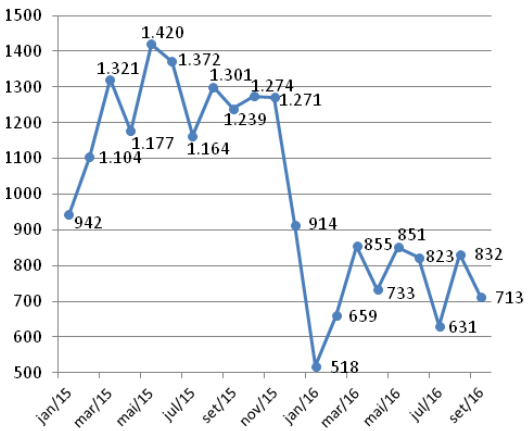
Dessa forma, foi possível auferir resultados e comparar dados do biênio 2015-2016, a saber:

Quantitativo de requisições administrativas de veículos

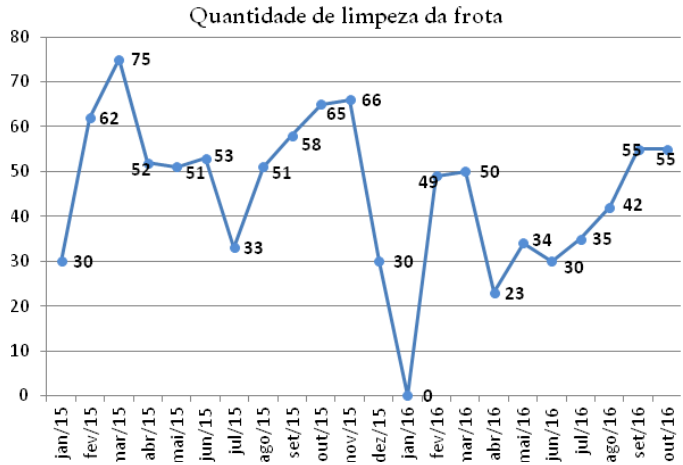
Mês	2015	2016
Jan.	942	518
Fev.	1.104	659
Mar.	1.321	855
Abr.	1.177	733
Maio	1.420	851
Jun.	1.372	823
Jul.	1.164	631
Ago.	1.301	832
Set.	1.239	713
Out.	1.274	-
Nov.	1.271	-
Dez.	914	-
TOTAL	**14.499**	**6.615**
Média Mensal	**1.208**	**735**
Média Diária	**55**	**34**

Fonte: Sistema Máximo.

(Imagem)



(Imagem)



Comparativo de limpeza da frota do TSE

2015													
Categoria de limpeza/tipo de veículo	**Jan.**	**Fev.**	**Mar.**	**Abr.**	**Maio**	**Jun.**	**Jul.**	**Ago.**	**Set.**	**Out.**	**Nov.**	**Dez.**	**Total**
Lavagem simples/ veículo de pequeno porte	2	16	28	27	21	21	10	18	21	22	26	8	220
Lavagem completa/ veículo de pequeno porte	20	23	27	15	17	19	15	20	30	25	25	11	247
Lavagem simples/ veículo de médio porte	0	8	6	5	3	4	4	2	0	3	0	2	37
Lavagem completa/ veículo de médio porte	6	9	11	4	7	6	2	11	6	10	12	7	91
Lavagem completa/ veículo de grande porte	2	6	3	1	3	3	2	0	1	5	3	2	31
TOTAL POR MÊS	**30**	**62**	**75**	**52**	**51**	**53**	**33**	**51**	**58**	**65**	**66**	**30**	**626**

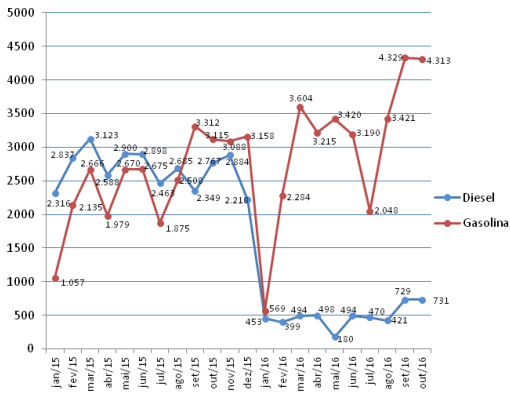
2016													
Categoria de limpeza tipo de veículo	**Jan.**	**Fev.**	**Mar.**	**Abr.**	**Maio**	**Jun.**	**Jul.**	**Ago.**	**Set.**	**Out.**	**Nov.**	**Dez.**	**Total**
Lavagem simples/ veículo pequeno porte	0	8	29	17	23	19	10	23	22	27	-	-	178
Lavagem completa/ veículo pequeno porte	0	34	15	6	11	10	18	17	24	24	-	-	159
Lavagem simples/ veículo médio porte	0	0	2	0	0	1	4	1	2	1	-	-	11
Lavagem completa/ veículo médio porte	0	6	4	0	0	0	1	1	5	3	-	-	20
Lavagem completa/ veículo grande porte	0	1	0	0	0	0	2	0	2	0	-	-	5
TOTAL POR MÊS	**0**	**49**	**50**	**23**	**34**	**30**	**35**	**42**	**55**	**55**	**-**	**-**	**373**

Fonte: Procedimento Administrativo nº 2.580/2015 e Processo SEI nº 2016.00.000003230-4.

Consumo da frota em litros

Combustível	2015	2016
	Litros	Litros
Diesel	2.316	453
Gasolina	1.057	569
Total janeiro	**3.373**	**1.022**
Diesel	2.837	399
Gasolina	2.135	2.284
Total fevereiro	**4.972**	**2.683**
Diesel	3.123	494
Gasolina	2.666	3.604
Total março	**5.789**	**4.098**
Diesel	2.588	498
Gasolina	1.979	3.215
Total abril	**4.567**	**3.713**
Diesel	2.900	180
Gasolina	2.670	3.420
Total maio	**5.570**	**3.600**
Diesel	2.898	494
Gasolina	2.675	3.190
Total junho	**5.573**	**3.684**
Diesel	2.463	470
Gasolina	1.875	2.048
Total julho	**4.338**	**2.518**
Diesel	2.685	421
Gasolina	2.508	3.421
Total agosto	**5.193**	**3.842**
Diesel	2.349	729
Gasolina	3.312	4.329
Total setembro	**5.661**	**4.758**
Diesel	2.767	731
Gasolina	3.115	4.313
Total outubro	**5.882**	**5.044**
Diesel	2.884	
Gasolina	3.088	

(Imagem)



(Continuação)

Combustível	2015	2016
	Litros	Litros
Total novembro	**5.972**	
Diesel	2.218	
Gasolina	3.158	
Total dezembro	**5.376**	
∑ Diesel	**32.028**	**4.869**
∑ Gasolina	**30.238**	**30.393**
TOTAL	**62.266**	**34.962**

Fonte: Procedimento Administrativo nº 2.533/2011, processos SEI nº 2016.00.000000051-8 e nº 2016.00.000002811-0.

Desfazimento parcial da frota

Diante de uma realidade em que se discutem cortes orçamentários e limitação do crescimento dos gastos públicos, importante iniciativa foi efetivada com o desfazimento parcial da frota, de forma a adequar a demanda de transporte à qualidade do gasto público.

Nesse sentido, foi promovida instrução no Processo SEI nº 2016.00.000004202-4 e, por conseguinte, a doação de veículos consoante o seguinte detalhamento:

Processo SEI	Veículo			Órgão donatário
	Modelo	Ano	Placa	
2015.00.000006484-7	Caminhão GMC	1999/2000	JFP-4992	TRE/DF
2016.00.000010870-0	Parati 1.8/VW	2006/2006	JKH-7171	Administração Regional do Plano Piloto (GDF)
	Parati 1.8/VW	2006/2006	JKH-7191	
	Parati 1.8/VW	2006/2006	JKH-0453	
	Ducato Minbus 2.8/Fiat	2004/2004	JFP-5596	
	Ducato Minbus 2.8/Fiat	2004/2004	JFP-5586	
	Ducato Minbus 2.8/Fiat	2004/2004	JFP-5186	
2016.00.000014341-6	Ducato Minbus 2.8/Fiat	2004/2004	JFP-5606	STF
	Ducato Minbus 2.8/Fiat	2004/2004	JFP-5206	

O citado desfazimento reduziu a frota em 16%, ou seja, de 56 veículos passou para 47, o que reflete diretamente na redução de custos (manutenção veicular, seguro, licenciamento e consumo de combustível).

Registre-se ainda o Processo SEI nº 2016.00.000011636-2, que trata da possibilidade de doação de dois corollas/Toyota, a qual está em tramitação e passa por avaliação técnica da Coordenadoria de Transporte.

Redução de postos de trabalho

A racionalização da força de trabalho destinada à condução de veículos de apoio administrativo também foi tratada na atual gestão.

Depois de avaliação motivada pela necessidade de diminuição de custos, decidiu-se pela redução de 28 para 20 postos de trabalho, conforme consta no Contrato-TSE nº 83/2016 (Processo SEI nº 2016.00.000010549-2).

Aprimoramento dos controles da frota

Com o objetivo de contribuir para o aumento do grau de confiabilidade da gestão por meio de mecanismos formais, foi motivado o Processo SEI nº 2016.00.000004202-4 que, entre outros apontamentos, suscitou:

- necessidade de aprimoramento de critérios para atendimento coletivo das requisições de transporte, com o objetivo de viabilizar a racionalização do uso de veículos da frota, a economia de combustível e a redução dos custos operacionais, respeitados os níveis de prioridade, destino e tempo razoável de deslocamento;
- implementação do Sistema Máximo, utilizado para o registro de requisição de transporte, quilometragem, horário e destino.

Sobre o assunto, iniciou-se o projeto denominado Módulo de Gerenciamento de Veículos (MGV), que passou a integrar a plataforma do Sistema Máximo, conforme instrução no Processo SEI nº 2016.00.000003606-7. O projeto foi desenvolvido em etapas continuadas, conforme segue:

- definição de escopo do projeto;
- especificação superficial de necessidades da Seção de Transporte (Setran) e da Seção de Apoio Administrativo e Manutenção de Veículos (Seamav);
- instalação e configuração de novos equipamentos, sistemas e tecnologias;
- implantação dos processos, telas, regras de negócios e usuários nos ambientes de desenvolvimento e de homologação, segundo especificação superficial;
- apresentação, homologação, reajustes e treinamentos de todos esses produtos nos ambientes de desenvolvimento e de homologação, segundo especificação superficial;
- entrega parcial dos processos, telas, regras de negócios, usuários e treinamentos no ambiente de produção, segundo especificação superficial, até 11 de setembro de 2016;
- entrega completa dos processos, telas, regras de negócios, usuários e treinamentos no ambiente de produção, segundo especificação superficial, após 11 de setembro de 2016.

Dessa forma, foram disponibilizadas no MGV e, oficialmente, colocadas em produção as seguintes funcionalidades:

- cadastro de requisições;
- registro de motoristas;

- itinerários;
- cadastro de fornecedores;
- contratos;
- informações individualizadas dos veículos, identificação de distância percorrida, controle de hodômetro, abastecimentos e manutenções;

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do TSE para o período de 2015 a 2020 não contemplou objetivo ou indicador específico para as ações vinculadas à Secretaria de Segurança e Transporte, consoante a Resolução-TSE nº 23.439/2015.

A SST aguarda efetivação de reuniões técnicas para discutir possíveis adequações das ações e dos indicadores estratégicos assentados, conforme proposto no Processo SEI nº 2016.00.000009215-3 (Memorando-Circular-GAB-DG nº 11/2016) e mensagem eletrônica AGE de 8 de julho de 2016.

Esta obra foi composta na fonte GillSans, corpo 9,
entrelinhas de 12 pontos, em papel AP 75g/m² (miolo)
e papel Cartão Supremo 250g/m² (capa).

Tribunal
Superior
Eleitoral

9 788554 398057